

Renan Jorge Ramos Martins

O LAZER DE ATLETAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA:

“da casa para a rua”

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG

2022

Renan Jorge Ramos Martins

O LAZER DE ATLETAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA:

“da casa para a rua”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de mestre.

Linha de Pesquisa: Identidade, sociabilidades e práticas de lazer.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tânia Mara Vieira Sampaio.

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG

2022

M386l Martins, Renan Jorge Ramos
2022 O lazer de atletas com deficiência física: "da casa para a rua". [manuscrito] /
Renan Jorge Ramos Martins – 2022.
176 f.: il.

Orientadora: Tânia Mara Vieira Sampaio

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de
Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Bibliografia: f. 145-465

1. Lazer – Teses. 2. Esportes – Teses. 3. Esportes para deficientes – Teses. I.
Sampaio, Tânia Mara Vieira. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de
Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. III. Título.

CDU: 379.8

**Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Sheila Margareth Teixeira Adão, CRB 6: n° 2106, da
Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG.**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
 ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS DO LAZER

ATA DA 180ª DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

RENAN JORGE RAMOS MARTINS

Às 17h00min do dia 28 de novembro de 2022 reuniu-se de forma virtual (online) pela plataforma Google Meet, a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer para julgar, em exame final, o trabalho "O LAZER DE ATLETAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: "DA CASA PARA A RUA", requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Estudos do Lazer. Abrindo a sessão, a Presidenta da Comissão, Profa. Dra. Tânia Mara Vieira Sampaio, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra para o candidato, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Membros da Banca Examinadora	Aprovado	Reprovado
Profa. Dra. Tânia Mara Vieira Sampaio (Orientadora)	X	
Profa. Dra. Cristiane Miryam Drumond de Brito (UFMG)	X	
Prof. Dr. Junior Vagner Pereira da Silva (UFMS)	X	

Após as indicações o candidato foi considerado: **APROVADO**

O **resultado final** foi comunicado publicamente, para o candidato pela Presidenta da Comissão. Nada mais havendo a tratar a Presidenta encerrou a reunião e lavrou a presente **ATA** que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 28 de novembro de 2022.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Tânia Mara Vieira Sampaio, Usuária Externa**, em 01/12/2022, às 19:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Junior Vagner Pereira da Silva, Usuário Externo**, em 02/12/2022, às 07:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Miryam Drumond de Brito, Professora do Magistério Superior**, em 14/12/2022, às 07:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1924784** e o código CRC **696CEF35**.

HOMENAGEM

Este trabalho acadêmico foi realizado em homenagem a “Frida”, nome fictícia para uma pessoa com deficiência, mulher, mãe, amiga, muito importante em minha vida. Que assim como Frida Kahlo¹, a pintora mexicana conhecida por seus autorretratos de inspiração surrealista também contraiu poliomielite.

Esta mulher, a qual homenageio, me concedeu a narrativa precursora para este estudo. Sofreu e sofre discriminação; cresceu em um ambiente marcado pelo cisheteropatriarcado, sexismo e capacitismo; foi violentada sexualmente na adolescência e na vida adulta; teve que lidar com as mais variadas formas de tentativas de silenciamento pelo fato de ser uma mulher com deficiência e de classe social desprivilegiada.

Relata ter nascido uma criança perfeita, segundo sua mãe, até a descoberta de um problema de saúde aos 9 meses de vida, consideravelmente grave, inicialmente afetando-a de forma neurológica e fisicamente, e mais tarde, psicologicamente.

Durante a infância não podia fazer nada. Era uma doença nova, hoje conhecida por Paralisia Infantil ou Poliomielite. Doença infectocontagiosa erradicada no Brasil, com o último relato de caso em 1989, e segundo “Frida”, graças à vacina, se mostrando defensora das vacinas e reconhecendo a importância das políticas de imunizações, tão atacadas nos últimos anos, mesmo após mais uma experiência trágica no país e no mundo, a do Covid-19.

No entanto, de acordo com relatos de sua mãe, foi levada para vacinar sem conhecimento sobre o motivo da medida, sabia apenas que era para a criança ficar bem. Esse relato pode levar a compreender como ocorreu o processo de promoção e prevenção de doenças, com pouca participação da população, o que pode ter dificultado a efetividade da imunização na época. Segundo seu relato, depois que foi imunizada apresentou efeitos colaterais, no mesmo dia. Foi levada para hospitais e posteriormente para uma instituição na qual estavam concentradas crianças na mesma situação. Foi então que recebeu o diagnóstico.

Relata que foi assim que começou sua luta. Inicialmente usando botas ortopédicas até a altura do quadril, ou gesso, o que já gerava bastante dificuldade na locomoção. Além de outras dificuldades, como na escola, sem recursos algum que possibilitassem adaptações para sua permanência. Diziam para sua família que a melhor opção seria não sair de casa. Quedas foram frequentes e com elas ficaram as marcas. Era impedida de participar das aulas de

¹ Disponível em: Biografia de Frida Kahlo - eBiografia. Acesso em: 20 out. 2022.

Educação Física, ouvindo sempre que era doente e por isso não podia. Excluída também das aulas de teatro, musicais e danças.

Um dos momentos marcantes de sua vida foi quando entrou para a fanfarra do colégio na adolescência e escutou o seguinte de um professor: “Olha! Um soldado quando vai para a guerra não pode ter problema nenhum. Se você quiser pode ir às apresentações com a fanfarra.”

Esse relato mostra como o capacitismo, nomenclatura recente, se enraizou na sociedade e como ainda é necessário combatê-lo. “Frida” disse ter ficado muito chateada, tendo até chorado, por ter sido impedida de fazer parte de um grupo, de tocar um instrumento musical. Situação na qual não foi lhe permitida a oportunidade de mostrar sua potencialidade e de fazer algo que a fizesse se perceber parte de algo. Teve a oportunidade de concluir o Ensino Médio já na vida adulta.

O Veado Ferido (1946)²



Fonte: Disponível em: 10 principais obras de Frida Kahlo (e seus significados) - Cultura Genial. Acesso em: 20 out. 2022.

Hoje, aos 56 anos, ressalta em seu relato ser mãe de uma filha e um filho perfeitos, o que permite pensar como o discurso da eugenia, apesar de não ter sido institucionalizado no Brasil, conseguiu disseminar a ideia de que a deficiência poderia ser transmitida por genes e que por isso o direito reprodutivo poderia não ser estendido às pessoas com deficiência.

A luta por seus direitos é diária, pois reconhece ainda a existência de preconceito e discriminações contra as pessoas com deficiência. Salienta que conhece pessoas que não conseguem sair de casa por vergonha e que procura ajudar essas pessoas que não são diferentes de ninguém. Conta que mesmo sendo uma pessoa forte, sofre com o preconceito em relação à sua sexualidade, uma vez que, nos encontros, ao perceberem a sua deficiência somem sem nem um adeus.

² O quadro "O Veado Ferido" apresenta uma criatura metamorfoseada, uma mistura entre a cabeça de Frida e o corpo de um animal. Na expressão da pintora não vemos nem medo nem desespero, Frida apresenta um ar sereno e compenetrado. A escolha do animal não é fortuita: o veado é um ser que representa, ao mesmo tempo, a elegância, a fragilidade e a delicadeza. Apesar de profundamente ferido, o veado segue o seu caminho. Frida, seguia em frente apesar das suas dores físicas e psicológicas.

Enfatiza que, na tentativa de vivenciar lazer, sempre questiona sobre a acessibilidade do local, e sempre é vista como uma pessoa que procura confusão. É ora tratada pelos responsáveis do local com desprezo ora como se fosse uma coitada, por ter sua autonomia restringida, por ser impedida de exercer seu direito de ir e vir de forma independente, com base na emancipação e justiça social.

“Frida” exerce sua cidadania, porém acredita que os governantes pouco fazem em prol da luta das pessoas com deficiência. E mesmo não tendo recebido orientação familiar sobre como enfrentar a vida, se mostra determinada em enfrentar essa guerra a cada vez que algo a tenta parar.

Essa história de vida, resumida em poucas palavras, é uma das razões desse estudo estar amparado nos estudos feministas da deficiência³, que trazem à tona questões relativas à experiência da deficiência que se interseccionam com outros marcadores sociais, como gênero, sexualidade, raça, classe e idade. Uma vez que, mulheres sem deficiência, ainda hoje são diminuídas, apagadas, precisando provar muito mais do que qualquer homem, seu valor na sociedade. Sendo para a maioria das mulheres com deficiência, o desafio mais difícil, pois têm a todo momento que reafirma que são seres humanos, em uma posição mais vulnerável à violência e à opressão social. E que mesmo dentro dos movimentos feministas, ainda precisam lutar por visibilidade, para que sejam reconhecidas em suas especificidades. Precisam a todo momento reivindicar por seus direitos, como acessibilidade; sexualidade; maternidade, mercado de trabalho e cuidado (EUGÊNIO; SILVA, 2022).

E por reconhecer meu lugar privilegiado de homem e sem deficiência, me vejo também como responsável na luta anticapacitista, para modificar a estrutura que mantém as dinâmicas de opressão e discriminação que atingem pessoas com deficiência. Corroborando com Lopes, Solvalagem e Busse (2020, p. 141), “não basta não ser capacitista, é preciso ser anticapacitista”, ao parafrasearem Angela Davis em sua frase célebre “não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”.

³ A eclosão dos estudos feministas da deficiência surgiu a partir da década de 1990 quando emergiram críticas, de teóricas como Risemarie Garland-Thomson (2002) e Eva Fedder Kittay (1999), aos estudos feministas que não faziam ponte com a experiência de mulheres com deficiência (LOPES; SOLVALAGEM; BUSSE, 2020).

Dedico este trabalho a todas as Pessoas com deficiência. Para que um dia possam sair de suas casas sem ter que pensar se enfrentarão dificuldades de acessibilidade, e que a partir de então, mesmo se o cuidado for necessário, que esse cuidado seja visto como direito e inerente à condição humana, mas jamais um impedimento para participação social.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Sandra Regina de Oliveira Ramos, minha mãe, mãe solo, que me trouxe à vida há quase 33 anos e desde então se doou a mim e seus outros filhos e filha. Esta mulher que não conseguiu realizar seu sonho de se tornar médica pediatra, mas conseguiu educar e amar seus filhos e filha privando-se de satisfazer necessidades básicas, de direito de todo ser humano, como ter um trabalho que lhe proporcionasse uma vida mais leve; acesso à saúde da mulher de forma humanizada; educação gratuita e de qualidade, e por último, mas não menos importante, ao lazer.

Serei eternamente grato a mamãe, que dedicou sua vida ao trabalho de ser mãe, concomitante ao trabalho doméstico e ao trabalho formal, travando várias batalhas para criar a mim e seus outros filhos e filha, entre elas, a do abandono parental, do meu genitor biológico, além da batalha contra o sistema do cisheteropatriarcado. Mesmo tendo recebido apoio para essas lutas (o meu e de outras pessoas que não cabe a mim dizer), jamais sentirei o que ela sentiu e como sentiu, nunca saberei como foi e é passar por isso.

À Roselay Nogueira Duarte, uma pessoa por quem guardo enorme carinho, que conheci no trabalho, em fevereiro de 2011 em um hospital de Belo Horizonte, me mostrou a importância de lutar por nossos direitos e a brigar por respeito. Uma amizade que persiste até hoje, resistiu à distância geográfica durante quatro anos, período da minha graduação em Educação Física em Uberaba (MG), mas que nunca perdeu a confiança, o afeto, o amor, o elo familiar.

Agradeço ao Leonardo Tolentino Lima Rocha, que participou desse meu processo e etapa acadêmica, mesmo entre alguns conflitos que travamos, amplificados por uma pandemia e um futuro permeado de incertezas, me apoiou como pode. Sou e serei grato por ter estado ao meu lado.

Agradeço à Associação dos Deficientes Físicos de Uberaba (ADEFU), local no qual pude vivenciar o estágio na área esportiva, acompanhando os treinamentos dos paratletas, suas batalhas por direitos, por reconhecimento, por participação social. Associação que me oportunizou viajar como *staff* (apoio) para o Centro de Treinamento Paralímpico em São Paulo, me possibilitou aprender a não pensar a deficiência como dependência, me provocou reflexões que pude aprofundar neste estudo.

À Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Instituição de Ensino Superior na qual me graduei Bacharel em Educação Física, universidade pública repleta de problemas estruturais e financeiros assim como muitas pelo Brasil, mas que se mantém por meio das

lutas de toda a comunidade por condições melhores. Foi nessa instituição que me formei enquanto cidadão político, crítico das questões sociais, das desigualdades e dos preconceitos enraizados em nossa sociedade, participando de forma tímida do movimento estudantil, do Diretório Central dos Estudantes, do Conselho de Ensino Universitário como representante discente, e nessa mesma função, participei do Colegiado de Curso de forma muito ativa. Agradeço a todas às minhas professoras e professores, em especial à minha orientadora de Iniciação Científica e Trabalho de Conclusão de Curso, Dra. Aline Dessupoio Chaves, professora que foi mais que orientadora de trabalhos acadêmicos, foi orientadora da minha vida profissional e acadêmica, que interseccionam minha vida pessoal. Agradeço também aos colegas que fiz e aos amigos Bruno da Silva Conceição, Maria Victória Fonseca Zitti e Ana Laura Soares, amigas e amigo da graduação com os quais mantenho até hoje conversas que promovem importante crescimento pessoal, bem como trocas profissionais.

À Dra. Cristiane Miryam Drumond de Brito, professora do curso de Terapia Ocupacional e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A pessoa a qual devo muito esta etapa da minha vida acadêmica, por me orientar durante o processo de seleção da pós-graduação e por ter me apoiado durante o mestrado.

Aos professores da banca de arguição pela empatia durante o processo de seleção do Mestrado 2020/1, ocorrida em meio à pandemia da Covid-19, período de intenso estresse emocional. À Profa. Dra. Ana Cláudia Porfírio Couto e ao Prof. Dr. José Alfredo Oliveira Debortoli, este que já conhecia do curso de Licenciatura em Educação Física da UFMG, ambos professores de extrema sensibilidade e conhecimento humano.

A todos os professores e professoras do PPGIEL, tanto àqueles (as) com quem tive oportunidade por meio de suas aulas aprender a ser um ser humano pesquisador, quanto àqueles (as) que não tive ainda a oportunidade de conhecer. Ao secretário do PPGIEL e colega de mestrado Danilo da Silva Ramos, por seus atendimentos sempre de forma cortês e amigável. Ao Grupo Oricolé pelas orientações iniciais quando este trabalho ainda era apenas um projeto.

Ao GESPEL e mais uma vez à Profa. Dra. Ana Cláudia, que me acolheu no Grupo e me possibilitou vivenciar a docência no estágio docente durante a disciplina de Sociologia do Esporte, junto com a Namuetcha, colega e amiga do mestrado, com quem tive a oportunidade de conversar sobre os anseios desse percurso acadêmico.

À minha orientadora de mestrado, Profa. Dra. Tânia Mara Vieira Sampaio, que me permitiu a liberdade da construção do meu projeto, liberdade esta que em alguns momentos

pensei ter sido negativa, que teria dificultado o processo de desenvolvimento deste trabalho acadêmico. Mas, apesar de poucos encontros e alguns desencontros, foram o suficiente para o desenvolvimento deste trabalho e para meu crescimento acadêmico e pessoal.

Aos paratletas, protagonistas deste estudo, pois aqui, sou apenas um intermediário, um aprendiz de pesquisador, um privilegiado por estar na academia, na universidade pública e poder ser um instrumento de luta, um reforço ao movimento das pessoas com deficiência.

E não poderia esquecer de agradecer às políticas públicas para a educação implantadas pelo Governo Federal do Partido dos Trabalhadores, pois foi somente com elas que pude estudar em uma Universidade Federal criada também durante esse governo, que respeitaram a democracia. Democracia que me permite, ao mesmo tempo, agradecer e fazer críticas ao sistema educacional em prol de mais educação de qualidade, pautada na justiça social.

Para finalizar, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), agência de fomento que possibilitou o andamento e conclusão deste estudo.

“Nada sobre nós, sem nós”

(Movimentos Sociais e Políticos de Pessoas com deficiência)

RESUMO

Pensar o lazer de pessoas com deficiência física, que trazem em seus corpos suas singularidades, e diversas possibilidades de ser humano, associadas à prática de atividades esportivas paralímpicas é um trabalho complexo. Os corpos das pessoas com deficiência foram marcados no decorrer do tempo pela exclusão, segregação, integração e continuam sendo marcados pelas lutas pela inclusão. Inclusão para participar dos espaços sociais, sejam eles de lazer, esporte, educação, trabalho e saúde, que permanecem não promovendo a acessibilidade, no seu mais amplo sentido, que vai além de estruturas físicas, bem como de condições que permitam uma participação social diversa. “Como as pessoas com deficiência física praticantes do esporte paralímpico vivenciam o lazer?”, foi a questão que problematizou a pesquisa, para assim, alcançar o objetivo principal de “verificar a percepção de paratletas sobre como a experiência com o esporte paralímpico influenciou suas experiências de lazer”. Por meio do instrumento da entrevista narrativa proposto pelo método da pesquisa (auto)biográfica. Tendo como lema “Nada sobre nós, sem nós”, o método estabelecido foi uma tentativa de realizar uma pesquisa emancipatória, que tem uma de suas características métodos de pesquisa que englobem a experiência da deficiência. Para tanto as pessoas com deficiência física, atletas do esporte paralímpico, ao compartilhar suas histórias ou parte delas, assumem o papel principal da pesquisa, com histórias contadas e vividas por elas, da prática do esporte paralímpico possibilitada por uma Associação para pessoas com deficiência física. Histórias de conquistas, dificuldades e sonhos, num processo de reflexão do que é ser e tornar-se atleta. As narrativas despertam para as mais variadas possibilidades de se vivenciar o lazer, como contemplar a natureza; se distrair; sair e beber com amigos; assistir filme; cozinhar; fazer churrasco com a família; ouvir música; viajar; namorar; descansar e não fazer nada, além de treinar para a modalidade esportiva, realizar fisioterapia e estudar. Foi observado que as possibilidades de lazer fora de casa são ampliadas e mediadas pela Associação destinada às pessoas com deficiência física. As atividades e relações sociais promovidas pela Associação estimularam as pessoas com deficiência física a saírem mais de casa. A prática esportiva significa vida para as e os atletas, tiveram a oportunidade de (re)construir a vida, têm a chance de serem motivação para alguém que ainda acha que não pode fazer nada, devido ao preconceito fruto do capacitismo arraigado na sociedade. Junto com a ONG, as famílias, principalmente as mães, formam uma rede de apoio, de cuidado, mais forte para as pessoas com deficiência. E o engajamento para a prática esportiva é a conquista de confiança para realização de atividades da vida diária de maneira mais autônoma, bem como aquisição de força física e bens materiais, promoção da manutenção do equilíbrio da saúde física e mental, e a conquista de uma profissão, a de atleta. A falta de acessibilidade foi uma constatação unânime durante as viagens para competições e para realizarem atividades da vida diária. O discurso da normalidade que trata o corpo diferente com inferioridade, um discurso capacitista, limitador da existência das pessoas com deficiência, também se fez presente nas narrativas. Conclui-se que o esporte paralímpico, promovido por uma Associação para pessoas com deficiência, pode ser uma porta de entrada para as vivências de lazer dessas pessoas, é um estímulo para que saiam de casa, conheçam e experienciem as mais diversas possibilidades do lazer. Além de possibilitar às pessoas com deficiência ocupar espaços ainda hoje destinados somente à um modo de ser, aquele pautado no padrão da “normalidade” biológica, que segrega e rejeita a diversidade.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência. Lazer. Esporte paralímpico.

RESUMEN

Pensar en el ocio de las personas con discapacidades físicas que llevan en sus cuerpos sus singularidades, varias posibilidades de ser humano, y asociadas a la práctica de actividades deportivas paralímpicas es un trabajo complejo. Los cuerpos de las personas con discapacidad han estado marcados a lo largo del tiempo, por la exclusión, la segregación, la integración y siguen estando marcados por las luchas por la inclusión. La inclusión para participar en los espacios sociales, ya sean de ocio, deporte, educación, trabajo y salud, que aún no promueven la accesibilidad, en su sentido más amplio, que va más allá de las estructuras físicas, así como las condiciones que permiten una participación social diversa. "¿Cómo viven el ocio las personas con discapacidades físicas que practican deportes paralímpicos?", fue la pregunta que problematizó la investigación, para lograr el objetivo principal de "comprobar la percepción de los paratletas sobre cómo ha influido la experiencia con el deporte paralímpico en sus vivencias de ocio". Mediante el instrumento de la entrevista narrativa que propone el método de investigación (auto)biográfica. Teniendo como lema "Nada sobre nosotros, sin nosotros", el método establecido fue un intento de llevar a cabo una investigación emancipadora, que tiene, como una de sus características, métodos de investigación que abarcan la experiencia de la discapacidad. Para ello, las personas con discapacidad física, deportistas en el deporte paralímpico, al compartir sus historias o parte de ellas, asumirían el papel principal en la investigación, con historias contadas y vividas por ellos con la práctica del deporte paralímpico que posibilita una Asociación para personas con discapacidad física. Historias de logros, dificultades y sueños, en un proceso de reflexión de lo que es ser y llegar a ser un deportista. Las narraciones despiertan las más variadas posibilidades de vivir el ocio, como contemplar la naturaleza; distraerse; salir a tomar algo con los amigos; ver películas; cocinar; hacer una barbacoa con la familia; escuchar música; viajar; tener citas; descansar y no hacer nada, además de entrenar la modalidad deportiva, realizar fisioterapia y estudiar. Se ha observado que las posibilidades de ocio fuera del hogar se amplían y están mediadas por la Asociación para personas con discapacidades físicas. Las actividades y relaciones sociales promovidas por la Asociación animan a las personas con discapacidades físicas a salir más de casa. La práctica del deporte significa la vida para los atletas, tienen la oportunidad de (re)construir sus vidas, tienen la oportunidad de ser una motivación para alguien que todavía piensa que no puede hacer nada, debido a los prejuicios derivados de la discapacidad arraigados en la sociedad. Junto con la ONG, las familias, especialmente las madres, forman una red de apoyo, de atención, que es más fuerte para las personas con discapacidad. Y el compromiso para la práctica deportiva es el logro de la confianza para realizar las actividades de la vida diaria de una manera más autónoma, así como la adquisición de la fuerza física y los bienes materiales, hizo posible el mantenimiento del equilibrio de la salud física y mental, y el logro de una profesión, la de un atleta. La falta de accesibilidad fue una constatación unánime durante los desplazamientos a las competiciones y para realizar las actividades de la vida cotidiana. El discurso de la normalidad que trata un cuerpo diferente con inferioridad, un discurso capacitador, que limita la existencia de las personas con discapacidad, también estaba presente en las narraciones. Concluimos que el deporte paralímpico, promovido por una Asociación de personas con discapacidad, puede ser una puerta de entrada a las experiencias de ocio de estas personas, es un estímulo para que salgan de casa, conozcan y experimenten las más diversas posibilidades de ocio. Además de permitir que las personas con discapacidad ocupen espacios que, aún hoy, siguen destinados a una sola forma de ser, la basada en el estándar de "normalidad" biológica, que segrega y rechaza la diversidad.

Palabras clave: Personas con discapacidad. Ocio. Deportes paralímpicos.

ABSTRACT

Thinking about the leisure of people with physical disabilities who carry in their bodies their singularities, several possibilities of being human, and associated to the practice of paralympic sports activities is a complex work. The bodies of people with disabilities have been marked, throughout time, by exclusion, segregation, integration, and continue being marked by the struggle for inclusion. Inclusion to participate in social spaces, be they leisure, sports, education, work, and health, which still do not promote accessibility, in its broadest sense, which goes beyond physical structures, as well as conditions that allow a diverse social participation. "How do people with physical disabilities practicing paralympic sport experience leisure?" was the question that problematized the research, so as to achieve the main objective of "verifying the perception of parathletes about how the experience with paralympic sport influenced their leisure experiences". Through the narrative interview instrument proposed by the (auto)biographical research method. Having as a motto "Nothing about us, without us", the established method was an attempt to carry out an emancipatory research, which has one of its characteristics research methods that encompass the experience of disability. To this end, the people with physical disabilities, athletes in paralympic sports, by sharing their stories or part of them, took on the main role in the research, with stories told and lived by them with the practice of paralympic sports made possible by an Association for people with physical disabilities. Stories of achievements, difficulties, and dreams, in a reflection process of what it is to be and to become an athlete. The narratives bring up the most varied possibilities of experiencing leisure, such as contemplating nature; being entertained; going out and drinking with friends; watching movies; cooking; barbecuing with the family; listening to music; traveling; dating; resting and doing nothing, besides training for the sport, doing physical therapy, and studying. It was observed that leisure possibilities outside the home are expanded and mediated by the Association for people with physical disabilities. The activities and social relationships promoted by the Association encouraged people with physical disabilities to go out more. The practice of sports means life for the athletes, they have the opportunity to (re)build their lives, they have the chance to be motivation for someone who still thinks they can't do anything, due to the prejudice that is the result of the disability rooted in society. Together with the NGO, families, especially mothers, form a stronger support and care network for people with disabilities. And the engagement to practice sports is the achievement of confidence to perform daily life activities in a more autonomous way, as well as the acquisition of physical strength and material goods, made possible the maintenance of physical and mental health balance, and the achievement of a profession, that of an athlete. The lack of accessibility was a unanimous finding during trips to competitions and to perform activities of daily living. The discourse of normality that treats a different body with inferiority, a capacitating discourse that limits the existence of people with disabilities, was also present in the narratives. We conclude that paralympic sports, promoted by an Association for people with disabilities, may be an entrance door to the leisure experiences of these people, it is a stimulus for them to leave home, get to know and experience the most diverse leisure possibilities. In addition to enabling people with disabilities to occupy spaces which, even today, are still designated to only one way of being, the one based on the biological "normality" standard, which segregates and rejects diversity.

Keywords: Disabled people. Leisure. Paralympic sports.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Símbolos de acessibilidade

Figura 2 - Nova versão do símbolo de Deficiência Física - ênfase na autonomia

Figura 3 - Símbolo Paralímpico – Agitos

Figura 4 – A complexidade do lazer das pessoas com deficiência

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparativo entre a primeira e segunda geração do modelo social de deficiência

Quadro 2 – Conceitos de Lazer

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT NBR	Associação Brasileira de Normas Técnicas Norma Brasileira
ADEFU	Associação dos Deficientes Físicos de Uberaba
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDPD	Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência
COVID-19	Coronavírus-19
CPB	Comitê Paralímpico Brasileiro
IES	Instituição de Ensino Superior
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONGs	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
SAI	Símbolo Internacional de Acesso
TCC	Trabalho de conclusão de curso
TCLE	Termo de consentimento livre e esclarecido
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
WRLA	World Leisure and Recreation Association

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	19
1.1 Problema de pesquisa	23
1.2 Objetivo Geral	23
1.3 Objetivos Específicos	23
2. METODOLOGIA	24
3. DIREITO AO LAZER DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA UMA CONQUISTA EM PROCESSO	29
3.1 Da segregação à inclusão	29
3.2 Estudos da Deficiência	33
3.2.1 O corpo na perspectiva anticapacitista	36
3.2.2 Corponormativo e Capacitismo: nomenclaturas necessárias	40
3.2.3 Corpo político: uma perspectiva emancipatória	42
3.2.4 Mito da independência	47
3.3 Marcos Legais: Uma reflexão	49
3.3.1 Dos documentos legais à efetividade	53
4. LAZER, ESPORTE E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	63
4.1 Pessoas com deficiência e Esporte Paralímpico	66
4.1.1 Breve histórico do esporte para Pessoas com deficiência	68
4.1.2 Sobre a inclusão da pessoa com deficiência por meio do esporte	73
4.1.3 Compreendendo o capacitismo e a corponormatividade pelo esporte	74
4.1.4 A constituição de redes de apoio às pessoas com deficiência	77
4.1.5 Megaeventos e o lugar do esporte paralímpico	79
4.2 Lazer e Pessoas com deficiência	80
4.2.1 Estudos do Lazer e Pessoas com deficiência	80
4.2.2 Construindo possibilidade para pensar o Lazer e Pessoas com deficiência	89
4.2.3 Espaço do lazer da pessoa com deficiência	90
4.2.4 Lazer e acessibilidade	94
4.2.5 O turismo acessível com possibilidade de lazer	96
5. SOBRE AS VIVÊNCIAS DE LAZER: NARRATIVAS DE ATLETAS DO ESPORTE PARALÍMPICO	100
5.1 Um breve perfil das e dos atletas protagonistas da pesquisa	100
5.2 Entrevistas Narrativas	102
5.3 Narrativas: as temáticas que orientaram as entrevistas	105
5.3.1 O que é Lazer e vivências	105
5.3.2 O lazer antes e influências da prática esportiva	111

5.3.3	Acessibilidade e as barreiras do capacitismo	115
5.3.4	As políticas de inclusão e suas repercussões para o lazer	122
5.3.5	O papel da ONGs e da família: as redes de apoio	125
5.3.6	Os efeitos da pandemia do Covid-19 no esporte e lazer dos paraltetas	129
5.3.7	Inserção, exclusão e falta de investimento: alguns aspectos do esporte paralímpico	131
5.3.8	Motivação e o significado da prática esportiva	135
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
	REFERÊNCIAS	143
	APÊNDICES	168
A.	Carta de Autorização de Pesquisa	168
B.	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	170

1. INTRODUÇÃO

O interesse em compreender a história de resistência das pessoas com deficiência se deu em virtude da convivência com uma amiga, uma pessoa que não se limita à sua deficiência física; não se percebe inferior; luta por seus direitos e enfrenta até mesmo diagnósticos médicos que poderiam impedir parte de suas atividades. A graduação em Educação Física, que realizei na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), somente estimulou o interesse em investigar a vivência de pessoas com deficiência. Com os estudos na área, percebi que a ideia de “educar corpos” precisa ser problematizada uma vez que minha amiga, em suas ações, não obedecia a esse princípio “educador do corpo”, subvertendo essa lógica da normatividade que predomina na sociedade.

Desde o início da graduação em Educação Física, os sujeitos de interesse para investigação no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) já estavam definidos, as pessoas com deficiência. O projeto foi apresentado às disciplinas, não sendo desenvolvido em decorrência do tempo para a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa. Porém, mesmo não tendo sido desenvolvida essa pesquisa com pessoas com deficiência, tive a oportunidade de conhecer a Associação dos Deficientes Físicos de Uberaba (ADEFU) durante a graduação, e realizar meu estágio obrigatório na área esportiva com os paratletas da Bocha e do Atletismo Paralímpico, além de ser *staff* (apoio) durante a Copa Brasil de Bocha de Pares e Equipes que aconteceu no Centro de Treinamento Paralímpico em São Paulo no ano de 2017.

A ADEFU é uma organização não governamental sem fins lucrativos fundada em 1989. Tem como objetivo a promoção social das pessoas com deficiência física e/ou múltipla, bem como de seus familiares. Uma de suas finalidades é viabilizar a proposta de habilitação e reabilitação física, social, educacional, profissional, esportiva e cultural dos associados. Dentre as diversas atividades oferecidas, há esportes adaptados na modalidade de atletismo, basquete, bocha e hidroterapia (UBERABA, 2017).

Além dessas finalidades, durante o estágio pude perceber que a prática de esportes na ADEFU permitia às pessoas com deficiência irem além da habilitação para o esporte e/ou reabilitação por meio dele. Outras formas de interações sociais aconteciam: a diversão das brincadeiras, diálogos sobre namoros, confraternizações, viagens e experiências que vivenciavam em diversas cidades, estados e países através das competições esportivas.

É importante salientar que o estágio na ADEFU foi uma solicitação que fiz à Coordenação do Curso, uma vez que o estágio esportivo até então era somente realizado em um Clube particular e destinado ao lazer e prática esportiva da classe média alta da cidade e

sem a participação de pessoas com deficiência. Por meio dessa solicitação foi promovida a realização do estágio esportivo com pessoas com deficiência a outros discentes do curso.

Observando e participando, durante a graduação, da dinâmica da universidade, no ensino, na pesquisa e na extensão, algo me inquietava, percebia lacunas na articulação desse tripé acadêmico. A pesquisa ainda que desenvolvida em projetos de extensão, e apesar da pesquisa e extensão ter como objetivo proporcionar o ensino, percebia que faltava nelas a conexão social. Necessitava existir um encontro entre a sociedade e a universidade que fosse maior que somente um espaço de aprendizagem de discentes com as atividades dos projetos ou uma forma oportuna de ampliar a produção acadêmica sem que houvesse um retorno social, uma continuidade de ações e o impulsionamento de políticas públicas.

Sempre foi uma questão a me assolar esses muros invisíveis que separavam a universidade da sociedade, da comunidade externa. Enxergava como insuficiente a comunidade se beneficiar das práticas acadêmicas somente enquanto durassem os poucos projetos de pesquisa/extensão. Sentia a carência de mais projetos e para além, a permanência dos seus benefícios à sociedade. Ademais, a participação da comunidade na identificação e solução de problemas sociais. Reconheci que a universidade pode fazer mais para e com a sociedade. Por isso, vejo como necessidade compreender o lazer das pessoas com deficiência e investigar as possíveis oportunidades de vivência do lazer que essas pessoas têm por meio do esporte e de suas inserções em instituições não governamentais. E agora, também compreender os possíveis efeitos da pandemia do Covid-19 nessa vivência do lazer das pessoas com deficiência já tão cerceadas pela (des)organização das cidades, pelo preconceito e pela invisibilidade.

Nesse sentido, surgiu a necessidade em desenvolver esta pesquisa em nível de mestrado com objetivo de verificar, por meio das narrativas dos sujeitos desta pesquisa, se as percepções iniciais ainda na graduação, de que a prática de esporte na ADEFU ultrapassava a dimensão do esporte como habilitação e reabilitação, e teria se tornado para as pessoas com deficiência uma possibilidade de vivenciar lazer.

Do ponto de vista acadêmico, o desenvolvimento desta pesquisa se justifica pelo esporte ter um papel importante na vida das pessoas com deficiência, não restrito apenas à reabilitação que, segundo Souza (2001), dentre os objetivos do esporte um deles é o lazer e a elevação do autoconceito destas pessoas. Portanto, o esporte adaptado ocupa e desempenha um papel importante na sociedade, porque ele auxilia no combate ao preconceito e estereótipos que existem em torno das pessoas com deficiência (HEIL, 2008). Sendo assim, a perspectiva dessa pesquisa é que a prática esportiva em espaços comunitários, como na

ADEFU, pode viabilizar e proporcionar lazer como uma potente oportunidade de socialização, resistência e divertimento para pessoas com deficiência.

Associar esporte, pessoas com deficiência e lazer exige reflexões complexas, as quais não se tecem de forma separada. O esporte e o lazer, mesmo que distintos, são práticas imersas e articuladas em conjunto de normas, valores, hábitos, formas de viver dinâmicas e, por vezes, conflituosas (UNGHERI; ISAYAMA, 2019); abordá-los a partir da experiência de pessoas com deficiência pode gerar maior complexidade ainda. Sendo assim, indaga-se: o esporte para pessoas com deficiência seria uma possibilidade potencial de vivências de lazer?

O esporte quando associado ao alto rendimento e a eficácia, como esporte-espetáculo pode transformar-se em mercadoria e gerar uma exigência de normatividade para os corpos. Os corpos, em suas performances atléticas, são quantificados com exatidão matemática (GUTTMANN, 2004). As pessoas com deficiência vivem, de certa forma, uma desvantagem nessa construção do corpo perfeito, uniformizado, bem como no esporte de alto rendimento, pois não se ajustam aos mesmos critérios de rendimento e eficácia (ZOBOLI; BARRETO, 2006). E é comum a sociedade associar a pessoa com deficiência à falta de produtividade, ou seja, o fracasso é facilmente apontado e o sucesso é pouco percebido.

As experiências corporais parecem ser diversas, no entanto o corpo como objeto de estudo da área de Educação Física, do esporte e do lazer, por vezes, é analisado de forma binária, na qual se separa corpo/mente e considera a mente a comandante desse corpo e o corpo inferior a ela. Com advento da revolução industrial e de correntes filosóficas positivistas esse corpo foi sendo tratado como máquina, às vezes perfeita, às vezes defeituosa com necessidades de reparo. Atualmente esse corpo vem sendo submetido a experiências de supervalorização as quais deve ser moldado com alimentação, exercícios, perda de peso, aumento de massa muscular entre outros aspectos. Em narrativas na área da saúde, o corpo perfeito está no centro e, assim, o corpo não pensa e pode apenas ser medido através de sangue, músculos e ossos (PEREIRA; GOMES, 2017), trazendo, à medida que o normaliza, processos de uniformização. Essa uniformização está exposta nas mídias atuais, seduzindo e instigando pessoas a entrarem nesta ditadura da beleza com modelos de referência quase inatingível para a maioria (SANTOS; RIBEIRO, 2019).

Este estudo tem como propósito, criticar a ideia de corpo fixado tanto pelo capitalismo quanto pela biologia, o corpo humano não é máquina de produção, não é apenas um sistema musculoesquelético, e não é passível de medidas de padronização para se enquadrar ou não dentro de uma suposta normalidade. E as atividades realizadas por esse corpo não visam somente o desenvolvimento físico, a aquisição de habilidades e capacidades, e não adotam um

conceito meramente utilitarista e funcionalista. O corpo humano é expressão cultural, é constituído de relações sociais, é a reunião de experiências e histórias, é sobretudo significado.

Compreendo que o lazer pode e assume diversas possibilidades, estabelece relação com diversas áreas, pode ser vivenciado por meio de inúmeras atividades, bem como produz e cria alternativas variadas. O que leva a considerá-lo um instrumento de conhecimento, portanto, longe de ser atividade alienadora, mas sem a ingenuidade de que pode ser usado para este fim. Outro aspecto a considerar é a dicotomia entre a vivência do lazer e do trabalho para pessoa com deficiência nessa sociedade que não gera igualdade de oportunidades para essas pessoas no mercado de trabalho (BEZERRA; VIEIRA, 2012). Portanto, limitar a um conceito, mesmo que este assuma um caráter amplo, poderia restringir práticas e visões dentro do que o campo acadêmico científico entende como lazer, ócio, diversão e divertimento.

Como nos alerta Gomes (2004), no Dicionário Crítico do Lazer:

é demasiado arriscado definir, com exatidão, o momento histórico em que o lazer se configura na sociedade ocidental. A busca pela compreensão do passado é sempre uma tarefa restrita, mutilada e hermética. Nessa direção, resalto um instigante exercício: percorrer obras de época em busca de elementos que auxiliem a compreensão do processo de constituição histórica do lazer. Os dicionários, por exemplo, mesmo sendo pejorativamente considerados "senso comum", reúnem os termos empregados no vocabulário de uma determinada língua, bem como os significados a eles atribuídos em cada contexto histórico, pois um determinado entendimento pode transformar-se e evoluir-se ao longo dos tempos. (p.138)

A intenção deste estudo é dar espaço para que as possibilidades de lazer das pessoas com deficiência possam ser narradas e efetivadas. Tendo em vista que a compreensão dos signos deva abranger tempo, espaço, sociedades e suas dinâmicas culturais e econômicas. É intenção aqui também descobrir como as pessoas se apropriam dos espaços e se têm essa oportunidade, bem como se há políticas públicas ou organizações e instituições que criam essas oportunidades de forma a incluir e viabilizar a participação de todos na vivência do lazer. Essa pesquisa pretende deslocar o olhar midiático do corpo perfeito e performático, para analisar como as pessoas com deficiência, que praticam esportes, relacionam essa vivência com o lazer.

1.1 Problema de pesquisa

Quais e de que forma fatores favorecem ou atuam como barreiras ao lazer de pessoas com deficiência física praticantes do esporte paralímpico?

1.2 Objetivo Geral

Analisar a relação de paratletas com o lazer.

1.3 Objetivos Específicos

- Investigar quais vivências constituem o lazer na vida cotidiana das pessoas com deficiência física antes e depois da prática esportiva paralímpica.
- Verificar a percepção de paratletas sobre como a experiência com o esporte paralímpico influenciou suas experiências de lazer.
- Analisar o significado da prática de esportes paralímpicos para as pessoas com deficiência física.
- Analisar a relação da família e de redes de apoio nas experiências de lazer dos paratletas.
- Identificar o que faz as pessoas com deficiência física se engajarem em atividades esportivas e de lazer.

2. METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como qualitativo, pois trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo a um espaço mais íntimo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser limitados à instrumentalização de variáveis (MINAYO, 2001). Possui caráter exploratório-descritivo, por objetivar tornar mais explícito e descrever determinado fenômeno (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Segue o método das pesquisas (auto)biográficas, utilizadas nos estudos das ciências sociais, por contribuírem para o estudo da forma como os seres humanos experimentam o mundo. As narrativas como metodologia de pesquisa valorizam e exploram as dimensões pessoais dos sujeitos, seus afetos, sentimentos e trajetórias de vida, e levam à percepção da complexidade das interpretações que os sujeitos pesquisados fazem de suas experiências e ações, sucessos e fracassos e dos problemas que enfrentam (SANTOS; GARMS, 2014).

De acordo com a interpretação de Jovchelovitch e Bauer (2002), é aconselhável que a “entrevista narrativa” se processe em quatro fases: 1. a iniciação, em que o entrevistador formula o tópico ou a questão central da pesquisa; 2. o entrevistado começa sua narração e não deve ser interrompido; 3. é a etapa do questionamento, na qual o entrevistador pode obter determinados esclarecimentos depois de o entrevistado ter finalizado seu discurso mais autônomo (quando menciona que já falou tudo, que não sabe mais o que falar etc.); 4. a última fase é aquela na qual, após encerrada a gravação, o entrevistado ainda tem espaço para uma conclusão.

Já para Schütze (2010), a entrevista narrativa é composta por três partes principais: 1. a narrativa é orientada para que o entrevistado discorra sem interrupção sobre toda a sua história de vida ou sobre uma fase dessa história; 2. o pesquisador procura explorar, com perguntas, aqueles fragmentos de narrativa que não ficaram suficientemente claros, às vezes, para o próprio informante; e 3. a descrição de situações e eventos repetitivos e na realização de perguntas de tipo teórico, como “por quê?”. Fase na qual o pesquisador sugere que o informante elabore as explicações para os acontecimentos de sua vida.

Segundo Jovchelovitch e Bauer (2002), na entrevista narrativa os entrevistados devem se sentir encorajados a falar livremente. Para isso, há uma questão orientadora geral, ou seja, uma questão inicial, que aborde algo de sua vivência, de seu dia a dia, que o motive a falar naturalmente sua trajetória de vida, por exemplo. Outras questões podem ser elaboradas para

o caso da narrativa ser curta ou para o aprofundamento de determinado aspecto abordado pelo informante.

Portanto, para abrir o diálogo foi feita a seguinte introdução: Conte-me um pouco de sua trajetória no esporte e como você vivencia o lazer no seu dia a dia e nos períodos de competições.

Após a saturação da narrativa inicial, os itens a seguir orientaram a produção de narrativas mais detalhadas acerca do lazer dos paratletas, assim como contribuíram para a compreensão da trajetória de cada sujeito no esporte.

- Fale mais sobre o que é lazer para você e a sua principal atividade de lazer.
- Relate sobre a existência de barreiras que impedem e ou dificultem o seu lazer (no seu dia a dia, para os treinamentos, nas viagens e hospedagens).
- Diga-me se existem facilitadores para o seu lazer.
- Comente o papel das ONGs no seu processo de prática esportiva e no seu lazer.
- Se conhece ou participou de algum projeto/programa de lazer, relate sua experiência.
- Comente como a sua prática esportiva influencia na sua vida e no seu lazer.
- Relate sua percepção do envolvimento da sua família nas suas experiências de esporte e lazer.
- Cite alguns lugares que visitou por meio da prática esportiva. E conte-me se enfrentou alguma dificuldade durante as viagens.
- Descreva como vivenciava o lazer antes da prática esportiva e diga como é agora.
- Como você vê as políticas de inclusão? De que forma podem ser mais eficientes?
- Conte-me como a Pandemia do Covid-19 interferiu na sua prática esportiva e no seu lazer.
- Conte-me mais sobre suas experiências de lazer nos lugares (cidades/países) em que competiu. E sobre as diferenças nos acessos aos ambientes de lazer em relação aos encontrados na sua cidade, no Brasil.
- Discorra como se deu sua inserção no esporte.
- Diga-me o que de fato o/a faz se engajar nas suas atividades esportivas e de lazer.
- O que é para você praticar esportes? Quais sentidos você atribui? O que significa o esporte na sua vida?

Para a análise das entrevistas narrativas foi utilizada a técnica proposta por Schütze (2010), que inicia com uma apresentação textual e uma descrição completa da sequência dos dados. A seguir os passos para a análise:

1. a análise formal do texto, consiste em eliminar inicialmente todas as passagens não narrativas, para, em seguida, ordenar o texto narrativo “puro” segundo seus segmentos formais;

2. realiza-se uma descrição estrutural do conteúdo das partes apresentadas, que estão formalmente delimitadas umas das outras pelos elementos marcadores. Nesse momento da interpretação, também são empregados indicadores formais internos, tais como elementos de ligação entre as apresentações de eventos específicos ("então", "para", "porque", "todavia"); marcadores do fluxo temporal (“ainda”, “já”, "já naquele tempo", "de repente") ou ainda marcadores relativos à falta de plausibilidade e necessidade de detalhamento adicional (pausas demoradas, diminuição repentina do nível de atividade narrativa autocorreção com encaixes associados à apresentação de explicações de fundo).

3. Na abstração analítica o resultado da descrição estrutural do conteúdo é liberado dos detalhes apresentados nos fragmentos de vida específicos, ou seja, as expressões estruturais abstratas de cada período da vida são colocadas em relação sistemática umas com as outras, e, a partir dessa base, a biografia como um todo é construída, isto é, desde a sequência biográfica das estruturas processuais que dominaram a experiência em cada ciclo da vida até a estrutura processual dominante na atualidade.

4. Na análise do conhecimento, depois de averiguado o decurso dos eventos centrais e a sedimentação biográfica da experiência, torna-se possível explicitar os aportes teóricos argumentativos próprios do informante sobre sua história de vida e sua identidade.

5. O próximo passo da análise consiste em desligar-se da análise do caso individual e fazer comparação contrastiva de diferentes textos de entrevistas. Tanto em relação aos interesses de análise concretos quanto generalizantes, a escolha se orienta inicialmente por uma estratégia de comparação mínima entre os textos de entrevistas que, em vista dos fenômenos que interessam, indiquem semelhanças em relação ao texto de origem. Depois, em uma estratégia de comparação máxima serão selecionados textos de entrevistas com diferenças contrastantes em relação ao texto inicial, mas que ainda apresentam pontos e comparação.

6. Por fim, as diferentes categorias teóricas serão relacionadas sistematicamente umas com as outras em um último passo de análise, a construção de um modelo teórico. Trata-se aqui da ação recíproca dos processos biográficos sociais, a alternância espaço temporal de um pelo outro e sua contribuição para a formação biográfica com um todo.

O processo de análise envolveu releituras das entrevistas para mapear os conteúdos temáticos que se sobressaíram nas narrativas dos e das atletas de acordo com o roteiro base de apoio para a execução da pesquisa (auto)biográfica.

A pesquisa (auto)biográfica foi realizada em uma Associação para pessoas com deficiência física de uma cidade do interior de Minas Gerais, instituição destinada a promover a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência física da cidade e região por meio de projetos voltados ao esporte; arte, lazer; à educação infantil, de jovens e adultos; fisioterapia, psicologia e encaminhamento ao mercado de trabalho.

Foram sujeitos desta pesquisa oito pessoas com deficiência física, praticantes de modalidades esportivas paralímpicas. No momento da pesquisa a Associação possuía atletas praticantes do atletismo paralímpico, basquete em cadeira de rodas e bocha, tendo alguns alcançado resultados representativos em competições no cenário nacional e internacional.

A seleção dos sujeitos da pesquisa foi realizada de forma intencional, visto que consistiu em selecionar um subgrupo da população que poderia ser considerado representativo, e por conveniência, em razão da seleção das pessoas ser realizada mediante acessibilidade do pesquisador (GIL, 2016). Foram adotados os seguintes critérios de inclusão:

- a) possuir deficiência física;
- b) ser praticante de modalidade esportiva paralímpica;
- c) ter idade acima de 18 anos;
- d) consentir em participar da pesquisa através do preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

E como critérios de exclusão:

- a) recusa à participação da pesquisa;
- b) apresentação de deficiência intelectual.

As entrevistas foram realizadas mediante agendamento, autorização, consentimento e de forma individualizada. E em decorrência da Pandemia do Covid-19, após retomada das atividades presenciais, as entrevistas ocorreram de forma presencial, no período entre 23 e 27 de maio de 2022, seguindo os protocolos de segurança recomendados pela OMS (Organização Mundial de Saúde), como uso de máscara e álcool 70%. As entrevistas foram gravadas com vídeos e posteriormente transcritas para a análise.

Para a caracterização dos sujeitos da pesquisa, foi colhido o nome somente para controle do pesquisador, uma vez que na pesquisa utiliza-se nome fictício para preservar a identidade dos sujeitos; tipo de deficiência; sexo/gênero; idade; raça/etnia; escolaridade; profissão; classe social; cidade/estado da residência; meio de transporte mais utilizado; tempo

de associação a ONG. Foi ainda solicitado classificação funcional, modalidade esportiva, tempo de prática e principais competições em que participou.

A pesquisa foi conduzida respeitando cuidados éticos como anonimato e participação voluntária, das normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde (Resolução 466/12 e 510/16) após aprovação do Comitê de Ética, sob o parecer de número 5.356.581 informado no Certificado de Apresentação de Apreciação Ética de número 55187422.1.0000.5149.

O projeto foi submetido à Plataforma Brasil⁴ para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos no dia 07/01/2022 e aprovado no dia 19/04/2022, após uma devolutiva em 26/02/2022 para correções no TCLE.

⁴ A Plataforma Brasil é uma base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/Conep. Permite que as pesquisas sejam acompanhadas em seus diferentes estágios - desde sua submissão até a aprovação final pelo CEP e pela Conep, quando necessário - possibilitando inclusive o acompanhamento da fase de campo, o envio de relatórios parciais e dos relatórios finais das pesquisas (quando concluídas). O sistema permite a apresentação de documentos também em meio digital, propiciando ainda à sociedade o acesso aos dados públicos de todas as pesquisas aprovadas. Pela Internet é possível a todos os envolvidos o acesso, por meio de um ambiente compartilhado, às informações em conjunto, diminuindo de forma significativa o tempo de trâmite dos projetos em todo o sistema CEP/CONEP. Disponível em: Plataforma Brasil (saude.gov.br). Acesso em: 20 out. 2022.

3. DIREITO AO LAZER DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA UMA CONQUISTA EM PROCESSO

3.1 Da segregação à inclusão

A construção no imaginário da sociedade sobre as pessoas com deficiência não acontece de forma linear. Do medo e hostilidade para com as pessoas com deficiência, da exclusão e abandono de crianças com má formação na Grécia Antiga (PACHECO; ALVES, 2007); da eliminação em Roma; para sentimentos de compaixão acompanhada pela decisão de educá-las e assisti-las a partir do século XVIII. Desde superstições que justificavam as deficiências como algo sobrenatural, na Antiguidade, até a reclusão e torturas na Idade Média, tratamento como doença nos séculos XVIII e XIX, o acolhimento terapêutico no início do século XX e os meios de integração e inclusão social a partir da metade do século XX (DE PAUW; GAVRON, 1995; SASSAKI, 2002). Porém, segundo Marques (2015), os processos de inclusão social hoje, são dificultados pela cultura de secundarização da pessoa com deficiência na sociedade, devido à herança ligada à necessidade terapêutica para reabilitação, repleto de influências da perspectiva biomédica.

Da exclusão, a pessoa com deficiência passou a segregação, mantidas em asilos, escolas especiais a fim de recuperá-las para a vida em sociedade (ARANHA, 2001). Momento no qual o modelo médico de percepção da deficiência contribuiu para a construção da resistência da sociedade em mudar suas estruturas e atitudes para incluir as pessoas com deficiência. Nessa perspectiva, a deficiência é relacionada à doença e as pessoas com essa característica são tratadas como incapazes, com limitações e carentes de cura (SASSAKI, 2002). Esse modelo favorece então a segregação em relação aos padrões estereotipados de normalidade da população (BAILEY, 2008).

De acordo com Seron *et al.*, (2021), o modelo médico da deficiência tira da sociedade e do Estado a responsabilidade das garantias dos direitos das pessoas com deficiência, atribuindo a somente elas seus infortúnios sociais. Oliver (1990), um dos precursores do modelo social, um dos críticos do modelo médico, o ironiza ao denominá-lo “teoria da tragédia pessoal da deficiência”, por sinalizar que a deficiência é um terrível evento casual e infeliz.

Essa noção, apesar de não ser, de maneira geral, incorporada no discurso dos atletas com deficiência, pode ser percebida na representação que a mídia faz das pessoas com deficiência. Essas marcas do modelo médico, podem ser identificadas também no processo de

desenvolvimento do esporte para pessoas com deficiência. Na perspectiva medicalizadora do modelo médico, o corpo com deficiência, que foge dos padrões, precisa ser consertado, curado, habilitado (SERON *et al.*, 2021). Constatação explícita na própria história do movimento paralímpico, o qual sua origem se dá para e pela reabilitação (LEGG; STEADWARD, 2011).

O modelo médico começou a ser criticado fortemente por ativistas com deficiência no final dos anos 1960, momento em que ocorria a legitimação dos Jogos Paralímpicos. Nesse período, a UPIAS (Union of Physically Impaired Against Segregation – União dos Lesados Físicos contra a Segregação), organização de resistência política e intelectual formada por pessoas com deficiência, surgiu para questionar a compreensão tradicional da deficiência, sustentadas até então apenas em abordagens biomédicas, argumentando que tal compreensão não deveria ser entendida como questão individual, mas sobretudo social (DINIZ, 2012).

A integração passa assim a ser promovida nos discursos, ou seja, as pessoas com deficiência convivendo em sociedade com as pessoas sem deficiência, é que teriam a responsabilidade de se ajustarem e se adaptarem às mesmas condições ambientais produzidas para pessoas sem deficiência. Apesar da reabilitação ter buscado no exercício físico, novos caminhos para possibilitar a integração das pessoas com deficiência na sociedade, evidenciando e maximizando suas capacidades por meio do esporte (CIDADE; FREITAS, 2002), a integração ainda deixava a cargo dessas pessoas a responsabilidade de se adaptarem ao ambiente construído para as pessoas sem deficiência.

Da integração então, emergem concepções que defendem a diferença e o respeito às peculiaridades das pessoas com deficiência. Surge o movimento de inclusão que não nega a integração, mas objetiva melhorá-la, fazendo com que a sociedade assuma responsabilidades acerca das condições oferecidas às pessoas com deficiência. Dessa forma, a sociedade deve se reconstruir para receber as pessoas com deficiência (SOLERA *et al.*, 2021). Dentre as ações direcionadas à inclusão, fortalece-se o olhar para o corpo e o movimento, trazendo possibilidades de inclusão por meio do esporte (FARIA; CARVALHO, 2010). Do esporte adaptado, ou seja, o esporte modificado ou criado para atender as necessidades das pessoas com deficiência.

Após o crescimento dos processos de inclusão social de pessoas com deficiência, pautados na ação conjunta de empoderamento e transformações em estruturas da sociedade, promovendo uma participação social plena, outra perspectiva de deficiência torna-se necessária, a do modelo social, que contrapõe o modelo médico, enfatizando as potencialidades das pessoas com deficiência (MUNSTER *et al.*, 2008). Para o modelo social,

cabe à sociedade eliminar as barreiras físicas e atitudinais para a inclusão das pessoas com deficiência, sendo essas barreiras as dificuldades de fato e não a deficiência (PEREIRA; SILVA; PEREIRA, 2006).

No modelo social de deficiência, as pessoas com algum comprometimento tornam-se deficientes quando a sociedade as priva de uma participação social plena. Seja por meio de barreiras no acesso, na mobilidade, de comunicação, entre outras (BAILEY, 2008). A inclusão torna-se, portanto, uma medida de equiparação de oportunidades, interação entre as pessoas com e sem deficiência e pleno acesso a recursos da sociedade por todos (MACIEL, 2000), com isso, há uma tentativa de se deslocar as pessoas com deficiência, da margem do contexto social para compor sua estrutura como os demais sujeitos (SOLERA et al, 2021).

O modelo social identifica a deficiência em uma configuração social marcada pela opressão, na qual as desvantagens sociais têm raízes numa conjuntura insensível à diversidade. O modelo social, então, constata que a deficiência não se localiza no corpo, mas em barreiras sociais. E reconhece que curas, intervenções psicológicas ou ajustes físicos ao corpo com deficiência não são e nem serão os recursos necessários para a efetiva inclusão (SERON *et al.*, 2021). Mas ao contrário, a inclusão das pessoas com deficiência exige a eliminação das barreiras sociais que as oprimem e limitam, além do desenvolvimento de políticas sociais (SMITH; BUNDON, 2018).

A deficiência compreendida a partir do modelo social permitiu o impulsionamento de diversas iniciativas políticas e sociais para garantir a cidadania e dignidade humana das pessoas com deficiência. Para efetivar a participação das pessoas com deficiência em espaços como clubes esportivos, estádios, academias e programas de exercícios. A apropriação das ideias do modelo social não só pelos atletas com deficiência, mas por todas as pessoas com deficiência e ou que convivem com essas pessoas pode ser libertador, pois se conscientizarão de que os problemas e impedimentos não estão na deficiência, mas sim nas barreiras urbanísticas, arquitetônicas, tecnológicas, nos transportes e nas comunicações, além das encontradas nas atitudes (SERON *et al.*, 2021). Logo, o apoio nesse modelo auxilia e auxiliou no desenvolvimento psicossocial de todos os envolvidos nas questões das pessoas com deficiência, fortalecendo atributos como autoestima e construção de uma identidade coletiva positiva (HILGEMBERG, 2019).

Embora este modelo social tenha contribuído nas principais pautas e debates sobre a compreensão da deficiência, é passível de críticas (SERON *et al.*, 2021). Uma delas diz respeito à tendência do modelo social da deficiência de rejeitar a experiência dos próprios corpos, reiterando que as diferenças físicas e restrições são exclusivamente de caráter social,

omitindo a vivência da deficiência ao recusar a experiência pessoal de restrições físicas, intelectuais e sensoriais do corpo. As críticas alegam também que o modelo social considera a diferença e representa as pessoas com deficiência como um único grupo (DEGENER, 2014; MORRIS, 1991; OLIVER, 2013).

Tais críticas têm gerado discussões e concebido outras perspectivas sobre a deficiência, entre elas a biopsicossocial e a dos direitos humanos (SERON *et al.*, 2021). A primeira teve seus princípios sustentados na Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde (CIF), da Organização Mundial da Saúde, aliando os modelos médico e social na intenção de analisar diferentes contextos da saúde envolvendo as perspectivas biológica, individual e social. Elaborando a concepção de que a deficiência é um fenômeno multidimensional resultante da interação entre as pessoas e seus ambientes físicos e sociais (DINIZ, 2012; WHO, 2001).

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde têm sido utilizada como parâmetro em intervenções nas áreas de saúde, política, educação e lazer em diversos países no mundo. O Movimento Paralímpico, por exemplo, adotou para categorizar os tipos de deficiência e designar se o atleta apresenta elegibilidade para a modalidade esportiva nos processos de classificação (IPC, 2020).

Desse modo, mais recente, o modelo de direitos humanos é fundamentado na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – CDPD, que tem como objetivo promover, proteger e garantir o gozo pleno e igual de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente (ONU, 2006). Considerado um marco para a mudança de paradigma da deficiência, do modelo médico para o modelo social, na política internacional que trata a deficiência e firma a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015).

O modelo de direitos humanos pauta-se no direito à dignidade humana e, somente se necessário for, nas características médicas da pessoa. Coloca a pessoa no centro das atenções em todas as decisões que a afeta (DEGENER, 2014). Sob o lema do modelo de direitos humanos, a prática de esportes para pessoas com deficiência é um direito humano fundamental. O artigo 30 da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), que trata da Participação na Vida Cultural, Recreação, Lazer e Esporte, legitima o direito das pessoas com deficiência de participação no esporte em igualdade de condições com as outras pessoas (HASSAN; MCCONKEY; DOWLING, 2014; TOWNSEND; SMITH; CUSHION, 2015). O que mostrou a necessidade de desenvolvimento

de políticas e práticas inclusivas que apoiem a plena participação de pessoas com deficiência no esporte (SERON *et al.*, 2021).

3.2 Estudos da Deficiência

O movimento político das pessoas com deficiência contribuiu para a emergência dos Estudos da Deficiência, possibilitando o surgimento do modelo social da deficiência, que contrapõe o modelo biomédico. O modelo social percebe a deficiência numa relação entre a sociedade e as pessoas com impedimentos e suas diferenças. Com isso, as pessoas com deficiência começam a ser reconhecidas como sujeitos de direitos a partir de uma perspectiva emancipatória, com garantias às suas necessidades (MAIOR, 2017).

A deficiência, no modelo biomédico, é vista como um incidente isolado, uma condição anômala associada à carga moral negativa da falta, do déficit, características que embasam as ações caritativo-assistencialistas reabilitadoras e curativas, que enquadram a pessoa com deficiência como objeto de políticas especiais, e pouco contempladas nas políticas públicas gerais. O modelo social, em oposição, entende a deficiência como uma categoria identitária, uma forma de opressão que se relaciona a outras categorias sociais como gênero, raça/etnia, sexualidade, classe. E é resultante da relação entre um corpo com impedimentos físico, sensorial, mental ou intelectual com um ambiente sem acessibilidade (BARNES, 2009; DINIZ, 2003; 2007; MELLO; NUERNBERG, 2012).

Segundo Marafon e Piluso (2020), para os teóricos da 1ª geração do modelo social, as desvantagens encontradas na deficiência seriam resultantes mais das barreiras que das lesões, nesse caso, quando eliminadas as barreiras, as pessoas com deficiência poderiam alcançar a independência. No entanto, tais teóricos eram, em sua maioria, homens brancos e escolarizados, que reproduziram discursos dominantes e que não enfrentaram as dificuldades relativas à experiência da deficiência na infância, na escolarização ou em qualquer momento antes de terem se tornado deficientes.

Portanto, assumiam um lugar de privilégio de um corpo que podia rejeitar qualquer questão caritativa que se apresentasse diante da deficiência. Advindo daí a ideia da reabilitação da deficiência, na tentativa de aproximar o corpo da pessoa com deficiência do considerado normal (MARAFON; PILUSO, 2020). Na perspectiva biomédica, a pessoa com deficiência torna-se um corpo incapaz, necessita de reabilitação para alcançar, o máximo possível, os padrões de normalidade. Narrativa que sustenta a noção de corpos desviantes e

legítima as distribuições não equitativas de recursos, status e poder (DINIZ, 2007; GESSER; NUERNBERG; TONELI, 2012).

De acordo com Siqueira, Dornelles e Assunção (2020), os movimentos feministas contribuíram para o modelo social da deficiência no sentido de dar visibilidade a diversas opressões sociais impostas às pessoas com deficiência. Autoras feministas da 2ª geração do modelo social da deficiência, entre elas, Débora Diniz (2003, 2007) Rosemarie Garland-Thomson (2002, 2005, 2015) e Eva Fedder Kittay⁵ (1999, 2005), criticam a 1ª geração ao reconhecerem que mesmo com a remoção de todas as barreiras, algumas pessoas com deficiência não serão consideradas produtivas da mesma forma que outras pessoas com e sem deficiência, sendo necessária atenção para a complexa experiência da deficiência e ao cuidado que por vezes é inerente a qualquer pessoa (DINIZ, 2003).

Essa visão das teóricas feministas, trouxe a perspectiva do cuidado, da dor, da subjetividade, da dependência e da interdependência do corpo, como temas importantes para a vida da pessoa com deficiência. Ao se atentarem para a questão da subjetividade do corpo da pessoa com deficiência influenciada por outros marcadores sociais de diferenças, vetores de desigualdades sociais, como raça/etnia, classe, gênero, sexualidade, territorialidade, idade, entre outros (MARAFON; PILUSO, 2020).

Assim como as teorias feministas procuraram expandir o olhar sobre a categoria de gênero, os estudos sobre deficiência, por elas influenciados, também seguiram na mesma direção (GOMES et al, 2019). As teorias feministas possibilitam o questionamento e a investigação de como a cultura impregna significados nas particularidades do corpo e quais as consequências desses significados (GARLAND-THOMSON, 2002). Questiona como as representações de gênero, raça, etnia, habilidades, sexualidade e classe se interseccionam e constroem, inferem e contradizem umas às outras, produzindo identidades e movimentos de opressão social (GOMES et al, 2019).

Portanto, a primeira geração dos estudos sobre deficiência foi importante por ter ampliado o conceito de deficiência, não se limitando ao discurso biomédico. No entanto, a premissa da independência como um valor ético do modelo social mostrou passível de críticas de abordagens pós-modernas e dos estudos feministas nos anos 1990 e 2000, surgindo uma nova concepção do modelo: a segunda geração do modelo social (DINIZ, 2007).

⁵ Kittay foi uma das primeiras teóricas a abordar as temáticas do cuidado e da deficiência – com especial atenção para a deficiência cognitiva – no campo da filosofia. Ao longo de sua carreira, publicou mais de oitenta artigos, livros e capítulos de livros sobre a temática da dependência, o self relacional, a relação entre cuidado e justiça, a assimetria inerente às relações de cuidado, justiça social, políticas do cuidado e deficiência. Em 1999, publicou o livro *Love's Labor: Essays on Women, Equality and Dependence*.

A seguir um quadro comparativo entre a primeira e segunda geração do modelo social da deficiência proposto por Böck *et al.* (2020), organizado tendo como referências Diniz (2007), Garland-Thomson (2002) e Kittay (2005):

Quadro 1 – Comparativo entre a primeira e segunda geração do modelo social de deficiência

Primeira geração	Segunda Geração
Movimento composto majoritariamente por homens brancos com lesão medular, membros da elite – reprodutores dos discursos dominantes de gênero e classe na sociedade.	Movimento formado por mulheres com deficiência, mães, cuidadoras. Discussões teóricas sobre os modelos da deficiência e à deficiência, tal qual gênero, como condições de vulnerabilidade para a violência.
Os contextos sociais são determinantes para a experiência da deficiência - deficiência como um produto de uma sociedade “descapacitante” ou “incapacitante”.	A deficiência é uma experiência relacional de um corpo com lesão e ambientes pouco acolhedores (com barreiras), uma experiência que toca a todos - parte do ciclo de vida e interseccional
Independência como um valor central a ser buscado. Caso as barreiras sejam removidas nos contextos há como viver uma independência.	Reconhecimento da dependência e da interdependência como condições humanas. Todas as pessoas em algum momento da vida experimentam situações de dependência.
Valor do modelo social é enfatizar a opressão e a exclusão que haviam sido negligenciadas no modelo médico. Ênfase na luta pela justiça social por meio da remoção das barreiras e invisibilidade da experiência da dor, da vulnerabilidade e da necessidade por cuidados.	Ética do cuidado no plano público - um corpo com lesão é passível de dor e de necessidades de cuidado.
Identidade pela deficiência, grupos que se identificam a partir da marca da lesão.	Identidade - Interseccionalidade das características que definem a experiência da exclusão (raça, geração, orientação sexual, classe social, deficiência...)

Identificação e criação de grupos por áreas de deficiência (movimento pela coalisão não deu certo e continuam movimentos segregados, cegos, surdos, lesionados físicos) - há uma tensão sobre qual a deficiência é mais relevante.	Deficiência é uma experiência singular e a opressão é a única coisa que se tem em comum. Não há deficiência mais relevante, mas diferentes opressões ocasionadas por distintas intersecções.
O modelo social se constituiu em uma posição de crítica ao positivismo com influência dos estudos Marxistas, uma perspectiva histórico-materialista.	Mantém a crítica ao positivismo e amplia a crítica da normalidade, é influenciado pelos Estudos Culturais, pelas teorias feministas, queer, pós-modernas e pós-coloniais.

Fonte: Böck, Silva, Gomes e Beche (2020)

3.2.1 O corpo na perspectiva anticapacitista

Segundo Gesser, Block e Mello (2020), a gênese da perspectiva anticapacitista é interseccional e emancipatória, por isso, além de romper com o processo de opressão, se junta à luta política das pessoas com deficiência pela garantia dos direitos humanos e da justiça social. Bem como produz abertura nos mais diversos campos do conhecimento para a construção de uma sociedade que aceite a diversidade de corpos e reconheça o capacitismo como uma estrutura a ser combatida.

o capacitismo é estrutural e estruturante, ou seja, ele condiciona, atravessa e constitui sujeitos, organizações e instituições, produzindo formas de se relacionar baseadas em um ideal de sujeito que é performativamente produzido pela reiteração compulsória de capacidades normativas que consideram corpos de mulheres, pessoas negras, indígenas, idosas, LGBTI e com deficiência como ontológica e materialmente deficientes. Ademais, as capacidades normativas que sustentam o capacitismo são compulsoriamente produzidas com base nos discursos biomédicos que, sustentados pelo binarismo norma/desvio, têm levado a uma busca de todos os corpos a performá-los normativamente como “capazes”, visando se afastar do que é considerado abjeção. Ademais, há uma estreita relação entre o capacitismo e as práticas eugênicas, uma vez que, com base no pressuposto da corponormatividade, justificou-se o uso compulsório de práticas de encarceramento, esterilização involuntária e até de eliminação das pessoas com deficiência. Outrossim, o capacitismo também tem relação com o aperfeiçoamento do sistema capitalista, à medida que há o estabelecimento de um ideal de corponormatividade que corrobora com a manutenção e aperfeiçoamento desse sistema econômico (GESSER; BLOCK; MELLO, 2020, p. 18).

Campbell (2009) afirma que o capacitismo produz um olhar negativo sobre a deficiência, instalando a ideia que precisa ser melhorada, curada e ou eliminada. Ainda

destaca que o capacitismo cria um binarismo que compara e estabelece um ideal de corpo, e quanto mais afastado desse padrão, menos humano. Assim, conceitua o capacitismo como:

Uma rede de crenças, processos e práticas que produz um determinado tipo de corpo (o padrão corporal) que é projetado como perfeito, típico da espécie e, portanto, essencial e totalmente humano. A deficiência é então moldada como um estado diminuído de ser humano (CAMPBELL, 2001, p. 44).

Por criar hierarquias e diminuir possibilidades de ser humano, o capacitismo, de acordo com Gesser (2019), produz vulnerabilidades; acentua a hierarquização das pessoas com deficiência; contribui para a perpetuação da condição de precariedade da vida e das práticas sustentadas pelas concepções caritativas, assistencialistas e ou patologizantes dos corpos, além de responsabilizar a pessoa com deficiência quanto a sua condição e construir estratégias para adequação do corpo às normatividades tornando determinadas vidas ininteligíveis.

Gesser, Block e Mello (2020), salientam que por determinados grupos sociais serem mais vulneráveis a sofrerem violações de direitos, a perspectiva interseccional tem sido incorporada na construção de referências e documentos oficiais voltados à saúde, educação, assistência social e justiça. E ao analisarem a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, construída com a participação das pessoas com deficiência e incorporada à legislação brasileira pelo Decreto nº 6.949 de 2009, verificaram que o documento faz menções a “gênero”, à “pobreza”, à “meninas” e à “idoso”. Da mesma forma, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), LEI 13.146 de 2015, também aponta as singularidades da intersecção da deficiência com a pobreza, idade e gênero.

Assim, a discussão sobre a experiência da deficiência não pode ocorrer de maneira isolada das demais marcas identitárias, que revelam a particularidade de cada experiência. E cada intersecção possibilita diferentes modos de vivenciar as opressões. Por isso é preciso compreender que os elementos sexualidade, gênero, classe social, geração, raça e diferentes expressões de corporeidade se interseccionam para entender a opressão e a discriminação vivenciadas por cada sujeito (BÖCK; GOMES; BECHE, 2020).

O conceito interseccionalidade, recentemente incorporado nos estudos da deficiência, origina-se do campo das ciências sociais e humanas, dos estudos de feministas negras que criticam a invisibilidade da transversalidade das questões de gênero com as de raça, sexualidade, classe social e outras formas de discriminação na produção de diferentes formas de opressão (GESSER; BLOCK; MELLO, 2020). E quando se fala em deficiência, é preciso

considerar outros marcadores sociais da diferença, ir além da questão medicamentosa e da acessibilidade, pautando-se em outras questões que atravessam e permeiam os corpos e existências das pessoas com deficiência (MARAFFON; PILUSO, 2020).

A interseccionalidade impede reducionismos da política de identidade – elucidada as articulações das estruturas modernas coloniais que tornam a identidade vulnerável, investigando contextos de colisões e fluxos entre estruturas, frequência e tipos de discriminações interseccionais. (AKOTIRENE, 2019, p. 35).

Carla Akotirene (2019), feminista negra brasileira, aponta a interseccionalidade como uma lente analítica para visibilizar e legitimar experiências de opressões interligadas pelas chaves identitárias produzidas pela intersecção do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo. Uma ferramenta teórico-metodológica de luta política criada pelas feministas negras a partir das experiências de opressão cotidianamente vivenciadas (GESSER; BLOCK; MELLO, 2020).

A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz da opressão, sob a forma de identidade (AKOTIRENE, 2019, p. 27).

Crenshaw (2002) propõe que a interseccionalidade é mais do que unir dois marcadores sociais e abre condições para que se discutam intersecções para além da raça, e que possibilitam entender de fato o processo de existência como produzido cultural e historicamente.

Trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes entre outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

De acordo com Gesser, Block e Mello (2020), embora no Brasil a perspectiva interseccional tenha sido amplamente incorporada nas ciências sociais e humanas, pouco se tem considerado a deficiência como uma categoria analítica. Já no cenário internacional, a defesa da deficiência como uma categoria de análise já vem sendo realizada por Garland-Thomson (2002, 2015), Campbell (2009), Taylor (2017) e Shakespeare (2018).

Taylor (2017) afirma que o capacitismo tem uma dimensão estrutural, por ser estruturante da sociedade e afetar não somente as pessoas com deficiência; é interseccional ao atingir as pessoas de diferentes formas, a depender de raça, gênero, deficiência e classe social, dentre outros. O capacitismo contribui então “com a patologização de várias populações, “infantilizando-as”, declarando-as fracas, vulneráveis, sem inteligência, propensas à doença, menos avançadas, necessitando eternamente de cuidados” (GESSER; BLOCK; MELLO, 2020, p. 26).

Gesser, Nuernberg e Toneli (2013, p. 420) corroboram a ideia da interseccionalidade afirmando que “a deficiência não se apresenta hoje apenas como um fenômeno de natureza médica, mas deve ser analisada em estreita relação com diversas outras categorias sociais. As pessoas com deficiência são, antes de tudo, pessoas” e, assim, atravessadas por diferentes marcadores sociais que a constituem, como gênero, classe, raça, etnia, religião, região (LUIZ; SILVEIRA, 2020).

A incorporação da perspectiva interseccional nas pesquisas e práticas sociais em diferentes campos do conhecimento pode contribuir, portanto, para acabar com práticas opressoras como sexismo, racismo, classismo, LGBTfobia e capacitismo (GESSER; BLOCK; MELLO, 2020). Desse modo, Gesser, Block e Mello (2020), salientam que o foco das pesquisas em deficiência, deve deixar de buscar identificar supostas limitações e apontar para a eliminação das barreiras que obstaculizam a participação social das pessoas com deficiência, devem ser relevantes para as pessoas com deficiência, potencializando a capacidade de agência⁶ delas. Ou seja, a partir do paradigma emancipatório a pesquisa em deficiência deve seguir a premissa de “pesquisar com” as pessoas com deficiência e não “pesquisar sobre” elas (MORAES, 2010).

Barnes define a investigação emancipatória como “a formação das pessoas com deficiência através da transformação das condições materiais e sociais de produção do conhecimento” (BARNES, 2003, p. 6). Destaca algumas características da pesquisa emancipatória: a) restituição dos resultados das pesquisas às pessoas com deficiência; b) utilização do modelo social da deficiência; c) métodos de pesquisa que englobem a experiência da deficiência; e d) resultados práticos significativos para pessoas com deficiência. Enfatizando a participação ativa no processo de construção de conhecimentos com os pesquisadores do campo dos estudos da deficiência para potencializar a emancipação.

⁶ Para Anthony Giddens (1984), agência é uma ação humana capaz de manter as formas sociais de reprodução da estrutura e de alterá-las.

A perspectiva emancipatória é pautada portanto, no reconhecimento da deficiência como opressão social; dos obstáculos sociais que impedem a participação social das pessoas com deficiência; na crítica ao processo de patologização e objetificação da pessoa com deficiência; na análise dos marcadores sociais para a produção de subjetividades e vulnerabilidades, e na importância da produção de conhecimentos e práticas psicossociais com as pessoas com deficiência, ao encontro do lema “Nada sobre nós, sem nós” (GESSER; BLOCK; MELLO, 2020).

3.2.2 Corponormativo e Capacitismo: nomenclaturas necessárias

Diniz e Santos (2010) ao enfatizar o direito de não ser discriminado pelo corpo habitado, observa que para a discriminação por sexo, tem-se a categoria analítica e discursiva sexismo; para a discriminação por raça, racismo, porém não havia um termo no caso de discriminação por deficiência, ausência que trataram como indicador de invisibilidade social e política. E questionaram: “Como descrever os resultados perversos da ideologia da normalidade sobre os corpos com impedimentos? Como nominar as expressões da desigualdade sofrida pelas pessoas com deficiência no mundo do trabalho, nas escolas e nas relações interpessoais?” (DINIZ; SANTOS, 2010, p. 9-10).

Tendo por base essa lógica e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que menciona “discriminação por motivo de deficiência”, Mello (2016) propõe a adoção de capacitismo para o termo em inglês *ableism*, pelas seguintes razões: a demanda de urgência para visibilizar uma forma peculiar de opressão contra as pessoas com deficiência e para desconstruir as fronteiras entre deficientes e não deficientes.

Mello (2016) também adotou o termo corponormatividade ao invés de “aptonormatividade”, por ter considerado uma tradução mais inteligível para o sentido de *able-bodiedness*⁷. Portanto, adota corpos capazes, ao invés de corpos aptos. Distinção etimológica necessária para o acionamento da categoria capacitismo, “materializada em atitudes preconceituosas e hierarquização dos sujeitos em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional” (2016, p. 3266). Sendo assim, a concepção capacitista se relaciona à corponormatividade que considera determinados corpos como

⁷ De acordo com Mello (2016), termo proposto por Robert McRuer (2002), *compulsory able-bodiedness*, cuja tradução em português de *able-bodied* é apto, faz referência à condição de um corpo apto e fisicamente capaz. Dependendo do contexto das frases usadas com este termo, pode ser traduzido como corpos sãos, hábeis, aptos, capazes ou sem deficiência.

inferiores, incompletos ou passíveis de reparação, reabilitação se e quando comparados aos padrões hegemônicos corporais e funcionais. Refletindo na falta de conscientização sobre a importância da inclusão e da acessibilidade (MELLO, 2016).

De acordo com Vendramin (2019), capacitismo é entender que a condição corporal das pessoas com deficiência as define como menos capazes. Campbell (2008) aponta que o capacitismo resulta em perceber pessoas com deficiência como seres menos humanos. E Dias (2013), frisa que os elementos estruturantes do capacitismo estão no histórico de eugenia e mais recentemente da ofensiva do neoliberalismo. É um neologismo, um termo novo que expõe o preconceito contra pessoas com deficiência, mobilizando o mesmo campo de forças que a questão racial mobiliza (MARAFON; PILUSO, 2020).

Ainda segundo Vendramini (2019), o capacitismo:

Está relacionado a uma compreensão normatizada e autoritária sobre o padrão corporal humano, que deflagra uma crença de que corpos desviantes serão consequentemente insuficientes, seja diminuindo seus direitos e mesmo o direito à vida em si, seja de maneira conceitual e estética, na realização de alguma tarefa específica, ou na determinação de que essas sejam pessoas naturalmente não saudáveis. A relação de insuficiência desses corpos é projetada sobre os sujeitos que são fixados como incapazes devido à sua condição, assim, sem que se faça menção aos fatores ambientais, relacionais, sociais e de variação de possibilidades, que envolve o fato de alguém poder fazer algo ou não, ou ter capacidade para determinada coisa. Na esfera da nomeação dos “ismos” e “obias” (racismo, machismo, homofobia, etc.), tenho percebido que o capacitismo chega por último, pois é uma palavra que ainda é desconhecida por muitas pessoas (VENDRAMIN, 2019, p. 17).

De acordo com Mello (2016), o capacitismo é observado em posturas preconceituosas que hierarquizam as pessoas em função da adequação dos seus corpos à corponormatividade. Uma categoria, que mostra a forma como as pessoas com deficiência são tratadas de modo generalizado como incapazes, aproximando as demandas dos movimentos de pessoas com deficiência a outras discriminações sociais, como o sexismo, o racismo e a homofobia.

[...] uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos à corponormatividade. É uma categoria que define a forma como as pessoas com deficiência são tratadas de modo generalizado como incapazes (incapazes de produzir, de trabalhar, de aprender, de amar, de cuidar, de sentir desejo e ser desejada, de ter relações sexuais etc.), aproximando as demandas dos movimentos de pessoas com deficiência a outras discriminações sociais, como o sexismo, o racismo e a homofobia. Essa postura advém de um julgamento moral que associa a capacidade unicamente à funcionalidade de estruturas corporais e se mobiliza para avaliar o que as pessoas com deficiência são capazes de ser e fazer para serem consideradas plenamente humanas. (MELLO, 2016, p. 3272).

Uma pessoa com deficiência, de acordo com o tipo e grau ou severidade da deficiência, pode não realizar sozinha determinadas atividades, dependendo de assistentes pessoais e ou de cuidadores (MELLO, 2016), mas o poder de tomar decisões, isto é, a capacidade de agência (ORTNER, 2007) para decidir sobre essas atividades deve ser creditada a elas, respeitando suas opiniões e desejos.

3.2.3 Corpo político: uma perspectiva emancipatória

Em uma sociedade marcada pela perspectiva medicalizadora, reparadora e reabilitadora, corpos incomuns são perturbadores, não passam despercebidos e forçam olhares que podem causar um tipo sofrido de autoconsciência e até mesmo repugnância (GARLAND-THOMSON, 2002). A partir dessas ideias, Ivanovich e Gesser (2020), acreditam que a forma de relacionar com a diferença é atravessada pela sensação de repugnância, que culmina em atitudes e barreiras que pessoas com deficiência precisam enfrentar.

Para Berselli e Isaacsson (2018), o discurso dominante para o tratamento do corpo na sociedade contemporânea aponta não só para um ideal de máxima potência corporal, mas para um ideal de corpos que “aparentam” alcançar esse máximo rendimento. Discurso que alimenta um modelo de corpo, como músculos bem desenvolvido, e somente assim considerado o mais próximo do belo. Padrões propagados pela mídia, atingindo status de pretensa naturalidade, estabelecendo um modelo corporal dado como normal, e consequentemente classificando como anormal seu oposto, fora das normas.

As concepções naturalizadas construídas na sociedade, os repertórios e vivências, marcam os significados atribuídos ao corpo. As práticas e as representações sobre o corpo moldam opiniões sobre o que é o corpo, pautando o imaginário acerca do normal e do desejável. Marcando os limites entre o sujeito e o mundo, em uma sociedade individualista e de consumo, o corpo passa a definir o sujeito. Dessa forma, as identidades são formadas a partir do que se aparenta ser ou ter. O corpo passa a ocupar então, um espaço no qual o indivíduo é reconhecido pela sua aparência e do que pode ser capaz de fazer (BERSELLI; ISAACSSON, 2018).

Quando se amplia a reflexão a respeito dos padrões corporais, reconhecendo o sentido de valor dado à aparência corporal orientada pela normalidade, pelo corpo ideal e produto, exigências das altas performances e que rejeita falhas, observa-se um atrito com uma pretensa sociedade que busca a inclusão. Ao vigorar a ideia de um corpo que tudo pode, tudo supera, tudo executa em máxima potencialidade, aquele que não atinge tais expectativas ou que

parece não poder atingir, é rotulado como incapaz e pouco produtivo. Desse modo, as propostas do discurso da inclusão podem ser percebidas distantes do ideal de acessibilidade para a participação social da pessoa com deficiência (BERSELLI; ISAACSSON, 2018).

Seja o corpo típico da espécie (na ciência), o cidadão normativo (na teoria política), o homem razoável (na lei), todos esses significantes apontam para uma fabricação que afasta a possibilidade de se existir a partir das diferenças. E valoriza-se o corpo marcado pela compulsão de um desempenho físico, um consumo incessante de objetos de saúde, beleza, força e capacidade (CAMPBELL, 2008).

Para Goldenberg (2007), a questão do corpo é inesgotável fonte de símbolos, um lugar de expressão de sentidos e expectativas, onde as diferenças se expressam em tempos de culto ao corpo perfeito, por isso a pauta sobre os corpos é relevante quando se trata das pessoas com deficiência.

A ideia de corpo perfeito é uma das formas como o sistema econômico e social atinge cruelmente pessoas com deficiência, responsabilizando cada indivíduo pelo corpo que possui. A busca do corpo perfeito é utópica e se apresenta como uma barreira para todas as pessoas que não estão dentro de um padrão do que é considerado normal. O que desvia da norma é indesejado ou considerado incapaz e pode ser excluído de várias formas. E o modelo biomédico reforça uma ideia de incapacidade e pensa a deficiência como tragédia pessoal, alvo de caridade e medicalização e patologização, refletida em atitudes capacitistas em nossa sociedade (SIQUEIRA; DORNELLES; ASSUNÇÃO, 2020).

O modelo social da deficiência vem ganhando espaço nas legislações e nas normas vigentes, muito em virtude da luta política das pessoas com deficiência, porém, a cultura capacitista evidencia a coexistência dos modelos. Expondo a necessidade de fazer que o conceito de deficiência contido na Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD) e na Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que tira do indivíduo a responsabilidade da deficiência e traz para a sociedade, seja reconhecido por todos (SIQUEIRA; DORNELLES; ASSUNÇÃO, 2020).

Pois, apesar da legislação e das normas indicarem para inclusão, ainda se percebe o descumprimento dos dispositivos, não somente por desconhecimento, mas também desinteresse tanto do poder público quanto da sociedade privada. E para que haja o rompimento com os conceitos advindos do paradigma biomédico, é preciso compreender culturalmente que “o conceito de corpo deficiente ou pessoa com deficiência deve ser entendido em termos políticos e não mais estritamente biomédico” (DINIZ, 2007, p. 98).

Ainda que não se possa negar a contribuição que os avanços médicos promovem na funcionalidade e qualidade de vida das pessoas com deficiência, a hegemonia do paradigma biomédico dificulta a participação e agência dessas pessoas, pois enfatiza a patologia e medicalização ao invés de compreender a deficiência também como uma questão de direitos humanos e justiça social (GESSER *et al.*, 2019; PANISON *et al.*, 2018).

Os discursos e práticas que expressam uma compreensão do fenômeno da deficiência mais próximo à doença do que da expressão da diversidade humana, propostos pelo modelo médico, dificultam que a sociedade perceba a deficiência a partir do princípio da equidade, de justiça social e da possibilidade de os ambientes sociais acolherem às diversidades corporais (DINIZ, 2007; PANISSON; GESSER; GOMES, 2018).

Essa perspectiva, que legitima práticas profissionais centralizadas nos déficits das pessoas, na eliminação de uma patologia ou na reabilitação, pode levar tanto as pessoas com deficiência, quanto suas famílias e comunidades a se concentrarem somente na busca pela cura, e não perceberem a necessidade de mudanças sociais para a participação em condições de igualdade (MAIOR, 2017).

E os elementos que impedem a participação plena das pessoas com deficiência em condições de igualdade e justiça social ou com o reconhecimento de sua agência, devem ser entendidos no contexto da posição social que, historicamente, a deficiência tem ocupado na sociedade, baseada em enquadramentos que as situam no domínio do desvio, da falta, da desigualdade e da infantilização (GESSER *et al.*, 2019).

Mello (2016), afirma que um dos elementos que dificultam a participação social das pessoas com deficiência, é o capacitismo, materializado por meio de atitudes preconceituosas e discriminatórias que leva as pessoas com deficiência a serem tratadas como incapazes de trabalhar, aprender, cuidar, amar, sentir, desejar e ser desejadas, de ter relações sexuais etc. Que gera também um processo de hierarquização da deficiência, que ocorre com base nas capacidades. Esse tipo de classificação posiciona uma deficiência como uma tragédia maior do que outras deficiências. O capacitismo atravessa e constitui diferentes espaços sociais, podendo ser reproduzido até mesmo em instituições que defendem os direitos das pessoas com deficiência (IVANOVICH; GESSER, 2020).

Participar da sociedade é da essência e da condição do ser humano (SAWAIA, 2001). Todavia, a organização social balizada pela dialética inclusão/exclusão (SAWAIA, 2004), deixam à margem grupos sociais, sendo um desses, o das pessoas com deficiência. Marginalizadas e excluídas por barreiras físicas, atitudinais, comunicacionais e todas as outras

que sinalizem obstáculo à participação social da pessoa com deficiência (PAIVA; SILVEIRA; LUZ, 2020).

Considerando o quanto as pessoas com deficiência foram e são segregadas e invisibilizadas, ainda que avanços na luta por direitos, mobilizados por movimentos sociais, sejam observados (PAIVA; SILVEIRA; LUZ, 2020), somente com a garantia de participação social e de direitos sob a ótica dos Direitos Humanos e de justiça social é que as pessoas com deficiência poderão assumir o protagonismo de suas histórias (LUIZ, 2020).

A construção de práticas que fortalecem a promoção de ações para ampliar a participação das pessoas com deficiência em espaços políticos é central para a construção de uma sociedade mais inclusiva e menos capacitista. Uma vez que a participação em espaços políticos destinados a apoiar os direitos civis, a justiça social e denúncias às desigualdades é fundamental para a ressignificação da deficiência (LANNA JUNIOR, 2010; SHAKESPEARE, 2018; GESSER *et al.*, 2019).

Além de participar da sociedade exercendo as obrigações de cidadão inerentes ao ser social e político, as pessoas com deficiência, ao adentrar nos espaços públicos, evidenciam os ambientes inacessíveis, olhares curiosos, adaptações necessárias para o existir delas naquele espaço, exercem um ato político, ou seja, o corpo com deficiência na esfera pública, é um ato político. Uma vez que todo ato de resistência e mobilização acontece por meio de um corpo, quando uma pessoa com deficiência circula por espaços públicos e aponta inacessibilidade dos espaços e das relações, ocorrem relações políticas (BUTLER, 1999).

Assim, a deficiência não se restringe mais à vida privada ou aos cuidados familiares, passa a ser questão de justiça social. Há uma passagem simbólica da casa para a rua abalando vários pressupostos sobre a deficiência, rompendo relações da deficiência com anormalidade, estigma ou vergonha. Essa passagem, essa ruptura, constitui e ressignifica o lugar da deficiência, mesmo existindo tentativas de tornar os corpos com deficiência (a)políticos e incapazes de deliberar sobre suas próprias vidas, continuam a luta por seus direitos (DINIZ *et al.*, 2009; IVANOVICH; GESSER, 2020).

Na medida em que a participação de pessoas com deficiência na elaboração e execução de políticas públicas venha ocorrendo, não significa ausência de desafios ou barreiras, pelo contrário (PAIVA; SILVEIRA; LUZ, 2020). Por meio das lutas internacionais de movimentos de pessoas com deficiência, surgiram conquistas legislativas com impacto sobre políticas públicas, entre as quais a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), ratificada no Brasil pelo Decreto n. 6949/2009, com imposição de critérios uniformes

para políticas destinadas às pessoas com deficiência pela agenda internacional (SANTOS; KABENGELE; MONTEIRO, 2022).

No Brasil, a Convenção foi precedida por normas educacionais, por políticas de seguridade social e pela reserva de vagas no mercado de trabalho e pela criação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, em 2015. Os aparentes êxitos jurídicos são parte de um processo em uma longa história de segregação, compreendidos como políticas sobre o direito à vida, que ainda precisam permanecer sob vigília, uma vez que a legislação ainda não enfrenta e exclui as possibilidades das discriminações e o discurso do capacitismo (SANTOS; KABENGELE; MONTEIRO, 2022).

De acordo com Secchi, Coelho e Pires (2019), política pública é um programa de ação e visa resolver o problema público advindo das diversas esferas públicas, desenhado e implementado dentro de um ciclo disposto em fases sequenciais e interdependentes: “(i) identificação do problema, (ii) formação da agenda, (iii) formulação de alternativas, (iv) tomada de decisão, (v) implementação, (vi) avaliação e (vii) extinção” (p. 55). Cada fase tem suas peculiaridades, o que possibilita a sociedade civil contribuir na medida da especificidade de cada etapa (PAIVA; SILVEIRA; LUZ, 2020).

Para Knight (2015), condições necessárias e significativas para efetivação da inclusão, passam por uma democracia deliberativa. Na qual, a democracia inclusiva e multicultural requer a redistribuição da riqueza e um modelo mais amplo de deliberação política, que reconheça a pluralidade de corpos e seu modo de ser e estar no mundo, o que só é possível a partir da escuta dos próprios sujeitos com deficiência para a construção de políticas públicas adequadas para suas realidades sociais.

Mesmo sendo vários os motivos encontrados pela sociedade para excluir as pessoas com deficiência das instâncias sociais, dentre elas, a do lazer, a presença dessas pessoas precisa manter-se crescente nos espaços públicos (MENEGHETTI et al, 2013) para que a afirmação social da inclusão assuma a existência e o direito de tratamento digno e humano, a fim de que possam legitimar a agência de suas vidas, ainda que o discurso normativo sobre a corporeidade estabeleça uma padronização que nega a realidade humana em sua pluralidade e diversidade (MENEGHETTI et al, 2013). Não só em relação à pessoa com deficiência, mas que todas as diferenças possam ser “consideradas significativas ao olharmos para o corpo e sua relação com o mundo, ou seja, a relação desse corpo consigo mesmo, com os outros corpos e com todo ou qualquer ambiente onde esse corpo esteja presente” (PORTO, 2001, p.126).

É importante destacar mais um fator que restringe o acesso das pessoas com deficiência às atividades de lazer, a prática capacitista presente no mercado de trabalho, que as excluem por uma suposta não-productividade (MENEGETTI et al, 2013). Segundo Porto (2001, p.126) “a independência pessoal, a autonomia e a produtividade são pontos de referência para que as pessoas deficientes sejam estigmatizadas e segregadas desde o nascimento até sua vida adulta, numa sociedade urbano-industrial como a nossa”.

A educação é outro direito e lugar que se relaciona com o lazer e o trabalho, no qual as pessoas com deficiência precisam de espaço. Ainda que instituições de ensino estejam aderindo às políticas inclusivas ou de cotas, perduram a negligência à acessibilidade enquanto prática cotidiana para garantir uma justiça educacional às pessoas com deficiência. Gibson (2012), Gale e Tranter (2011), indicam que as pessoas com deficiência ainda não estão representadas no ensino superior, e as que conseguem acessar, o abandonam em maior proporção que pessoas sem deficiência (BÖCK *et al.*, 2020).

Diversas são as formas como a eugenia tem sido praticada por meio de políticas de Estado, políticas de morte (necropolítica), ao segregar e inviabilizar condições de dignidade e saúde aos segmentos oprimidos. O racismo, a homofobia, a transfobia, a xenofobia, o capacitismo são espécies de discursos de ódio, dos quais a necropolítica usa para classificar, rotular, isolar e neutralizar pessoas que não interessam para determinado modelo (SANTOS; KABENGELE; MONTEIRO, 2022). E ainda que a exclusão e negação dos direitos humanos faça parte da realidade das pessoas com deficiência, é possível observar avanços quanto à acessibilidade e a participação social, em decorrência do protagonismo dessas pessoas em diversos âmbitos de atuação no espaço público e privado (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2010).

3.2.4 Mito da independência

Na 2ª geração do modelo social de compreensão da deficiência, os estudos feministas da deficiência criticam a noção de independência e defende a dependência e a interdependência como inerente à condição humana. Nesse modelo, a intersecção da deficiência com outras categorias de análise, como dor, corpo e cuidado, aparecem como temas centrais na vida das pessoas com deficiência (EUGÊNIO; SILVA, 2022). Além de incluir a dimensão de gênero como uma forma de discriminação às pessoas com deficiência (MELLO; MOZZI, 2018).

A principal crítica feminista à 1ª geração está atrelada à noção de independência e à ausência de discussão acerca da dimensão do corpo e do cuidado. Para as feministas, o modelo social estabelecia a lógica de produtividade, do controle do corpo e a certeza de que todas as pessoas com deficiência almejavam ou seriam capazes de alcançar a independência, além de desconsiderar a dimensão subjetiva e privada da dor e do cuidado como questões políticas (DINIZ, 2003, 2007; MELLO; NUERNBERG, 2012; GAVÉRIO, 2017).

Refletir a deficiência a partir da perspectiva do cuidado torna-se fundamental para que os ideais de autonomia e independência sejam questionados e repensados no sentido de que para boa parte do movimento social da deficiência, a independência seria a faculdade de tomar as próprias decisões e de fazer escolhas, enquanto que a autonomia seria a possibilidade de controle do próprio corpo (FIETZ; MELLO, 2019, p. 116).

Pensar o cuidado como um direito fundamental para manutenção da vida e da dignidade humana inclui romper com perspectivas de cuidado que o restringem ao âmbito privado, entende-o também como responsabilidade do Estado, da família e da sociedade, e questionando a atividade como naturalmente feminina (MARAFON; PILUSO, 2020). Back (2015) faz menção às relações de cuidado e interdependência, despertando a reflexão sobre a dependência ser direcionada unicamente às relações de parentesco de primeiro grau, argumentando que essa relação de interdependência está, ou deve estar entrelaçada à esfera política estatal e pública. Reforça a necessidade de apoio coletivo e social de forma ampla aos cuidadores e aos sujeitos do cuidado (BACK, 2015).

O cuidado e a interdependência são questões e princípios que estruturam a vida social que podem, e devem, ser pensados como verdadeiros valores humanos que se aplicam a pessoas com e sem deficiência, mas que ainda são considerados exclusivamente femininos e confinados à esfera doméstica. E, por serem tratados dessa forma, são desvalorizados e invisibilizados na sociedade atual (MARAFON; PILUSO, 2020, p. 125).

O trabalho do cuidado ainda é realizado na maior parte pela população feminina, tal qual o trabalho doméstico em geral. À medida que se promove a visibilidade da dimensão do cuidado como uma questão de justiça, a perspectiva feminista da deficiência visa ainda a permitir resgatar a condição da mulher cuidadora, muitas vezes desqualificada socialmente, menosprezada em termos salariais e esquecida no bojo das políticas públicas para o grupo das pessoas com deficiência (MARAFON; PILUSO, 2020).

Por isso, é necessária uma reflexão sobre os conceitos de independência, dependência e interdependência, uma vez que, a noção de justiça social está intrinsecamente ligada “à

recíproca e inevitável dependência e a implacável interdependência de todos os seres humanos, pois somos todos dependentes” (CONSTANTINO *et al.*, 2020, p. 40).

Embora a independência pessoal seja almejada em diversos âmbitos, o que existe é um “mito do sujeito independente” nas sociedades modernas e capitalistas, pois não se é independente por completo. O sujeito independente é uma criação do capitalismo e repensar o cuidado numa perspectiva ética e emancipatória exige o abandono dessa ideia. Desse modo, ao invés de atribuir um caráter negativo, de menos valia e submissão, às pessoas com deficiência, deve-se pensar que, para algumas pessoas, a vida só será possível se houver uma rede de apoio numa perspectiva da ética do cuidado (CONSTANTINO *et al.*, 2020; KITTAY *et al.*, 2005).

A ética do cuidado compreende a interdependência como parte das relações humanas, nas quais, em maior ou menor grau, todas e todos dependem ou dependerão entre si em algum momento da vida, e que isso não é exclusividade das pessoas com deficiência. Pressupõe o reconhecimento da interdependência como característica fundamental das relações humanas e o poder de decisão do sujeito que recebe cuidados (LUIZ; SILVEIRA, 2020).

O cuidado, compreendido por Luiz e Silveira (2020), pesquisadoras com deficiência, é instrumento de emancipação e de justiça social, oportuniza com liberdade as escolhas das pessoas com deficiência, tendo o Estado o papel de viabilizar o exercício dos seus direitos em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Nesse sentido, declaram que:

que não deixemos, por exemplo, de frequentar o ensino superior porque nossa família está trabalhando e não pode nos levar até a universidade e nos ajudar a ir ao banheiro e a intermediar outras tarefas que se façam necessárias, mas sim que possamos fazer essas atividades com dignidade e com o auxílio de atendentes pessoais custeados pelo Estado, se assim desejarmos (LUIZ; SILVEIRA, 2020, p. 122).

3.3 Marcos Legais: Uma reflexão

A mudança da percepção social da deficiência percorreu uma trajetória lenta e gradual, com adoção de conceitos e tratamentos à pessoa com deficiência, que variaram tanto em relação ao período histórico quanto aos valores éticos e culturais de cada povo ou nação (BONFIM, 2018). Nos primórdios da Humanidade o processo de seleção natural baseava-se na força e na resistência físicas necessárias às atividades básicas de sobrevivência, determinando a lei do mais forte. Contexto no qual indivíduos com algum tipo de deficiência eram alvos de rituais de purificação, exorcismo e até sacrifício. Apenas no século XX, devido

ao elevado número de soldados com deficiências adquiridas em combate nas grandes guerras mundiais, e a necessidade de reabilitá-los, é que a sociedade foi forçada a rever suas concepções e atitudes face à deficiência (SANTOS *et al.*, 2013).

Conforme Piovesan (2013) a construção histórica dos direitos humanos das pessoas com deficiência pode ser dividida em fases: a) uma primeira marcada pela intolerância em relação às pessoas com deficiência, na qual a deficiência simbolizava impureza, pecado, ou mesmo, castigo divino; b) uma segunda de invisibilidade das pessoas com deficiência; c) uma terceira orientada por uma ótica assistencialista, com predomínio do modelo biomédico; e d) finalmente uma quarta fase orientada pelo paradigma dos direitos humanos, em que emergem os direitos à inclusão social, com ênfase na relação da pessoa com deficiência e do meio em que ela se insere, bem como na necessidade de eliminar obstáculos e barreiras, sejam elas culturais, físicas ou sociais.

Diante da expectativa de uma nova Constituição, a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) foi um importante acontecimento para o movimento das pessoas com deficiência no Brasil. Após o fim da ditadura militar, criou-se uma grande expectativa para a consolidação de um sistema democrático de governo efetivo e duradouro, e, para isso, iniciou-se o processo de elaboração de uma nova Constituição. Todas as esperanças dos brasileiros e das brasileiras que sofreram por 21 anos a repressão do Estado comandado pelos militares foram depositadas na nova Carta Magna. O movimento das pessoas com deficiência também participou desse processo, na busca pela inserção de suas demandas no texto constitucional (LANNA JÚNIOR, 2010).

De acordo com Lanna Júnior (2010), o movimento das pessoas com deficiência levou à ANC um documento que sintetizava suas propostas para a nova Constituição, o qual enfatizava uma preocupação em não se criar um capítulo específico para as pessoas com deficiência. Após a fase de sistematização do texto da Constituição a ser votado em plenário, as propostas do movimento das pessoas com deficiência não foram incorporadas da forma esperada. Em decorrência disso, o movimento preparou um projeto de Emenda Popular e iniciou campanhas em todo o Brasil para recolher as 30 mil assinaturas necessárias para submetê-lo à ANC. A Emenda Popular nº PE00086-5 foi submetida à ANC contendo 14 artigos sugerindo alterações no projeto da Constituição, onde coubessem temas como igualdade de direitos, discriminação, acessibilidade, trabalho, prevenção de deficiências, habilitação e reabilitação, direito à informação, educação básica e profissionalizante.

Lanna Júnior (2010) salienta que antes da promulgação da atual Constituição da República Federativa do Brasil, em 5 de outubro de 1988, em termos constitucionais, a única

referência aos direitos das pessoas com deficiência era a Emenda nº 12, de 1978, conhecida como “Emenda Thales Ramalho”, que no seu artigo único define: “É assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante: I. educação especial e gratuita; II. assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do país; III. proibição de discriminação, inclusive quanto a admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários; IV. possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos.”

A conquista de direitos pelas pessoas com deficiência é recente e foi iniciada pelo envolvimento e condução do processo pelas famílias e por profissionais dedicados ao atendimento e, posteriormente, pela participação direta das próprias pessoas com deficiência, apoiadas por familiares. Da tutela à autonomia, o movimento social das pessoas com deficiência procurava vencer a discriminação, a desvalorização e a falta de atenção por parte dos governos (MAIOR, 2017).

As Conferências Nacionais sobre políticas públicas foram avanços proporcionados pela Constituição de 1988 que garantiram espaços institucionalizados de participação social. As Conferências Nacionais possibilitaram a apresentação e o debate de propostas para políticas públicas específicas. Sempre precedidas por etapas preparatórias, com a realização de conferências municipais e estaduais organizadas por seus respectivos conselhos, cujos resultados foram levados para discussão na etapa nacional por intermédio de delegados eleitos (LANNA JÚNIOR, 2010).

Ainda segundo Lanna Júnior (2010), a 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, convocada pelo Decreto presidencial de 14 de julho de 2005 e definida pelos seus organizadores como uma conferência de caráter deliberativo, teve como tema central “Acessibilidade, você também tem compromisso”. E aconteceu enquanto os movimentos de pessoas com deficiência do mundo todo aguardavam ansiosamente pelo documento final da Convenção da ONU. A Conferência promoveu um debate de escopo nacional sobre a Convenção e representou a consolidação do modelo de gestão participativa das políticas sociais direcionadas à pessoa com deficiência e a institucionalização do espaço de atuação na esfera pública, deixando de serem apenas reivindicadoras, para agentes políticos ativos.

A 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência realizada de 1º e 4 de dezembro de 2008, além de marcar os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e um ano de existência da Agenda Social pela Inclusão das Pessoas com Deficiência do governo federal, foi o ano da ratificação da Convenção da ONU pelo Brasil. Com o tema “Inclusão, participação e desenvolvimento: um novo jeito de avançar”, o debate

na 2ª Conferência foi estruturado em torno de três grandes eixos temáticos: Saúde e reabilitação profissional; Educação e trabalho; e Acessibilidade (LANNA JÚNIOR, 2010).

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, homologada em 2006 pela Organização das Nações Unidas (ONU), é o mais recente tratado internacional de direitos humanos e foi o primeiro a contar com a voz dos movimentos sociais na fase de elaboração (PAULA, 2008). Sob o lema “Nada sobre nós, sem nós”, o documento apresenta o conjunto de medidas a serem cumpridas pela sociedade e pelos governos, com igual responsabilidade, visando à justiça social advinda da equiparação de oportunidades.

São princípios da convenção: a autonomia, a liberdade de fazer as próprias escolhas, a não-discriminação, a participação e inclusão, o respeito pelas diferenças e a pessoa com deficiência como parte da diversidade humana, a igualdade de oportunidades, a acessibilidade, a igualdade de gênero e o respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência (MAIOR, 2017).

Para Leite e Luvizotto (2017), a principal contribuição dessa Convenção é a positivação da mudança de paradigma da visão da deficiência no mundo, que passa do modelo médico, no qual a deficiência é tratada como um problema de saúde, para o modelo social dos direitos humanos, no qual a deficiência é tratada como diversidade humana e as barreiras que devem ser eliminadas para a inclusão das pessoas com deficiência. Corroborando com essa visão, Maior (2017), destaca o artigo 1º da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência aprovado pelo Decreto Nº 6.949 de 2009, o qual reflete a adoção do modelo social da deficiência:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2009).

O modelo social partiu de uma dura crítica à hegemonia dos saberes biomédicos em explicar a deficiência. O objetivo não era o de desconsiderar a importância de avanços na área da medicina para a saúde das pessoas com deficiência, mas sim o de desconstruir a ideia da deficiência como anormalidade. Isto é, desmedicalizar a compreensão da deficiência e, sobretudo, deslocar as reivindicações das pessoas com deficiência de um campo meramente de acesso a tecnologias de saúde para outro de mudanças estruturais na sociedade para equiparação de oportunidades e promoção da justiça. A deficiência deixou de ser vista como

sinônimo de desvantagem natural ao transferir para as sociedades a responsabilidade em promover igualdade entre pessoas com e sem deficiência (SANTOS, 2016).

Bonfim (2018) destaca que embora a Constituição Federal e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência sejam marcos em relação aos direitos das pessoas com deficiência no Brasil, e não desprezando as conquistas decorrentes das leis que orientam o tema, é inevitável reconhecer a distância entre a norma legal e sua efetivação. Num país de dimensões continentais, com uma distribuição populacional nada homogênea, com diferentes planos de acesso à informação, é basilar a construção de mecanismos de divulgação das leis com transmissão de forma descomplicada aos seus destinatários, empoderando-os para que continuem lutando pelos seus direitos.

Nesse sentido, a seguir estão elencados documentos legais que direta ou indiretamente tratam da questão do lazer das pessoas com deficiência, na tentativa de promover a participação desses sujeitos na luta pela efetivação dos seus direitos já assegurados, em decorrência do próprio movimento de emancipação social dessas pessoas, bem como criar e efetivar outros ainda necessários.

3.3.1 Dos documentos legais à efetividade

Os documentos legais elencados neste estudo, são anteriores à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), que passa a compreender as pessoas com deficiência a partir da perspectiva do modelo social e tem como base a Convenção do Direitos das Pessoas com Deficiência na ONU em 2006. O modelo social da deficiência possibilitou uma ruptura na forma de pensar a deficiência, não somente numa perspectiva médica nem como uma questão exclusivamente privada, mas também de justiça social. Por isso também, a nomenclatura encontrada nos textos legais anteriores ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, era “portadora de deficiência”.

A primeira lei destacada é a **Lei Nº 7.405** que desde 12 de novembro de 1985 torna obrigatória a colocação do símbolo internacional de acesso em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas “portadoras de deficiências”. Dentre os locais estão as edificações destinadas ao lazer, como estádios, cinemas, clubes, teatros e parques recreativos, como versa o inciso VIII do artigo 4º. Percebe-se que a lei não promove o acesso a todos os locais às pessoas com deficiência. Ao mencionar “locais e serviços que permitam sua utilização”, a lei estabelece que há locais nos quais as pessoas com deficiência não são

permitidas o acesso. Abaixo encontram-se os símbolos de acessibilidade conforme Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT NBR 9050:2020.

Figura 1 - Símbolos de acessibilidade



Fonte: Disponível em: <https://revistareacao.com.br/semana-nacional-de-acessibilidade-e-valorizacao-da-pessoa-com-deficiencia-tem-programacao-no-tribunal-de-justica-de-rondonia/>. Acessado em: 18 out. 2022.

Figura 2 - Nova versão do símbolo de Deficiência Física - ênfase na autonomia



Fonte: Disponível em: Símbolos de Acessibilidade - simbolos.net.br. Acesso em: 18 out. 2022.

A segunda menção refere-se aos artigos e incisos da nossa “**Constituição Cidadã**”, a Constituição Federal da República Federativa do Brasil promulgada em 05 de outubro de 1988. Como rege o artigo 5º “todos são iguais perante a lei”, seu artigo 6º que destaca os

direitos sociais, entre eles o lazer, não explicita os diferentes grupos sociais, uma vez que essa igualdade está resguardada sem distinção de qualquer natureza. No seu § 3º do artigo 217 estabelece que o Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social, artigo esse que determina que é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais.

Já no artigo 227 do texto constitucional, mais uma vez sem direcionar às pessoas com deficiência, afirma que:

é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

A **Lei Nº 7.853**, terceira lei deste elenco, dispõe desde 24 de outubro de 1989 sobre o apoio às pessoas “portadoras de deficiência”, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público e define crimes. Em seu artigo 2º assegura às pessoas “portadoras de deficiência” o pleno exercício de seus direitos básicos, entre eles o lazer, direitos que propiciem bem-estar pessoal, social e econômico. Esta lei coloca a pessoa com deficiência numa posição de incapacidade, pode ser vista como um dos motivos pelos quais o movimento das pessoas com deficiência iniciou uma luta por emancipação social, para ter o direito de decisão sobre o próprio corpo.

Seguimos para o quarto marco legal, a **Lei Nº 8.899**, que concede passe livre às pessoas “portadoras de deficiência” no sistema de transporte coletivo interestadual, desde 29 de junho de 1994, com carência comprovada. Desta lei cabem questões como: o número de assentos destinados às pessoas com deficiência por ônibus atende a demanda dessa população? Os ônibus são acessíveis a toda diversidade de pessoas com deficiência, bem como asseguram a autonomia dessas pessoas? A lei promoveu o deslocamento das pessoas com deficiência de forma efetiva ou ainda é necessário políticas públicas que permitam que essas pessoas transitem de um estado a outro?

O quinto documento legal é a **Lei Nº 8.989** que desde 24 de fevereiro de 1995, a qual teve nova redação dada pela **Lei Nº 10.754**, em 31 e outubro de 2003, dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis para utilização

no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas “portadoras de deficiência” física. Esta lei é importante por considerar a fragilidade do dever do Estado em promover políticas públicas que assegurem a autonomia no e o transporte público acessível para todas as pessoas com deficiência. Sem desmerecer é claro o empenho em facilitar a aquisição a um bem móvel que pode garantir mais conforto e autonomia às pessoas.

O sexto documento legal é o **Decreto Nº 3.298** de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a **Lei Nº 7.853**, de 24 de outubro de 1989, dispondo sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e consolida as normas de proteção. Seu artigo 2º afirma o dever dos órgãos e entidades do poder Público de assegurar

à pessoa “portadora de deficiência” o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. (BRASIL, 1999)

Seu inciso III do artigo 6º estabelece como uma das diretrizes da Política:

incluir a pessoa “portadora de deficiência”, respeitadas as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, à saúde, ao trabalho, à edificação pública, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à habitação, à cultura, ao esporte e ao lazer. E como um dos objetivos dessa Política a integração das ações dos órgãos e das entidades públicos e privados nas áreas de saúde, educação, trabalho, transporte, assistência social, edificação pública, previdência social, habitação, cultura, desporto e lazer, visando à prevenção das deficiências, à eliminação de suas múltiplas causas e à inclusão social; como disposto no inciso II do artigo 7º. (BRASIL, 1999)

Na seção V - Da Cultura, do Desporto, do Turismo e do Lazer - o artigo 46 versa que:

Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta responsáveis pela cultura, pelo desporto, pelo turismo e pelo lazer dispensarão tratamento prioritário e adequado aos assuntos objeto deste Decreto, com vista a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

- I - promover o acesso da pessoa “portadora de deficiência” aos meios de comunicação social;
- II - criar incentivos para o exercício de atividades criativas, mediante:
 - a) participação da pessoa “portadora de deficiência” em concursos de prêmios no campo das artes e das letras; e
 - b) exposições, publicações e representações artísticas de pessoa “portadora de deficiência”;
- III - incentivar a prática desportiva formal e não-formal como direito de cada um e o lazer como forma de promoção social;
- IV - estimular meios que facilitem o exercício de atividades desportivas entre a pessoa “portadora de deficiência” e suas entidades representativas;
- V - assegurar a acessibilidade às instalações desportivas dos estabelecimentos de ensino, desde o nível pré-escolar até à universidade;

VI - promover a inclusão de atividades desportivas para pessoa “portadora de deficiência” na prática da educação física ministrada nas instituições de ensino públicas e privadas;

VII - apoiar e promover a publicação e o uso de guias de turismo com informação adequada à pessoa “portadora de deficiência”; e

VIII - estimular a ampliação do turismo à pessoa “portadora de deficiência” ou com mobilidade reduzida, mediante a oferta de instalações hoteleiras acessíveis e de serviços adaptados de transporte. (BRASIL, 1999)

Ainda na seção V, no seu artigo 48, o documento legal estabelece que:

os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, promotores ou financiadores de atividades desportivas e de lazer, devem concorrer técnica e financeiramente para obtenção dos objetivos deste Decreto. E ainda define em seu parágrafo único que serão prioritariamente apoiadas a manifestação desportiva de rendimento e a educacional, compreendendo as atividades de:

I - desenvolvimento de recursos humanos especializados;

II - promoção de competições desportivas internacionais, nacionais, estaduais e locais;

III - pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, documentação e informação;

e

IV - construção, ampliação, recuperação e adaptação de instalações desportivas e de lazer. (BRASIL, 1999)

Cabe destacar nesse decreto o nome da política, Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e fazer a ressalva que o termo apropriado hoje é “Inclusão” e não “Integração”. Segundo Sasaki (2009), inclusão é:

o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações. (2009, p. 1)

Faz-se necessário refletir também sobre a necessidade de uma norma para regulamentar outra anterior que já dispunha sobre a mesma temática e o quanto isso pode levar a pensar na dificuldade de efetivação dos direitos garantidos nas leis.

Outra lei, sétima desta seleção de normas, é a **Lei Nº 10.048** de 08 de novembro de 2000 que concede prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, aos idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, às gestantes, lactantes, pessoas com crianças de colo e aos obesos, conforme seu artigo 1º, que teve sua redação alterada pela **Lei 13.146 de 2015**. Segue definindo em seu artigo 3º que “as empresas públicas de transporte e as concessionárias de transporte coletivo reservarão assentos devidamente identificados às pessoas “portadoras de deficiência””, além das demais citadas anteriormente. Esta lei, ainda destina seu artigo 4º às pessoas com deficiência estabelecendo que “os logradouros e sanitários públicos, bem como os edifícios de uso público, terão normas de construção, para

efeito de licenciamento da respectiva edificação, baixadas pela autoridade competente, destinadas a facilitar o acesso e uso desses locais”. E determina em seu artigo 5º que “os veículos de transporte coletivo a serem produzidos após doze meses da publicação desta Lei serão planejados de forma a facilitar o acesso a seu interior das pessoas portadoras de deficiência”.

Desta lei, cabe problematizar se, passados todos esses anos da promulgação da referida lei, todos os locais estão de acordo com as normas da ABNT oferecendo acessibilidade às pessoas com deficiência, do mesmo modo se os transportes coletivos realmente foram substituídos por veículos com fácil acesso. Outro ponto muito sensível é o fato de a obrigatoriedade dessas medidas excluírem as empresas de serviço particular.

A oitava lei desta seleção é a **Lei Nº 10.098**, que desde 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas “portadoras de deficiência” ou com mobilidade reduzida. No seu artigo 3º do Capítulo II - Dos elementos da urbanização - fixa que “o planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para todas as pessoas, inclusive para aquelas com deficiência ou com mobilidade reduzida”.

Seu artigo 4º estipula que:

as vias públicas, os parques e os demais espaços de uso público existentes, assim como as respectivas instalações de serviços e mobiliários urbanos deverão ser adaptados, obedecendo-se ordem de prioridade que vise à maior eficiência das modificações, no sentido de promover ampla acessibilidade às pessoas “portadoras de deficiência” ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2000)

E seu parágrafo único determina que:

no mínimo 5% (cinco por cento) de cada brinquedo e equipamento de lazer existentes nos locais referidos no caput devem ser adaptados e identificados, tanto quanto tecnicamente possível, para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência, inclusive visual, ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2000)

Continuando, a **Lei Nº 10.098**, em seu capítulo VII - Da acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização, o artigo 17 define que:

o Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas “portadoras de deficiência” sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à

comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer. (BRASIL, 2000)

Como essa lei é considerada a lei da acessibilidade torna-se indispensável compreender este termo. De acordo com Torres, Mazzoni e Alves (2002), acessibilidade é um processo dinâmico, associado não só ao desenvolvimento tecnológico, mas principalmente ao desenvolvimento da sociedade. Nesse sentido Nicácio (2010) complementa afirmando a acessibilidade como um caminho para que todas as pessoas realizem atividades sem nenhum tipo de obstáculo, ou de uma forma mais ampla, garantindo o direito de ir e vir atribuídos por lei a todas as pessoas com autonomia e independência.

O nono documento legal selecionado foi o **Decreto Nº 3.956** de 8 de outubro de 2001, o qual promulgou a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Documento que comprova a necessidade de um termo para tratar da discriminação contra a pessoa com deficiência, o capacitismo. E o quanto a luta anticapacitista é fundamental para promover a justiça social dessa população que viveu e vive a segregação, a rejeição dos seus corpos, por ainda a sociedade não reconhecer e respeitar a diversidade.

Outro decreto inserido nesta relação de documentos legais, o décimo, é o **Decreto Nº 5.296** que desde 2 de dezembro de 2004 regulamenta as **Leis Nº 10.048**, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e **Nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas “portadoras de deficiência” ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Destaca-se neste decreto o artigo 24, o qual determina que:

os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas “portadoras de deficiência” ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. (BRASIL, 2004)

A crítica a ser feita a este decreto é quanto ao lapso temporal de quatro anos entre a criação das leis e suas regulamentações por este decreto. Um ponto positivo a ser ressaltado é menção à acessibilidade dos estabelecimentos de ensino tanto públicos quanto privados e a referência às áreas de lazer no âmbito educacional. No entanto, diversas leis foram regulamentadas e promulgadas com objetivo de garantir o direito à acessibilidade, mas ainda assim não há essa garantia. Inúmeras são as barreiras e fragilidades dessas leis inviabilizando

a aplicação e facilitando a perpetuação de situações excludentes (SIQUEIRA; DORNELLES; ASSUNÇÃO, 2020).

A décima primeira lei, a **Lei Nº 11.126** que desde 27 de junho de 2005 concede o direito do “portador de deficiência” visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia. De acordo com seu artigo 1º, são locais de uso coletivo os meios de transporte, estabelecimentos abertos ao público, de uso público e privados de uso coletivo. A lei é um avanço na promoção da participação social das pessoas com deficiência na sociedade inclusive nas atividades culturais, esportiva e de lazer. Porém, novamente ocorre um lapso temporal no que diz respeito à regulamentação desta lei por meio do **Decreto Nº 5.904** de 21 de setembro de 2006, restando saber se realmente os estabelecimentos efetivam o acesso a esse direito.

Outro marco social importante, décima segunda lei desta seleção, é a **Lei Nº 11.133** de 14 de julho de 2005, a qual instituiu o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência, celebrado no dia 21 de setembro. Um aspecto a destacar é quanto ao fato da urgência em avançar na implementação dos direitos destinando uma data para promover a luta das pessoas com deficiência por justiça e emancipação social, respeito à diversidade de ser e (re)existir.

O décimo terceiro texto legal, é o **Decreto Legislativo Nº 186** de 9 de julho de 2008, o qual aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Seu artigo 30 dispõe sobre a participação na vida cultural, recreação, lazer, esporte, além das atividades turísticas das pessoas com deficiência, assegurando acessibilidade para a realização dessas atividades, promovendo incentivo e ampliação à participação.

Esse decreto demonstra um avanço no processo de reparação do histórico de injustiças, estigmas e invisibilidade no qual as pessoas com deficiência sobreviveram por tanto tempo. Destaca-se o uso do termo aceito pelo movimento das pessoas com deficiência, “pessoas com deficiência” e não mais “portadoras de deficiência”. A CDPD foi um marco importante da luta das pessoas com deficiência e que rompe com o modelo biomédico da deficiência. Mas para que essas conquistas se concretizem a continuidade das lutas e do debate sobre deficiência de maneira politizada precisa ganhar força possibilitando que os espaços na sociedade possam ser cada vez mais ocupados pelas pessoas com deficiência. Tendo ciência de que o debate anticapacitista não é responsabilidade apenas das pessoas com deficiência para acabar de uma vez com o discurso que culpabiliza o oprimido por sua situação de opressão (SIQUEIRA; DORNELLES; ASSUNÇÃO, 2020).

A décima quarta lei destacada é a **Lei Nº 11.982** de 16 de julho de 2009, que tem o objetivo de acrescentar parágrafo único ao art. 4º da **Lei Nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a adaptação de parte dos brinquedos e equipamentos dos parques de diversões às necessidades das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. O texto do parágrafo único pode ser lido a seguir: “Os parques de diversões, públicos e privados, devem adaptar, no mínimo, 5% (cinco por cento) de cada brinquedo e equipamento e identificá-lo para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, tanto quanto tecnicamente possível.”

Esta lei é mais um avanço em direção à promoção do lazer das pessoas com deficiência, no quesito de garantir o direito à acessibilidade e inclusão para a diversão de todas as pessoas tanto em locais públicos quanto privados. Uma vez que o lazer, pode se tornar um tempo e espaço de experiências educativas e emancipatórias, contribuindo para a superação de desigualdades (LOPES DA SILVA; RIGONI; SILVA, 2021).

O décimo quinto texto legal é o **Decreto Nº 6.949** de 25 de agosto de 2009, que reafirma a dificuldade em efetivar e garantir os direitos das pessoas com deficiência, pelo lapso temporal entre a promulgação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, o **Decreto Legislativo Nº 186 de 9 de julho de 2008** que aprova a Convenção e o Decreto de 2009 que promulga a Convenção.

O **Decreto Nº 7.612** de 17 de novembro de 2011, o décimo sexto texto legal, institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Conforme seu parágrafo único “o Plano Viver sem Limite será executado pela União em colaboração com Estados, Distrito Federal, Municípios, e com a sociedade”. E como define seu artigo 2º “são consideradas pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”.

É importante salientar que este decreto é fundamental para evidenciar o novo paradigma que altera o conceito de pessoas com deficiência defendido pelo modelo biomédico, compreendendo a deficiência como diversidade humana e não mais anormalidade. Aponta não mais a deficiência, mas sim as barreiras sociais que impedem a inclusão das pessoas em toda e qualquer atividade, sejam as barreiras para o deslocamento, para o trabalho, para a saúde, para a educação e para garantir sua autonomia.

Duas leis de 2012 também são relevantes, a **Lei Nº 12.587** que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, estabelecendo em seu artigo 24 que o Plano de Mobilidade Urbana é o instrumento de efetivação dessa Política. Entre os princípios e objetivos a contemplar, está em seu inciso IV “a acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição de mobilidade”. A outra lei do mesmo ano é a **Lei Nº 12.622** que institui o Dia Nacional do Atleta Paraolímpico, a ser celebrado no dia 22 de setembro. Abaixo pode ser visto o Símbolo dos Jogos Paralímpicos, os Agitos:

Figura 3 - Símbolo Paralímpico - Agitos⁸



Fonte: Disponível em: <https://www.pngwing.com/pt/free-png-bnitt>. Acesso em: 18 out. 2022.

Importante sublinhar que o Plano de Mobilidade Urbano ainda precisa ser efetivado tendo em vista o problema estrutural urbano amplamente divulgado em matérias jornalísticas, trabalhos acadêmicos, reclamações ao Poder Público, mesmo tendo sido instituído há 9 anos não garante a mobilidade das pessoas com deficiência. Já a lei que cria o dia do Atleta Paralímpico, e não mais “Paraolímpico”, considerando que esta dissertação é construída também com atletas paralímpicos, mostra a importância de uma data que fortalece a luta das pessoas com deficiência. Enfatiza a necessidade de valorizar os e as Atletas paralímpicas pelo trabalho prestado à Nação Brasileira, que lutam contra o capacitismo por meio do esporte paralímpico em uma sociedade que ainda percebem as pessoas com deficiência de forma negativa.

⁸ Os símbolos dos Jogos Paralímpicos são os Agitos. Em latim, “Agito” significa “Me Movimento” e o desenho, que procura demonstrar esta característica, é assimétrico composto pelas cores vermelho, azul e verde (CPB, 2021).

A última lei a ser mencionada é a Lei Nº **13.146** de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Esta lei veio para reforçar as leis até então criadas para garantir os direitos das pessoas com deficiência e ratificar a necessidade da ruptura da concepção de deficiência arraigada na sociedade, que ainda insiste em estabelecer um padrão corporal. A lei traz capítulos com a finalidade de garantir igualdade e impedir a discriminação; garantir o direito à habilitação e à reabilitação, bem como o direito à educação e não menos importante o direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer.

De acordo com Barbosa e Barros (2020), para o processo de consolidação da perspectiva social da deficiência no âmbito normativo, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), sancionada em 2015, introduziu o conceito de avaliação biopsicossocial da deficiência. Apesar de ainda enfrentar controvérsias no âmbito da implementação do modelo social da deficiência em sua complexidade, a lei institui importantes elementos que reconhecem a multideterminação da deficiência. Recorrendo à Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ao afirmar que a interação do impedimento com as barreiras que culminam em restrição de participação, e estabelecendo que quando necessária, a avaliação será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

4. LAZER, ESPORTE E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A Constituição Federal de 1988 no artigo 6º apresenta o lazer como um dos direitos sociais, assim como a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o transporte, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Ainda associa o esporte como ferramenta do lazer em seu parágrafo terceiro do artigo 217, o qual por meio do poder público estimulará o lazer como forma de promoção social. No entanto, Menicucci (2006) salienta que o texto legislativo não define os princípios, diretrizes, objetivos, mecanismos e regras institucionais que norteariam a efetivação do direito ao lazer.

Segundo Marcellino (2000), o conceito de lazer não está claro entre estudiosos, técnicos e a população, por apresentar muitos sentidos, significados e valores. Gomes (2011, p. 17) compreende "o lazer como uma necessidade humana e como dimensão da cultura caracterizada pela vivência lúdica de manifestações culturais no tempo/espaço social". Dessa forma, o lazer a partir da produção cultural humana, articula-se e dialoga com dimensões da vida social, entre elas, a educação, o trabalho, a política, a economia, a linguagem e a arte, compondo e representando cada coletividade (GOMES, 2014). Nesse sentido, é "importante

considerar o lazer baseado no desejo da autorrealização, nas relações sociais, na melhoria da qualidade de vida, no desenvolvimento das potencialidades e na aprendizagem continuada” (GOMES; ISAYAMA, 2008, p.170).

Carvalho (2005) salienta que o lazer tem a capacidade de estimular a criatividade das pessoas e dos grupos, seja nos esportes, nas atividades artísticas e nos jogos. Portanto, o lazer não se resume a atividades físicas e esportivas, diversos outros conteúdos culturais podem viabilizar a promoção do lazer. E ao praticar determinado esporte ou exercício físico, práticas que podem ser consideradas potencialidades sociais e afetivas do lazer, as experiências das pessoas podem ultrapassar o mero ato repetitivo, em especial, quando estão imersas em um ambiente no qual exista a possibilidade de usufruir benefícios que integram dimensões fisiológicas, culturais, sociais, afetivas, econômicas (ABADE; GOMES, 2016).

Por ser o lazer um direito social, é dever do Estado propiciar que as atividades de lazer atendam às necessidades das pessoas. É imprescindível que a população conheça as atividades, sejam estimuladas a participar e recebam um mínimo de orientação e apoio que lhes permita usufruir do lazer. Pois a escolha, a opção, em termos de conteúdo, está diretamente ligada ao conhecimento das alternativas que o lazer oferece (MARCELLINO, 2000). E as condições individuais, que afetam mais as pessoas com deficiência, dadas as limitações física, socioeconômica e cultural (SANTIN, 1997), não podem ser consideradas e mantidas como as principais responsáveis por barreiras no acesso à prática do lazer. As políticas de lazer devem moldar-se às necessidades das pessoas com deficiência para garantir igualdade de participação social e de direitos com respeito às diferenças e diversidades culturais (PEREIRA; BRITO, 2019).

Mazzotta e D’Antino (2011) asseguram que a inclusão social se caracteriza como a “participação ativa nos vários grupos de convivência social” (p. 378). Assim toda pessoa precisa sentir-se pertencente a uma organização e ou grupo. Como ferramentas têm-se a cultura, o esporte e o lazer como importantes aliados da inclusão social. Para tanto, Mazzotta (2006), pontua que obstáculos de acesso aos bens, serviços sociais e culturais, devem ser minimizados a fim de ampliar a liberdade e a equidade nas relações sociais fundamentais à condição de ser humano. Visto que a acessibilidade não é apenas o ato de conseguir entrar em um ambiente, mas sim também participar efetivamente no meio social.

Cantarelli (1998) ressalta a necessidade de atentar-se para além das barreiras físicas para o acesso ao lazer, visto que as barreiras socioculturais sustentadas pela divisão de classes sociais podem ser intensificadas pelas barreiras atitudinais em relação às pessoas com deficiência. Sendo assim, refletir sobre o lazer nas condições em que vive grande parte das

pessoas com deficiência e a parcela populacional que elas representam, é refletir sobre este direito fundamental e sobre a democratização do lazer.

A acessibilidade é uma das questões centrais que envolvem o pleno exercício da cidadania pelas pessoas com deficiência. Devido às dificuldades que encontram frente às barreiras urbanísticas, nas edificações, nos transportes, na comunicação e informação, entre outras barreiras, as pessoas com deficiências apesar de terem assegurado pela Constituição Federal os direitos sociais básicos, ficam impedidas da participação nos diversos setores da sociedade, por esses direitos não serem implementados de forma efetiva na maioria dos casos. São, portanto, privadas do acesso à educação, ao transporte público, à cultura, ao lazer e ao esporte (NOGUEIRA, 2007).

Em meio aos diversos obstáculos que impedem e ou dificultam a participação social das pessoas com deficiência, Leite (2012) destaca as barreiras arquitetônicas. E como forma de assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, foi instituída a Lei nº 13.146 de julho de 2015 visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015). A Lei Brasileira de Inclusão desvincula a noção de deficiência estática e biológica da pessoa, uma vez que analisa se, em interação com o ambiente, as pessoas que têm um impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, podem ter sua participação na sociedade obstruída. Desta forma, a avaliação da deficiência é biopsicossocial, considera não apenas estruturas corporais e suas funcionalidades; mas também “fatores socioambientais, psicológicos, pessoais; limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação” (BRASIL, 2015).

O antropólogo Le Breton (2011) defende que o corpo, nas sociedades ocidentais, simultaneamente marca os lugares de diferença e aceitação do sujeito, informando o pertencimento e a exclusão. O corpo é uma designação identitária, mostra o que o indivíduo quer que esteja associado a si e, ao mesmo tempo, o que o desenquadra dos padrões propostos, o que tangencia aspectos relacionados à estética e à inclusão ou exclusão dos diferentes grupos sociais. Por isso as reflexões sobre o corpo e seu movimentar-se são pertinentes em todas as áreas do conhecimento humano, considerando o caráter histórico e antropológico do corpo, com base na consciência que o humano é indivíduo parte da sociedade (MORIN, 2006) e que as experiências das práticas corporais possibilitam transformações no comportamento dos indivíduos, apontando para a autopercepção como veículo facilitador do autoconhecimento (CAVALCANTI, 2006).

Seja sua prática como lazer ou atividade competitiva, o esporte pode ser considerado um dos requisitos indispensáveis para que o indivíduo possa atingir a dimensão total de inclusão social, por contribuir no sentimento de pertencimento na sociedade (AZEVEDO; BARROS, 2004). Seus benefícios incluem o desenvolvimento físico, relacionado com alterações fisiológicas e psicológicas, como aumento do bom humor, redução do estresse e autoconceito mais positivo; além da sua influência no desenvolvimento das relações sociais (ZUCHETTO; CASTRO, 2002).

4.1 Pessoas com deficiência e Esporte Paralímpico

O Esporte Paralímpico teve seu desenvolvimento e se mantém alicerçado em práticas médicas, moldando-se ao modelo médico, que, segundo Howe (2008), cria uma hierarquia de corpos. Pelo fato dos objetivos da prática de esporte ainda se apoiarem e concentrar-se no sistema de classificação esportiva, principal forma de organização do esporte paralímpico.

A perspectiva biopsicossocial sobre a deficiência contribui no esporte para as pessoas com deficiência de forma a ampliar a prática do esporte paralímpico, e com isso a oferta de oportunidades e incentivos à prática esportiva para todas as pessoas com deficiência (PEDRINELLI; NABEIRO, 2012). Porém, a ampliação do acesso ao esporte paralímpico às pessoas com deficiência é limitada, para ser um atleta profissional paralímpico, a pessoa com deficiência deve apresentar características elegíveis na classificação esportiva da modalidade específica, ou seja, possuir uma deficiência mínima, avaliada de acordo protocolos médicos e técnicos (COSTA; WINCKLER, 2012), além das habilidades exigidas em qualquer esporte de alto rendimento. Por isso, apesar de ser um meio para promover a paridade entre os atletas nas competições esportivas, tendo em vista a criação de categorias a partir do nível de comprometimento de movimentos, a classificação esportiva limita a participação de todas as pessoas com deficiências nas modalidades paralímpicas (SOLERA et al, 2021).

Nessa linha de pensamento, Torri e Vaz (2017) alegam que, o esporte paralímpico seleciona assim como o olímpico, sendo tão segregador quanto, o que de certa maneira reduz o caráter de inclusão do esporte paralímpico. No entanto, o esporte paralímpico tem influenciado de forma positiva na qualidade de vida dos atletas, melhor aceitação pessoal; aumento de oportunidades econômicas, culturais e educacionais, além do reconhecimento social do atleta (BENFICA, 2012), possibilidade de conhecer de novos lugares (VELASCO; SANTOS; SOUZA, 2018; BECERRA; MANZINI; MARTINEZ, 2019) e ganhos para a sociabilidade (FREIRE, 2010). Ademais, o esporte pode ser percebido como uma

comunidade, garantindo apoio para superação das dificuldades e auxiliando na conquista de autoconfiança, para a prática esportiva e para o enfrentamento do contexto social geral (GOODWIN *et al.*, 2009).

O esporte pode ser, portanto, um dos importantes recursos de porta de entrada para novas possibilidades para as pessoas com deficiência, bem como um impulsionador para o desenvolvimento e autorrealização humana (EPIPHANIO *et al.*, 2017); pode ajudar na aceitação da deficiência (VELASCO; SANTOS, SOUZA, 2018) e contribuir para além da superação das dificuldades e preconceitos da sociedade pouco inclusiva, mas também com a luta por condições mais dignas.

Andrade e Brandt (2008), afirmam que o esporte é um meio de inclusão social, que a prática esportiva produz relações entre pessoas com deficiências e mobiliza ações, como adequações dos espaços para garantir acessibilidade, porém, na maioria dos casos, somente no meio específico para o desenvolvimento do esporte paralímpico. Diante disso, pode-se concluir que a inclusão de fato não ocorre, uma vez que não há ações que concretizem a construção de um ambiente social acessível e que comporte experiências das pessoas com deficiência junto com as pessoas sem deficiência. O que indica uma possível fragilidade do esporte paralímpico como meio de inclusão, revelando que preconceitos, paradigmas e estereótipos ainda permanecem na sociedade (MARQUES, 2015). É um discurso paradoxal, no qual as pessoas com deficiência são incluídas pelo esporte, mas distinguidas, como atletas com deficiência (TORRI; VAZ, 2017).

De acordo com Torri e Vaz (2017), gênero, geração, nacionalidade, etnia, ter ou não uma deficiência, entre tantas outras características da diversidade humana, balizam e fazem oscilar a individualidade e a universalidade esportiva. Desse modo, o esporte paralímpico se fortalece com o objetivo da inserção de pessoas com deficiência no mundo esportivo, consistindo na incorporação de corpos fora da normatividade (física, fisiológica, social) ainda estipulada e reafirmada pelo esporte. Assim, pessoas com deficiência têm sido estimuladas às práticas esportivas, o que oferece e aufere legitimidade e prestígio às modalidades esportivas paralímpicas, por meio dos discursos da inclusão e da superação, identificado também no esporte convencional (GONÇALVES; ALBINO; VAZ, 2009).

Mesmo o discurso da superação sendo constante nas questões paralímpicas, os atletas com alguma deficiência não têm a mesma percepção da mídia e do público que os assiste, e contestam o modo como são representados, expondo com propriedade que a superação é necessária tanto para atletas do esporte paralímpico quanto para os do olímpico. Visto que a superação é componente do esporte, simbolizada no esforço físico e psicológico dos atletas

nos treinamentos e nas competições. Refere-se à persistência dos atletas diante das dificuldades impostas ao longo da carreira esportiva. Sendo que esse discurso de superação, amplificado pela mídia, pode produzir de forma equivocada também, a exaltação dos atletas como heróis (TORRI; VAZ, 2017).

Torri e Vaz (2017) salientam ainda, que os Jogos Paralímpicos são organizados com os mesmos princípios dos Jogos Olímpicos; com destaque para posições nos rankings das modalidades; com categorias, classificação do grau de comprometimento. Acarretando na perda de robustez do caráter inclusivo do esporte paralímpico, mostrando-se tão segregador quanto àquele que lhe serve de modelo. Fazendo os Jogos Paralímpicos corroborarem com o mesmo discurso de desempenho e potencialização corporal apresentados pelos Jogos Olímpicos. Uma vez que, a Paralimpíada permite a participação somente daqueles com altos índices esportivos.

4.1.1 Breve histórico do esporte para Pessoas com deficiência

Observa-se que, especialmente a partir da metade do século XX, período no qual as modalidades esportivas para pessoas com deficiências foram impulsionadas devido ao término das grandes guerras mundiais, diversas discussões culminaram na conquista de direitos voltados à busca da cidadania de pessoas com deficiência, como o acesso aos serviços de educação, saúde, lazer e trabalho (BRASIL, 2015; DEGENER, 2014).

Assim, os esportes para pessoas com deficiência remontam aos períodos entre as duas guerras mundiais, inicialmente com ênfase para a reabilitação de soldados lesionados. A partir de 1918 na Alemanha com o médico Karl Gebhardt, partidário da ideologia nazista, que implementa programas para veteranos de guerras alemães. Posteriormente em 1944, com o médico Ludwig Gutmann, que introduz o esporte como componente de tratamento para veteranos de guerra com deficiência física adquirida, e na Inglaterra em Aylesbury, no mesmo ano, no hospital de Stoke Mandeville, utilizando o esporte para reabilitação e inserção social de lesionados medulares (MARQUES et. al., 2009; DEPAUW; GAVRON, 2005; GORGATTI; GORGATTI, 2008; COSTA; WINCKLER, 2012).

Desse modo, os esportes para pessoas com deficiência, ou “Esporte Adaptado”, “Paradesporto”; “Atividade Física Adaptada”; “Atividade Motora Adaptada”, “Esporte Paralímpico”, principais formas de identificar esse fenômeno esportivo, foram desenvolvidos por seu vínculo com a reabilitação terapêutica, visto que era possível prevenir os efeitos secundários das deficiências, dentre eles, as atrofia musculares ou distúrbios de ordem

ortopédica; oferecendo oportunidades de reinserção social e permitindo a experiência de empoderamento na aquisição de excelência em desempenho desportivo (MAUERBERG-deCASTRO; CAMPBELL; TAVARES, 2016).

O esporte adaptado engloba atividades esportivas adaptadas às pessoas com deficiência, bem como para qualquer pessoa que demande adaptações a fim de possibilitar a sua prática. O esporte paralímpico consiste em uma ramificação dessa forma de esporte e se caracteriza por um ambiente mais restrito, ao envolver apenas as modalidades dos Jogos Paralímpicos, e ser acessível somente a pessoas que se enquadrem em seus critérios de classificação (COSTA; WINCKLER, 2012). Portanto, o conceito de esporte paralímpico pode ser compreendido como esporte de rendimento voltado para as pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, e que apenas um grupo seleto de atletas atingem o alto rendimento, sendo que as competições objetivam conquistas de elevados índices ou resultados (MARQUES; GUTIERREZ; ALMEIDA, 2013; REIS, 2014; PEREIRA DA SILVA, 2015).

O esporte paralímpico pode ser considerado um subcampo do esporte, sendo uma das possíveis alternativas de participação esportiva para pessoas com deficiência, tendo nos Jogos Paralímpicos seu principal evento e meio de divulgação de feitos esportivos (MARQUES; GUTIERREZ, 2014). Por esse destaque, um de seus papéis é colaborar para mudar paradigmas, rejeitar estereótipos e abolir preconceitos em relação às pessoas com deficiência, que têm no evento esportivo mundial a oportunidade de mostrar suas potencialidades e possibilidades de participação social. E por ser o evento esportivo que mais atrai a atenção da sociedade para as pessoas com deficiência é capaz de influenciar em como essas pessoas são reconhecidas (HARDIN; HARDIN, 2004).

Contudo, antes do surgimento dos Jogos Paralímpicos, o evento esportivo era conhecido como Jogos de Stoke Mandeville. Com sua primeira realização em 29 de julho de 1948, data de abertura dos Jogos Olímpicos de Londres, com competições para atletas em cadeira de rodas, iniciativa do médico Ludwig Guttmann, e com a presença de 16 militares e mulheres que participaram da modalidade de tiro com arco. Em 1952, ex-militares holandeses aderiram ao Movimento e aos Jogos Internacionais Stoke Mandeville, e fundaram a Federação Internacional dos Jogos de Stoke Mandeville – International Stoke Mandeville Games Federation (ISMGF) (IPC, 2022).

No ano de 1960 em Roma, foram realizados os primeiros Jogos Paralímpicos no mesmo local dos Jogos Olímpicos, apenas com atletas em cadeira de rodas, com 400 atletas de 23 países. Desde então, eles acontecem a cada quatro anos. Entretanto, aconteciam com condições de acessibilidade inadequadas ficando estabelecido que, um dos objetivos seria o de

promover o ambiente físico acessível à toda população com deficiência (WINNICK, 2004; HOWE, 2008; BAILEY, 2008). As duas primeiras edições dos Jogos Paralímpicos ocorreram na mesma cidade olímpica, e por um tempo passou a ser em localidade diferente, retornando somente em Seul, após vinte e quatro anos, em 1988, à mesma cidade sede dos Jogos Olímpicos, com a utilização dos mesmos locais, acordo entre o Comitê Paralímpico Internacional (IPC) e o Comitê Olímpico Internacional (COI) (BRITAIN, 2016).

Ainda no ano de 1960, apoiado pela Federação Mundial de ex-militares, foi criado um Grupo Internacional de Trabalho em Esportes para pessoas com deficiência com o objetivo de estudar os problemas do esporte para essa população, dando origem em 1964, à Organização Internacional do Esporte para Deficientes – International Organizations of Sports for the Disable (IOSDs) - viabilizando a filiação de atletas com deficiência aos Jogos Internacionais de Stoke Mandeville: pessoas com deficiências visuais, pessoas amputadas, pessoas com paralisia cerebral e pessoas com paraplegia (IPC, 2022).

Com 16 países afiliados em seu início, a Organização Internacional do Esporte para Deficientes empenhou-se em incluir atletas cegos e amputados nos Jogos Paralímpicos no Canadá, na cidade de Toronto em 1976, e atletas com paralisia cerebral no ano de 1980 em Arnhem. No dia 22 de setembro de 1989, foi fundado o Comitê Paralímpico Internacional – International Paralympic Committee (IPC) - órgão máximo do esporte paralímpico, cuja responsabilidade é a de organização dos Jogos Paralímpicos de verão e inverno logo após os Jogos Olímpicos (SCHEID et al, 2012).

O esporte paralímpico no Brasil surgiu do empenho de Robson Sampaio de Almeida que fundou o Clube do Otimismo no Rio de Janeiro no ano de 1958 e, Sérgio Seraphin Del Grande, que no mesmo ano em São Paulo fundou o Clube dos Paraplégicos, ambos com deficiência, que buscaram tratamento e reabilitação de lesão medular nos Estados Unidos (PARSONS; WINCKLER, 2012). Mais tarde, de acordo com Mauerberg-deCastro (2005), após os Jogos Parapanamericanos de 1975 no México, foi criada a Associação Nacional de Esporte para Deficientes (ANDE) pelos próprios componentes da seleção brasileira com o objetivo de organizar o esporte paralímpico no país.

Dentre as diversas nomenclaturas e definições possíveis utiliza-se o conceito de esporte paralímpico, devido à compreensão que tal termo engloba as modalidades paradesportivas e os atletas de rendimento. Mello e Winckler (2012) salientam que o esporte paralímpico se caracteriza por um grupo restrito de modalidades que se enquadram nos jogos Paralímpicos, tendo os esportistas que passar por um processo de classificação e elegibilidade para poderem participar dos eventos esportivos.

As modalidades paralímpicas são aquelas que fazem parte do quadro dos Jogos Paralímpicos, que atualmente são 22 nos jogos de verão: Atletismo, Basquetebol em cadeira de rodas, Bocha, Canoagem, Ciclismo, Esgrima em cadeira de rodas, Futebol de 5, Goalball, Halterofilismo, Hipismo, Judô, Natação, Remo, Rugby em cadeira de rodas, Tênis de mesa, Tênis em cadeira de rodas, Tiro esportivo, Tiro com arco, Triatlo e Vôlei sentado. Foram inseridos o Taekwondo e o Badminton, que substituíram o Futebol de 7 e a Vela. Sendo constituído nos jogos de inverno pelas modalidades: biatlo, curling em cadeira de rodas, esqui alpino, esqui cross country, hóquei sobre trenó, snowboard (IPC, 2020).

O esporte paralímpico estabelece critérios de elegibilidade para que atletas com deficiência participem, de acordo com a classificação desportiva, sendo esses critérios: a) potência muscular prejudicada; b) amplitude reduzida de movimento; c) amputados; d) diferença de comprimento nos membros inferiores e/ou superiores; e) baixa estatura; f) hipertonía (rigidez muscular); g) ataxia (ausência de coordenação de movimentos); h) atetose (movimentos involuntários); i) deficiência visual (DV) e j) deficiência intelectual (IPC, 2016).

Na organização das competições e equiparação dos tipos de deficiências, foi criado o sistema de classificação esportiva, cuja responsabilidade é das Federações Internacionais que regem o esporte. A classificação esportiva é uma forma de nivelar e agrupar as deficiências de acordo com a funcionalidade, com o objetivo de trazer para as competições equidade e conseqüentemente a maior licitude possível (FREITAS; SANTOS, 2012; PACIOREK, 2004; IPC, 2020).

Em relação à sua aplicabilidade, os sistemas de classificação desportiva estão configurados em classificação médica, na qual o profissional médico verifica a acuidade visual de atletas com deficiência visual; os níveis de comprometimento de lesões medulares e amputações dos atletas com deficiência física; e classificação funcional, a qual por meio dos dados obtidos na classificação médica, são verificadas as habilidades específicas necessárias para o esporte ao qual o atleta pertence (TWEEDY; VANDLANDEWIJCK, 2011; PACIOREK, 2004).

Os Jogos Paralímpicos são o principal evento esportivo para pessoas com deficiência na sociedade globalizada, porém, não engloba todas as pessoas, nem todos os tipos de deficiência, assim como nem todas as possibilidades de práticas esportivas adaptadas, uma vez que contam apenas com a elite dos atletas paralímpicos em nível mundial. Atualmente, ocorrem de quatro em quatro anos, na mesma cidade-sede dos Jogos Olímpicos, e após este, utilizando as mesmas instalações e locais, com adaptações para promover a acessibilidade (MARQUES *et al.*, 2009).

Enquanto manifestação social, o esporte paralímpico é considerado uma das diversas vertentes desportivas, dentre elas destaca-se os esportes adaptados, cuja definição se pauta nas modificações ou criações de novas modalidades esportivas com o intuito de atender às necessidades de seus praticantes, pessoas com deficiência ou não, como idosos e crianças, em ambientes integrados (MARQUES et. al., 2009; PACIOREK, 2004; WINNICK, 2004).

O esporte paralímpico se manifesta em eventos organizados pelo Comitê Paralímpico Internacional (IPC) e comitês, confederações e federações vinculados a ele. Abrange atletas com deficiência intelectual, visual ou física e se manifesta em práticas esportivas em diferentes níveis de desempenho e ambientes – escolar, lazer, alto rendimento (MARQUES, 2015). Além dos Jogos Paralímpicos, o esporte paralímpico, no caso do Brasil, se mostra em eventos como: Campeonato Brasileiro; Circuito Escolar Paralímpico; Circuito Loterias Caixa; Open Loterias Caixa; Paralimpíadas Escolares; Paralimpíadas Universitárias; Copa Brasil de Tiro Esportivo (CPB, 2022), entre outros.

Segundo Pereira da Silva (2015), o esporte para pessoas com deficiência ou paradesporto, pode ser uma oportunidade de crescimento pessoal, de prática de atividades físicas, de pertencimento, de objetivos, de aprendizagem, de manutenção da saúde, dentre outros benefícios. E alguns indivíduos conseguem, ao longo de sua vida, atingir um patamar de prática esportiva que se pode classificar como rendimento (REIS; MEZZADRI; MORAES E SILVA, 2017). Reis (2014), salienta que o esporte de desempenho permite que muitos atletas com deficiência vivam exclusivamente do esporte. E aqueles que não chegam nesse nível de desempenho utilizam o paradesporto como inserção social, oportunidades profissionais e bem-estar social.

Algumas definições de política pública trazem reflexões sobre sua importância, como reconhecem Dias e Matos (2012), referindo-as como um conjunto de princípios, critérios e linhas de ação que garantem e permitem a gestão do estado na solução dos problemas considerados fundamentais. Os dilemas referentes ao esporte paralímpico concentram-se na sua oportunidade de oferta às pessoas com deficiência (REIS *et al.*, 2017), pois ainda que exista esforços no intuito de propiciar uma oportunidade esportiva para as pessoas que têm algum tipo de deficiência, políticas públicas elaboradas acabam sendo sucateadas (PERREIRA DA SILVA, 2015; REIS, 2014).

4.1.2 Sobre a inclusão da pessoa com deficiência por meio do esporte

A inclusão social de pessoas com deficiência, de acordo com Sasaki (2002) é um processo contínuo carente de transformações não somente de ordem estruturais, mas sociais em todos os âmbitos da sociedade, sejam de configurações socioculturais e ambientais. Corroborando com essa ideia, Munster *et al.* (2008) afirma que esse contínuo processo é e deve ser atravessado por ações de empoderamento e mudanças da sociedade, pois só assim proporcionará oportunidades de participação social plena a todas as pessoas.

Nessa mesma direção, Marques (2015) declara que a efetividade de processos de promoção de inclusão social de pessoas com deficiência percorre processos de superação de concepções marcadas por estereótipos e preconceitos. Transformações que podem ser guiadas por políticas governamentais, assim como por ações educacionais, midiáticas e de fenômenos socioculturais capazes de contribuir para modificar ou reforçar valores morais, como o esporte.

O esporte é um fenômeno sociocultural que participa da constituição do produto interno bruto (PIB) de diversos países, por meio da importante veiculação midiática, com sua inserção como atividade educacional, de lazer e ou profissional em diferentes grupos sociais (MARQUES, GUTIERREZ; MONTAGNER, 2009). Marques (2015) salienta que o esporte é um fenômeno plural e heterogêneo, que além de transmitir, transformar e reforçar valores morais, é capaz de ser transformado por quem se envolve em suas práticas, pois conforme Bourdieu (1990), é um fenômeno com considerável elasticidade semântica, de acordo com os agentes sociais que com ele se envolvem.

Marques (2015), destaca que por ser um fenômeno sociocultural, passível de transformações e adaptações sociais, o esporte pode ser uma das possíveis formas de educação e influência sobre a criação e transformação de paradigmas, estereótipos ainda enraizados na sociedade. Por essa razão, o esporte estabelece estreita relação com processos de educação, formação de opinião e posicionamento político de praticantes, espectadores ou consumidores.

E para as pessoas com deficiência, como ressalta Howe (2008), o esporte foi usado historicamente com diferentes objetivos e sentidos, desde à reabilitação, lazer, educação e, mais recentemente, como trabalho, por meio da profissionalização da pessoa com deficiência na condição de atleta do esporte paralímpico. Ocorre o aumento da oferta de atividades esportivas para as pessoas com deficiência, concomitantemente à luta por seus direitos, através de leis e diretrizes que buscam oferecer mais igualdade e oportunidade (REIS;

MEZZADRI; MORAES E SILVA, 2017). Essa realidade tem possibilitado transformações nas estruturas sociais, embrionárias, mas que já permitem mais participação das pessoas com deficiência tanto no campo esportivo quanto nos outros como trabalho, educação e lazer, fortalecendo a importância do esporte como um dos possíveis meios de facilitação de processos de inclusão social, desde o empoderamento da pessoa com deficiência praticante, até a capacidade do esporte de desmistificar ideias arraigadas ao senso comum da população sobre as pessoas com deficiência (MARQUES, 2015).

A deficiência constantemente foi alvo de visões estereotipadas, sendo no início, mais relacionada ao misticismo ou à religião, depois à caridade ou admiração exagerada, reforçando ideias de subestimação ou superestimação de suas capacidades (AMARAL, 1998). Nesse sentido, Howe e Silva (2018), reforçam que às pessoas com deficiência, ao longo da história, foram aplicadas diferentes atitudes e fixadas diversas percepções, permeadas de misticismo, superstição e aversão. Hoje, ainda que haja maior visibilidade sobre a questão, predominam concepções construídas numa época em que as pessoas com deficiência não eram tratadas com a dignidade que aos poucos conquistaram e lutaram para que fosse materializada (HOWE; SILVA, 2018).

Contrário ao que muitas vezes se enfatiza, no esporte praticado por pessoas com deficiência, não é a deficiência a questão superada ou a ser superada pela prática esportiva, mas sim os paradigmas relacionados à deficiência, que dizem respeito às crenças que generalizam indivíduos dentro de grupos tais como “heróis”, “doentes” ou “coitados” (HILGEMBERG, 2019). Demonstração do quão persiste para muitos, que a deficiência é a condição que produz generalizações e que resume o indivíduo, não percebendo e aceitando ser uma condição da multiplicidade e possibilidade de ser. Esse conjunto de generalizações nocivas, podem ser elencadas dentro do conceito de *Capacitismo* (SERON *et al.*, 2021).

Segundo Campbell (2008), o *capacitismo* pode ser verificado na conduta que desvaloriza ou diferencia a deficiência tendo como parâmetro um modelo de capacidade física considerada padrão, ou seja, o *capacitismo* compreende que existe um modo ideal de ser, excluindo tudo aquilo que se afasta desse modelo ideal de capacidade, definindo-o como inadequado, tornando a deficiência uma condição de inferioridade humana.

4.1.3 Compreendendo o capacitismo e a corponormatividade pelo esporte

O que inicialmente era compreendido apenas como opção terapêutica pouco a pouco foi ganhando outras dimensões, tornando-se uma opção para pessoas com diferentes tipos de

deficiência que buscam práticas voltadas ao lazer ou ao alto rendimento (GREGUOL; MALAGODI, 2019). O esporte paralímpico hoje, é um dos meios pelo qual o capacitismo pode ser refutado.

Ademais do objetivo da prática em si, o esporte para pessoas com deficiência pode proporcionar diversos benefícios que vão além da questão física, estão associados a ele o bem-estar emocional e social (SERON *et al.*, 2021). Fora a contribuição para desmistificar visões equivocadas na sociedade, que ainda se balizam em noções de incapacidade e assistencialismo, consolidando a compreensão e valorização das diferenças individuais (KIM; LEE; OH, 2017).

Martín (2017) ressalta que a luta anticapacitista incide no prisma da inclusão social, pois enseja o dismantelamento da noção do ideal de corpo, da mensuração de capacidades como condições essenciais para ser produtivo. Luta essa, que está conectada à mudança de concepção sobre a compreensão da deficiência, aproximando-se mais do modelo social e afastando-se do modelo médico. Buscando a desconstrução do paradigma da corponormatividade⁹, da padronização de corpos e existências (SERON *et al.*, 2021).

Pensamentos construídos a partir da ideia de corponormatividade produz ou imagina um corpo ideal, e aponta aqueles que são inferiores, incompletos ou passíveis de reparação/reabilitação quando comparados aos padrões hegemônicos corporais/funcionais idealizados (MELLO; NUERNBERG, 2012). Esse pensamento é sustentado pelo modelo médico da deficiência, o qual avalia a deficiência como uma condição responsável pela impossibilidade de participação plena e social das pessoas com deficiência. Para Sasaki (2014), esse modelo é agressivo, violento e opressor, por sujeitar a pessoa com deficiência a um estado diminuído do ser humano, um fator negativo que deve ser eliminado, reduzido ou suavizado, deixando o corpo e suas funcionalidades o mais próximo de uma suposta normalidade.

Para Seron *et al.* (2021), o esporte talvez seja uma das atividades com maior potencial para contribuir na luta anticapacitista. O capacitismo está intimamente ligado aos estigmas da deficiência, o que o torna uma forma de discriminação estrutural em nossa sociedade. A mídia, as políticas públicas, os treinadores, os atletas, o público, e especialmente as organizações e instituições esportivas podem e devem utilizar o esporte para solidificar discursos e ações que valorizem a pessoa com deficiência, desconstruindo sistemas rígidos de

⁹ Conceito introduzido no campo dos estudos da deficiência por Anahí Mello e Adriano Nuernberg (2012).

hierarquização e medicalização de corpos, possibilitando amplas oportunidades de garantia de acesso ao esporte como um direito humano.

Assim como Almeida (2018) se refere ao racismo, o capacitismo é um elemento que integra a organização econômica e política da nossa sociedade, desse modo não necessita de intenção individual para manifestar-se. Termo relativamente novo no país, o capacitismo refere-se a uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos à corponormatividade (SERON *et al.*, 2021). Como categoria, generaliza, define a forma como as pessoas com deficiência são tratadas, como incapazes (MELLO, 2016). O capacitismo está para as pessoas com deficiência assim como o racismo está para os negros e o sexismo para as mulheres (CAMPBELL, 2008). É um neologismo que expõe o afastamento da capacidade e da aptidão pela deficiência (DIAS, 2013). E é justamente essa capacidade de ser e fazer, a possibilidade negada às pessoas com deficiência nas mais diversas esferas da vida social (MELLO, 2014).

Nota-se que as definições de capacitismo estabelecem relações com as concepções do modelo médico da deficiência. Todavia, suas manifestações cruzam lugares e afetam as pessoas com deficiência de maneira despercebida, com expressões preconceituosas veladas por sentidos aparentemente ingênuos e ações disfarçadamente positivas (SERON *et al.*, 2021), tendo em vista que, muitas das vezes quem as profere não conhecem e ou não fazem questão de conhecer a realidade das pessoas com deficiência, e nunca ou quase nunca, tinham a intenção de ofender.

Como o âmbito esportivo é parte integrante da sociedade, tudo o que acontece nela pode ser observado também na prática esportiva, e o capacitismo, sendo uma questão estrutural também percorre as vias do esporte. Exemplo dessa discriminação é a baixa prevalência de pessoas com deficiência fisicamente ativas, pela falta de acessibilidade arquitetônica, atitudinal, metodológica e instrumental (IBGE, 2019; GREGUOL, 2017). Atentar-se para essas questões é admitir que o capacitismo é sistêmico, reconhecer que se não combatido, pode privar a pessoa com deficiência de oportunidades em programas de atividades físicas ou esportivas (SERON *et al.*, 2021), bem como de lazer, educação, saúde e trabalho.

Segundo Martín (2017), a luta anticapacitista se baseia na desconstrução do padrão corporal e de modelos ideais de capacidade humana, tendo à frente, a participação sobretudo dos movimentos sociais e entidades de apoio às pessoas com deficiência em todo o mundo. Com o avanço da compreensão e das discussões sobre o modelo social da deficiência, nota-se um progresso na legislação sobre a garantia de direitos de acesso de pessoas com deficiência

nas atividades sociais, inclusive prática esportiva, ainda que as informações divulgadas sobre a prática esportiva de pessoas com deficiência se apoiem em estereótipos (SERON *et al.*, 2021).

Nas últimas décadas, o esporte paralímpico brasileiro vem ganhando maior visibilidade e atenção (CARDOSO *et al.*, 2019). Os Jogos Paralímpicos Rio 2016, um megaevento que possibilitou e ainda pode render avanços com e no envolvimento das pessoas com deficiência na prática esportiva, pelo reconhecimento e valorização dos direitos de cidadania dessas pessoas. Apesar do pouco investimento nas políticas públicas dos governos nas diversas esferas, o esporte de alto rendimento no Brasil, especialmente o paralímpico, convive com carências, ausência de estrutura organizada para sustentar a prática, ainda assim, com muitos resultados expressivos frutos de ações isoladas de clubes e outras entidades, e não de programas e políticas públicas articuladas (PNUD, 2017).

Sem contar que no território brasileiro, os atletas paralímpicos alcançam visibilidade somente durante os Jogos Paralímpicos e que a iniciação e permanência no esporte é permeada por dificuldades, grande parte delas devido à falta de investimento. A ausência de recursos financeiros interfere efetivamente na prática do esporte paralímpico, também o incentivo e o apoio na criação de condições são aspectos fundamentais para o desenvolvimento da carreira paralímpica. Sem o necessário auxílio, poucos conseguem alcançar destaque no esporte de elite paralímpico (CARDOSO *et al.*, 2019).

Segundo Silva e Winckler (2019), após os Jogos Olímpicos e Paralímpicos em 2016, o esporte de alto rendimento, vive hoje no Brasil, momentos de incertezas, em decorrência do impeachment da ex-Presidenta Dilma Rousseff, as eleições em 2018 e atual configuração do governo federal, provocando o desmanche do Ministério do Esporte, transformado em Secretaria Especial do Esporte, subordinada ao Ministério da Cidadania.

4.1.4 A constituição de redes de apoio às pessoas com deficiência

Com o objetivo de identificar como estão constituídas as “redes de apoio” das pessoas com deficiência e como essas redes podem promover o acesso aos serviços de saúde, reabilitação, inclusão social e implementação de políticas públicas, estudos foram realizados (RIBEIRO, 2010; BITTENCOURT *et al.*, 2011; AOKI; OLIVER; NICOLAU, 2011; HOLANDA *et al.*, 2015; BRIGNOL, 2015; FREIRE *et al.*, 2019) a fim de comprovar que para a prática do esporte paralímpico e permanência nessa ocupação são necessárias ações efetivas de uma rede de apoio (BECERRA; MANZINI; MARTINEZ, 2019).

Redes são sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de causas afins. Estruturas flexíveis e estabelecidas horizontalmente, as dinâmicas de trabalho das redes supõem atuações colaborativas e se sustentam pela vontade e afinidade de seus integrantes, caracterizando-se como um significativo recurso organizacional para a estruturação social. (OLIVIERI, 2003, p. 1)

Para Holanda *et al.* (2015, p. 176) “[...] o conjunto dos apoios permutados pelas pessoas inseridas num determinado contexto social constitui uma rede de apoio social”. E ainda evidenciam a família nuclear como fortes redes de apoio para as pessoas com deficiência física. Além disso, apontam dificuldades na ampliação de relações sociais extrafamiliares devido à dificuldade de acessibilidade (HOLANDA *et al.*, 2015).

Fitzgerald e Kirk (2009) observaram que a maioria das famílias ofereceu apoio contínuo para a prática esportiva de jovens com deficiência, por compreenderem seus benefícios para o desenvolvimento social. Outros benefícios do esporte para a pessoa com deficiência referem-se ao aumento de relações sociais favoráveis à “integração e normalização”, desenvolvimento de atitudes, valores e ocupação de tempo livre (RODRÍGUEZ MARTIN, 2015).

Apesar de experiências terem demonstrado as vantagens e os resultados de ações articuladas e projetos desenvolvidos em parcerias e alianças, de instituições do terceiro setor com ações conjuntas, operando nos níveis local, regional, nacional e internacional, e a sociedade civil se organizando em redes para troca de informações, com articulação institucional e política para implementação de projetos comuns (OLIVIERI, 2003), para as pessoas com deficiência iniciarem e se manterem em uma modalidade esportiva paralímpica há ainda a necessidade de incentivo à formação profissional para atuação com essas pessoas, bem como ampliação de oportunidades de prática esportiva, além de uma estrutura social de fato acessível e inclusiva (CARDOSO, 2011).

O esporte para pessoas com deficiência pode ser uma ferramenta favorável à socialização, devido a convivência com atletas e técnicos, viagens para competições, possibilitarem a interação social e criação de novos vínculos de amizade (LABRONICI, 2000; OLIVEIRA *et al.*, 2013). Santos (2004) aponta a socialização como uma significativa vantagem da prática esportiva para pessoas com deficiência, por terem a oportunidade de fazer amigos e sair mais de casa, podendo melhorar a convivência social.

O preconceito é um problema arraigado na sociedade, condutor do estigma de que a deficiência incapacita, presente até entre as próprias pessoas com deficiência (VELASCO;

DOS SANTOS; DE SOUZA, 2018). Segundo Rechineli, Porto e Moreira (2008), há muitos séculos, os “corpos com deficiência” são renegados, estigmatizados e inferiorizados, necessitando de oportunidades de participação para mostrarem suas capacidades e eficiência, sendo o esporte um importante meio para isso. Não obstante a prática esportiva para pessoas com deficiência tenha demorado a se efetivar, hoje se apresenta como um meio para a aceitação e reconhecimento social dessas pessoas (MORATO, 2011).

No entanto, indivíduos que não têm contato direto com pessoas com deficiência podem perpetuar estereótipos (VELASCO; DOS SANTOS; DE SOUZA, 2018), reproduzindo socialmente estigmas, que segundo Goffman (2008), é uma marca ou atributo depreciativo que acaba definindo e identificando determinados grupos sociais. Desse modo, os Jogos Paralímpicos realizados no Rio de Janeiro em 2016 foram importantes para dar visibilidade e para desafiar estigmas comumente associados à deficiência (SERON *et al.*, 2021).

4.1.5 Megaeventos e o lugar do esporte paralímpico

Em países como o Brasil, onde pessoas com deficiência ainda encontram pouco espaço nos veículos de comunicação, megaeventos, como uma Paralimpíada, podem ser plataformas para apresentar habilidades, possibilidades, necessidades e demandas; espaço para criticar as representações errôneas e estigmas, e para debater questões da deficiência (SOUZA; BRITAIN, 2020).

Um megaevento esportivo, de acordo com Almeida, Mezzadri e Marchi (2009), pode ser concebido a partir da lógica de mercado; veiculação global de informações midiáticas; mobilização de instituições esportivas, iniciativa privada e entes governamentais; capacidade organizacional e de financiamento desses agentes; porte colossal; e por fim, geração de recursos pelo avanço científico e tecnológico. Sabendo que, a preparação para atender um megaevento esportivo pode trazer significativas influências em vários setores da sociedade, com abertura de espaço para que os assuntos que permeiam esse fenômeno sejam analisados por diferentes áreas (UVINHA, 2009).

De acordo com Starepravo (2013), a partir da realização dos megaeventos esportivos no Brasil, políticas públicas - ferramentas governamentais que visam colocar em prática ações voltadas à população - passam a ser focalizadas e suas ações ganham repercussão midiática e simbólica, o que pode gerar benefícios no que tange à discussão junto à população, mas geralmente carente de rigorosidade científica. Dentre as muitas políticas públicas que podem

estar vinculadas aos megaeventos esportivos, tem-se, principalmente, as políticas públicas de esporte e lazer (MARANI *et al.*, 2018).

Bracht e Almeida (2013) reforçam que as instalações construídas para os megaeventos esportivos não se apresentam ao uso da sociedade em geral, restritas à pequena parcela de atletas de alto rendimento. Melo (2004) também destaca a carência de espaços públicos que viabilizem oportunidades de vivências corporais aos cidadãos que não são atletas, que são obrigados a contentar-se somente com quadras. Apesar de algumas instalações terem sido transformadas em escolas, essas instalações de custo elevado e disponibilizada a poucos praticantes apresenta dificuldade de torná-las sustentáveis (REZENDE, 2016).

Por fim, o esporte paralímpico, como qualquer atividade esportiva, não pode ser resumido a necessidades fisiológicas, reflete também necessidades psicológicas, em significados que representam sua prática (CARDOSO *et al.*, 2019) e nas questões sociais, direcionando as mudanças estruturais, no modo como o conhecimento é transmitido e desenvolvido, e nas concepções da população sobre determinado tema. O processo social por meio do esporte, permite desenvolver as habilidades de comunicação, proporciona oportunidades para a pessoa com deficiência valorizar as suas ações, reforçando as vivências positivas e a autonomia (DEPAUW; GAVRON, 2005).

4.2 Lazer e Pessoas com deficiência

4.2.1 Estudos do Lazer e Pessoas com deficiência

No Brasil as pessoas com deficiência ainda têm menor nível de participação social em atividades de lazer e por isso é importante ter conhecimento da produção científica produzida no país sobre o tema para que possamos estabelecer o diálogo com a literatura científica (PEREIRA, 2016) e promover a participação dessas pessoas por meio da efetivação e desenvolvimento de políticas públicas de lazer para as pessoas com deficiência.

A análise do campo investigativo é fundamental neste tempo de intensas mudanças associadas aos avanços da ciência e da tecnologia. Considerando-se que estabelecer um “estado da arte” torna-se uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, por possibilitar a identificação de aportes significativos da construção da teoria e prática, o apontamento das restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação e a identificação das experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática, segundo

Romanowski e Ens (2006), propomos abrir o estudo sobre lazer e pessoas com deficiência trazendo um levantamento do que se tem feito na área.

Os trabalhos dessa natureza não se restringem a identificar a produção, mas analisá-la, categorizá-la e revelar os múltiplos enfoques e perspectivas (ROMANOWSKI; ENS, 2006). Segundo Soares (1991, p. 04), num estado da arte é necessário considerar “categorias que identifiquem, em cada texto, e no conjunto deles as facetas sobre as quais o fenômeno vem sendo analisado”. Nesse caso, os resultados do Estado da Arte serão analisados de forma a inserir o que é lazer para as pessoas com deficiência deste estudo.

Para a realização do apontamento das concepções de lazer que estão presentes nas produções acadêmicas que tratam das pessoas com deficiência, foram critérios de inclusão: a) dissertações e teses publicados na plataforma CAPES que disponibilizaram resumo e palavras-chave; b) pesquisas disponíveis por acesso online em português que trazem pesquisas, reflexões e perspectivas sobre o de lazer de pessoas com deficiência no Brasil, c) publicações do período de 2000 à 2020.

E foram critérios de exclusão: a) não abordar ou discutir o lazer da pessoa com deficiência; b) trabalhos completos indisponíveis tanto no banco de dissertações e teses da CAPES quanto no da Instituição de Ensino Superior (IES); c) estudos que apresentaram similaridades e duplicidade em repositórios distintos.

O processo de seleção das dissertações e teses a serem analisados obedeceram a seguinte ordem: 1. Inicialmente foram selecionados os estudos com base nos títulos, resumos e palavras-chave excluindo os que não apresentavam os descritores “lazer” e “pessoas com deficiência”. 2. Todos os estudos incluídos por apresentar os descritores tiveram seus resumos analisados e foram selecionados aqueles que abordassem exclusivamente do lazer das pessoas com deficiência.

Neste estudo, para o Estado da Arte, foi realizada uma pesquisa na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Delimitou-se a produção científica produzida entre 2000 a 2020, sendo usados a combinação dos seguintes descritores: “LAZER” AND “PESSOA COM DEFICIÊNCIA”. Optou-se por utilizar apenas os descritores em português por ser um levantamento para identificar o que é construído na relação do lazer com as pessoas com deficiência praticantes do esporte paralímpico no Brasil.

A busca eletrônica resultou em um total de 117 estudos. Desses 117 artigos, 27 foram excluídos. Sendo os motivos para exclusão: a) estudos que ainda que apresentaram os descritores “lazer” e “pessoas com deficiência”, seja no título, no resumo e ou nas palavras-chave, não tinham como ponto de discussão o lazer das pessoas com deficiência, mas sim a

redução da capacidade funcional de idosos, acessibilidade no processo seletivo universitário; b) estudos que só apresentaram um dos descritores; c) estudos anteriores à Plataforma Sucupira sem resumo e palavras-chave na base de dados CAPES, além de não terem sido localizados nos repositórios das IES nem na busca no Google; d) estudos que mesmo apresentando os descritores no título, no resumo e ou nas palavras-chave não possuíam divulgação autorizada no período da pesquisa; e) estudos que apresentaram duplicidade em repositórios e divergências de publicação no ano e na IES.

A análise dos 90 estudos incluídos no Estado da Arte iniciou-se com a organização dos mesmos em planilhas separadas por regiões do Brasil contendo os seguintes dados: Mestrado/Doutorado, IES, Pública/Particular, Unidade Federativa, Programa de Pós-Graduação, Área de Avaliação do Programa, Área de Concentração, Linha de Pesquisa, Ano de Criação do Programa, Ano fim da Área de Concentração, Título do Estudo, Ano de Publicação/Defesa do Estudo, Palavras-chave, Pesquisa Qualitativa/Quantitativa, Objetivo do Estudo, Metodologia de Pesquisa, Instrumentos de Coleta da Pesquisa, Análise da Pesquisa, Conceito de Lazer, Sujeitos da Pesquisa, Autor (a) do Estudo, Orientador (a), Referências para o estudo do Lazer e ou Pessoas com Deficiência, Repositório.

A região do Brasil com mais estudos sobre o "Lazer de Pessoas com Deficiência" é a Sudeste, com 59%, seguida pelas regiões Sul (17%), Nordeste (14%) e Centro-Oeste (10%). Não foi localizado nenhum estudo nesse período na região Norte. Dos 90 estudos, 81% são pesquisas de Mestrado, conseqüentemente, 19% são Teses resultados de Doutorados. Das 73 Dissertações, 85% são resultados de Mestrado Acadêmico, sendo 15% de Mestrado Profissional. As IES públicas foram as que mais produziram estudo sobre a temática, 68%, enquanto as IES particulares realizaram 32%.

Os Programas de Pós-Graduações que mais desenvolveram estudos foram os de Educação Física e Educação, respectivamente 17% e 9% da produção acadêmica analisada. Seguidos pelos Programas de Arquitetura e Urbanismo com 4% da produção e os Programas de Geografia, Direito, Engenharia Civil, Distúrbios do Desenvolvimento, Educação Especial e Estudos do Lazer iguados em 3%. Dos 48 tipos de Programas de Pós-Graduações, 23% dos estudos foram produzidos em Programas avaliados na Área de Educação Física, seguido pelos Programas avaliados nas Áreas Interdisciplinar e Educação, respectivamente 22% e 14%.

Em 2016 houve maior número de publicações/defesa de estudos sobre "Lazer e Pessoas com Deficiência", com 14%, seguido pelos anos 2020 (11%), 2017 e 2019 (10%), 2018 (9%), 2011 e 2015 (8%), 2009 (7%), 2014 (6%), 2012 e 2013 (4%), 2008 e 2010 (3%), 2007 (2%). Esse aumento na produção após o ano de 2015 pode ter relação com a Lei Nº

13.146, de 6 de Julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

O descritor Lazer foi incluído nas palavras-chave em 28% dos estudos enquanto o descritor Pessoas com Deficiência em 47%. A pesquisa qualitativa foi a mais utilizada dentre os estudos analisados, 63%, sendo que 23% dos estudos combinaram a pesquisa qualitativa com a quantitativa, restando 13% de pesquisas somente quantitativas.

Sobre as concepções de lazer defendidas nos estudos, este estado da arte ainda confirma a prevalência do conceito proposto por Dumazedier (27%), seguido por Marcellino (24%), Gomes (14%) e Mascarenhas (8%), do total de 25 estudos que conceituam o Lazer. Porém, cabe ressaltar que a maioria dos estudos (61) não tiveram o objetivo de conceituar Lazer, além de 1 estudo ter desenvolvido uma crítica à temática e 3 citarem conceitos, mas não defenderem nenhum.

As concepções de Lazer que apareceram nos estudos podem ser observadas a seguir no quadro 2:

Quadro 2 – Concepções de Lazer

Autor (a)	Concepções de Lazer
Archanjo (2009)	Uma vivência participativa realizada sem compromisso com um tempo determinado, visando a procura pelo prazer e satisfação naquela atividade ou situação.
Dumazedier (1973; 1976; 1979; 2000; 2008)	“... um conjunto de ocupações, às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais”.
Dumazedier (2001)	Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. [...] o lazer permite uma participação social maior e mais livre a prática de uma cultura desinteressada do corpo, da sensibilidade e da razão, além da formação prática e técnica. (DUMAZEDIER, 2001, p.34)

Dumazedier (2014)	<p>O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária, sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. É errôneo definir o lazer apenas como algo oposto ao trabalho, ele é antes a oposição ao conjunto das necessidades impostas a vida cotidiana, é compreendido pelas pessoas que o praticam dentro de uma dialética da vida diária, na qual todos os elementos se ligam entre si e reagem uns sobre os outros. Ele não tem qualquer significado em si mesmo. Ao mesmo tempo apresenta três funções, quais sejam a) função de descanso; b) função de divertimento, recreação e entretenimento; e c) função de desenvolvimento.</p>
Cavallari e Zacharias (2008)	<p>Lazer é o estado de espírito em que uma pessoa se encontra, instintivamente, dentro do seu tempo livre, em busca do lúdico, que é a diversão, alegria, entretenimento.</p>
Elizalde e Gomes (2012)	<p>O lazer não é um fenômeno isolado e se manifesta em diferentes contextos de acordo com os sentidos e os significados culturalmente produzidos/reproduzidos pelos sujeitos em suas relações com o mundo. O lazer é parte da complexa trama histórico-social que caracteriza a vida na sociedade, e é um dos fios tecidos na rede humana de significados, dos símbolos e das significações.</p>
Ferreira (2010, p.39 apud PEREIRA, 2016, p. 71)	<p>“o lazer pode ser definido como uma combinação de tempo e de atitude; o que o torna estritamente único. Cada pessoa pode ter uma sensação diferente, seja pelo interesse, experiência, idade, sexo ou classe social”.</p>
Gomes (2004)	<p>Gomes (2004, p.124) considera o “Lazer como uma dimensão da cultura construída socialmente”.</p>
Gomes (2008)	<p>O lazer é algo da “criação humana que está em constante diálogo com as demais esferas da vida” (GOMES, 2008, p.4).</p>
Gomes (2008)	<p>O lazer pode ser a vivência de inúmeras manifestações culturais, como brincadeiras, jogos, passeios, prática de esporte, expressões artísticas. Pode incluir ainda o ócio, visto que o descanso e a contemplação também são capazes de produzir experiências de lazer. Portanto, o lazer é subjetivo, varia de pessoa para pessoa, conforme a cultura, as vivências, as questões econômicas e sociais. É a livre manifestação da escolha da atividade e do momento quando se vai praticar o lazer.</p>

Gomes (2014)	Necessidade humana e culturalmente construída, manifestando-se no cotidiano das pessoas por meio de “um conjunto de ocupações voltadas ao descanso, ao divertimento ou ao desenvolvimento da personalidade” (GOMES, 2014, p.10).
Gutierrez (2001b)	"atividade não obrigatória de busca pessoal do prazer no tempo livre". (GUTIERREZ, 2001b, p. 7)
Magnani (2000)	O lazer é mais que um campo promissor de atividades, de negócios ou de intervenção, mas sim um campo a partir do qual se pode pensar a sociedade atual, com seus conflitos. É com o lazer que as pessoas encontram uma via de acesso ao conhecimento dos impasses e possibilidades que se abrem na sociedade contemporânea. Entretanto, o tema lazer de modo geral não é frequentemente ligado a assuntos sérios e importantes.
Marcellino (1987)	Atividades vivenciadas no tempo disponível das obrigações profissionais, escolares, familiares ou sociais, as quais devem proporcionar satisfação e desenvolvimento pessoal e social, juntamente com os aspectos de atitude positiva para tal tempo.
Marcellino (1990)	[...] prefiro entender o lazer como a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída) no ‘tempo disponível’. O importante, como traço definidor, é o caráter ‘desinteressado’ dessa vivência. Não se busca, pelo menos fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. (MARCELLINO, 1990, p. 31).
Marcellino (1995)	Marcellino (1995, p. 23-24) indica duas linhas de pensamento, uma direcionada à variável atitude e a outra, ao tempo. Dessa forma, referindo-se à “atitude, considera o lazer como um estilo de vida, portanto independente de um tempo determinado [...]”. Quanto à variável tempo, para o autor, o lazer é caracterizado como “tempo liberado” (do trabalho) ou como “tempo livre” (não apenas do trabalho), e “pode ser compreendido entre outras obrigações: familiares, sociais, políticas e religiosas, enfatizando a qualidade das ocupações desenvolvidas”.
Marcellino (2003b)	Considera o lazer como um campo específico de atividade, em estreita relação com as demais áreas de atuação do homem. O autor enfatiza o caráter desinteressado dessa vivência no tempo disponível do homem (o tempo disponível deve ser compreendido pela possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa), cujo objetivo é buscar a satisfação provocada pela situação.

Marcellino (2006a)	<p>Cultura praticada, conhecida ou assistida no tempo e espaço disponível com determinadas atitudes, levando em conta atividade e não atividade (ócio) em três gêneros: (1) o da assistência, no sentido de observar atividades de lazer; (2) o da informação, quando aprendemos sobre os conteúdos do lazer; (3) a prática propriamente dita de atividades de lazer, procurando a superação do nível conformista para o crítico e criativo, oferecendo possibilidade de descanso, divertimento e desenvolvimento. (MARCELLINO, 2006a)</p>
Marcellino (2006)	<p>Geralmente, associa-se o lazer com a ideia de recreação, descanso, atividades, realizadas com alguém ou sozinho (a), em ambientes internos ou externos, de cunho material, social, esportivo, recreativo, educativo ou pedagógico. Segundo o autor, como o lazer está estreitamente relacionado a outras áreas de atuação do ser humano, não se trata apenas de aliviar tensões, mas sim de uma transformação social, descontração e divertimento, porém é preciso compreender o seu conceito, que é muito mais amplo. Conforme Marcellino (2006), a definição também abrange as oportunidades de aprendizado e de desenvolvimento pessoal e social.</p>
Marcellino (2008)	<p>Conceito operacional historicamente situado defendido por Marcellino (2008), que tem como pilar a cultura entendida no seu sentido mais amplo e relacionada aos diversos conteúdos culturais, podendo ser vivenciada por meio da prática, fruição ou conhecimento; que gerado historicamente mantém uma relação dialética com a estrutura social, influenciando e sendo influenciado, configurando-se num momento importante para vivência de valores que provoquem mudanças de ordem moral e cultural. Marcellino (2003) o entende como componente da cultura que é vivenciado num tempo disponível, tanto por meio de atividades práticas quanto contemplativas, tendo como traço definidor o caráter desinteressado com que o indivíduo vivencia essa atividade, sendo seu valor cultural determinado de acordo com os níveis alcançados nas atividades; níveis esses classificados por Dumazedier (1973) como elementar-conformismo, médio-crítico e superior-criativo.</p>
Marcellino (2012)	<p>Cultura praticada, conhecida ou assistida no tempo e espaço disponíveis, sob determinada atitude, podendo ter como característica a atividade ou não atividade, ou seja, a contemplação.</p>
Mascarenhas (2003; 2004)	<p>“[...] um fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia” (MASCARENHAS, 2003, p. 36).</p>

Mascarenhas (2004)	Mascarenhas (2004, p. 26) propõe o lazer como prática de liberdade enquanto educação, tomado como “posição política e político-pedagógica de compromisso com os grupos ou movimentos sociais mediante sua resistência e luta cotidiana por sobrevivência, emancipação e pela conquista de um mundo mais justo e melhor para se viver”
Mazzota e D'antino (2011)	Mazzota e D'antino (2011, p.383) entendem o lazer como: “o conceito de lúdico como mais abrangente do que o conceito de lazer. As possibilidades de ocorrência do lúdico, na nossa sociedade, são bem maiores do que as do lazer, pois ele não está preso a um tempo definido”.
Silva e Silva (2012)	Silva e Silva (2012), entendem o lazer praticamente como brincar, diversão, momento de descanso, momento de prazer.
WRLA (1993)	“uma área específica da experiência humana com seus próprios benefícios, incluindo liberdade de escolha, criatividade, satisfação, diversão e aumento de prazer e felicidade.” (WRLA, 1993).
Cassapian (2011)	Melo e Alves Junior (2003) e Marcellino (1995) complementam a definição de lazer apresentando-o como expressão da cultura, que segundo Gomes (2008) é vivenciada e produzida no tempo e espaço de lazer por meio das atividades lúdicas.

Fonte: Quadro organizado a partir de pesquisa do próprio autor.

Ribeiro (2008) com o objetivo de elaborar e validar um instrumento de avaliação de acessibilidade para pessoas com deficiência física em locais de lazer, ao tentar conceituar acessibilidade e lazer para as pessoas com deficiência física em sua pesquisa teórica, acabou esbarrando na complexidade do fenômeno lazer. Apontou o conceito proposto por Dumazedier (1973) amparado por Marcellino (1992), porém levanta críticas ao avaliar que tal conceito não considera o caráter histórico (BLASCOVI-ASSIS, 2001), apoiando a ideia de que não é possível o estudo do lazer sem situá-lo historicamente (YURGEL, 1984), sem o acompanhamento da história da organização social (MELO; ALVES JÚNIOR, 2003) e sem analisar o lazer a partir de marcadores políticos sociais (ISAYAMA; LINHALES, 2006).

Dangelo (2019) ao estudar “As contribuições do terceiro setor na ampliação de oportunidades para pessoas com deficiência” o qual objetivou analisar pela ótica da pessoa com deficiência fatores que contribuem para a ampliação de oportunidades assim como os entraves existentes, referente a oferta de atividades e espaços de lazer oferecidos pelo Sesc no estado de São Paulo, corrobora com Padilha (2004) ao considerar o lazer algo que não é passível de ser conceituado, pois considera-o um comportamento, um estado de ser, e sendo

assim não há como conceituá-lo. Portanto, defende que não há como classificar e nem foi o objetivo do seu estudo discutir quais correntes de lazer são mais ou menos adequadas aos dias de hoje. A intenção foi apenas ilustrar que ao longo da história o lazer foi objeto de estudo de diferentes linhas de pesquisas, por diferentes olhares, sendo que cada qual estuda o termo “lazer” de acordo com suas percepções, pontos de vista e tempo histórico, entre tantos outros fatores, o que reforça a sua importância enquanto objeto de estudo.

Wacheleski (2018) em seu estudo “Cidadania e reconhecimento da pessoa com deficiência a partir dos direitos humanos” o qual teve como objetivo propor um aporte para a ressignificação da cidadania da pessoa com deficiência a partir da teoria dos Direitos Humanos, como instrumento de hermenêutica e regulação jurídica reforça o que Cardoso (2011) diz sobre o lazer não ser de fácil conceituação e sua atribuição de conteúdo encontrar divergências polissêmicas. Ainda acrescenta que reduzir o conceito de lazer ao não trabalho não resulta na compreensão adequada do tema. As dificuldades são também parte da ausência de definição social da compreensão sobre lazer, o que o deixa mais vinculado a forma de dispor do tempo e do estilo de vida do que propriamente a construção normativa de seu conceito.

Beltrame (2018) não se preocupa em conceituar lazer, mas fazer profundas críticas e reflexões sobre a temática no seu estudo “Lazer e a pessoa com deficiência: Interface e contradições no seu acesso e participação”, o qual concluiu a partir de um dos seus eixos de análise, acerca da produção científica do campo do lazer e deficiência, que o lazer é percebido sob uma perspectiva funcionalista na maioria dos casos, compensatória e secundária em políticas públicas bem como sob um horizonte focalista e filantrópico no processo de suas ações. Além de notar uma perspectiva abstrata do fenômeno com desdobramentos que ainda confundem caridade e necessidade quando analisadas as políticas públicas de acessibilidade. O que remete a uma falta de clareza conceitual do lazer e não interrelação a outras pastas públicas que perpassam sua vivência.

Esses quatro estudos mencionados acima juntamente com essa variedade de concepções de lazer apresentados no quadro 2, além da maioria dos estudos coletados nesse Estado da Arte não trazer conceito nem se quer discutir tal fenômeno, apenas sustenta o que Menicucci (2006) afirma quanto a falta de consenso sobre a definição de lazer e sobre seu significado ser um dos problemas que dificulta a elaboração das políticas públicas nessa área.

4.2.2 Construindo possibilidade para pensar o Lazer e Pessoas com deficiência

É com as relações sociais e no contexto social que as pessoas adquirem habilidades e se desenvolvem, que os homens atribuem significados e aprendem o que é comumente considerado “normal” (BARROZO *et al.*, 2012). Também é conforme as condições sociais, fontes geradoras de incapacidades presentes no meio social que determinados indivíduos são reconhecidos como deficientes (SAETA, 2006).

De acordo com Magnani (2000), o lazer é mais que um campo promissor de atividades, de negócios ou de intervenção, é também uma forma da qual se pode pensar a sociedade atual e seus conflitos. Porém, o tema lazer de modo geral não é associado a assuntos importantes como o lazer para pessoas com deficiência. E Blascovi-Assis (2001) ainda salienta que o direito ao lazer para as pessoas com deficiência, é entendido sob o prisma da superficialidade.

Para Marcellino (2000), as relações entre o indivíduo, o meio social, a época, a situação econômica, política e religiosa, devem ser consideradas para que seja mantida a dialética entre homem e lazer. Sendo o lazer uma questão também de reivindicação social, de cidadania e participação cultural, por ser fruto da sociedade urbano-industrial. Compreendendo que a opção em termos de conteúdo está associada ao conhecimento das alternativas que o lazer oferece (BARROZO *et al.*, 2012).

Saviani (2017, p. 2) salienta que cidadão é o “ser sujeito de direitos e deveres, pois, como membro da sociedade cada indivíduo tem não apenas o direito, mas também o dever de participar de sua organização e de sua direção”. Essa participação podendo se dar através de partidos, sindicatos e associações, porém, para tal ato precisa estar habilitado e capacitado a participar. Portanto, é necessário que o indivíduo tenha acesso aos serviços básicos que lhe é de direito constitucional, educação, saúde, transporte, moradia digna, infraestrutura sanitária, segurança e lazer.

Pela inclusão social, Mazzotta e D’Antino (2011) afirmam existir uma forma de “participação ativa nos vários grupos de convivência social” (p. 378). Assim, cultura, esporte e lazer possuem um importante papel para todos, uma vez que para a pessoa ser considerada um cidadão precisa pertencer a organizações e grupos. Tendo por meio da inclusão processos pelos quais os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual,

deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações (SASSAKI, 2009).

4.2.3 Espaço do lazer da pessoa com deficiência

Para Lefebvre (2001), o direito à cidade está restritamente relacionado ao direito de apropriação do espaço, defendendo o direito à liberdade, individualização e ao uso de áreas urbanas comuns pelos seus cidadãos. Por isso o direito à cidade é verificado como um conceito acadêmico e de luta social. No entanto, Cantarelli (1998) ressalta que existe um fator bastante significativo quando nos referimos aos espaços destinados ao lazer. Trata-se da forma como esse espaço, público ou privado, é ocupado e dividido de acordo com a posição social. E enfatiza que além das barreiras físicas, as barreiras socioculturais que se originam da divisão de classes sociais podem ser agravadas pelas barreiras atitudinais em relação às pessoas com deficiência. O que mostra a importância de se refletir sobre o lazer nas condições em que vive a maioria das pessoas com deficiência.

Para Mazzotta (2006), quando existem obstáculos de acesso aos bens, serviços sociais e culturais, há uma privação à liberdade e à equidade nas relações sociais fundamentais à condição de ser humano. Entendendo a acessibilidade não somente como a possibilidade de entrar em um ambiente, mas como também a participação ativa no meio social, o que possibilita a cidadania e a inclusão social.

Lamônica *et al.* (2008) aponta a necessidade da diminuição das barreiras arquitetônicas para promover a inclusão de pessoas com deficiência em todos os ambientes e demonstra que na presença de barreiras a qualidade dos serviços prestados está comprometida, além do desrespeito à legislação brasileira. Os autores afirmam também que é necessário reconhecer os direitos legítimos e legais da acessibilidade e inclusão social das pessoas para promover mudanças.

A acessibilidade é uma das questões centrais que envolvem o pleno exercício da cidadania pelas pessoas com deficiência, por muitas vezes, devido às dificuldades que encontram nos transportes públicos, na locomoção urbana, entre outras barreiras, essas pessoas não praticam o direito que possuem de ir e vir, o que leva à falta de participação nos diversos setores da educação, transporte e lazer (NOGUEIRA, 2007). Por isso, é fundamental conhecer as dimensões da acessibilidade (arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal) para que possa ser projetada sob os princípios do desenho universal, beneficiando todas as pessoas, com ou sem deficiência (SASSAKI, 2009).

Concomitantemente ao crescimento das discussões que envolvem a temática do lazer, nas esferas políticas com a promoção do lazer pelo Estado, na esfera social tendo em vista o seu caráter de bem-estar e promoção da cultura, amplia-se também a indústria do entretenimento e do turismo, que no âmbito econômico, transformam os espaços e as cidades em produtos à venda aos seus visitantes (MONTE-MÓR, 2006).

Nesse sentido, as sociedades ocidentais e as influenciadas por elas, viveram nas últimas décadas profundas transformações culturais, que inspiraram novos estilos de vida e formas de perceber e ocupar o tempo livre. Tempo esse que é cada vez mais entendido como essencial para as experiências de lazer, um espaço privilegiado para o desenvolvimento de capacidades e potencialidades, que possibilita o sentir-se bem, atuante e parte da sociedade (SOUSA, 2019). E mesmo que as práticas de lazer sejam experiências individuais e subjetivas, se constituem e corporalizam na relação com os outros e com os espaços (LÁZARO; DOISTUA; ROMERO, 2018).

Dessa forma, para que atividades de lazer sejam abrangentes, deve-se considerar todos os seus conteúdos culturais: físico-esportivos, manuais, artísticos, intelectuais, sociais, turísticos e virtuais (SILVA; SAMPAIO, 2011). E dentre as atividades de lazer de conteúdo físico-esportivo, têm-se o esporte, um dos veículos de promoção de inclusão da pessoa com deficiência consigo e com a sociedade; permitindo a troca com outras pessoas; a identificação e desenvolvimento de potencialidades; a autovalorização e autoconfiança, bem como o reconhecimento dos seus limites; a redução do comportamento sedentário; a alegria e o prazer (MENEGHETTI *et al.*, 2013).

A publicação da Nota técnica 01/2018 do IBGE traz a releitura dos dados de pessoas com deficiência no Censo Demográfico 2010¹⁰ à luz das recomendações do Grupo de Washington, na qual identifica-se como pessoa com deficiência apenas os indivíduos que responderam ter muita dificuldade ou não conseguem de modo algum em uma ou mais questões no Censo 2010. Assim, a população total de pessoas com deficiência no Brasil captada pelo Censo Demográfico 2010 passa de 45.606.048, ou 23,9% do total para 12.748.663, ou 6,7% do total da população (BRASIL, 2020).

Pode-se compreender então que, 6,7% do total da população brasileira vive com quadros severos de dificuldade de realizar atividades cotidianas em um trágico quadro socioeconômico de desigualdades, num país com graves e numerosos déficits no campo da

¹⁰ O Censo Demográfico 2020 já deveria ter sido base deste estudo, porém, foi afetado por corte de verbas do Governo Federal, tendo sido adiado e neste momento ainda está em processo de coleta.

inclusão social e na prestação de serviços minimamente adequados, seja na esfera pública ou privada. O que não inviabiliza a atuação da sociedade e das instituições na garantia de direitos, de promoção da saúde e prevenção de doenças na área da acessibilidade, assim como na promoção de novas oportunidades e nichos de mercado, no que se refere ao lazer e à recreação (SOUZA; RIBEIRO, 2021).

Apesar de ainda existirem várias formas de exclusão de pessoas com deficiência das instâncias sociais, dentre elas o lazer, não há mais como pensar uma sociedade em que as pessoas com deficiência sejam segregadas. A afirmação social da inclusão exige assumir que elas existem, devem ser respeitadas e tratadas conforme o princípio da dignidade humana, com direito a manifestação da sua autonomia (PORTO, 2001).

Kishigami (2020, p. 56) salienta que o lazer é também uma “prática de diferenciação social, já que uma parcela da sociedade não pode usufruir dessas atividades, ou pior, não possui a consciência da sua realização ou que se trata de um direito social assegurado pela constituição”. De modo que quando espaços não oferecem acessibilidade, há a promoção do afastamento de pessoas com deficiência desses lugares, o impedimento de acessá-los e frequentá-los (SOUSA *et al.*, 2021). Perpetuando as barreiras arquitetônicas e gerando as barreiras atitudinais. Uma vez estigmatizadas e vítimas de atitudes preconceituosas, as pessoas com deficiência se isolam em suas casas separando-se do resto da sociedade (MENEGHETTI *et al.*, 2013).

Considerando que o movimento humano sobre a paisagem origina o espaço; que a configuração do espaço em lugar decorre da atratividade e do sentimento de pertencimento; para a inclusão das pessoas com deficiência faz-se necessária a eliminação de todas as barreiras, desde as arquitetônicas às atitudinais (SILVA; SILVA; SAMPAIO, 2018). Uma vez que, pessoas com deficiência são restringidas do deslocamento pela existência de barreiras físicas, como dificuldades e riscos decorrentes de calçadas e ruas irregulares (HUNGER; SQUARCINI; PEREIRA, 2004); inadequações no tipo de piso e existência de buracos, ausência de rampas e rebaixamento de calçadas (COHEN, 2006).

Qualquer atividade exercida por uma pessoa com deficiência sem autonomia não é considerada acessível, sendo essa ausência de acessibilidade um impeditivo de acessar um espaço, a caracterização de um direito fundamental ferido, o de ir e vir (SOUSA *et al.*, 2021). Além de tolher o acesso aos equipamentos urbanos e de uso coletivo, a não promoção da acessibilidade, coloca em risco a integridade física e psicológica das pessoas com deficiência. Configurando em um tipo de violência física e psicológica que poderia ser evitada, em razão de ambientes que não seguem os preceitos arquitetônicos do paradigma do desenho universal

pautando-se nos princípios norteadores do “homem-padrão”, colocando a deficiência em evidência, reforçando estereótipos e diminuindo possibilidades de ação dos sujeitos sobre o meio (SILVA; SILVA; SAMPAIO, 2018).

Muitos espaços são referidos como adaptados ou acessíveis, mas na realidade encontram-se “parcialmente” acessíveis (CARVALHO, 2012), o que restringe de alguma maneira o acesso para algumas pessoas. Além disso, projetos são executados sem consultar os desejos e necessidade dos usuários em potencial, resultando em projetos não-funcionais.

O autor Kwan (2007), afirma que extensibilidade é a capacidade de uma pessoa superar as dificuldades de movimento e acessibilidade é a potência para alcançar o ponto desejado. Já a mobilidade é a condição que permite o deslocamento, facilidade para se mover. O que permite dizer que a acessibilidade tem sido um desafio para inclusão das pessoas, por ser negligenciada nos projetos de urbanização que não consideram as necessidades das pessoas, principalmente aquelas com deficiência física e visual (BERTOLINO; BORTOLO, 2020).

Nesse sentido, a mobilidade urbana, nos passeios e calçadas de acordo com a acessibilidade, garante de forma concreta a autonomia do cidadão, colaborando ao ir e vir da população (BERTOLINO; BORTOLO, 2020). “As ruas e suas calçadas, principais locais públicos de uma cidade, são seus órgãos mais vitais” (JACOBS, 2011, p. 29) e partindo de uma visibilidade geográfica do espaço público, estes são por excelência espaços de exposição de pessoas, grupos e objetos, ou seja, quanto mais exposto em um espaço público maior será a visibilidade alcançada (GOMES, 2013).

Em um país reconhecido por sua megadiversidade, pela diversidade de paisagens e contextos socioculturais, com vasta possibilidade de recreação e de práticas de esporte, é primordial viabilizar o acesso às pessoas com deficiência. Uma vez que o acesso a esse patrimônio deveria estar ao alcance de toda a população, considerando também as barreiras socioeconômicas, que intensificam a exclusão das pessoas com deficiência (SOUZA; RIBEIRO, 2021).

A Lei Brasileira de Inclusão, Lei 13.146 (BRASIL, 2015), prevê o direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer para pessoas com deficiência e responsabiliza o poder público na adoção de medidas que visam à eliminação, redução ou superação de barreiras em atividades artísticas, intelectuais, culturais, esportivas e recreativas, para garantir a efetiva participação e autonomia de pessoas com deficiência (SOUZA *et al.*, 2021).

O lazer é essencial para a existência humana e o seu bem-estar, compreendido como “necessidade humana e dimensão cultural” por Gomes e Elizalde (2014, p. 125), embora, seja

comumente projetado para fins assistencialista, utilitarista ou alienador. O que torna necessário compreender as possibilidades do lazer, sendo este subjetivo, mais amplo e diversificado, um direito de todos (PIZZOLITO; STOPPA, 2012). Já que “por meio de diferentes opções, o lazer pode contribuir com a (re)elaboração de valores e com a caminhada em direção ao processo de (re)construção e (re)humanização de nossas sociedades” (GOMES; ELIZALDE, 2014, p. 129).

As relações sociais acontecem em um espaço e este se liga à cultura, ao lugar e ao social. Os espaços, inclusive os de consumo, estabelecem estas relações, exercendo influência no perfil dos indivíduos que frequentam tais espaços (PORTUGUEZ, 2011). O espaço de lazer é um espaço social e urbano (MARCELINO, 2008) e segundo Elias e Dunning (1992) as experiências de prazer nos momentos de lazer sem preocupação e sem colocar em risco a organização social são pautados na sociabilidade, mobilidade e imaginação, elementos do lazer que demandam de um espaço para a realização das mais diversas atividades.

4.2.4 Lazer e acessibilidade

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é o órgão responsável pela normalização técnica no país, fornecendo as diretrizes necessárias ao desenvolvimento tecnológico brasileiro. A Norma Brasileira (NBR) 9050 trata sobre a acessibilidade, orienta as adequações das edificações, dos equipamentos e do mobiliário urbano em relação à pessoa com deficiência, incluindo a sinalização dos espaços utilizando o Símbolo Internacional de Acesso (SIA), que no Brasil se tornou obrigatória com a Lei Federal 7.405 de 12 de novembro de 1985 (BRASIL, 1985). Símbolo que identifica um estabelecimento ou serviço que possa ser acessado, de forma autônoma, por uma pessoa com deficiência, presente em: estacionamentos, banheiros, entradas de locais públicos, embarque e desembarque de passageiros, assistência para resgate, refúgio e saídas de emergência. Legitimado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), ao reiterar que a inclusão acontece por meio da acessibilidade, que é a utilização com autonomia de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação por todas as pessoas.

Porto (2001) ressalta que considerar a importância dos mecanismos legais é fundamental, no entanto, a criação de leis não garante a efetividade, tendo em vista que diversas situações comuns para as pessoas sem deficiência como trabalhar, estudar, utilizar meios de transporte público e particular, permanecem sendo situações incomuns para muitas

pessoas com deficiências. E a vivência do turismo é uma dessas situações, por ser pensado muitas vezes como uma mera indústria mercadológica, na qual o poder e o capitalismo estão em um patamar elevado contribuindo, assim, para a exclusão da população de classes sociais mais baixas (RODRIGUES.; VILARINHO NETO, 2019) além de pessoas com algum tipo de deficiência.

Na qualidade de bem de consumo, o lazer tende a ficar à mercê das regras que regem a mercadoria, sendo sua capacidade de socialização reduzida, privatizada, escasseando o acesso aos que não possuem o poder de compra, restringindo as possibilidades de experiências de lazer, cerceando e restringindo a força de direito cidadão, que independe de mérito, mas é reconhecido como direito humano precedente às normas reguladoras das relações sociais. (BLASCOVI-ASSIS, 2001).

Sampaio (2004), contrapõem-se a compreensão da lógica da economia do mercado que trata as atividades de lazer como algo supérfluo, geralmente quando se deseja tratar da importância da inclusão das pessoas com deficiências, das pessoas empobrecidas, confirmando o preconceito em relação a esses grupos sociais criando a falsa compreensão de que o lazer só pode ocorrer depois das necessidades básicas serem atendidas. A dicotomia trabalho versus lazer, resultante da sociedade capitalista, transforma o lazer em um artigo de consumo ou compensação reabilitadora, em um nível inferior à satisfação das necessidades básicas do indivíduo, uma visão reducionista e equivocada.

Fato que pode limitar o desenvolvimento global das pessoas com deficiências, uma vez que as atividades de lazer tornam possível não só o reconhecimento de potencialidades, bem como promovem a inclusão social através de oportunidades de convívio na diferença, que permite aprendizados significativos, possibilita a construção coletiva de uma sociedade inclusiva por meio de relações sociais críticas e criativas compartilhadas por pessoas com e sem deficiências (MENEGETTI *et al.*, 2013).

A participação e envolvimento em atividades de lazer pode trazer inúmeros benefícios para pessoas com deficiências, por desempenharem um papel importante na interação social, na promoção da saúde e na prevenção do isolamento social, além de poder melhorar as habilidades de enfrentamento dessas pessoas, diminuir o estresse, um elo fundamental para a recuperação e equilíbrio psicossocial (SERRA; FAVA; TONELLO, 2018).

As principais barreiras à participação em atividades de lazer para pessoas com deficiências incluem a acessibilidade às instalações, o transporte e sentimento de insegurança das próprias pessoas com deficiência como também das que convivem com essas pessoas. Algumas atividades de lazer, como ir ao parque ou a um restaurante, podem ser possíveis

somente mediante auxílio de outra pessoa (SPECHT *et al.*, 2002). E a falta de oportunidades de escolha de atividades de lazer para pessoas com deficiência pode produzir padrões comportamentais de dependência e até mesmo de depressão (SERRA; FAVA; TONELLO, 2018).

Qualquer atividade de lazer envolve a satisfação de aspirações dos seus participantes, por isso o lazer deve ser considerado primordial às pessoas com deficiências, para além da simples ideia de amenização das dificuldades vida, mas também como peça fundamental para o processo de desenvolvimento pessoal e social, na aquisição de autonomia (BARROZO *et al.*, 2012) e para gerar sentimentos de pertencimento.

4.2.5 O turismo acessível com possibilidade de lazer

O lazer é uma das motivações para fazer turismo, pois as pessoas viajam para distração e conhecimento de culturas. Portanto, a prática do turismo pode ser considerada uma prática de lazer, dado que, como afirma Bramante (1998), é uma experiência pessoal de prazer, enriquecida pelo potencial socializador e percebida dentro de um contexto de liberdade. No mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2011), estima-se em um bilhão o número de pessoas com algum tipo de deficiência, ou 15% da população mundial. Esta parcela da população cada vez mais busca destinos turísticos e atrações providos de acessibilidade (UNWTO, 2013) sendo que para 2020, estava previsto 25% do mercado do turismo mundial voltado para a inclusão de pessoas com deficiência (PARKS VICTORIA, 2015).

O turismo é um conceito complexo e que pode ser perspectivado de variadas formas, dependendo do escopo que estiver a ser utilizado e pode ser classificado em: turismo cultural, turismo de natureza, turismo religioso, turismo esportivo, entre outros. Podendo ser estudado numa perspectiva de economia do turismo, salientando o capital turístico em relação ao patrimônio e à geração de valor (QUEIRÓS, 2017). Pode ser pensado desde uma perspectiva de turismo responsável e sustentável, na qual a inclusão social tem um papel importante, conforme explica a Organização Mundial do Turismo, no trabalho *Global Report on Inclusive Tourism Destinations – Model and Success Stories* (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2018).

O turismo pode ser pensado como qualquer “deslocamento para fora do local de residência por período superior a 24 horas e inferior a 60 dias motivado por razões não-econômicas” (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2018), alcançando tanto as atividades

de quem pernoita na localidade quanto de quem apenas passa no local um período do dia. Atividade turística, portanto, pode ser entendida como um conjunto de práticas que possibilitam às pessoas conhecer localidades diferentes, os aspectos culturais, artísticos, arquitetônicos e naturais dessas localidades (MEDEIROS; SANTANA; SILVA, 2019).

Sendo o Turismo Esportivo um dos diferentes segmentos da atividade turística, Carvalhedeo (2005, p. 725) define o Turismo Esportivo como “[...] viagens com fins recreativos nas quais os indivíduos participam de atividades físicas, assistem a eventos esportivos ou visitam atrações associadas a atividades esportivas”. E Beni (2001), como o deslocamento de turistas que tenham como principal produto turístico o esporte.

O Turismo Esportivo configura-se como um segmento capaz de movimentar a economia em decorrência pela valorização do espetáculo esportivo proporcionado pelos eventos e pelas inovações tecnológicas, em especial no setor midiático (ROSS, 2001). O Turismo Esportivo é a prática turística que envolve desde as viagens para a participação em eventos esportivos, como parte das delegações ou como espectador (CARVALHEDO, 2005).

Na qualidade de um bem social o turismo deve ou deveria estar ao alcance de todos os cidadãos (FIALHO, 2009). Duarte (2005) afirma que a atividade turística, devido à sua característica de pluralidade, deve ser receptiva a qualquer indivíduo, ressaltando a importância do turismo acessível como uma ferramenta para que todos aqueles que desejam usufruir tais serviços consigam fazê-lo. Além da necessidade de adaptar os espaços e capacitar os profissionais para facilitar o acesso e o atendimento às pessoas com deficiência, inclusive para conquistar esse público consumidor. Nesse sentido, García-Caro, Waal e Buhalis (2012) afirmam que o novo padrão de turismo é movido por aspectos como qualidade, sustentabilidade, imagem, inovação e acessibilidade.

Para Oliveira (2006), o processo de transformação do turismo acontece mediante a percepção e uso do tempo pela sociedade:

[...] hoje não há tempo totalmente livre e sim livre de obrigações específicas do tempo de trabalho. Não há tempo livre e, sim, tempo a ser consumido, preenchido de forma eficaz e produtiva. Atualmente as pessoas viajam, não porque têm tempo livre e sim porque viajar é necessário, pois permite o acesso à cultura, à informação, à atualização, ao lazer, além de significar status (OLIVEIRA, 2006, p. 21).

Nesta ótica, os conceitos de acessibilidade e turismo se inter-relacionam (GARCÍA-CARO; WAAL; BUHALIS, 2012), tornando-se necessário buscar soluções e alternativas no campo do turismo, de forma que pessoas com deficiência consigam acessar as atividades turísticas, através da transposição das barreiras arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais,

metodológicas, instrumentais e programáticas existentes nos ambientes de lazer e recreação (SASSAKI, 2003). Essa falta de acessibilidade, como afirma Moura (2013) leva as pessoas com deficiência a viajar menos devido à dificuldade em encontrar produtos adaptados às suas necessidades, assim “preferem evitar constrangimentos e situações que coloquem a sua segurança em risco. Ao não viajar, não estimulam os empresários de turismo a adaptarem seus equipamentos e serviços, formando, assim, um ciclo vicioso da não adaptação” (2013, p. 13).

"Turismo é movimento de pessoas, é um fenómeno que envolve, antes de mais nada, gente" (BARRETTO, 2014, p.7). E parece ser universal que o turismo tenha relação com o bem-estar do indivíduo contemporâneo e reconhecido seu potencial para eliminar barreiras e favorecer a inclusão social (COELHO; GUIMARÃES, 2012). Além de ser um poderoso fator de desenvolvimento na ótica do processo globalizador. Com isso e principalmente com a expansão do turismo de massas, as pessoas com deficiência passaram a ter mais visibilidade nessa atividade. Fazendo que os vários agentes do turismo passassem a olhar para a questão da acessibilidade mesmo que no âmbito do reforço da competitividade dos destinos e dos locais, expandindo a perspectiva de turismo para todos (SOUSA; MANGAS, 2020).

Ao projetar a acessibilidade das pessoas com deficiência na vivência do turismo fica evidente a necessidade de criação de ambientes de desenho universal que possam apoiar também as pessoas com alguma incapacidade temporária proporcionando um ambiente mais seguro para os trabalhadores (TURISMO DE PORTUGAL, 2013). Ao considerar os equipamentos hoteleiros, o desenho universal permite aumentar a autonomia, refletindo um maior grau de independência e de satisfação das pessoas, conseqüentemente garantindo um serviço mais eficaz e rentável para a gestão (TURISMO DE PORTUGAL, 2012). Tendo em vista que se um hotel tem o propósito de receber qualquer pessoa, precisa atender com conforto, respeito, dignidade e praticidade, parâmetros que vão ao encontro do conceito do “desenho universal (BELTRAMINI; JUNIOR, 2018).

O desenho universal fundamenta-se em princípios que garantem ambientes e produtos especiais não só para pessoas com deficiência, mas para todos, assegurando que qualquer indivíduo possa utilizar com segurança e autonomia os diversos espaços e objetos: o uso equitativo (igualitário), o uso flexível (adaptável), o uso simples e intuitivo (óbvio), informação de fácil percepção (conhecido), tolerância ao erro (seguro), esforço físico mínimo (sem esforço) e dimensionamento de espaços para acesso e uso abrangente (abrangente) (CARLETTO; CAMBIAGHI, 2015).

É preciso avançar para que a acessibilidade seja uma realidade, buscando o atendimento de todos, como traz a ideia do “turismo para todos” por meio do Programa

Turismo Acessível (BRASIL, 2012), que busca promover, com um conjunto de ações, a inclusão social e o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida à atividade turística com segurança e autonomia. Isso porque os destinos turísticos devem ser acessíveis para receber pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida se querem chegar a um público mais amplo (SOUSA *et al.*, 2021).

O “turismo para todos” ou “turismo acessível”, uma modalidade do turismo social, é um conjunto de ações para promover a inclusão social e o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida à atividade turística, de modo a permitir o alcance e a utilização de serviços, edificações e equipamentos turísticos com segurança e autonomia (BRASIL, 2012). Procura eliminar barreiras que promovem exclusão, impossibilitam pessoas de visitar outros locais e conhecer culturas e permite a incorporação de valores e atributos emocionais, influenciando na percepção positiva e satisfação dos visitantes, além de contribuir para o crescimento local (KASTENHOLZ; GALÁN-LADERO, 2009).

Por ocorrer nos processos sociais o conflito entre atender à padronização imposta pela sociedade e ser naturalmente diferente, que Fernandes (2017) chama de interdições sociais, as barreiras arquitetônicas e o preconceito como impeditivos da participação nas instâncias sociais, o resultado destas barreiras e interdições sociais gera a exclusão social. E por isso o turismo acessível deve operar sob a perspectiva da acessibilidade universal, considerando a probabilidade de que em algum momento da vida qualquer pessoa possa ter alguma limitação física, mental ou sensorial (SOUSA *et al.*, 2021). Sendo a lógica do turismo acessível fazer com que os espaços sejam acessíveis a todos os visitantes, garantindo tanto o acesso quanto a qualidade dos serviços e a segurança de todos (AMBROSE *et al.*, 2017).

5. SOBRE AS VIVÊNCIAS DE LAZER: NARRATIVAS DE ATLETAS DO ESPORTE PARALÍMPICO

5.1 Um breve perfil das e dos atletas protagonistas da pesquisa

Participaram da pesquisa oito atletas, duas mulheres e seis homens, de duas modalidades paralímpicas, a bocha e o atletismo. As idades variaram entre 25 e 46 anos, sendo que o Atleta 4 não soube informar sua idade. Autodeclararam-se pardos, cinco atletas, e apenas a Atleta 7 se declarou preta. A Atleta 1 e o Atleta 2 se declararam brancos, este justificando que é muito bronzeado devido aos treinos em exposição ao sol, até mostrou a região da coxa, coberta pela bermuda para comprovar que é branco.

O Atleta 4 é analfabeto, iniciou recentemente o processo de aprendizado de escrita do seu nome e tem o telefone da sua mãe anotado em uma agenda dentro da mochila. Os Atletas 2, 5, 6 e 8 não possuem o Ensino Fundamental completo; o Atleta 3 possui o Ensino Médio completo, a Atleta 1 está cursando o Ensino Superior e somente a Atleta 7 possui graduação. Quando perguntados sobre a profissão que exercem, sete disseram ser atleta e somente uma estudante, a Atleta 1.

Esses dados, apesar de não serem significativos para uma análise comparativa, como propõem os estudos quantitativos, corrobora com Eugênio e Silva (2022) ao afirmarem, após análise do Censo 2010, que a maioria das pessoas com deficiência não tem o primeiro grau concluído e não exercem uma profissão em trabalho formal, mesmo existindo a Lei 8.213 de 1991 para inclusão no mercado de trabalho. Sendo a profissão atleta, mediada pela Associação da qual fazem parte, a única que acolheu as pessoas desta pesquisa.

Quanto ao estado civil, seis são solteiros ou solteira, um está em uma união estável e um é casado. A renda familiar dos e das atletas concentra-se entre um e três salários-mínimos, sendo que o Atleta 6 não quis informar sua renda, mas informou que após a sua profissionalização no esporte paralímpico conquistou casa e automóvel, afirmando viver bem. Maioria mora com a família, seja com a mãe; pais; esposa; companheira ou companheiro, filha ou filho. Apenas o Atleta 5 disse morar sozinho.

Quanto ao meio de transporte mais utilizado, a Atleta 1 disse utilizar a ambulância da prefeitura, que a leva e busca na Associação. Transporte conseguido por causa da relação de trabalho de sua mãe com o município. No período da pesquisa a prefeitura não concedia transporte aos outros atletas, o contrato não havia sido renovado. O Atleta 2 informou que é a cadeira de rodas o seu meio de transporte, isso por morar próximo à Associação, o que o

permite estar todos os dias presente para os treinamentos. Porém, para outros deslocamentos utiliza o transporte por aplicativo, que foi citado também pelo Atleta 3, que no momento estava pagando para poder ir para a Associação, devido à ausência de transporte fornecido pelo município. Os Atletas 4, 6 e 7 usam com frequência a van ou táxi adaptado. No entanto, a Atleta 7 também afirmou utilizar o coletivo, tanto que no dia da entrevista chegou atrasada na Associação por ter tido que esperar um ônibus com acessibilidade. Os Atletas 5 e 8 utilizam somente o transporte público, coletivo.

Da modalidade esportiva Bocha, participaram da pesquisa cinco atletas, dos quais dois com classificação funcional¹¹ BC1, outros dois BC4 e apenas um BC2. Durante a semana das entrevistas, não estavam presentes atletas com classificação funcional BC3. Os Atletas 2, 5 e 8, do atletismo paralímpico, estão classificados respectivamente nas classes: F33, F53 e F34¹². Tanto o Atleta 2 quanto o Atleta 8 participam das provas de arremesso de peso, lançamento de dardo e disco. O Atleta 5 não participa da prova de arremesso de peso.

O tempo de prática da modalidade esportiva paralímpica coincide com o tempo de associação, que varia entre 7 e 31 anos. Somente o Atleta 4 não soube precisar esse tempo. Quanto ao bolsa atleta¹³, recebem o recurso os Atletas 2 e 3, sendo que os Atletas 6 e 7, além

¹¹ Perfil dos atletas de acordo com a classificação funcional: BC1 - atleta com paralisia cerebral com disfunção motora que afeta todo o corpo; não impulsiona a cadeira de rodas manual, tem dificuldade de alterar a posição de sentar-se, usa o tronco em movimentos de cabeça e braços, tem dificuldades em movimentos de segurar e largar. A essa classe é permitido um auxiliar com a função de entregar a bola quando solicitado. BC2 - atleta apresenta paralisia cerebral com disfunção motora que afeta todo o corpo; tem controle do tronco, associado ao movimento dos membros, tem dificuldades em movimentos isolados e regulares dos ombros, desloca a cadeira de rodas com as mãos ou os pés, fica de pé e anda de forma instável. BC3 - atleta pode apresentar paralisia cerebral ou deficiência de origem não cerebral ou degenerativa; tem disfunção locomotora grave nos quatro membros; tem força e coordenação insuficientes para segurar e largar a bola, não tem força e coordenação suficientes para lançar a bola além da linha V em direção à quadra. A essa classe é permitido recursos auxiliares, uma pessoa que direciona a calha conforme o comando do/da atleta. BC4 - atleta apresenta grave disfunção locomotora nos quatro membros, de origem degenerativa ou não cerebral; amplitude de movimento é pequena, demonstra pouca força ou severa falta de coordenação, combinada com o controle dinâmico do tronco, usa a força de movimento da cabeça para o retorno à posição sentado após um desequilíbrio, demonstra destreza suficiente para manipular e lançar a bola além da linha V, apresenta um balanço do braço do tipo pêndulo durante o arremesso, movimento a desloca a cadeira de rodas (VIEIRA, CAMPEÃO, 2012).

¹² As classes que iniciam com a letra F (primeira letra da palavra inglesa *Field*) significa que são atletas das provas de campo. F33 - atleta apresenta quadriplegia moderada ou leve, com força discreta dos membros inferiores, pode apresentar espasticidade (aumento do tônus muscular, com exacerbação dos reflexos profundos, decorrente de hiperexcitabilidade do reflexo do estiramento). Demonstra melhor coordenação e equilíbrio quando sentado. F53 - atleta apresenta paraplegia, com boa função de membros superiores, mas sem função abdominal. F34 - atleta apresenta diplegia com bom controle de tronco, pode não apresentar problemas nos membros superiores (WINCKLER, 2012).

¹³ O governo brasileiro mantém, desde 2005, um programa de patrocínio individual de atletas. O público beneficiário são atletas de alto rendimento que obtêm bons resultados em competições nacionais e internacionais de sua modalidade. O programa garante condições mínimas para que se dediquem, com exclusividade e tranquilidade, ao treinamento e a competições locais, sul-americanas, pan-americanas, mundiais, olímpicas e paralímpicas. BRASIL. Ministério da Cidadania. Ações e Programa. Bolsa Atleta. Disponível em: Bolsa Atleta — Português (Brasil) (www.gov.br). Acesso em: 11 out. 2022.

do bolsa atleta, recebem também patrocínio de empresas. Os Atletas 1 e 4 já receberam o recurso governamental, os Atletas 5 e 8 nunca receberam.

Todos os e as atletas já participaram e ou participam de eventos esportivos. Foram citados Jogos Escolares e Universitários; Campeonatos Regionais; Campeonatos Brasileiros; Circuitos Loterias Caixa; Copas Américas, ParaPan e Paralimpíadas. A maioria dos atletas participaram somente de eventos esportivos nacionais, somente o Atleta 6 e a Atleta 7 participaram de eventos a nível internacional e de Paralimpíadas. Sendo que os Atletas 3, 5 e 7 disseram não terem direcionado atenção para o turismo esportivo, concentram-se exclusivamente nas competições. Os outros atletas conheceram durante suas viagens pelo menos um ponto turístico.

Ao serem questionados sobre o que é Lazer, obteve-se: bocha e fisioterapia, além de passear no shopping, jogar na associação e treinar escrita (ATLETA 1). Fumar narguilé e tomar cerveja com familiares. Praticar esporte para ele também é lazer. Sair para a casa de um amigo. Além do treinamento para o esporte que também considera lazer (ATLETA 2). Ir ao cinema, leitura, jogos e sair com amigos para bares assistir jogos (ATLETA 3). Visitar a irmã, assistir filmes, ir para a Associação, conversar com os amigos e se divertir jogando bocha (ATLETA 4). Cozinhar, assistir filmes e documentários, além de viajar (ATLETA 5). Passeio ao shopping, ir para choperia e bares, ir para casa de familiares. Ouvir som, ver TV, além de namorar (ATLETA 6). O artesanato citado pela Atleta 7. E para o Atleta 8, lazer é beber com familiares, fazer churrascos, passeio ao shopping e clubes para nadar.

Somente os Atletas 1, 2 e 4 consideraram a sua prática esportiva também uma atividade de lazer. Os outros atletas foram bem categóricos ao afirmar que as suas práticas esportivas são exclusivamente trabalho.

5.2 Entrevistas Narrativas

Entrevistador: Então! Bom dia, [nome do atleta]!

Atleta 6: Bom dia!

Entrevistador: Para a gente começar a entrevista, gostaria que você falasse da sua trajetória no esporte e como a prática esportiva influencia seu lazer.

Atleta 6: Bom! A bocha na minha vida, é tudo na minha vida. É... calma aí.

Entrevistador: Pode ficar tranquilo.

Atleta 6: Eu não sei falar não. Comecei viajar em 2003, Argentina.

Entrevistador: Pode falar o que você quiser.

Atleta 6: Tá. [...]

O entrevistado dessa passagem transcrita acima se mostrou resistente ao convite para a entrevista dizendo que não sabia falar. Ao iniciar a fala demonstrou nervosismo, com pausas e

certa dificuldade em se expressar. Tornou a dizer que não sabia falar. Mas aos poucos, após sentir confiança, narrou sua história com o esporte e a influência dessa prática, hoje sua profissão, em suas experiências de lazer. Infelizmente, o capacitismo pode provocar esse sentimento de inferioridade; uma equivocada percepção de incapacidade; a falsa ideia de que há uma forma certa para se expressar, se comunicar, de ser e estar no mundo. Corroborando com Gesser, Block e Mello (2020), ao afirmarem que o capacitismo contribui com a patologização, infantilização e vulnerabilização de pessoas com deficiência, podendo até mesmo as declarar fracas e sem inteligência.

Desse modo, a utilização da entrevista narrativa como instrumento de pesquisa (auto)biográfica, é uma tentativa de realizar um estudo com as pessoas com deficiência física. Atentando-se para a perspectiva anticapacitista, que tem em sua gênese a interseccionalidade e a emancipação social, e de acordo com Gesser, Block e Mello (2020), possibilita que os campos do conhecimento possam ajudar a construir uma sociedade que acolha a diversidade e a multiplicidade de expressão dos corpos, combatendo o capacitismo. Por isso, o foco desta pesquisa em deficiência, é apontar barreiras que obstaculizam a participação social das pessoas com deficiência, potencializando a capacidade de agência delas.

E ainda, tendo em vista o lema “Nada sobre nós, sem nós”, as pesquisas com narrativas podem permitir que os sujeitos, ao compartilhar suas histórias ou parte delas, assumam o papel principal da pesquisa, participem da construção do trabalho que deixa de ser sobre e passa a ser com as pessoas com deficiência, com as e os atletas praticantes do esporte paralímpico. Assim, o estudo é construído a partir das experiências de vidas das e dos protagonistas desse enredo que não tem nada de fictício. Mostra a realidade vivida pelas pessoas com deficiência que praticam uma modalidade esportiva, possibilitando a elas reviver momentos através de suas narrativas e sonhar uma trajetória possível a partir da reflexão do processo de tornar-se e ser atleta.

A pesquisa com entrevistas narrativas inscreve-se neste espaço onde o ator parte da experiência de si, questiona sobre os sentidos de suas vivências e aprendizagens, suas trajetórias pessoais e suas incursões pelas instituições, por entender que as histórias pessoais que nos constituem estão produzidas e mediadas no interior de práticas sociais institucionalizadas. As entrevistas narrativas demarcam um espaço onde o sujeito, ao selecionar aspectos da sua existência e tratá-los através da perspectiva oral, organiza suas ideias e potencializa a reconstrução de sua vivência pessoal e profissional de forma autorreflexiva [...] (SOUZA, 2008, p. 91).

A incorporação da perspectiva anticapacitista nas pesquisas e práticas sociais pode contribuir, portanto, para acabar com o capacitismo nas relações sociais em que o esporte e o

lazer estão presentes, e por meio da interseccionalidade, acabar com outras formas de opressões, como sexismo e racismo etc. Uma vez que gênero, etnia, ter ou não uma deficiência, entre tantas outras características da diversidade humana, balizam e fazem oscilar a individualidade e a universalidade esportiva (TORRI; VAZ, 2017). Fortalecendo o esporte paralímpico e promovendo a inclusão de pessoas com deficiência no esporte, considerando os corpos fora da normatividade física, fisiológica e social reafirmada pela cultura esportiva (GONÇALVES; ALBINO; VAZ, 2009).

Para demonstrar a necessidade de uma pesquisa alicerçada nos estudos feministas da deficiência, a seguir, parte da narrativa da Atleta 7, produzida a partir da questão introdutória da entrevista “Conte-me um pouco de sua trajetória no esporte e como você vivencia o lazer no seu dia a dia e nos períodos de competições”:

[...] **Em 2009 foi a minha primeira convocação, num campeonato internacional, que eu fui para Montreal.** E eu fiquei muito feliz porque até então quando os meninos tinham ido para a China, **na Paralimpíada de 2008, surgiu-se a possibilidade de ter mulher para compor a seleção brasileira.** E quando eu comecei **não tinha mulheres e eu nunca tive muita preocupação de jogar com os meninos,** então eu era a pessoa cotada para tá compondo junto. Só que daí não veio, em 2009 foi a primeira convocação. **Aí eu me senti: Nossa! Agora chegou minha vez! Aí nós fomos para o Canadá e tudo, conseguimos o primeiro lugar em pares e o terceiro individual. Só que depois me colocaram de *standby*, eu não me efetivei na seleção. Isso foi meio que um balde de água fria.** Só que eu sei, daí veio as coisas que eu te falei já, faculdade, presidência da [Associação] e eu quase não tinha tempo para treinar também. Então, não me destacava tanto quanto. **Em 2011 eu fui para o ParaPan de Guadalajara, fiquei em quinto lugar e sempre pensando: Nossa! Quando que vai chegar minha vez de tá na seleção? E eu sempre era convocada para uma competição, uma etapa de treinamento e outra, nunca fui fixa, titular.** Mas nunca perdi a esperança também, porque eu sempre treinando com o N [nome do treinador] eu falava pra ele: Não vou mais treinar pensando em seleção, eu vou treinar porque eu quero ser melhor aqui no meu país. **E sempre competindo contra os homens eu nunca perdi assim pra eles, sempre ficava em terceiro, em segundo. Até que em 2019 mudou as regras, aí era obrigado ter a mulher, senão o par não podia jogar. E a atual técnica da seleção falou: Não, você vai para cumprir a cota. Aí me colocavam uma parcial só para jogar, me tiravam. Então eu não sentia o valor que eu merecia.** Só que diante disso eu buscava treinar mais e mais porque eu queria ser titular. **Hoje eu sou titular da seleção. Porque mudou de novo as regras. Aí agora tem o campeonato que é dividido por gênero, o feminino e o masculino. E o par que é misto.** E não tem reserva. Então eu jogo com o [nome do atleta da equipe] as quatro parciais. E faço minha participação individual e faço par com ele [nome do atleta da equipe]. [...] (ATLETA 7)

O esporte paralímpico, criado para reinserir pessoas com deficiência na sociedade, acolher a diversidade de corpos, mesmo que a partir de uma perspectiva biomédica, precisa ser observado com cuidado, com críticas, para que realmente possa atingir seu objetivo, o de incluir. Como pode ser observado na narrativa acima, o preconceito de gênero, é exposto no universo do esporte paralímpico, a Atleta 7, convocada somente para cumprir cota e fazer com o regulamento esportivo, aparentemente, esteja sendo respeitado. Uma narrativa que mostra como a participação de mulheres no esporte ainda precisa ser tratada na perspectiva da justiça social, situação que possibilita refletir também a posição da mulher na sociedade, subalterna ao homem.

5.3 Narrativas: as temáticas que orientaram as entrevistas

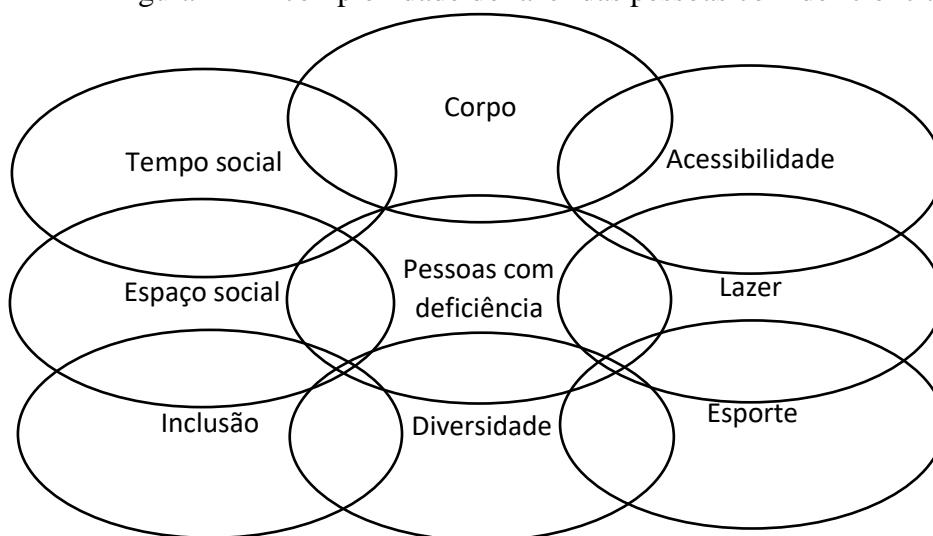
Segundo Souza (2008, p. 91), “a construção da narração instala-se na relação entre identidade e subjetividade, ao partir da consciência de si, das representações que o sujeito constrói ao longo da vida”. Nessa perspectiva, as experiências de vida das e dos atletas serão narradas estabelecendo-se um paralelo com a literatura sobre os estudos da deficiência, sobre o lazer e o esporte paralímpico.

5.3.1 O que é Lazer e vivências

Para compreender o lazer das e dos atletas sujeitos deste estudo, como uma “necessidade humana e como dimensão da cultura caracterizada pela vivência lúdica de manifestações culturais no tempo/espaço social” (GOMES, 2011, p. 17), tem-se como apoio os Estudos Feministas da Deficiência, que por meio das perspectivas anticapacitistas e emancipatórias, propostas por Gesser, Block e Mello (2020), bem como da interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019; CRENSHAW, 2002), estabelecem cruzamentos de marcadores sociais como gênero, raça, classe social e escolaridade para a realização de uma leitura transversal da realidade de cada pessoa de acordo com suas singularidades e seu contexto social.

As narrativas confirmam a complexidade de se pensar o lazer das pessoas com deficiência que trazem em seus corpos suas singularidades e suas possibilidades de ser humano. Corpos marcados no decorrer do tempo pela exclusão, segregação, integração e sendo marcados pelas lutas pela inclusão. Inclusão para participar dos espaços sociais, sejam eles de lazer, esporte, educação, trabalho e saúde, que permanecem não promovendo a acessibilidade, no seu mais amplo sentido, que vai além de estruturas físicas, bem como de condições que permitam a comunicação e acolham atitudes que não rejeitem a diversidade.

Figura 4 – A complexidade do lazer das pessoas com deficiência



Fonte: Figura desenvolvida pelo próprio autor.

As narrativas despertam para as mais variadas possibilidades de se vivenciar o lazer, o que mostra como não é possível generalizar e determinar o que é lazer para as pessoas com deficiência, e neste cenário, para atletas que praticam modalidades paralímpicas, nos quais o tempo de trabalho se cruza com o tempo de lazer. Em razão de que para algumas pessoas, lazer é sua própria prática esportiva, como para o Atleta 1. Para outras, as atividades relacionadas à preparação física para a modalidade e ou para recuperação, reabilitação em decorrência da deficiência, no caso do Atleta 4.

Nesse sentido, o lazer ao estimular a criatividade das pessoas (CARVALHO, 2005), não se resume a atividades físicas e esportivas, diversos outros conteúdos viabilizam a promoção do lazer. E ao praticar atividades que podem ser consideradas potencialidades sociais e afetivas do lazer, as experiências das pessoas podem ultrapassar o mero ato repetitivo, têm a possibilidade de usufruir benefícios fisiológicos, culturais, sociais, afetivos e econômicos (ABADE; GOMES, 2016). Como é o caso do Atleta 4 que além de ter na sua prática esportiva o lazer, experimenta nas sessões de fisioterapia sensações de alívio da dor que podem impedir que tenha prazer em realizar outras atividades. E ainda afirma se divertir durante as sessões de fisioterapia que são realizadas na Associação da qual faz parte e por profissionais e ou estudantes de Universidades conveniadas.

Os estudos da deficiência, embasados pelas teorias feministas, alertam para a compreensão da deficiência a partir também da perspectiva do cuidado e da dor ao se atentarem para a questão da subjetividade do corpo da pessoa com deficiência influenciada por outros marcadores sociais de diferenças (MARAFON; PILUSO, 2020). O que demonstra

que para que haja uma análise ampliada do lazer de pessoas com deficiência física, a relação com a dor nas experiências de lazer dessas pessoas deve ser considerada.

O lazer é o esporte, a bocha. Muito bom. Porque eu estou praticando bastante. Eu comecei muito nova e para mim é muito importante para treinar, para praticar esporte, ganhar medalha, sabe? Eu estou buscando né. Cada esforço importa para praticar, para ir para o Nacional. (ATLETA 1)

Meu lazer aqui que eu gosto de fazer na [Associação] mesmo é: estudar né, eu estudo aqui de manhã, tem dia que eu estudo de manhã e a tarde né. Aí eu gosto de estudar e também praticar o esporte. Não, e tem, tem também, tem o dia que tem fisioterapia sabe? Cada um tem o seu dia de fazer. [...] É [lazer] porque antes de fazer fisioterapia, como eu tenho o problema assim nas pernas sabe? No frio dói muito minhas pernas. Aí depois que eu comecei a fazer fisioterapia piorou um pouco. Não tem dor igual tinha. [...] **Divirto. É bom demais fazer uma fisioterapia!** [...] Eles alongam mais, o meu problema mais é nas pernas, porque nos braços eu não tenho nada. Mais é nas pernas. **E se ficar sem fazer fisioterapia e esfriar sabe? Aí eu sinto muita dor na perna.** (ATLETA 4)

Como narram os Atleta 3 e 5, atletas que demarcam o lugar do esporte como profissão, nesses casos, a prática esportiva da modalidade na qual competem não é considerada lazer, e durante os períodos competitivos preferem se dedicar exclusivamente ao esporte, à concentração esportiva. Ainda que tenham tempo livre para aproveitar lazer proporcionado pelo turismo esportivo. No entanto, como pode ser observado na narrativa do Atleta 6, a prática esportiva, mesmo considerada profissão, pode possibilitar a experiência do lazer em momentos livres de competições. Nas viagens para fins competitivos, conseguem tempo e tem a oportunidade de conhecerem pontos turísticos, portanto, vivenciam o lazer promovido pelo turismo esportivo, em decorrência do bom desempenho no esporte que permite a convocação para as competições.

As viagens, o deslocamento de turistas, que tenham como principal objetivo a atividade esportiva, caracterizam o turismo esportivo (BENI, 2001), seja para a participação em eventos esportivos, como parte das delegações ou como espectador (CARVALHEDO, 2005). Esse turismo esportivo tem sido cada vez mais valorizado em razão dos espetáculos esportivos (ROSS, 2001), como as Paralimpíadas e Olimpíadas, dois megaeventos esportivos que acontecem a cada 4 anos, sendo um realizado logo após o outro e utilizando a mesma estrutura, com adaptações para receber a diversidade de corpos dos paratletas.

Ah! O esporte te consome bastante tempo né. Então acaba que o lazer fica um pouco de lado em período de competição né. A gente quer preparar né, então acaba ficando um pouco de lado o lazer né. A gente acaba abdicando do lazer para tá competindo né. (ATLETA 3)

Até dava [tempo de passeios durante as viagens para competições] meu amigo, mas só que você ficava tão concentrado ali na prova, principalmente por ser as primeiras vezes que eu fui, eu não queria sair do hotel sabe? Às vezes você descia pra praça de alimentação e voltava, ficava no quarto, assistindo TV. Mas eu não queria não, as pessoas chamavam pra sair e eu falava eu não vou não. (ATLETA 5)

Na Argentina eu conheci o mar. O mar não. É, o mar sim. **Copacabana eu conheci a praia,** também. **Lá na China eu conheci a,** como é que fala? Que divide lá. [...] **É, a muralha. Copacabana. É, o Pão de Açúcar, eu andei lá, no Bondinho, é bom demais.** Ah! Teve Mundial no Rio, em Copacabana. Eu era tão novinho né. Novinho. [Durante a primeira competição, em Copacabana, no Rio de Janeiro, conheceu a praia e bebeu água salgada. Disse, sorridente, que água salgada é ruim demais.] [...] **É consigo [vivenciar lazer durante as viagens para competições]. No Canadá, conheci, andei na torre mais alta de Toronto** [Torre Nacional Canadense, Canada's National Tower ou CN Tower]. [...] **[Em Tóquio] A gente andou dentro da van,** não deixou a gente sair da van. A gente ficou só andando dentro da van, **ao redor da cidade. O povo de lá é muito, é nota 10. Nota 10. Ou se vê o motorista da van, fez amizade com nós.** (ATLETA 6)

Para a compreensão do lazer, também pode ser percebida a influência do capitalismo, do mercado e da mídia no imaginário das pessoas, que pode refletir em um distanciamento de um sonho em decorrência da condição socioeconômica. Conhecer os parques da Disney e seus personagens é um sonho da Atleta 1, viajar de avião e sentir a sensação do que é passar por uma turbulência durante o voo, o sonho do Atleta 8. O que demonstra como a interseccionalidade precisa ser convocada para a análise do lazer de pessoas com deficiência física e que fazem parte de uma classe social menos privilegiada. Por além de terem de lidar com barreiras do capacitismo, representadas em ambientes, equipamentos públicos de lazer, como praças dentro das suas cidades de residência, de acordo com narrativa do Atleta 2, algumas pessoas com deficiência se deparam com o obstáculo da desigualdade social, que pode impedir ou dificultar a vivência de diversas experiências de lazer.

Nessa linha, Rodrigues e Vilarinho Neto (2019), aponta que a vivência do turismo é uma das atividades muitas vezes pensada como uma mera indústria mercadológica, o que contribui para a exclusão da população de classes sociais mais baixas e de pessoas com deficiência de experienciar. O lazer visto apenas como bem de consumo, se torna prisioneiro das regras do mercado, reduzindo sua qualidade de socialização, restringindo as possibilidades de experiências de lazer, sendo direcionado aos que possuem o poder de compra (BLASCOVI-ASSIS, 2001).

Eu queria ir muito nos EUA, na Disney. Mas está difícil hoje em dia. Eu quero conhecer a Minnie. Meu maior sonho é conhecer a Minnie. A Fera e a Cinderela. (ATELTA 1)

Pra ser sincero, em clube aqui em [nome da cidade] e nenhum lugar eu nunca fui. [...] **Só aqui na praça [nome da praça] que eu fui uma vez. Mas assim, não tem,**

tem estrutura, mas não tem aquela coisa assim que dá pra falar: nossa que lazer! Mas é um lugar assim, que dá pra você refrescar a cabeça. Mas não é um lugar assim que você curte mais. (ATLETA 2)

Muitos atletas aqui conhecem, sabe o que é andar de avião. Eu não conheço, eu não sei o quê que é uma turbulência de avião. E eu tenho coragem, até eu tava conversando com a minha esposa esses dias, falei pra ela: A primeira oportunidade que eu puder te colocar no avião pra você andar comigo daqui até São Paulo, você vai. Ela pegou: Eu, vou não! Então Renan, a gente vai perdendo a, a gente atleta a gente tem que perder medo. De andar de avião. Porque você não sabe o que pode esperar você lá na frente. (ATLETA 8)

Geralmente, associa-se o lazer com a ideia de recreação, descanso, atividades de cunho material, social, esportivo, recreativo, educativo ou pedagógico. E estando o lazer estreitamente relacionado a áreas de atuação do ser humano, não se trata apenas de aliviar tensões, mas sim de uma transformação social, descontração e divertimento, porém é preciso compreender o seu conceito, que é muito mais amplo, abrangendo as oportunidades de aprendizado e de desenvolvimento pessoal e social (MARCELLINO, 2006).

Foram citadas pelos atletas desta pesquisa, várias atividades de lazer, como contemplar a natureza; se distrair; sair e beber com amigos; assistir filme; cozinhar; fazer churrasco com a família; ouvir música; namorar; descansar e não fazer nada. Atividades que corroboram com a concepção de lazer de Gomes (2008), ao considerar que o lazer pode ser vivido por meio de inúmeras manifestações culturais, podendo incluir o ócio, o descanso e a contemplação, por ser subjetivo. E com as concepções de Marcellino (2003, 2008, 2012), ao considerá-lo um componente da cultura que é vivenciado num tempo disponível, tanto por meio de atividades práticas quanto contemplativas, de caráter desinteressado, e seu valor cultural determinado pela satisfação provocada pela situação.

Atividade de lazer minha é sentar conversar com os amigos né, ver uma natureza mais verde. As vezes até tomar uma cervejinha de leve pra dar aquela descontraída né. [...] Quando eu quero ver a natureza, meu tio tem uma horta ali, ali do outro lado do anel rodoviário. Ali é um lugar muito bom. Eu gosto de ir lá. A gente [família] viaja de vez de vez quando para Brasília, para a casa do meu tio. (ATLETA 2)

Lazer alguma coisa que você faz ali para distrair, para conversar né. Então, eu costumo sair com os amigos, ir para o bar, cinema, essas coisas mais, assistir um filme. Lazer o que você faz fora da rotina né. Creio que é isso. (ATLETA 3)

Ah! Em casa, assim, eu gosto muito de tá cozinhar sabe? Adoro eu mesmo cozinhar, é, eu mesmo arrumo minha casa sozinho, faço as coisas e gosto de estar. [...] **Nossa! Eu amo viajar.** Mesmo que eu não vou para lugar longe, mas eu vou sempre para o interior de São Paulo aqui, em Franca. Fico lá uns dois, três dias. Gosto de tomar minha cerveja [risos]. Que é muito bom né. E tem meu irmão também que, nós somos gêmeos, que ele só não seguiu carreira de cozinheiro porque ele passou na prova da prefeitura lá, aí ele preferiu fazer. Mas ele sempre faz um churrasco quando vai lá final de semana lá. (ATLETA 5)

Ouvir som, ver TV. É, eu gosto de som alto. Bem altão mesmo. [...] É. A TV eu gosto pouco. Porque não tá tendo nada que presta. Né? Aí eu saio um pouco de casa. Vou para o shopping. Na choperia. E aí vai. Eu viajo para a minha irmã. Com minha mãe para a casa da minha irmã. [...] Lazer, divertir, descansar um pouco da rotina. Porque a bocha pra mim é um trabalho né. E eu gosto de namorar também, muito. Né pouco não. (ATLETA 6)

Vixe! Lazer pra mim tem hora é não fazer nada [risos]. Ficar olhando a paisagem, ver minhas plantinhas, minhas calopsitas. Acho que lazer é você tá em paz né, fazendo alguma coisa que te deixa tranquilo. (ATLETA 7)

E em questão de lazer, final de semana eu pego, saio com minha família. Eu, minha esposa, a minha filha de 6 meses. **Vou passear, levo pro shopping passear, as vezes a gente sai pra fazer um piquenique entre família. Vai pra um churrasco. Vai pra um clube.** E é isso. A minha vida hoje é isso. Minha vida hoje em dia se resume entre a minha família. Eu as vezes fico bravo, fico nervoso, falo pra minha esposa que nós não tá dando certo mais, mas hoje em dia eu sou família. Eu amo a minha esposa, amo a minha família. Entendeu? (ATLETA 8)

A narrativa do Atleta 6, será destacada a fim de expor que muitas vezes a sociedade capacitista tem uma noção permeada de preconceitos sobre a sexualidade das pessoas com deficiência. Tendo sua sexualidade ignorada, é infantilizada, tratada como incapaz de ter domínio sobre seu corpo, é impedida de expressar seus desejos (SERRA et al, 2020). A sexualidade traz de forma cultural muitos preconceitos e proibições, entretanto, ela é algo natural. “O que a sociedade ainda precisa entender é que o direito ao prazer sexual existe para todas as pessoas, de um modo geral, independente das suas limitações físicas, e é respaldada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos” (MELO *et al.*, 2020, p.4).

Apesar do “Lazer Sério” não ter sido uma das concepções identificadas no Estado da Arte dos Estudos do Lazer de pessoas com deficiência desta pesquisa, o termo sério apareceu em passagens narradas pela Atleta 7 ao dizer que iniciou na bocha sem levar a prática a sério. A modalidade a possibilitava viajar, se divertir, sair de casa, por isso já se sentia no lucro mesmo perdendo nos campeonatos dos quais participava. Mas a partir do momento que percebeu a chance de se tornar uma atleta passou a levar a sério a bocha, o que pode levar a pensar que nesse período a modalidade esportiva foi num determinado período um lazer sério.

O “lazer sério” é uma das três formas de lazer da Perspectiva de Lazer Sério proposta por Robert Stebbins (2008), na qual são características a prática amadora de determinada atividade; a perseverança no enfrentamento de situações adversas decorrentes da prática; a carreira, ligada a continuidade na atividade, tanto em períodos de aumento de prestígio e benefícios, quanto na diminuição destes; o esforço substancial, empenho para desenvolver seu conhecimento, treino, experiência ou habilidades; os benefícios duráveis, como reconhecimento e integração social, melhoria da autoimagem, entre outros; o etos único ou

etos exclusivos, que se refere ao mundo social específico que se desenvolve em torno da prática, com o compartilhamento de atitudes, práticas, valores, crenças, objetivos; além da identificação, uma vez que, ao compartilharem desse mundo social, os participantes do “lazer sério” tendem a identificarem-se fortemente uns com os outros.

Eu comecei a praticar bocha em 2003, a princípio só para compor equipe, porque não tinha atletas, para a gente participar das competições e naquela época só existia um brasileiro [evento esportivo]. E já fui para o primeiro brasileiro que foi em Petrópolis, e lá a gente já ficou em segundo, eu e meu companheiro [nome do atleta] - que Deus o tenha. E de 2003 até 2008 eu participava dos campeonatos só para me divertir, viajar, ficar nos hotéis e tudo. **Comecei a levar a bocha a sério de 2008 para frente.** Que eu vi as possibilidades né de crescer. Porque até então eu não me importava muito, perdia sempre. Só ia lá para perder, mas tava no lucro. Que já tava saindo de casa, me divertindo. Aí de 2008 pra cá eu conquistei meu primeiro kit, só meu, que a J [nome da treinadora] trouxe pra mim de Portugal. **E eu tive a possibilidade de treinar mais a sério.** (ATLETA 7)

Como pode ser observado na narrativa acima, a carreira esportiva não era o objetivo almejado, o estímulo a sair de casa já era visto como o principal com a prática do esporte, além de viajar, conhecer hotéis e se divertir. E a mesma atleta (Atleta 7) ao narrar sobre suas atividades na Associação antes da prática da bocha paralímpica, informou que iniciou praticando dança e teatro, e foi o que a permitiu sair da inatividade, e a se sentir parte de um grupo, reconhecido pelas apresentações que realizava. E diferente do que a bocha representa hoje para ela, sua profissão, a dança foi tratada como sério, por até ter participado de competições.

O primeiro envolvimento que eu tive aqui na [Associação] foi o teatro e a dança. Tínhamos o nosso grupo, fazíamos apresentações dentro e fora da cidade. Em todas as escolas, nos parques e tudo. Isso foi a minha primeira saída assim da inércia. A minha primeira possibilidade que eu tive de fazer alguma outra coisa enquanto pessoa com deficiência. Aí depois veio a bocha. [...] **Ah! A dança era sério, participava de competições também. Mas nunca foi como profissão.** (ATLETA 7)

5.3.2 O lazer antes e influências da prática esportiva

É notório nas narrativas das e dos atletas que as possibilidades de lazer fora de casa são ampliadas e mediadas pela Associação destinada às pessoas com deficiência, com suas diversas atividades ofertadas para a educação, reabilitação, esporte e lazer dessas pessoas. Antes de conhecerem a Associação e praticarem uma modalidade esportiva paralímpica, os sujeitos deste estudo saíam pouco de casa, ficavam restritos a jogar videogame, a não fazer

nada por desconhecimento das possibilidades e ou por não terem tido a vivência de outras experiências que não as que encontravam em casa. Pelo medo de saírem sozinhos e encontrarem desde barreiras arquitetônicas até as atitudinais, que os impediriam de se locomoverem de forma mais independente, ou pela ausência de oportunidades, de efetividade e garantia dos seus direitos.

Com a Associação, passaram a sair de casa para vivenciar outras experiências de lazer. Encontram na Associação oportunidade para estudar; praticar esporte; cuidar da saúde, conhecer pessoas e lugares. Como sinalizam Diniz *et al.* (2009) e Ivanocich e Gesser (2020), a deficiência se restringia à vida privada, os corpos com deficiência eram tidos como (a)políticos, as pessoas com deficiência eram consideradas incapazes de decidir sobre suas próprias vidas. Porém, as lutas dessas pessoas por justiça social, marcadas pelo surgimento do modelo social da deficiência e mais recentemente pela revolução deste modelo, produziu uma ruptura nas relações da deficiência com as noções de anormalidade, estigma e vergonha. Ressignificando o lugar da pessoa com deficiência, criando uma passagem simbólica da casa para a rua.

A prática esportiva é o seguinte, como ela influencia na minha vida. **A minha vida antigamente você sabe como era? Era chegar da APAE e pra frente do vídeo game e ficar o dia inteiro. Hoje o vídeo game está parado, desmontei. Era chegar da APAE todo dia, essa rotina não mudava.** Aí igual eu te falei, agradecer à J né, que também me trouxe pra cá. E segundo o presidente R. D. que abriu as portas da Associação. **Depois que eu conheci a [Associação], que eu comecei a desenvolver o esporte, cara, pra mim foi, quando eu cheguei aqui pela primeira vez, eu olhava pra mim mesmo, chegava perante um espelho: Será que eu vou dar conta? Será que eu vou conseguir?** Aí, a vida da gente não é um mar de rosas. Tem várias barreiras, é pessoa te julgando em vez de ajudar. É, como se diz: se não for você por você? Quem vai ser? Igual eu falo: graças a Deus eu tive minha família, tive apoio, tive tudo. E hoje eu sou o que sou graças à minha família. Que acreditou. (ATLETA 2)

O único lazer era videogame, filme. Ficava só no videogame só. Saia muito pouco. [...] Não. Hoje muito difícil. Só jogo com meu sobrinho só. É um lazer, jogo com meu sobrinho. Se não jogar dá até briga. Eu desanimei de jogar. [...] Cara, eu sinto, é o que eu acabei de falar, eu acho que **o esporte me tirou de casa né. Que eu era adolescente, ficava só em casa, não tinha muita perspectiva assim de praticar alguma coisa aí eu acabei conhecendo a bocha né.** Acho que o principal objetivo aí, a principal coisa que a bocha fez foi me tirar de casa. Acho que é esse ponto aí mesmo. Não vai ser diferente disso não. **E conhecer pessoas também né. A bocha me fez conhecer outras pessoas né. Outros lugares.** (ATLETA 3)

Não, foi assim, para mim foi uma oportunidade boa, porque eu tive a oportunidade viajar. Não [iria viajar]. **Conhecer pessoas diferentes. Que quando viaja, a gente não fica só aqui dentro. A gente conhece muita gente de fora. Que antes eu não conhecia.** [...] Não. **É bom também no esporte sabe? É os amigos que a gente faz, as amizades que a gente faz.** (ATLETA 4)

Beneficiou sair de casa, porque só ficar em casa não dá certo não. É, a não ter medo de tocar a cadeira de rodas, porque cair, todo mundo vai cair. Cai uma vez, cai

pra aprender. Vai você vai lá, se tiver que cair a segunda vez, três, quatro, você vai lá e cai, mas depois você pega as manhas, a prática da cadeira. (ATLETA 5)

Ah! Se não fosse a [Associação] talvez eu não estaria aqui né. Então, a [Associação] **praticamente me abriu as portas para eu ser uma nova pessoa.** [...] Tem bastante influência, porque hoje eu não me vejo mais sem praticar esporte. É um lugar que ocupou assim na minha vida que eu não me vejo sem. Mudou completamente a minha vida. (ATLETA 7)

Pertencer a uma Associação e praticar uma modalidade esportiva permitiu aos sujeitos desta pesquisa desde a conquista de confiança para realizarem suas atividades da vida diária de maneira mais autônoma, bem como aquisição de força física e bens materiais, como cadeiras de rodas, carro e casa; promoveu a redução do comportamento sedentário e do nervosismo, possibilitando a manutenção do equilíbrio da saúde física e mental, até a conquista de uma profissão, se tornando atletas. O que justifica e se evidencia nas narrativas das e dos atletas o sentimento de gratidão por terem sido acolhidos na Associação, por terem conquistado o reconhecimento social com a prática esportiva e conseqüentemente terem mudado o percurso de suas vidas.

O que corrobora com Meneghetti *et al.* (2013) quando afirma que as atividades físico-esportivo, um dos conteúdos do lazer, são veículos de promoção de inclusão da pessoa com deficiência consigo e com a sociedade; pois permite as relações sociais; a identificação e desenvolvimento de potencialidades; autovalorização e autoconfiança. Seja sua prática como lazer ou atividade competitiva, o esporte pode contribuir para gerar o sentimento de pertencimento social (AZEVEDO; BARROS, 2004), além de promover o desenvolvimento da força física e redução do estresse (ZUCHETTO; CASTRO, 2002).

[...] Tinha um morro lá alto pra você descer lá pro, pra praça de campo pra poder treinar, no CT aliás. E ele [treinador] me falava: [Nome do Atleta 5], você vai descer isso aí! Eu não vou aí te buscar. E eu falava: [Treinador], mas alguém tem que me ajudar a descer porque eu não dou conta! E ele fava: Não, você vai! Você vai dar conta! E nisso nas primeiras vezes as pessoas me ajudavam, mas na segunda vez as pessoas ficavam atrás, mas, era um morro bem íngreme assim um pouquinho, como eu usava, uso sempre o cinto pra, quando eu tô com a cadeira manual. **Cheguei lá embaixo, todo mundo aplaudiu tudo, até os que me incentivaram bastante. Sabe, eu tinha esse medo. Aí depois eu comecei a tocar a cadeira lá na rua, lá no bairro eu comecei a tocar. Fui criando força nos braços e fazendo academia.** (ATLETA 5)

É. Comecei a sair, ficar mais independente. Porque quando eu ficava em casa eu ficava mais nervoso. Eu era nervoso demais. Ainda sou ainda, um pouco né. Eu gritava muito com minha mãe. Aí conheci a [Associação] né, pela minha vizinha lá no [nome do bairro]. Eu moro no [nome do bairro]. Ela viu eu lá fora e perguntou: Se eu tinha vontade de conhecer a [Associação]? Aí ela conversou aqui e me trouxe pra cá direto, aí eu tô aqui até hoje. A [Associação] que fez a minha vida também. (ATLETA 6)

Na verdade, eu não saía de casa. Gostava mais de ficar em casa. Que eu chegava cansado da escola, gostava mais de ficar em casa descansando. Aí foi da onde eu conheci a J. **A J me apresentou a Associação. E primeiramente também eu tenho que agradecer muito a ela né. Que eu sou o atleta que eu sou graças à minha família e a ela que acreditou também né. E também agradecer ao R por ter aberto as portas da Associação.** (ATLETA 2)

Da vida que eu tive pra trás, hoje é, 100% excelente. Entendeu? [Mudou] Em tudo. Antes eu não gostava de esporte, hoje eu amo esporte. [...] Porque eu não conhecia. [...] É. Eu ponho ele como minha profissão. (ATLETA 8)

Fazer parte de uma associação e praticar esporte, possibilitou não só aos atletas perder o medo de sair de casa, mas também aos seus familiares, que por desconhecimento das oportunidades que seus filhos e filhas poderiam ter fora de casa, por medo de que seus filhos e filhas sofressem preconceitos, em razão do capacitismo enraizado em nossa sociedade, os mantinham sob um cuidado extremo. E a medida que a oferta de atividades esportivas para as pessoas com deficiência aumenta, concomitantemente à luta por igualdade e mais oportunidade (REIS; MEZZADRI; MORAES E SILVA, 2017), tem ocorrido transformações nas estruturas sociais, permitindo mais participação das pessoas com deficiência tanto no campo esportivo quanto nos outros como trabalho, educação e lazer, fortalecendo a importância do esporte como um dos possíveis meios de facilitação de processos de inclusão social, de empoderamento e desmistificação de noções capacitistas (MARQUES, 2015).

Muito importante, porque além de ter me ajudado bastante na, porque assim, eu tinha medo muito de tocar cadeira na rua, principalmente no bairro, mesmo sendo plano. (ATLETA 5)

[...] lá tem um projeto, devido a pandemia parou. Não sei se vai voltar agora o ano que vem. Esse ano não teve. Chama "Passeio Franca-Restinga", aí são 10KM que ligam uma cidade a outra. E nesse, durante meu atletismo eles me convidaram: Vamos [ATLETA 5]? Aí eu fiquei naquele: Será que eu vou dar conta né? Aí eu falei, não, eu vou dar conta sim! Cheguei em casa eu contei para minha mãe, que Deus a tenha! Falei: **Mãe eu vou participar da corrida Franca-Restinga. Minha mãe morava lá e eu morava aqui com minha ex-mulher. Ela: Meu filho você não vai dar conta. Eu já ouvi falar desse passeio. Eu: Mãe, se eu não tentar eu nunca vou saber se eu vou dar conta. Eu tenho que tentar. Eu tenho que mostrar pra mim mesmo que eu também sou capaz.** E nisso chegou o dia do evento. Fiquei treinando quase 2 meses para eu poder tocar a cadeira e a prefeitura de Restinga me levou lá na entrada de Franca sentido Restinga. E nesse dia tinha 40 mil pessoas. Uma cidade que só tem 8 mil pessoas só. Ou seja, foi quase 5 vezes a população da cidade mais. Aí veio eu mais 8 cadeirantes, nós tocou a cadeira durante esses 10KM, é 10.000 KM. Deu 1 hora e 20 mais ou menos, nós conseguimos. Aí eu cheguei lá na praça de Restinga e quem tava me esperando era minha mãe emocionada chorando. Aí eu também não contive as lágrimas não. (ATLETA 5)

Como pode ser observado em mais uma narrativa do Atleta 5, o capacitismo, preconceito dado a ideia negativa sobre a deficiência, imposta por um suposto ideal de corpo,

que afasta a diversidade corporal do padrão e torna as pessoas com deficiência até menos humano (CAMPBELL, 2009), cria hierarquias, produz vulnerabilidades; contribui para a precariedade da vida, sustenta concepções caritativas, assistencialistas e ou patologizantes dos corpos (GESSER, 2019). Que segundo Taylor (2017), é estrutural e afeta não somente as pessoas com deficiência; além de ser interseccional ao atingir as pessoas de diferentes formas, a depender de raça, gênero, deficiência e classe social, dentre outros.

[...] Então, eu comecei no Pedrocão em Franca. E lá tinha um treinador, o R, muito rígido. Ele sempre falava pra mim assim: [Nome do Atleta 5], vê se você consegue uma cadeira mais leve. E eu consegui. **Fui atrás de um empresário lá em Restinga. Ele pegou e falou assim, primeiro ele perguntou por que eu queria a cadeira e eu falei pra fazer a prática de atletismo.** E me agradeceu: Parabéns porque eu vou te dar essa cadeira devido a sua determinação e você veio aqui com a cara e com a coragem, pediu a cadeira e eu vou te dar essa cadeira. E ele me deu essa cadeira e eu comecei no atletismo lá em Pedrocão, em Franca. (ATLETA 5)

Desse modo, a luta anticapacitista a tentativa de desconstruir um padrão corporal e de modelos ideais de capacidade humana, precisa da colaboração de toda a sociedade, no entanto, fica a cargo sobretudo dos movimentos sociais e entidades de apoio às pessoas com deficiência (MARTÍN, 2017). E mesmo que a prática esportiva de pessoas com deficiência se apoie em estereótipos (SERON *et al.*, 2021), o que inicialmente era apenas terapia, tornou-se opção de lazer e alto rendimento (GREGUOL; MALAGODI, 2019). O esporte paralímpico hoje, é um dos meios pelo qual o capacitismo pode ser refutado (SERON *et al.*, 2021). Fora a contribuição para desmistificar visões equivocadas na sociedade, que ainda se balizam em noções de incapacidade e assistencialismo, consolidando a compreensão e valorização das diferenças individuais (KIM; LEE; OH, 2017).

5.3.3 Acessibilidade e as barreiras do capacitismo

A falta de acessibilidade foi uma constatação unânime das e dos atletas protagonistas deste estudo. Em suas narrativas é possível perceber o discurso da normalidade que trata o corpo diferente com inferioridade, um discurso capacitista limitador da existência das pessoas com deficiência. A falta de acessibilidade foi observada quando mencionaram o lazer. Assim, parques e praças quase não são frequentados pelos atletas, possivelmente em decorrência da inadequação ao desenho universal, bem como à falta de meios de transportes públicos em condições viáveis para pessoas que se locomovem em cadeiras de rodas, tanto com as manuais quanto com as motorizadas, além das calçadas com estruturas precárias.

Constatação que corrobora com Specht *et al.* (2002) ao afirmar que as principais barreiras à participação em atividades de lazer para pessoas com deficiências incluem a acessibilidade às instalações, o transporte e sentimento de insegurança, tornando algumas atividades de lazer, como ir ao parque ou a um restaurante, possíveis somente mediante auxílio de outra pessoa. O que de acordo com Serra, Fava e Tonello (2008), indica a falta de oportunidades de escolha de atividades de lazer para pessoas com deficiência e a produção de padrões comportamentais de dependência e até mesmo de depressão. Ficando as pessoas com deficiência restringidas do deslocamento pela existência de barreiras físicas, dificuldades e riscos decorrentes de calçadas e ruas irregulares (HUNGER; SQUARCINI; PEREIRA, 2004); inadequações no tipo de piso e existência de buracos, ausência de rampas e rebaixamento de calçadas (COHEN, 2006).

[...] Agora em questão de hospedagem na competição, o que acontece? Muitas das vezes, eles acham que o deficiente as vezes ele anda né, então vários hotéis aí que não tem adaptação, que hoje já mudou muito. Mas a gente sofre. Eu falo por todos os deficientes aqui da Associação, por que eu já presenciei sabe? Agora vamos supor, como que você pega um apartamento, num hotel que não passa uma cadeira de rodas? Eu ainda graças ao meu bom Deus, eu ainda consigo locomover. E os outros que não conseguem? Então a pior barreira que a gente tem é o olho gordo e a falta de consideração que as vezes as pessoas têm com a gente. **Porque eles acham que a gente porque é um deficiente, a gente é um incapaz. Mas a gente é uma pessoa normal.** (ATLETA 2)

A gente sempre enfrenta algumas dificuldades né, acessibilidade é uma delas que sempre falta né. Falta assim, melhorou bastante sabe. Mas a gente ainda tem muito o que melhorar ainda sobre a questão da acessibilidade. Sobre os lugares estarem preparados para receber a gente. Porque a gente tá caminhando bem para a melhora, mas ainda tem muita coisa para melhorar ainda. [...] Muitos ambientes já têm banheiro adaptado, já são acessíveis. Mas a gente tá a passos curtos entendeu. Não tá muito a passos largos não. Precisa melhorar bastante a acessibilidade ainda dentro das cidades. [...] Difícil comentar sobre algumas estruturas [parques e clubes], tem alguns que sim tem acessibilidade, outros não. As estruturas precisam melhorar bastante sim. Até da outra parte que eu falei aí. Precisa melhorar essa parte da estrutura também. **Nem todo lugar está preparado para receber a gente não.** (ATLETA 3)

Acessíveis né, não só, porque [nome da cidade] não é tão acessível também. Principalmente o centro da cidade que era pra ser um lugar mais acessível, e **você vai andar até com a cadeira de rodas, passar a cadeira motorizada, e a cadeira motorizada ela trava também dependendo dos obstáculos. Tem o meio fio que é mais alto que a rampa de acesso.** [...] **Aqueles pontos [BRT] tudo lá, os ônibus não é tanto acessível, porque os ônibus param longe aí fica um tanto assim [mostra espaço com mão] e as vezes tem ficar empinando a cadeira pra colocar a cadeira dentro do ônibus.** [...] **Tem uma porta lateral de vidro mas também é muito estreita. Pra passar tem saber, se a pessoa não for bom de manobrar a cadeira ela não passa.** [...] **É apertada. Imagina você ter que passar numa porta de vidro, já prendi meu braço ali, quase quebrou meu braço.** (ATLETA 5)

Em [nome da cidade], **tá muito irregular as calçadas das ruas, não tem rampa, nem, pouca rampa. Fica ruim, para cadeirante tem que adaptar.** (ATLETA 6)

Ah! As barreiras que existem, que sempre existiram são as arquitetônicas né, e as atitudinais. Porque hoje mesmo para eu vir o primeiro ônibus que eu tinha que pegar estava quebrado. Então, eu tive que esperar o segundo. Então, acaba atrasando os compromissos né. Por conta dessas barreiras urbanísticas e tudo. Existe [facilitado], hoje a gente tem aquele carro ali, a Ágil, que é um táxi adaptado que nos leva aonde a gente quer. **[As estruturas dos parques, das praças, dos clubes] ah! São péssimas! A começar as rampas são todas estragadas, os espaços que você tem que se locomover com a cadeira todos esburacados. Então, não tem muita estrutura bacana pra você tá indo não.** (ATLETA 7)

Devia ter rampa, acessibilidade na rua para as pessoas. Os motoristas de ônibus tinham que tratar os cadeirantes com mais educação. (ATLETA 8)

Foi observado na narrativa do Atleta 2, como o capacitismo é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade (SERON *et al.*, 2021), um preconceito condutor do estigma de que a deficiência incapacita (VELASCO; DOS SANTOS; DE SOUZA, 2018), posto que a família assume a função de preparar a pessoa com deficiência para lidar com o preconceito e barreiras, tanto as arquitetônicas quanto as atitudinais, assim evitar depender de outras pessoas em suas atividades da vida diária.

Cara, primeiramente, eu acho que o que limita, o que põe barreiras na gente é o tanto de inveja que o povo tem. Não é nem por eu ser deficiente, porque desde pequeno, como se diz, minha mãe nunca passou a mão na minha cabeça né. Então você já acostuma que é você por você mesmo. A mãe só ajuda quando é alguma coisa difícil. E até mesmo eu, não gosto de ficar dependendo. Por quê? Porque eu tenho na minha cabeça o seguinte: eu não vou ter ninguém dos meus familiares para o resto da minha vida. Então eu já tenho né, de uma forma ou de outra adaptar. (ATLETA 2)

Todavia, exista na sociedade a ideia de que se deve atingir a independência, na verdade, essa é uma criação do capitalismo, é o “mito do sujeito independente”, pois não se é independente por completo. Essa noção do sujeito independente atribui ao cuidado um caráter negativo, de menos valia e submissão, principalmente às pessoas com deficiência. Essa noção além de reforçar o capacitismo, o preconceito e a discriminação contra as pessoas com deficiência, retira do Estado a responsabilidade de criar políticas públicas e mantém a pauta do cuidado exclusiva ao ambiente familiar (CONSTANTINO *et al.*, 2020; KITTAY *et al.*, 2005), e inviabilizando o trabalho de eliminação das barreiras arquitetônicas, o que gera mais barreiras atitudinais e preserva a cultura segregacionista (MENEGHETTI *et al.*, 2013).

Até então eu não gosto de tudo fácil né. Eu acho que o deficiente que consegue ter algum movimento, ele tem que passar por um pouco de dificuldade por quê? Até perante os pais mesmo. Porque é igual eu sempre disse, a minha mãe disse: eu não vou ter ela por resto da minha vida. Eu não vou ter ninguém pelo resto da vida. E outra, eu me acostumo com tudo fácil. E na hora que for me virar sozinho? Como eu vou fazer? Ah! Eu acostumei com tudo fácil! Então tudo na vida da gente tem que

ser fácil? Tudo na vida da gente não é fácil. **Hoje em dia você vai num mercado aí, no mercado não tem a rampa de acessibilidade, você pede as pessoas para pegar as coisas para você e você ouve ainda maus tratos. Eu já passei por isso.** (ATLETA 2)

A importância da acessibilidade nas viagens a turismo, seja ele esportivo ou não, é muito presente nas narrativas dos atletas. Como narrado pelo Atleta 3, há a necessidade em realizar antes da viagem uma busca por lugares acessíveis, que permitirão ter a experiência de lazer livre de barreiras. Como ocorreu na escolha da praia, roteiro traçado pela existência ou não de ações ou projetos que reduzem os obstáculos da falta de acessibilidade para pessoas com deficiência. Projetos esses que permitem a pessoa que usa cadeira de rodas chegar ao mar. Enquanto em situações nas quais inexista acessibilidade ou projetos, a pessoa com deficiência precisa contar com a ajuda de familiares, amigos, acompanhantes ou até mesmo de pessoas por perto para conseguir chegar ao mar.

Narrativa sustentada por Siqueira, Dornelles e Assunção (2020), que percebem o capacitismo refletindo sobre a dimensão ideológica dos corpos nos mais diversos espaços públicos, entre eles, as praias. Para esses pesquisadores com deficiência, a arquitetura espacial das praias não demanda apenas adequações à condição das pessoas com deficiência, mas apresenta-se como instrumento estratégico que autoriza ou não a permanência da pessoa com deficiência. Nessa lógica, Kishigami (2020) salienta que o lazer pode ser também uma prática na qual ocorre a diferenciação social, já que uma parcela da sociedade pode não usufruir dessas atividades. De modo que quando espaços não oferecem acessibilidade, promove-se o afastamento e o impedimento das pessoas com deficiência de acessá-los e frequentá-los (SOUSA *et al.*, 2021).

Um lugar que eu conheci foi o Rio de Janeiro. Que eu fui para lazer, não fui para competição. Acho que o único lugar que eu fui para lazer foi o Rio. Eu fui duas vezes. [...] Fui na praia. [...] Foi legal, foi bem bom! [...] Cara, a praia lá. **No Rio tem um projeto lá. Eu esqueci o nome. É Praia para todos [hoje encontrado no Instagram como Instituto Novo Ser]. Então eu conheci esse projeto aí através do Instagram, e eu já fui sabendo que eles estavam lá, entendeu? Aí eles dão todo o suporte para a pessoa com deficiência entrar no mar.** Então é um projeto bem legal que tem lá no Rio. Aí tem o pessoal lá que é voluntário. Aí eles dão todo o suporte. Colocam a pessoa na cadeira, leva a pessoa para o mar. No dia eu não entrei no mar porque estava muito forte, não podia entrar. Mas é legal. (ATLETA 3)

Embora participar da sociedade seja da condição do ser humano (SAWAIA, 2001), a organização social que ora exclui ora inclui (SAWAIA, 2004), oprime e marginaliza as pessoas com deficiência ao manter as barreiras físicas, atitudinais, comunicacionais e todas as outras que sinalizem um obstáculo à participação social (PAIVA; SILVEIRA; LUZ, 2020).

Pois a acessibilidade envolve a garantia do pleno exercício da cidadania das pessoas com deficiência, assegurado pela Constituição Federal, porém não efetivado, visto que, permanecem as barreiras ao acesso à educação, ao transporte público, à cultura, ao lazer e ao esporte (NOGUEIRA, 2007).

Como pode ser observado nos relatos narrados pela Atleta 1 e pelo Atleta 4, escolas e universidades, ainda enfrentam desafios para se tornarem um lugar de inclusão, com suas estruturas inadequadas para receber as pessoas com deficiência, mostrando o quanto o capacitismo está presente no sistema educacional, sendo ainda um lugar de segregação e exclusão, mensurando a capacidade intelectual e nivelando por meio de métodos avaliativos padronizados os e as estudantes, excluindo aqueles fora da norma.

Além de excluir, aumenta o índice de pessoas com baixa escolaridade, uma vez que a falta de acessibilidade nas escolas, limita a autonomia da pessoa com deficiência, um dos fatores para o abandono escolar. E como agravante há o fato de as escolas ainda contarem com reduzido número de profissionais qualificados para atender as demandas da inclusão, há pouco investimento na educação, portanto, insuficiência nos recursos físicos e pessoal, impossibilitando também que a comunidade escolar possa exercer o papel de educadores de forma digna.

Nessa perspectiva Luiz e Silveira (2020), pesquisadoras com deficiência, defendem que o cuidado é instrumento de emancipação e de justiça social, e do Estado o papel de viabilizá-lo e garantir o exercício dos seus direitos em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Salientando que não seja uma opção para as pessoas com deficiência deixar de estudar porque a família, por diversos motivos, não pode levar até a instituição de ensino; não pode permanecer para ajudar a ir ao banheiro e a intermediar outras tarefas que se façam necessárias. Mas que as pessoas com deficiência possam realizar essas atividades com dignidade e com o auxílio de atendentes custeados pelo Estado, se assim desejarem.

Aqui em [nome da cidade]. **Não tem rampa aqui em [nome da cidade] né. Podia ter a rampa pra, porque tem pouca rampa aqui em [nome da cidade]. Porque tem que melhorar muito a acessibilidade** aqui em [nome da cidade], porque não tem. Lá na minha faculdade, está sem acesso. [...] Precisa de mais rampas para a acessibilidade né. **E elevador para mim, para eu subir, para a faculdade né. Porque lá tá muito cheio. Não tem espaço para mim e tudo.** (ATELTA 1)

Igualzinho eu te falei, antes de eu vir para [Associação] eu ficava mais era em casa. [...] Em casa eu ficava era assistindo televisão. Porque eu fui uma vez para a escola e eu não pude ficar né. [...] Não, porque quando eu comecei na escola, não é aqui na [Associação] não. Eu fui num colégio aí, aí eu comecei em baixo, tinha acessibilidade para a cadeira, depois teve que subir eu para cima, aí eu peguei e larguei, porque quem me levava era minha irmã. Aí tinha dificuldade

de me levar no banheiro, essas coisas, sabe? Aí eu peguei e larguei, não, então não tem jeito de eu ficar uai. (ATLETA 4)

Foram narradas situações durante as competições nas quais os atletas se depararam com quartos de hotéis que não seguem o proposto pelo desenho universal, portas estreitas; banheiros que não possibilitam o uso de forma mais autônoma às pessoas com deficiência; além de camas muito altas, o que dificulta a transposição da e para cadeira de rodas; bem como falta de rampas nas entradas, tendo que em algumas vezes serem carregados, o que justifica também a presença de *staff* (pessoal de apoio durante as competições). Ainda que o cuidado seja um direito fundamental para manutenção da vida e da dignidade humana, neste caso, da pessoa com deficiência física (MARAFFON; PILUSO, 2020).

Consistindo o desenho universal em princípios que asseguram que qualquer indivíduo possa utilizar com segurança e autonomia os diversos espaços e objetos (CARLETTO; CAMBIAGHI, 2015), como pode ser observado nas narrativas dos atletas, avançar na acessibilidade é uma incumbência para garantir o turismo para todos ou turismo acessível. Uma modalidade do turismo social, que tem o compromisso de promover o acesso de pessoas com deficiência à atividade turística (BRASIL, 2012). O turismo acessível deve operar sob a perspectiva da acessibilidade universal, considerando a probabilidade de que em algum momento da vida qualquer pessoa possa ter alguma limitação física, mental ou sensorial (SOUSA *et al.*, 2021).

É, então, eu fui uma vez para Brasília, o hotel não tinha rampa de acessibilidade. Aí não foi tão difícil porque a gente tem um excelente treinador também né, tem excelentes apoios aqui da Associação que a gente leva, que ajuda a gente né. Em todo caso, se for preciso, até carrega a gente no colo. Mas num hotel, que, eu não vou fazer divulgação de nome né, mas graças a Deus a gente voltou no hotel na última competição e deu uma melhorada né. Já tem rampa de acessibilidade, já alargueceu portas dos banheiros. Então, para nós é meio complicado né. Igual eu falei, eu não digo por mim, eu digo pelos meus amigos, que eu ainda tenho movimento de pernas. (ATLETA 2)

Cara, tem uns hotéis bem ruins viu. Acho que o pior lugar que tem do hotel é o banheiro. É bem complicado. A estrutura do banheiro precisa melhorar bastante dos hotéis ainda. Alguns têm quarto adaptado, mas como é muita gente, acaba que nem usa esses quartos aí. Não dá pra todo mundo né. (ATLETA 3)

Todos os lugares que eu estive, o difícil era você achar o banheiro adaptado. Sabe? Principalmente, os banheiros era tudo pequeno, você tinha que procurar um quarto de hotel que tinha banheiro adaptado, porta mais larga pra poder passar a cadeira de banho. Porque no meu caso eu só consigo fazer a higienização na cadeira de banho só. (ATLETA 5)

Considerando que a configuração do espaço em lugar decorre da atratividade e do sentimento de pertencimento; para a inclusão das pessoas com deficiência faz-se necessária a eliminação de todas as barreiras, desde as arquitetônicas às atitudinais. Pois além de limitar o acesso aos equipamentos urbanos e de uso coletivo, a ausência de acessibilidade, coloca em risco a integridade física e psicológica das pessoas com deficiência. Já que os ambientes que não seguem os preceitos arquitetônicos do paradigma do desenho universal valorizam um corpo padrão, colocando a deficiência em evidência, reforçando estereótipos e diminuindo possibilidades de ação dos sujeitos sobre o meio (SILVA; SILVA; SAMPAIO, 2018).

Por isso é importante destacar narrativas que comparam os ambientes dos lugares nos quais participam de competições, seja a nível nacional ou internacional, com o ambiente da Associação da qual fazem parte ou com a cidade em que vivem. De acordo com as comparações nota-se que a inclusão permanece somente no discurso, uma vez que persistem as práticas segregacionistas, nas quais criam-se espaços para as pessoas com deficiência, impedindo que elas possam compartilhar de forma equânime dos mesmos espaços idealizados somente para um padrão corporal.

Marques (2015), sustenta o que pode ser verificado nas narrativas dos atletas ao afirmar que os processos de inclusão social são dificultados pela cultura de inferiorização da pessoa com deficiência, herança da perspectiva biomédica (MARQUES, 2015). Lançando cada vez mais, urgência no progresso de reconhecimento do modelo social, como ação necessária para fortalecer a luta anticapacitista. Assim, empoderando as pessoas com deficiência, permitindo que tenham uma participação social plena (MUNSTER *et al.*, 2008), ao eliminar as barreiras físicas e atitudinais (PEREIRA; SILVA; PEREIRA, 2006), garantindo o direito fundamental de ir e vir (SOUSA *et al.*, 2021).

Não. **Porque tem uns lugares aí que a gente vai que não é assim, não é adaptado. Aí a dificuldade maior que tem é essa aí.** [...] Não. Eu acho que assim, que **esses hotéis que nós vai tem que ser adaptado né.** [...] Não, assim, vamos supor, cê vai ficando, cê vai num banheiro tomar um banho, **a porta tem que ser maior. Igual aqui na Associação. Aqui na Associação é tudo adaptado.** Costumo [sair de casa, passear, e] aí quem me busca é minha irmã, sabe? Que em casa assim, eu vou te explicar: em casa eu não fico na cadeira de rodas. Eu uso mais a cadeira assim, quando é para sair para algum lugar. Mas em casa eu fico mais é no chão. [...] Eu antigamente antes de arrumar essa van, eu vinha de ônibus. Não [era difícil]. Que os ônibus que pega a gente são ônibus assim, adaptado sabe? É acessível para vir de ônibus. Aí minha mãe me levava no ponto sabe? Aí eu pegava o ônibus e vinha pra cá. [Parques, praças e clubes] Não, esses lugar aí, eu nunca, assim, nunca fui não sabe. Não. Esse lugar aí eu nunca fui não. [Em parques e praças] Não. Eu nunca fui não. (ATLETA 4)

Podia ser mais, ainda tem muito preconceito ainda, com nós. Entendeu? Não tá cem por cento ainda não. Tem que melhorar mais. Você vê, a cidade não dá pra andar

sozinho, na cadeira de rodas. Tem que levar uma companhia, para subir a gente nas calçadas. E as calçadas também é ruim demais pra poder andar. Não é acessível direito ainda não. Entendeu? Não é que nem nos outros países. [...] **É Londres, é Canadá, é aí vai. Japão, China. [...] É tudo, cadeirante lá tem vez. Entendeu? Tudo é adaptado. Calçadas tudo é larga, e a rampa é reto com a rua. Entendeu? Não tem degrau [desnível entre calçada e a rua]. Aqui eu saio pra rua, dá um nervoso na gente. Nervoso. Não tem uma rampa boa. Tem calçada que não tem nenhuma rampa, também. E aqui tem também que a rua é mais alta do que a rampa, e a cadeira engancha na rua. Aí não tem como andar sozinho na rua.** (ATLETA 6)

5.3.4 As políticas de inclusão e suas repercussões para o lazer

A realização desta pesquisa em uma Associação para pessoas com deficiência ratifica a insuficiência de políticas públicas de inclusão. Demonstra como se deu a participação dessas pessoas na política social, por meio de lutas que partiram das próprias pessoas com deficiência. E mesmo que ainda necessárias, a existência de ONGs para pessoas com deficiência, comprova o processo segregacionista imposto pela sociedade, por terem sido criadas para suprir a carência do Estado em amparar pessoas e grupos de pessoas menos privilegiados, atuando nos mais diversos campos, entre eles saúde; educação; trabalho, esporte e lazer. Sendo a falta de investimento em políticas públicas de esporte e lazer, bem como das educacionais e de mobilidade urbana observadas nas narrativas.

Dado que ao serem questionados sobre a profissão, as pessoas com deficiência desta pesquisa, em sua maioria informou ser atleta, cabendo ressaltar que ainda que estejam trabalhando ao treinar e competir, o capacitismo presente no mercado de trabalho, expõe o afastamento da capacidade e da aptidão pela deficiência (DIAS, 2013). E como destacam Meneghetti *et al.* (2003), a prática capacitista do mercado de trabalho também é um fator que dificulta o acesso das pessoas com deficiência às atividades de lazer, que as excluem por uma suposta não-produtividade. Em função de a produtividade ser um dos pontos para que as pessoas com deficiência sejam estigmatizadas e segregadas na sociedade urbano-industrial (PORTO, 2001).

Além de ser imprescindível conhecer as atividades de lazer, é importante estimular a participação com um mínimo de orientação e apoio que possa permitir usufruir do lazer. Pois a escolha, a opção, em termos de conteúdo, está diretamente ligada ao conhecimento das alternativas que o lazer oferece (MARCELLINO, 2000). Por isso, a educação é outro direito que se relaciona com o lazer, no qual as pessoas com deficiência ainda lutam por espaço, representatividade, a partir da acessibilidade. E mesmo que as instituições de ensino estejam aderindo às políticas inclusivas ou de cotas, Gibson (2012), Gale e Tranter (2011), indicam

que as pessoas com deficiência permanecem não representadas no ensino superior, tanto pela dificuldade relacionada ao acesso quanto pela falta de políticas de permanência que geram abandono em maior proporção de pessoas com deficiência (BÖCK *et al.*, 2020).

Na narrativa do Atleta 2 mais uma vez aparece a questão do cuidado como algo fundamental para a existência da pessoa com deficiência, legitimando as ideias da 2ª geração do modelo social da deficiência, que defende a perspectiva do cuidado ético, essencial à condição humana, bem como a capacidade de agência, escolha e decisão sobre o próprio corpo, das pessoas com deficiência. A perspectiva do cuidado inclui também como responsável o Estado (MARAFON; PILUSO, 2020), devendo estar entrelaçada à esfera política estatal e pública, amparando os cuidadores e os sujeitos do cuidado (BACK, 2015).

A política tem que ajudar a gente pra ir na viagem, porque hoje em dia não tá fácil para pegar dinheiro para ir nas competições. [...] Tá difícil. Não tem ajuda, não tem nada. Não tá nem aí. Não quer ajudar. Não tá nem aí pra gente. (ATLETA 1)

[Para estudar preciso de] Apoio, apoio. Monitora e tutora também. As duas coisas, porque sem elas eu nem entro na faculdade. Porque uma vez eu fui para outra faculdade particular, minha mãe teve que me tirar porque não tem apoio. Aí minha mãe transferiu pra [Universidade Federal]. (ATLETA 1)

Então, esse negócio que você fala é inclusão social. Cara, esse negócio de inclusão social é a seguinte, eu acho que deveria melhorar o que? **Nós que é deficiente, que não tem uma coordenação motora muito boa, eu acho que deveria colocar um cuidador pra nós que somos deficientes. Por quê? Como que uma professora, vamos supor que tem 10, 20, 30 alunos na sala, como que vai dar aula para uma pessoa só? Para um deficiente? Não tem como. Porque o deficiente em si, ele tem que ter uma pessoa só por conta dele por conta de explicar.** Agora em questão de transporte cara, eu não tenho muito o que reclamar não sabe por causa de quê? Porque se você pega um coletivo aí, o motorista tá responsável por dezenas de vida. A partir do momento que você pega o volante, você e mais 10 pessoas, você está responsável por mais 10 vidas. E se caso acontecer alguma coisa você é responsável por tudo. Que é você que está dirigindo. Que aí cai a culpa: ah! é culpa do motorista! O motorista que não prestou atenção. Mas ninguém vê o que o motorista está passando, o que o motorista está sentindo por dentro. (ATLETA 2)

[Conheci a Associação] Por meio de uma entrevista. Que eu quebrei o meu ombro em 1999 e comecei a fazer fisioterapia. E lá no Centro de Reabilitação eu comentei com o fisioterapeuta que **eu tinha vontade de voltar a estudar, só que as escolas não eram acessíveis.** E se eles conheciam algum meio. Aí me falaram da [Associação]. Por coincidência, no dia seguinte, o atual presidente, que na época era o N, tava dando uma entrevista na TV Integração e convidando as pessoas para vir conhecer. Aí eles me mandaram me buscar lá em casa, me trouxeram e eu não sei mais. (ATLETA 7)

As e os atletas demonstram consciência do papel do Estado em atuar de maneira mais efetiva para promover ambientes públicos de qualidade, que permitam o trabalho dos profissionais de cada área específica, para que assim um serviço digno possa ser oferecido à

população. E que aquelas políticas públicas já criadas necessitam ser efetivadas, no entanto, as que ainda precisam ser melhoradas ou criadas e implantadas, devem contemplar a participação do público-alvo. O surpreendente, é que um dos atletas narra a ausência de acessibilidade na prefeitura da cidade, um alerta aos gestores públicos e políticos quanto ao descaso com as necessidades, ou melhor, com os direitos das pessoas com deficiência, que por falta de acessibilidade num espaço público são impedidas até mesmo de reivindicar seus direitos e participar do processo de construção de uma sociedade mais justa. Compreendo-se que quando o papel dessas pessoas, enquanto cidadãos e cidadãs é menosprezado, a luta do movimento das pessoas com deficiência não é importante para o poder público.

Eu acho que poderiam criar umas leis mais duras né. Tipo, a pessoa num lugar que não é acessível, acho que é só punindo que as pessoas vão se conscientizar eu acho. Vê que já foi falado muito sobre inclusão, mas, geralmente a ação fica muito pouco. Precisa um pouco mais de ação eu acho. [...] Agora ser cumprida que tá o problema. Cara, o próprio poder público as vezes te priva de acessibilidade. Na própria cidade não tem acessibilidade. **Na prefeitura não tem acessibilidade. Aqui na porta da prefeitura não tem.** É legal esse ponto aí. (ATLETA 3)

Ivanovich e Gesser (2020), no estudo “Deficiência e capacitismo: correção dos corpos e produção de sujeitos (a)políticos”, constataram que a noção de normalidade tende a ser reiterada pela omissão das instituições sociais que deveriam garantir e efetivar os direitos das pessoas com deficiência. E mesmo a CDPD e a LBI enfatizarem a importância da remoção das barreiras para a promoção da participação social das pessoas com deficiência, existem obstáculos. Em um outro estudo, Ivanovich e Gesser (2020), objetivando investigar os significados acerca da deficiência presentes no processo de criação e implementação de um Conselho Municipal de Direitos para Pessoas com Deficiência, observaram que apesar do ordenamento jurídico presente na CDPD e na LBI, o poder executivo tende a se eximir da responsabilidade de executar a lei. Uma vez que modificações e ações para acessibilidade partem da articulação das pessoas com deficiência e não do poder executivo.

Eu acho assim, não sei se, se, mas eu acho assim que tinha que ser para pessoa que tem deficiência tinha que ser adaptado né. Um lugar adaptado. Tinha que ser adaptado. [...] Não, **porque eles falam, eles falam que vai fazer, vai melhorar mas eu, no meu modo de entender eles fazem muito pouco sabe? Pra gente que tem deficiência eles fazem muito pouco.** (ATLETA 4)

Falhas. Porque eles falam em inclusão o tempo todo, mas não perguntam realmente para quem sente na pele o que é inclusão. [Inclusão] É você ter um diálogo com a pessoa. É você ouvir o outro. E a partir dessas ideias é você criar um projeto, e criar um contexto. Porque não adiante você vir e impor alguma coisa que já tá pronto. Só porque você tem que cumprir uma lei. Sabe-se que políticas públicas é para cumprir lei, mas eles não cumprem realmente, a verdadeira inclusão. Eles excluem na verdade. (ATLETA 7)

A participação das pessoas com deficiência nas questões que lhes dizem respeito é ponto chave da legislação brasileira ao declarar que a participação deve ser promovida principalmente pelos Conselhos de Pessoas com Deficiência, composto por metade de pessoas com deficiência, e pelas Conferências Nacionais, Estaduais e Municipais de Pessoas com Deficiência. Além disso, há a garantia constitucional de que as pessoas com deficiência possam participar ativamente de todos os assuntos a elas relacionados (GESSER *et al.*, 2019).

Para Sawaia (1997), a participação é uma potência de ação e significa ter o direito de ser ouvido e reconhecido como membro da comunidade. Mas para que a participação ocorra, a legitimidade social e a dimensão afetiva devem existir, gerando a sensação de pertencimento. A participação é um elemento integrante da vida cotidiana na contemporaneidade, sendo a participação das pessoas com deficiência nos seus próprios assuntos, uma questão de justiça social e potente processo de promoção de agência (GESSER *et al.*, 2019).

5.3.5 O papel da ONGs e da família: as redes de apoio

Falar de redes de apoio é falar de cuidado, e cuidado não é uma necessidade exclusiva de e para pessoas com deficiência, todas as pessoas num determinado momento da vida precisam, precisa ou precisará de cuidados, haja vista que a existência humana é fundamentada na interdependência, na vida em sociedade, portanto, em certa medida, na dependência uns dos outros. E as ONGs, apesar de ainda sustentarem o viés da segregação, é um lugar onde as pessoas com deficiência podem encontrar acolhimento, podem se relacionar com outras pessoas que enfrentam barreiras como as suas; onde podem construir laços de amizade, vivenciarem a sexualidade, estimula a saírem de casa.

Eu acho que a [Associação], as pessoas que trabalham com pessoas com deficiência, acho que o trabalho deles é de suma importância né. Primeiramente tira a pessoa com deficiência de casa né. **A pessoa com deficiência as vezes não sai de casa, fica em casa preso. Acho que a [Associação] abre essas portas né. Tira a pessoa com deficiência de casa, dá oportunidade para conhecer o esporte.** Conhecer por lazer, mas se tornar um atleta e competir. Acho que o trabalho da [Associação] é de suma importância aí, nesse aspecto. Acho que é isso. (ATLETA 3)

Não. A [Associação] pra mim foi um lugar assim, pra mim foi um lugar bom porque antes de eu vir pra cá, eu vou te explicar: eu ficava mais era assim, como minha mãe trabalha né, meu pai trabalha, eu ficava mais era em casa. Na minha casa mesmo eu não tinha lazer nenhum porque eu ficava mais era em casa. [...] Eu fiz também natação. Não sei se você lembra, antigamente tinha o Centro Social Urbano, eu fiz natação lá também. (ATLETA 4)

Eu não frequentei nenhuma outra instituição não. Só aqui que aceitou sabe? Que a minha mãe, uma vez ela queria arrumar pra mim lá na APAE. Só que, como minha deficiência é só física, eles não quis, sabe? Não, não fui aceito. (ATLETA 4)

A [Associação] e a J [treinadora muito presente nas falas dos atletas], **foi aqui que eu fiz a minha vida.** [Aprendeu a ser independente, conheceu a mãe do seu filho e fez amigos]. (ATLETA 6)

ONGs como no caso da Associação na qual este estudo foi possibilitado, assumem o papel do governo que ainda se exime de criar, desenvolver e melhorar as políticas públicas para pessoas marginalizadas na sociedade. Promovem lazer; encontros; saúde; equilíbrio psíquico; permitem que as pessoas com deficiência vivenciem emoções diversas, tenham sonhos e os realizem, é um motivo para as pessoas saírem de casa e experienciarem outras relações sociais. Criam o sentimento de pertencimento, o que leva ao reconhecimento social, a se perceberem atores de suas próprias vidas e parte da sociedade. Por meio desses lugares que suprem o abandono do Estado, as pessoas com deficiência podem realizar atividades que estariam impedidas de conhecer e praticar, muitas não viajariam; não se apresentariam no teatro, na música e ou na dança, não estudariam e nem trabalhariam.

Em [nome da cidade] **eu fazia apresentações com o Coral da APAE**, não sei se você já ouviu falar. **Com o Coral da APAE eu fiz várias viagens**, já fui para Fronteira (cidade), já, quando fez a inauguração do shopping antigo lá, foi a gente que foi. (ATLETA 2)

Maravilhoso. Depois que eu conheci aqui eu, sinceramente eu só agradeço a Deus por tá vivo e depois por ter conhecido a [Associação]. **Porque eu só ficava em casa sabe, tive depressão.** Depois que eu conheci o atletismo, a gente via e tudo as parolimpíadas, sempre ficava assistindo pela TV, mas aí a gente não tinha, não imaginava que ia tá aqui não. Mas, a [Associação] pra mim foi tudo. Gosto demais dos meninos que vem aqui, tenho um amor muito grande por eles. Sabe? Eu penso mais nesses meninos que vem aqui do que em mim mesmo. Eu já tô, a gente vai chegando numa certa idade tudo, mas a gente tá aqui, a gente incentiva eles, dá força pra eles: Não vamos lá! Você também dá conta! A gente deu conta, porque vocês não vai dar conta? E aí a gente dá uma força pra eles também aí. Porque, a gente vai chegando numa certa idade né, pra gente num, mas os meninos aí, eles têm muita força, nossa. Vou falar eu até emocionio! (ATLETA 5)

A Associação para as pessoas com deficiência, atletas deste estudo, mobilizou uma rede de apoio, na qual elas motivam umas às outras, se tornam atletas profissionais em alguns casos e veem suas vidas modificadas, gerando um sentimento de gratidão à todas e todos os envolvidos. Neste caso, o esporte para pessoas com deficiência passa a ser uma ferramenta favorável à socialização, de convivência entre atletas e equipe esportiva nos treinamentos e

nas viagens para competições, possibilitando a interação social e criação de novos vínculos de amizade (LABRONICI, 2000; OLIVEIRA *et al.*, 2013).

Uai cara, igual eu te falei, o lazer aqui é ótimo. Você tem aquela árvore ali, **you are sitting under it, talking with friends. Then for me there is nothing better than this. What I preserve a lot is friendship.** Então, eu tendo a amizade de quem é verdadeiro comigo, eu sou verdadeiro. Então, pra mim, o meu lazer aqui na [Associação] é o esporte. E na APAE aonde eu estive, que foi uma ótima instituição, aonde eu me reabilitei né. Que eu tenho paralisia infantil, sou, já tem 25 anos que uso a cadeira né, então, pra mim, eu nunca andei com as minhas próprias pernas. Não que eu não tenha um sonho sabe? Mas eu sou feliz cara, porque eu olho para o lado e eu vejo que tem muita gente pior do que eu. Então a gente é feliz da forma que Deus quis que a gente fosse. Se Deus quis que eu fosse dessa forma, pra quê que eu vou ficar chateado? Graças a Deus eu conheci a APAE, conheci. Falar a verdade, não foi nem a primeira instituição que eu fui. Né. A primeira instituição que eu fui, foi no SARA de Brasília. Eu fiz acompanhamento lá. Agora assim, instituição desde quando eu me entendi por gente, por gente assim que eu falo, desde quando eu sabia falar, expressar a forma, foi a APAE. Mas a primeira instituição que eu fiz tratamento foi no SARA de Brasília. (ATLETA 2)

Apoio da minha família na minha prática esportiva é top, do lazer, no esporte, maravilhoso cara! Você quer uma coisa melhor você chegar e olhar toda vez na parede do quarto e falar: nossa! Essa medalha aqui eu ganhei por esporte. Agora se você fica na frente de uma televisão ou de um vídeo game, o que você vai ganhar? Nada. **Then, I think that deficient, that falls in a wheelchair, he has to find a leisure for him. Or be in sports or be in any place. Because I tell you: I became the person I am, thanks to sports. I was known in Brasília, São Paulo, Fortaleza, thanks to sports. Because if it wasn't for sports I wouldn't travel to these places.** (ATLETA 2)

Junto com as ONGs, as famílias, principalmente as mães, formam uma rede de apoio, de cuidado, mais forte para as pessoas com deficiência. E o cuidado e a interdependência por serem questões e princípios que estruturam a vida social, não se aplicam somente às pessoas com deficiência, tampouco devem estar relacionados exclusivamente ao feminino e à esfera doméstica, ainda que estejam e são desvalorizados e invisibilizados na sociedade (MARAFON; PILUSO, 2020). Por isso, são necessárias reflexões sobre cuidado, independência, dependência e interdependência, para que se conquiste a justiça social (CONSTANTINO *et al.*, 2020).

Suas casas são os primeiros lugares onde podem exibir suas conquistas e seus familiares também os primeiros a reconhecerem nas pessoas com deficiência potencialidades. No começo de suas carreiras esportivas são elas, as mulheres, mães, que dão todo o apoio, acompanham nas viagens; financiam materiais, garantem a participação dos atletas em suas competições. Corroborando com Holanda *et al.* (2015) e Fitzgerald e Kirk (2009) ao evidenciarem a família como fortes redes de apoio para as pessoas com deficiência física ao observarem que a maioria das famílias oferecem apoio contínuo para a prática esportiva, pelos

benefícios para o desenvolvimento social, como aumento de relações sociais, desenvolvimento de atitudes, valores e ocupação de tempo livre (RODRÍGUEZ MARTIN, 2015).

Minha família me apoia até hoje com apoio financeiro. Aí graças a Deus eu consegui a bolsa atleta né. Aí já deu mais uma clareada né. Porque hoje em dia para você fazer uma cadeira de lançamento, de arremesso na verdade, é caro, material hoje ficou muito caro. (ATLETA 2)

Ah! O envolvimento da família é bem pequeno. **Quem se envolve mesmo é só minha mãe, minha irmã.** O resto da família não tá ligando muito não. [...] Ah! Vou dizer que mais da minha mãe mesmo né. **Ela que faz a roda girar né. Porque sem ela eu acho que a roda não tava girando não.** Que ela que faz a roda girar aí. (ATLETA 3)

Não, minha mãe me apoia. **Minha mãe me apoia.** [...] Já. Já viajou comigo já. De vez em quando, quando ela vai [ao shopping] eu vou com ela. Não [viaja]. Fora das competições não. Só viajei nas competições. Ela já foi apoio sabe? **Ela já foi muitos anos de apoio [staff].** (ATLETA 4)

Olha, minha família foi muito importante pra mim. **Principalmente no começo, meus irmãos, minha mãe principalmente que me ajudou durante 10 anos enquanto nós morávamos juntos.** Ela as vezes brincava comigo: Mãe, muda a perna de lugar. Aí ela ia lá e fingia que tinha mudado a perna, mesmo eu sentindo, só que a perna estava no mesmo lugar. Aí ela falava: Tá bom? Eu: Tá! Ela: Deixa de ser sem vergonha sô, a perna tá no mesmo lugar! [risos] E minha mãe era maravilhosa, me ajudava muito. Eu sempre queria fazer as coisas dentro de casa, no tipo de lavar louça. Aí ela falava: Não, homem não lava louça nenhuma não. Aquelas mãe rígida sabe? (ATELTA 5)

Os familiares incentivam e assim como ocorre com atletas sem deficiência, os familiares exigem um bom desempenho, pelo esporte paralímpico consistir em uma ramificação do esporte olímpico e se caracterizar por um ambiente mais restrito, ao envolver apenas as modalidades dos Jogos Paralímpicos, acessível somente a pessoas que se enquadrem em seus critérios de classificação (COSTA; WINCKLER, 2012). Desta forma, o esporte paralímpico é uma prática esportiva de rendimento, com apenas um grupo seleta de atletas atingindo o nível máximo do alto rendimento. Sendo assim, para as competições, é exigido uma carga de treinamento elevada objetivando conquistas de índices ou resultados (MARQUES; GUTIERREZ; ALMEIDA, 2013; REIS, 2014; PEREIRA DA SILVA, 2015), e consequentemente o pódio.

A minha mãe quando era viva, ela sempre me acompanhou nas competições. Então ela era minha incentivadora assim número um. A família as vezes, torcem bastante, mas quando a gente perde eles não entendem. Cobram, querem só que a gente traga resultados. Essas coisas. (ATLETA 7)

5.3.6 Os efeitos da pandemia do Covid-19 no esporte e lazer dos paraltetas

A Pandemia do Coronavírus, que afetou a vida de todas as pessoas no mundo, algumas de forma mais devastadora que de outras, impossibilitou que os atletas saíssem de casa e fossem para a Associação, o que é totalmente compreensível, tendo em vista a proteção de um bem maior, a vida. Colocada como prioridade pelos gestores públicos que seguiram as recomendações da Ciência, dos protocolos de segurança contra a propagação do vírus que causou muitas mortes.

Ainda que a pandemia tenha feito com que os atletas retornassem a realizar suas atividades somente dentro de casa, já que, o esporte promovido pela Associação, possibilitou a eles conhecer e praticar atividades que antes não faziam fora de casa, voltar a ficar em casa durante o isolamento social provocado pelo Covid-19, foi algo completamente diferente.

Alguns atletas conseguiram adaptar seus treinamentos em casa, com materiais emprestados e em alguns casos comprados, não deixando de se manterem em atividade. Houve relato de que o adiamento das competições permitiu até a recuperação física devido à lesão. Quanto ao lazer, é fato que fora de casa ficou impossível num determinado momento, ainda assim, alguns não deixaram de vivenciá-lo mesmo em isolamento social.

Cara, interferiu da seguinte forma, porque a Associação teve que fechar as portas, mas eu não parei de treinar. Eu treinava em casa, então não interferiu tanto. Interferiu só em questão de lançamento, mas em questão de falar pra você que eu parei, parado eu não fiquei. [Fazia] Flexão, gesto esportivo, as vezes fazia vídeo chamada com o treinador, para o treinador tá corrigindo. [...] A gente pegou emprestado da Associação. Fez o termo de empréstimo. Mas eu comprei algumas coisas sim. [...] Não [voltei a jogar vídeo game], porque até então eu não me entreguei a isso. Fazia flexão de manhã, a tarde e as vezes até a noite. [...] É lazer também. Treinamento para mim é lazer né cara. (ATLETA 2)

Ah! Interferiu em tudo. A gente teve que parar a vida né. Teve que ficar em casa. Não podia sair para lugar nenhum. [...] O treinamento foi interrompido sim. [...] Cara, o que eu consegui treinar em casa eu treinei. Mas não foi, foi bem pouco, não foi muito não. Dois anos parado né. Praticamente. Um ano e meio mais ou menos. [...] Ah! Acho que interferiu bastante no lazer, porque não pode fazer nada também, só em casa. (ATLETA 3)

Não, porque quando o covid tava bravo eu fiquei mais foi na minha casa, porque não podia vir pra cá né, e também não podia sair. Aí isso afetou muito. [...] Aí ficamos um tempo sem treinar. [...] Não [treinei]. Em casa não. Porque eu só treino aqui na [Associação]. (ATLETA 4)

Não, na minha prática esportiva ela só afetou pelos campeonatos que foram cancelados. Porque eu não parei de treinar durante a pandemia. Treinava em casa, treinava isolada. [No lazer] Não, porque o meu maior lazer é fazer artesanato né. Isso eu faço em casa. (ATLETA 7)

Vixe! Eu vou te falar um negócio pro cê: Pandemia me arreventou! Porque eu tive, como aqui tava fechado e as academias fechadas, eu tive que treinar em

casa. Eu tive que fazer uma adaptação. Treinar lançamento de implemento, arremesso de implemento, no, na cadeira. Porque quem quer vai atrás. Aí eu treinei, treinei. Aqui abriu e eu vinha treinar. Entendeu? E tamo indo nessa caminhada da vida. Mas eu tenho certeza que igual, se eu não acreditar no meu sonho, ninguém vai acreditar pra mim. (ATLETA 8)

O cuidado, recorrente nas narrativas, aparece mais uma vez quando foi lançado o tema da pandemia do Covid-19, mostrando o risco de não considerar as singularidades das pessoas com deficiência ao se pensar as políticas de cuidado baseadas em um corpo padrão e na perspectiva da independência. Podendo deixá-las desamparadas impedindo que possam ter suas necessidades básicas realizadas ou atendidas.

Nesse ponto de vista, Böck *et al.* (2020), ao analisarem a necessidade de as pessoas com deficiência estarem entre os grupos de risco em decorrência do Covid-19, perceberam que pessoas com deficiência estão em desvantagem em diferentes aspectos, o que potencializa as vulnerabilidades. Pois, uma pessoa com deficiência, de acordo com o tipo e grau ou severidade da deficiência, pode não realizar sozinha determinadas atividades, dependendo de assistentes pessoais e ou de cuidadores (MELLO, 2016), o que não quer dizer que não possam ter o poder de tomar decisões, isto é, a capacidade de agência (ORTNER, 2007).

A perspectiva do cuidado, foi inserida pela 2ª geração do modelo social da deficiência, na qual os estudos feministas da deficiência criticam a noção de independência e defendem a dependência e a interdependência como inerente à condição humana. Possibilitando a intersecção da deficiência com outras categorias de análise, como dor, corpo e cuidado, (EUGÊNIO; SILVA, 2022). Passando a considerar a dimensão subjetiva e privada da dor e do cuidado como questões políticas (DINIZ, 2003, 3007; MELLO; NUERNBERG, 2012; GAVÉRIO, 2017).

A gente achava que era só coisa chinês, que ia ficar por lá mesmo. Mas mal a gente sabia que ia causar essa proporção. **Foi difícil aceitar. Ficar 2 anos ali dentro de casa.** Ainda bem que, mesmo com, no começo teve aquele lockdown né, era difícil. **Podia sair, mas eu saía pouco sabe? Medo de pegar o vírus né. Porque aqui na [Associação], se não me engano nós perdemos 2 ou 3 pessoas por causa do vírus.** (ATLETA 5)

Ajudou e atrapalhou. [...] Porque eu tava com lesão no meu ombro, tava trincado. Nós ia viajar para Tóquio, fazer um evento teste lá. Eu tava morrendo de dor. Então não tava aguentando nem treinar direito. Mas como eu sou muito teimoso, treinava. Com dor sem dor, tava treinando. **Foi dois anos com dor. Aí eu encontrei um treinador bom, que é o R. Ele cuidou de mim nos dois anos. Era meu cuidador e, fazia tudo lá em casa. R era nota 10.** [...] Atrapalhou porque não podia viajar, não podia jogar. Ficou um ano. E treinava em casa. Treinando em casa né. Entendeu? (ATLETA 6)

5.3.7 Inserção, exclusão e falta de investimento: alguns aspectos do esporte paralímpico

Assim como no esporte convencional o paralímpico também exige o desenvolvimento de capacidades físicas e habilidades específicas para cada modalidade, requer uma rotina de treinos para o máximo desempenho, além de classificar e selecionar, conseqüentemente, excluir. Ser atleta, em ambos, produzem sentimentos de prazer, felicidade e reconhecimento, mas também de angústia, dor e decepção. As duas modalidades criam atletas, profissionais do esporte, que precisam abdicar de certos momentos como os de lazer, porém têm oportunidades, mas algumas vezes preferem não vivenciar, para manterem a atenção na competição. E aqueles que não se privam de vivenciar cada momento, não deixam de vivenciar lazer mesmo durante os períodos competitivos.

O paradesporto pode ser uma oportunidade de crescimento pessoal, de prática de atividades físicas e manutenção da saúde, de aprendizagem, dentre outros benefícios (PEREIRA DA SILVA, 2015), como oportunidade de acesso às mais diversas experiências de lazer. E alguns indivíduos podem conseguir atingir um patamar de prática esportiva classificada como rendimento (REIS; MEZZADRI; MORAES E SILVA, 2017), com a prática do esporte paralímpico, possibilitando que atletas com deficiência vivam exclusivamente do esporte, que assume um caráter profissional. Enquanto, aqueles que não alcançam o nível de desempenho podem, por meio do paradesporto, ter uma garantia de inserção social (REIS, 2014).

O esporte paralímpico estabelece critérios de elegibilidade para que atletas com deficiência participem, de acordo com a classificação desportiva (IPC, 2016). A classificação esportiva é uma forma de nivelar e agrupar as deficiências de acordo com a funcionalidade, para estabelecer equidade às competições e garantir maior licitude (FREITAS; SANTOS, 2012; PACIOREK, 2004; IPC, 2020). Os Jogos Paralímpicos são o principal evento esportivo para pessoas com deficiência, porém, não engloba todas as pessoas, nem todos os tipos de deficiência, assim como nem todas as possibilidades de práticas esportivas adaptadas, uma vez que contam apenas com a elite dos atletas paralímpicos em nível mundial (MARQUES *et al.*, 2009).

Eu comecei em 2008. Foi no final de abril de 2008. De lá pra cá eu passei a treinar muito, bastante. De 2008, abril até dezembro. Quando foi 2009 eu comecei a competir em Brasília. E ganhei medalha nos [jogos] escolares em 2009. Aí depois eu fui para São Paulo, de lá pra cá eu ganhei bronze, medalha de bronze [nos jogos] escolares. E eu ganhei bolsa também, bolsa atleta, de 2008 a 2011. **Aí depois eu não competi mais né. Porque escolares eu não ia participar mais por causa da**

idade. Então eu fui para o Regional. Só que o Regional para mim foi muito difícil. Porque eu não consegui ganhar. Foi muito difícil para mim a classificação e tudo. Quando eu passei para o BC1, melhorou muito de lá pra cá. Porque eu era BC2. Depois, com 23 anos eu fui para BC1. Porque eu fiz cirurgia na perna. Quando eu tinha 23 anos de vida. Aí depois eu voltei a treinar até conseguir ir para o Brasileiro. E hoje eu estou treinando bastante até conseguir ganhar lá em Recife, em outubro. (ATELTA 1)

Tem que gostar muito, tem que amar. Eu fico feliz demais praticando a bocha. Porque esquece um pouco dos problemas em casa. Entendeu? Deixa a gente mais aliviado. E calmo. Entendeu? Porque cada bolinha eu penso assim: eu jogo meu problema, cada bolinha, entendeu? Aí eu penso assim: é cada bolinha tem um problema meu. Ainda mais quando eu fico nervoso aí que eu acerto mais. Entendeu? Igual lá em Tóquio mesmo. Eu tava com tanta vontade de ganhar que eu tava doente lá. Infecção no ouvido. Por que o avião tem pressão né? Aí tampou meu ouvido lá. Aí o médico lá fez lavagem errado. Deu infecção. **Com dor, eu com dor ainda ganhei ainda. Entendeu? Se não tiver garra não tem como não. E o pessoal lá da seleção, tava todo mundo preocupado comigo. Morrendo de medo de eu não ganhar. Eu tava morrendo de medo também de não ganhar né. Quando eu viajo assim. Quando eu viajo assim, aí que eu ganho mesmo. Entendeu? Porque lá na competição é muita pressão. Entendeu? Aí a pressão acaba me ajudando. Porque eu vou ficando nervoso, aí que é pior. Quer dizer, pior não, melhor. Né? Aí eu começo a ganhar.** (ATLETA 6)

Aqui na [Associação]. **Eu cheguei em 2001, aí todo mundo tinha um esporte que fazia, eu não tinha nenhum por causa da minha patologia, que eu tenho distrofia muscular. Então eu não conseguia jogar basquete, eu não conseguia nadar, não conseguia fazer atletismo, nada. E eu ficava muito chateada por conta disso. Em 2002 teve um Brasileiro de Bocha em Uberlândia, e lá a J descobriu que pessoas com distrofia muscular podiam jogar bocha. Aí ela me fez o convite e eu aceitei. E tô aí até hoje.** (ATLETA 7)

Então, eu me iniciei no esporte com, tem 7 anos, que eu conheço a [Associação]. Quem me trouxe para cá inclusive foi meu treinador, que hoje me treina, o I. E tipo, aqui eu aprendi, eu conheci vários amigos, é praticamente uma família. E meu primeiro campeonato foi no JIME que eu participei lá em Ipatinga, entendeu. Foi o primeiro campeonato que eu participei. Dali eu saí para Uberlândia, pra participar do campeonato regional. Do campeonato regional, no primeiro campeonato regional eu peguei prata, bronze no peso e não peguei nenhuma medalha no disco nem no dardo. Já no segundo regional peguei medalha no disco, primeiro, segundo no dardo e segundo no peso. Certo? Aí depois já virou Meeting, certo? O que que é Meeting? É onde você tem que escolher dois implementos pra poder fazer no campeonato. Por causa da pandemia, aquela história toda. Aí você vê, cê pegou, a gente treina com, igual, no campeonato do Meeting passado, eu peguei o... [interrupção] Aí igual eu tava te falando, a gente vê, pegou, meu treinador me inscreveu no dardo, no peso e no disco, no Meeting passado. Aí eu fiquei em segundo no disco e segundo no peso. **Melhorei minha marca no peso, que foi de 4 e pouquinho, quase 5. Aí eu já voltei minha marca de 11,08, só que não é essa marca que eu quero. Porque a marca do Brasileiro hoje é 20 e lá vai pedrada. Do peso é 8 metros. E a gente segue aí trabalhando forte pra ver se consegue, se Deus quiser vai dar certo, a gente consegue abaixar essa classe, certo? E abaixou, se der certo de abaixar é meter o pau. [...]** O I, é eu conheci ele na escola chamada Fundação Caminhar. Ele dava aula lá e ele pegou e me falou daqui, entendeu? Eu vim, passei pela triagem que na época tinha a triagem para entrar aqui. Não sei se tem ainda. E a gente veio, gostei do lugar e tô aí nessa batalha. O I me indicou e eu cheguei. Aqui a gente vem, treina, tem o nosso esporte aqui. (ATLETA 8)

Os atletas paralímpicos, no Brasil, só alcançam visibilidade durante os Jogos Paralímpicos, ainda assim, menor que a dos atletas olímpicos. E a iniciação e permanência no esporte é permeada por dificuldades, grande parte delas devido à falta de investimento, limitando o alcance e destaque no esporte de elite paralímpico (CARDOSO et al, 2019). Segundo Silva e Winckler (2019), após os Jogos Olímpicos e Paralímpicos em 2016, o esporte de alto rendimento, viveu no Brasil, momentos de incertezas, em decorrência do impeachment da ex-Presidenta Dilma Rousseff, as eleições em 2018 e a configuração do governo federal, provocando o desmanche do Ministério do Esporte.

Apesar de experiências terem demonstrado as vantagens e os resultados de ações articuladas de instituições do terceiro setor com ações conjuntas com a sociedade civil e articulação institucional e política (OLIVIERI, 2003), para as pessoas com deficiência iniciarem e se manterem em uma modalidade esportiva paralímpica há a necessidade de incentivo à formação profissional para atuação com essas pessoas, bem como ampliação de oportunidades de prática esportiva (CARDOSO, 2011). E mesmo que o esporte paralímpico brasileiro tenha ganhado maior visibilidade e atenção (CARDOSO et al, 2019), o esporte de alto rendimento no Brasil, especialmente o paralímpico convive com pouco investimento nas políticas públicas dos governos (PNUD, 2017).

Para o lazer, é, eu tô sem treinador aqui. O Sabonete [apelido do professor de Educação Física] foi comigo em Uberlândia. **Agora está voltando aos poucos, porque os treinadores saíram tudo né. Porque eu não tinha treinador para treinar. Porque saíram né.** Agora eu tenho que treinar para eu conseguir ir para Recife, para eu pegar o dinheiro, porque tá muito caro, a passagem e tudo. Porque eu ia para Blumenau né. Só que Blumenau não deu certo de ir por causa do dinheiro. (ATLETA 1)

Porque a prefeitura não liga para gente, nem nada. E eu vou atrás da prefeitura para eu conseguir ir. Porque senão a gente não vai viajar. **Se a gente não conseguir patrocínio a gente não vai.** (ATELTA 1)

Eu gosto muito de competir e fico feliz quando tem uma competição que eu participo. [...] **Por que quando eu comecei não tinha esses kits que tem sabe? Aí começou foi com uma bola de meia. [...] Foi. Aí logo depois, aí foi aparecendo os kits. Mas quando eu comecei, nós jogava, sabe aquelas bolas que você enchia?** Nós jogava, eu comecei mesmo foi com aquilo. [Conheci a Associação por meio de] uma mulher que eu conheço que me falou que viria aqui para conversar na [Associação] para eu entrar na [Associação]. [...] Essa pessoa é uma amiga minha. Ela trabalhava na prefeitura. Ela me falou da [Associação]. Ela perguntou: Rogério, se eu for lá conversar e arrumar para você, você quer? aí eu falei: eu quero ué! Eu quero! (ATLETA 4)

A [Associação], eu conheci através do I. Eu frequentava a Fundação. Fundação é uma escola que é pra deficientes, igual a gente assim, sabe? Tem aqueles que tem problemas, é, pra quem tem problema mental, aí a gente estudava normal. Só que tipo, o I foi vendo que lá não era pra mim. **Lá eu não ia ter um recurso que lá na frente aqui vai me dar. Mas quem corre atrás de ter recurso é a gente próprio.**

Que hoje eu reconheço. Aí eu conheci o I. Ele me falou, eu vi aqui e tô aí nessa caminhada de 7 anos. (ATLETA 8)

Se o investimento no esporte olímpico é insuficiente para o desenvolvimento de atletas de alto rendimento, fica a questão para refletir quanto investimento menor ainda no esporte paralímpico. Este praticado por pessoas com deficiência, que lutaram e se mantêm em luta por visibilidade na sociedade; por condições dignas para conseguirem sair de casa; para não continuarem sendo segregadas, vistas como incapazes e inferiores às pessoas sem deficiência. Que conseguem muitos resultados expressivos nos eventos nacionais e internacionais, frutos de ações isoladas de clubes e outras entidades, e não de programas e políticas públicas articuladas (PNUD, 2017). Uma situação que expõe também, que apesar de muito necessárias, as ONGs não conseguem atingir todas as pessoas desassistidas pelo Estado.

Para Seron *et al.* (2021), o esporte talvez seja uma das atividades com maior potencial para contribuir na luta anticapacitista. Em países como o Brasil, onde pessoas com deficiência ainda encontram pouco espaço nos veículos de comunicação, megaeventos, como uma Paralimpíada, podem ser plataformas para apresentar habilidades, possibilidades, necessidades e demandas, espaço para criticar o capacitismo e debater questões da deficiência (SOUZA; BRITAIN, 2020). De acordo com Starepravo (2013), a partir da realização dos megaeventos esportivos no Brasil, políticas públicas passam a ser focalizadas e suas ações ganham repercussão midiática e simbólica, o que pode gerar benefícios no que tange à discussão junto à população. E dentre as muitas políticas públicas que podem estar vinculadas aos megaeventos esportivos, estão as políticas públicas de esporte e lazer (MARANI *et al.*, 2018).

A J foi lá na APAE um dia, eu estudava lá né. Eu fiquei 15 anos lá na APAE. Ela foi lá um dia e me apresentou a bocha. Aí eu peguei, gostei do esporte, ela falou vai lá na [Associação]. Até então eu nem sabia que aqui era a [Associação]. A [Associação] fica lá na rua [nome da rua], aí eu peguei, descendo a rua de casa, vi [Associação]. Aí foi da onde eu vim. Aí ela queria que eu participasse da bocha, porém a bocha é pra quem tem distrofia muscular, tem uma limitação maior vamos dizer assim né. Aí ela viu que eu era elegível para bocha, inelegível na verdade, para bocha, aí ela me encaminhou para o atletismo. Do atletismo eu já cheguei, já peguei, já fui treinando né. E pra eu chegar aonde eu cheguei, pra ser o 2º melhor do Brasil hoje, eu demorei 13 anos né, não foi uma batalha tão fácil. Foi uma batalha muito difícil. Tive apoio de amigos e familiares, porque quando você inicia uma coisa, você acha que você nunca vai ser capaz daquilo. E eu quando comecei eu achei que eu nunca ia ser capaz. Mas agradeço a Deus e minha família hoje também, por ter me apoiado e por ter acreditado em mim. (ATLETA 2)

A bocha, eu vim pra cá em 1991, não, foi em 1990. Eu conheci a bocha pela J. P., ela, foi ela que pôs eu na bocha. Entendeu? Foi em Uberlândia que eu conheci a bocha, a viajar. Em Copacabana, o pessoal viu eu lá, e fui convocado para o Canadá.

Só que eu era ruim demais. Nem sabia o que era bocha direito. Ruim. Aí eu comecei a viajar, Canadá. Do Canadá fui para o México, comecei a ganhar lá, terceiro lugar. E em Copacabana de novo, eu me tornei o campeão do Brasil. Aí foi indo. Só ganhando. (ATLETA 6)

5.3.8 Motivação e o significado da prática esportiva

A Associação, para os e as atletas desta pesquisa, é um lugar que passa a ser chamado de casa, pois além de promover a prática esportiva, possibilita as mais variadas atividades, como educativas, recreativas, ações de saúde, alimentação, entre outras. E permite conhecer pessoas e fazer amizades; terem como referência outros atletas que são reconhecidos nacional e mundialmente; ter a oportunidade para viajar e vivenciar experiências de lazer fora de casa, a partir da confiança em si próprio adquirida por meio da prática esportiva. Uma vez que é com as relações sociais e no contexto social que as pessoas adquirem habilidades e se desenvolvem (BARROZO *et al.*, 2012), e podem aprender que o normal, ou melhor, o ideal, é a diversidade.

Desde 2009 eu venho nessa trajetória aí no esporte. Primeiramente eu queria agradecer à J. P. J. né, que ela me buscou lá na APAE e me trouxe para cá. E segundo quero agradecer nosso Presidente aqui da [Associação], R. D., por ter aberto as portas pra mim também, me ter apresentado o esporte. Porque o esporte pra mim hoje é vida. **O esporte para mim é tudo. Eu amo competir. Eu falo que a [Associação] é minha segunda casa. Eu não dou conta de ficar sem vir para cá. Então o esporte pra mim é tudo. E outra, o esporte ensina a gente a ter muitas amizades, então através do esporte eu conheci muitas pessoas.** (ATELTA 2)

Cara, é o que eu falei. **O esporte é mais amor, que é amar o que você faz né. Acho que a motivação tá ali competindo, entregando o seu melhor acho que é bom. O próprio esporte te motiva a tá, ser uma pessoa melhor, competir, dá o seu melhor. [...] Sim sim. Creio que sim, o esporte é a base de tudo. Até para o lazer é sim. O esporte fez eu sair de casa sim. Então, acaba que ajudou nessa parte também. [...] Cara, o esporte hoje é tudo na minha vida.** Tanto pessoal quanto profissional. Porque virou uma profissão né. Acho que o esporte, na minha vida a base é o esporte né. Então eu sempre vim do esporte, gostei do esporte. Gosto de outras modalidades, de assistir também. O principal também, é o que eu disse, sair de casa, tirar a pessoa com deficiência de casa. Que o esporte proporciona isso né. A bocha é um esporte bastante inclusivo também né. Pessoas com mobilidade bastante reduzida consegue praticar. A bocha é isso cara, tira a pessoa de casa. É isso mesmo. Confiança para pessoa sair né. Ah! Eu consigo ir pra competição. Eu consigo viajar. Consigo ir sozinho. Acho que isso mesmo. **As vezes a pessoa pensa, sou deficiente, não consigo fazer tal coisa. Aí você aprende no esporte que você consegue sim.** Eu acho que isso. (ATLETA 3)

Não, é assim, que a gente vê, que a gente tem uma deficiência, a gente vê que a pessoa, tem pessoa que tem deficiência pior que a minha. Só da pessoa que tem mais deficiência ter vontade de fazer as coisas, porque que eu não vou fazer também? Porque você também tem que ter vontade de fazer. [...] Porque aqui, é igualzinho eu te falei, **aqui eu tenho muitas oportunidades. Aqui eu tenho uma fisioterapia. [...] Tenho amigos aqui. É bom as amizades que a gente faz aqui. Eu gosto de tá aqui. [O esporte] Na minha vida pra mim significa tudo.** [...] Aqui eu estudo,

aqui é tem natação, se eu quiser voltar para natação, eu posso fazer natação. Já tá tudo arrumado, é só eu querer fazer natação. [...] Não, eu ia fazer, se não desse certo de fazer bocha, aí eu ia fazer natação, porque aqui também tem natação. (ATELTA 4)

A prática esportiva significa vida para as e os atletas, pois por meio do esporte promovido pela Associação, tiveram a oportunidade de (re)construir a vida, têm a chance de serem motivação para alguém que ainda acha que não pode fazer nada, devido ao preconceito fruto do capacitismo arraigado na sociedade. Assim, o esporte paralímpico, como qualquer atividade esportiva, não pode ser resumido a necessidades fisiológicas, reflete também necessidades psicológicas e significados que representam sua prática (CARDOSO et al, 2019), como a realização de sonhos.

Conhecer os lugares, fazer amizade né. Então isso pra mim é tudo. **Esporte é como se diz: como se fosse um empurrão, foi um empurrão para eu aprender a viver né.** (ATELTA 2)

Cara, igual eu te falei, apoio da família. **Você vê por exemplo, vamos supor o Batata [outro atleta do atletismo da Associação], o Batata é campeão mundial. P [mais uma atleta da Associação] também. Cara, eles aqui pra nós é o espelho né, porque você fica imaginando: nossa! Um dia eu vou chegar. Um dia vai acontecer isso comigo. Né, então eles acabam que é o espelho da gente.** (ATELTA 2)

Tá. Comecei viajar para a Argentina. É, no Rio, Copacabana. Eu comecei a ganhar lá. Brasileiro. Eu fui campeão lá no Rio, Copacabana. Brasileiro. E aí eu fui viajando para Canadá, é, só que no Canadá eu não ganhei nenhuma parcial. [...] Porque eu era ruim de bocha. [...] É no início. Aí, eu fui para o Chile. Comecei a ficar no terceiro lugar. Aí eu fui para o México. Fiquei em terceiro lugar também. Aí eu fui para o Canadá, comecei ganhar, é ficar em segundo lugar. Aí eu fui para o ParaPan em Toronto, aí eu ganhei em primeiro lugar na equipe. Primeiro lugar individual. Aí eu fui ganhando. E agora em Tóquio eu fiquei em terceiro lugar. **Aí a bocha é minha vida.** (ATELTA 6)

Prática do esporte para mim hoje é vida. Qualidade de vida, é saúde, é estar bem comigo mesma, porque você tem a certeza que você é boa em alguma coisa, que você se espelha outras as pessoas. Porque você teve coragem de sair de casa e correr atrás de algo que você acredita. A prática de esporte é o que me motiva. (ATELTA 7)

O processo social por meio do esporte proporciona oportunidades para que as pessoas com deficiência valorizem suas ações e reforça vivências positivas (DEPAUW; GAVRON, 2005), se e quando está pautado na perspectiva da interdependência, do cuidado e da agência, da emancipação e justiça social.

O esporte paralímpico possibilita a conquista do reconhecimento social e promove modificações socioeconômicas na vida das pessoas com deficiência. De acordo com atletas desta pesquisa, o esporte pode possibilitar uma vida melhor para si e para a família,

consequentemente pode levar a realizar viagens, conhecer e ter outras experiências de lazer. Ainda que tenham que batalhar no esporte para chegar ao nível máximo do alto rendimento, visto que, o esporte paralímpico seleciona assim como o olímpico, sendo tão segregador quanto, o que de certa maneira reduz o caráter seu de inclusão (TORRI; VAZ, 2017).

Não. Ah! Hoje eu tenho um carrão do ano. Tenho duas casas, um terreno. Tudo graças a bocha. Tenho meu filho também, o [nome do filho]. Tenho minha mulher também. Tá tudo bom! Hoje eu sou bom de vida hoje. Graças a bocha, J, [Associação] e a seleção. Porque eu não era ninguém. Eu era um zé ninguém. Hoje eu sou o [ATLETA 6], segundo do ranking, melhor do mundo. (ATLETA 6)

E amo o esporte adaptado que eu sei que um dia ele vai me dar bolsa. Ele vai me levar pra lugar que eu nunca conheci. Entendeu? [...] Igual eu tô falando de questão de medalha. Medalha pra mim hoje em dia é um bônus. Já foi, nossa, primeira medalha minha de ouro, nossa, vixe, eu chorei demais! Chorei demais! Tá meus dois treinadores ali ô. Meu treinador chegou até a fazer massagem em mim pra mim parar de chorar. Porque eu nunca tive uma medalha de outro de campeonato regional. Hoje eu tenho. Só que eu não quero medalha não. Medalha pra mim é um bônus, é uma consequência. Eu quero é bolsa. Pra isso eu preciso de quê? Marca. Marca e muita marca muita marca mesmo! Mas eu tô aí trabalhando, tô feliz na minha caminhada. Eu só tenho quê? 30 anos. Eu tenho muito chão pela frente ainda. Entendeu? E é isso. (ATLETA 8)

Entretanto, o esporte paralímpico tem influenciado de forma positiva na qualidade de vida dos atletas, melhor aceitação pessoal; aumento de oportunidades econômicas, culturais e educacionais, além do reconhecimento social do atleta (BENFICA, 2012), possibilidade de conhecer novos lugares (VELASCO; SANTOS; SOUZA, 2018; BECERRA; MANZINI; MARTINEZ, 2019) e ganhos para a sociabilidade (FREIRE, 2010). Ademais, o esporte pode ser percebido como uma comunidade, auxiliando na conquista de autoconfiança, para a prática esportiva e para o enfrentamento do contexto social geral (GOODWIN *et al.*, 2009).

Eu estudava né, eu tinha 17 anos. Aí um amigo meu praticava o esporte. Praticava já. Aí ele me apresentou. Vamos lá conhecer. Eu vim conhecer com ele. E tô até hoje. [...] Conhecia, conhecia a [Associação]. Na verdade, conhecia desde 1999, que minha mãe trabalhava aqui. Aí eu vinha da escola e ficava aqui. Só que eu não participava do esporte. O esporte começou em 2003. Eu tive um afastamento de uns 8 anos. Aí depois eu voltei e comecei a bocha. [...] Não [praticava bocha antes. Iniciou somente depois da amizade]. Na época que eu vinha não tinha ainda. Aí mudei, mudei de vida. Saí daqui. Fui para outros lugares. Aí eu conheci ele [o amigo] na escola. Aí eu faço isso e isso [o amigo disse]. Aí eu me interessei, vim ver como que era e tô aqui até hoje. Ele [o amigo] até faleceu já. (ATLETA 3)

O amor que eu tenho na bocha. Se não tiver amor, não tem como não. E eu amo treinar a bocha. Se eu pudesse treinava até de noite. Pra ganhar né. [...] Tem que gostar, garra, o mais importante, garra e vontade. Entendeu? Se não tiver garra e vontade não vai a lugar nenhum. (ATLETA 6)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O corpo humano é político, é expressão cultural, é constituído de e nas relações sociais, é a reunião de experiências e histórias, é sobretudo significado. E por isso pode encontrar no lazer, que estabelece relação com diversas áreas do conhecimento, um instrumento do conhecimento para o estudo das existências e resistências de ser humano. Deste modo, coube a esta pesquisa com pessoas com deficiência, atletas do esporte paralímpico, e por meio de suas narrativas das suas trajetórias de vida, compreender o lugar do lazer de corpos que fogem do padrão cultuado pela sociedade capitalista e que também estabelece um modelo de produtividade.

Tendo em vista que a compreensão dos signos deve abranger tempo, espaço, sociedades e suas dinâmicas culturais e econômicas, essa pesquisa se deslocou do modelo de corpo perfeito e performático, e analisou como as pessoas com deficiência, que praticam esportes, relacionam essa vivência com o lazer. Sendo que para isso, se pautou também nos Estudos Feministas da Deficiência, com auxílio da interseccionalidade e da ética do cuidado, em busca de um fazer um estudo com as pessoas com deficiência, objetivando legitimar as perspectivas anticapacitista, da emancipação e justiça social. Assim, apontou-se as barreiras que obstaculizam a participação social das pessoas com deficiência, a fim de potencializar o poder de agência delas.

“Como as pessoas com deficiência física praticantes do esporte paralímpico vivenciam o lazer?”, foi a questão que problematizou a pesquisa, para assim, alcançar o objetivo principal de “verificar a percepção de paratletas sobre como a experiência com o esporte paralímpico influenciou suas experiências de lazer”. Por meio do instrumento da entrevista narrativa proposto pelo método da pesquisa (auto)biográfica. Tendo como lema “Nada sobre nós, sem nós”, o método estabelecido possibilitou que os sujeitos, ao compartilhar suas histórias ou parte delas, assumissem o papel principal da pesquisa, com histórias contadas e vividas por elas com a prática do esporte paralímpico possibilitada por uma Associação para pessoas com deficiência física. Histórias de conquistas, dificuldades e sonhos, num processo de reflexão do que é ser e tornar-se atleta.

As narrativas das e dos atletas confirmam a complexidade de se pensar o lazer das pessoas com deficiência que trazem em seus corpos suas singularidades e suas possibilidades de ser humano. Corpos marcados no decorrer do tempo pela exclusão, segregação, integração e sendo marcados pelas lutas pela inclusão. Inclusão para participar dos espaços sociais, sejam eles de lazer, esporte, educação, trabalho e saúde, que permanecem não promovendo a

acessibilidade, no seu mais amplo sentido, que vai além de estruturas físicas, bem como de condições que permitam a comunicação e acolham atitudes que não rejeitem a diversidade.

As narrativas despertam para as mais variadas possibilidades de se vivenciar o lazer, o que mostra como não é possível generalizar e determinar o que é lazer para as pessoas com deficiência, e neste cenário, para atletas que praticam modalidades paralímpicas, no qual o tempo de trabalho se cruza com o tempo de lazer. Em razão de que para algumas pessoas, lazer é sua própria prática esportiva, outras incluem as atividades relacionadas à preparação física e ou para recuperação, reabilitação em decorrência da deficiência. Já para outras, o lazer é vivenciado a partir do trabalho de atleta profissional.

Foram citadas pelos atletas desta pesquisa, várias atividades de lazer, como contemplar a natureza; se distrair; sair e beber com amigos; assistir filme; cozinhar; fazer churrasco com a família; ouvir música; namorar; descansar e não fazer nada. Atividades que corroboram com a concepção de lazer de Gomes (2008), ao considerar que o lazer pode ser vivido por meio de inúmeras manifestações culturais, podendo incluir o ócio, o descanso e a contemplação, por ser subjetivo. E com as concepções de Marcellino (2003, 2008, 2012), ao considerá-lo um componente da cultura que é vivenciado num tempo disponível, tanto por meio de atividades práticas quanto contemplativas, de caráter desinteressado, e seu valor cultural determinado pela satisfação provocada pela situação.

As possibilidades de lazer fora de casa são ampliadas e mediadas pela Associação destinada às pessoas com deficiência. Antes de conhecerem a Associação e praticarem uma modalidade esportiva paralímpica, os sujeitos deste estudo saíam pouco de casa, ficavam restritos a jogar videogame, a não fazer nada por desconhecimento das possibilidades e ou por não terem tido a vivência de outras experiências que não as que encontravam em casa. Pelo medo de saírem sozinhos e encontrarem desde barreiras arquitetônicas até as atitudinais, que os impediriam de se locomoverem de forma mais independente, ou ainda, pela ausência de oportunidades e de efetividade e garantia dos seus direitos.

Por meio de uma Associação, sair mais de casa e vivenciar outras experiências de lazer, ter a oportunidade para estudar; praticar esporte; cuidar da saúde, conhecer pessoas e lugares, são possibilidades para pessoas com deficiência. Pertencer a uma Associação e praticar uma modalidade esportiva permite às pessoas com deficiência desde a conquista de confiança para realizarem atividades da vida diária de maneira mais autônoma, bem como aquisição de força física e bens materiais, como cadeiras de rodas, carro e casa; promove a redução do comportamento sedentário e do nervosismo, possibilitando a manutenção do equilíbrio da saúde física e mental, até a conquista de uma profissão, ser atleta.

Há um sentimento de gratidão em razão do acolhimento encontrado na Associação, por terem conquistado o reconhecimento social com a prática esportiva e conseqüentemente terem mudado o percurso de suas vidas. Fazer parte de uma associação e praticar esporte, possibilita não só aos atletas perder o medo de sair de casa, mas também aos seus familiares, que por desconhecimento das oportunidades que seus filhos e filhas poderiam ter fora de casa, por medo de que sofressem preconceitos, em razão do capacitismo enraizado em nossa sociedade, os mantinham sob um cuidado extremo.

A falta de acessibilidade foi uma constatação unânime. O discurso da normalidade que trata o corpo diferente com inferioridade, um discurso capacitista, limitador da existência das pessoas com deficiência, também se fez presente nas narrativas. A falta de acessibilidade foi observada quando mencionaram o lazer. Assim, parques e praças quase não são frequentados pelos atletas devido às barreiras arquitetônicas da cidade. Durante as competições, se deparam com hotéis que não seguem o proposto pelo desenho universal, portas estreitas; banheiros que não possibilitam o uso de forma mais autônoma; além de camas muito altas, o que dificulta a transposição da e para cadeira de rodas, bem como falta de rampas nas entradas, tendo que em algumas vezes serem carregados.

Notou-se que a inclusão permanece somente no discurso, uma vez que as práticas segregacionistas continuam, nas quais criam-se espaços para as pessoas com deficiência, impedindo que elas possam compartilhar de forma equânime dos mesmos espaços idealizados somente para um padrão corporal. Há a ratificação da insuficiência de políticas públicas de inclusão. E mesmo ainda necessárias, ONGs para pessoas com deficiência, reafirmam o processo segregacionista imposto pela sociedade, por terem sido criadas para suprir a carência do Estado em amparar pessoas e grupos de pessoas menos privilegiados, atuando nos mais diversos campos, entre eles saúde; educação; trabalho, esporte e lazer.

E a ONG, apesar de ainda sustentar o viés da segregação, pode ser compreendida como um lugar onde as pessoas com deficiência podem encontrar acolhimento, podem se relacionarem com outras pessoas que enfrentam barreiras como as suas; onde podem construir laços de amizade, vivenciarem a sexualidade, pode ser um estímulo para saírem de casa. Assumindo o papel do governo que ainda se exime de criar, desenvolver e melhorar as políticas públicas para pessoas marginalizadas na sociedade. Promove lazer; encontros; saúde; equilíbrio psíquico; permite que as pessoas com deficiência vivenciem emoções diversas, tenham sonhos e os realizem, é um motivo para as pessoas saírem de casa e experienciarem outras relações sociais. Desperta os sentimentos de pertencimento e reconhecimento social, direciona à percepção de atores de suas próprias vidas e parte da sociedade. E junto com a

ONG, as famílias, principalmente as mães, formam uma rede de apoio, de cuidado, mais forte para as pessoas com deficiência.

A Pandemia do Coronavírus, que afetou a vida de todas as pessoas no mundo, algumas de forma mais devastadora que de outras, impossibilitou que os atletas saíssem de casa e fossem para a Associação, o que é totalmente compreensível, tendo em vista a proteção de um bem maior, a vida. Colocada como prioridade pelos gestores públicos que seguiram as recomendações da Ciência, dos protocolos de segurança contra a propagação do vírus que causou muitas mortes. Ainda que a pandemia tenha feito com que os atletas retornassem a realizar suas atividades somente dentro de casa, voltar a ficar em casa durante o isolamento social provocado pelo Covid-19, foi algo completamente diferente, pois não deixaram de vivenciar lazer e alguns de treinar mesmo em isolamento social.

Assim como no esporte convencional o paralímpico também exige o desenvolvimento de capacidades físicas e habilidades específicas para cada modalidade, requer uma rotina de treinos para o máximo desempenho, além de classificar e selecionar, conseqüentemente, excluir. Ser atleta, em ambos, produz sentimentos de prazer, felicidade e reconhecimento, mas também de angústia, dor e decepção. As duas modalidades criam atletas, profissionais do esporte, que precisam abdicar de certos momentos como os de lazer, porém têm oportunidades, mas algumas vezes preferem não vivenciar, para manterem a atenção na competição. E aqueles que não se privam de vivenciar cada momento, não deixam de vivenciar lazer mesmo durante os períodos competitivos.

A Associação é um lugar que passa a ser chamado de casa, pois além de promover a prática esportiva, possibilita as mais variadas atividades, como as educativas, recreativas, ações de saúde, alimentação, entre outras. Permite conhecer pessoas e fazer amizades; a terem como referência outros atletas que são reconhecidos nacional e mundialmente; ter a oportunidade para viajar e vivenciar experiências de lazer fora de casa, a partir da confiança em si próprio adquirida por meio da prática esportiva. A prática esportiva significa vida para as e os atletas, pois por meio do esporte promovido pela Associação, tiveram a oportunidade de (re)construir a vida, têm a chance de serem motivação para alguém que ainda acha que não pode fazer nada, devido ao preconceito fruto do capacitismo arraigado na sociedade. O esporte paralímpico pode possibilitar uma vida melhor para si e para a família, conseqüentemente pode levar a realizar sonhos, viagens, conhecer e ter outras experiências de lazer.

Conclui-se que o esporte paralímpico, promovido por uma Associação para pessoas com deficiência, pode ser uma porta de entrada para as vivências de lazer dessas pessoas, é

um estímulo para que saiam de casa, conheçam e experienciem as mais diversas possibilidades do lazer. Além de possibilitar às pessoas com deficiência ocupar espaços ainda hoje destinados somente à um modo de ser, aquele pautado no padrão da “normalidade” biológica, que segrega e rejeita a diversidade.

Para finalizar, na tentativa de produzir uma pesquisa emancipatória da deficiência, torna-se necessário registrar que foi cogitada a ideia de formar uma banca para avaliação deste trabalho acadêmico com a presença de uma pessoa com deficiência física, no entanto, não foi possível encontrar uma pessoa pesquisadora que tivesse o nível de doutorado concluído no momento da conclusão deste estudo. Vários fatores podem ser levantados em decorrência da dificuldade em encontrar uma pessoa com deficiência física, com a titulação de doutora, para compor a banca, o que dá margem para outras e novas investigações.

REFERÊNCIAS

- ABADE, N. S. N.; GOMES, C. L. Lazer, saúde e intervenção com pessoas idosas: percepções sobre essas temáticas no contexto da Educação Física. **Pensar a Prática**, v. 19, n. 4, out./dez. 2016.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALMEIDA, B. S.; MEZZADRI, F. M.; MARCHI JÚNIOR, W. Considerações Sociais E Simbólicas Sobre Sedes De Megaeventos Esportivos. **Motrivivência**, v. 32-33, p. 156-177, 2009.
- ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- AMARAL, L. A. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, J. G. (org.) **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998. p. 11-30.
- AMARAL, L. A. **Conhecendo a deficiência (em companhia de Hércules)**. São Paulo: Robe Editorial, 1995.
- AMBROSE, I.; GARCIA, A.; PAPAMICHAIL, K.; VEITCH, C. **Manual de Gestão de Destinos Turísticos Acessíveis**. Versão portuguesa, 2017. Disponível em: <https://www.chaves.pt/uploads/document/file/1460/manual-de-gestao-de-destinos-turisticos-acessiveis-pt.pdf>. Acesso em: 08 set. 2022.
- ANDRADE, A.; BRANDT, R. A psicologia do esporte aplicada a atletas portadores de necessidades especiais: reflexões epistemológicas, filosóficas e práticas. **Revista Digital**, Buenos Aires, v. 13, n. 121, p. 1-9, 2008.
- AOKI, M.; OLIVER, F. C.; NICOLAU, S. M. Considerações acerca das condições de vida das pessoas com deficiência a partir de um levantamento em uma unidade básica de saúde de um bairro periférico do município de São Paulo. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 169-178, 2011.
- ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Marília, n. 21, p. 160- 73, 2001.
- ARCHANJO, V. W. **O significado do lazer para pessoas com cegueira adquirida: análise de depoimentos**. 2009. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Norma Brasileira 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2020. 147p.
- ÁVILA, E. S. Capacitismo como queerfobia. In: FUNCK, S. B.; MINELLA, L. S.; ASSIS, G. O. (org.). **Linguagens e narrativas: desafios feministas**, v. 1. Tubarão: Ed. Copiart. 2014.

AZEVEDO, P. H.; BARROS, J. F. O Nível de Participação do Estado na Gestão do Esporte Brasileiro como Fator de Inclusão Social de Pessoas Portadoras de Deficiência. **R. bras. Ci. e Mov**, v. 12, n. 1, p. 77-84, 2004.

BACK, L. “Private dependence, public personhood: Rethinking ‘nested obligations’”. **Hypatia**, v. 30, n. 1, p. 115-131, fall 2015.

BAILEY, S. **Athlete first: a history of the paralympics movement**. West Sussex: John Wiley and Sons, 2008.

BARNES, C. Un Chiste “Malo”: Rehabilitar a las personas con discapacidad en una sociedad que discapacita. In.: BROGNA, P. **Visiones y Revisiones de la discapacidad**. México: FCE, 2009.

BARNES, C. “What a Difference a Decade Makes: Reflections on Doing ‘Emancipatory’ Disability Research”, **Disability & Society**, v. 18, n. 1, p. 3-17, 2003.

BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus Editora, 2014.

BARROZO, A. F. H. *et al.* Acessibilidade ao esporte, cultura e lazer para pessoas com deficiência. **Cadernos de pós-graduação em distúrbios do desenvolvimento**, v. 12, n. 2, p. 16-28, 2012.

BECERRA, M. A. G.; MANZINI, M. G.; MARTINEZ, C. M. S. Percepção de atletas do rugby em cadeira de rodas sobre os apoios recebidos para a prática do esporte adaptado. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 27, n. 3, p. 615-627, 2019.

BELTRAME, A. L. N. **Lazer e a Pessoa com Deficiência: Interfaces e contradições no seu acesso e participação**. 2018. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Católica de Brasília, Brasília.

BELTRAMINI, L.; JÚNIOR, A. (2018). Aplicação do desenho universal: uma análise da acessibilidade em hotéis de João Pessoa. In: **Atas do Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável**. Coimbra – Portugal, 24, 25 e 26 de outubro de 2018. p.1-13.

BENFICA, D. T. (2012). **Esporte Paralímpico: analisando suas contribuições nas (re) significações do atleta com deficiência**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Viçosa, Faculdade de Educação Física, Viçosa, Minas Gerais, Brasil.

BENI, M. **Análise Estrutural do Turismo** (5a. ed.). São Paulo, SP: SENAC. 2001.

BERSELLI, M.; ISAACSSON, M. A presença de pessoas com deficiência na cena contemporânea desestabilizando construções sociais a respeito do corpo. **Repertório**, Salvador, ano 21, n. 30, p. 365-387, 2018.

BERTOLINO, J. R. M.; BORTOLO, C. A. Mobilidade urbana e acessibilidade: processos e reflexões na cidade de Montes Claros-MG. **Geoiná: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 117-135, 2020.

BEZERRA, S. S.; VIEIRA, M. M. F. (in memoriam). Pessoa com deficiência intelectual: a nova “ralé” das organizações do trabalho. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 52, n. 2, março-abril, 2012, p. 232-245.

BITTENCOURT, Z. Z. L. C. *et al.* Surdez, redes sociais e proteção social. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 769-776, 2011. Suplemento 1. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000700007>. PMID:21503423.

BLASCOVI-ASSIS, S. M. **Lazer e deficiência mental**: o papel da família e da escola em uma proposta de educação pelo e para o lazer. 2ª ed. Campinas: Papirus, 2001.

BÖCK, G. L. K.; GOMES, D. M.; BECHE, R. C. E. A experiência da deficiência em tempos de pandemia: acessibilidade e ética do cuidado. **Criar Educação, Criciúma**, v. 9, n. 2, p. 122 - 142, 2020.

BÖCK, G. L. K.; SILVA, S. C.; GOMES, D. M.; BECHE, R. C. E. Estudos da Deficiência na Educação: reflexões sobre o capacitismo no ensino superior. In: GESSER, M.; BLOCK, P.; MELLO, A. G. **Estudos da Deficiência**: anticapacitismo e emancipação social. Curitiba: CRV, 2020. p. 211 - 225.

BONFIM, S. M. M. **Legislação sobre Pessoa com Deficiência**. 8. ed. Brasília: Edições Câmara, 2018.

BRACHT, V.; ALMEIDA, F. Q. Esporte, escola e a tensão que os megaeventos esportivos trazem para a Educação Física Escolar. **Em Aberto**, v. 26, p. 131-143, 2013.

BRAMANTE, A. C. Lazer, concepções e significados. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 1, n. 1, p. 9 - 17, 1998.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008** - Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília, D, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009** - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. **Lei nº 7.405, de 12 novembro de 1985** - Torna obrigatória a colocação do símbolo internacional de acesso em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiências e da outras providencias. Brasília, DF, 1985.

BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989** - Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília, DF, 1989.

BRASIL. **Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994** - Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. Brasília, DF, 1994.

BRASIL. **Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995** - Dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências. (Redação dada pela Lei Nº 10.754, de 31.10.2003). Brasília, DF, 1995.

BRASIL. **Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000** - Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000** - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.754, de 31 de outubro de 2003** - Altera a Lei Nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995 que “dispõe sobre a isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física e aos destinados ao transporte escolar, e dá outras providências” e dá outras providências. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005** - Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. **Lei nº 11.133, de 14 de julho de 2005** - Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. **Lei nº 11.982, de 16 de julho de 2009** - Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a adaptação de parte dos brinquedos e equipamentos dos parques de diversões às necessidades das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. **Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012** - Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis Nº 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis Nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.622, de 8 de maio de 2012** - Institui o Dia Nacional do Atleta Paraolímpico e dá outras providências. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Dispõe sobre o “Estatuto da Pessoa com Deficiência”. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999** - Regulamenta a Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF, 1999.

BRASIL. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001** - Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004** - Regulamenta as Leis N°s 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 5.904, de 21 de setembro de 2006** - Regulamenta a Lei N° 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011** - Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde (2020). **Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS**. Instrutivo de reabilitação auditiva, física, intelectual e visual (Centro Especializado em Reabilitação – CER e Oficinas Ortopédicas). Disponível em: [instrutivo_reabilitacao_auditiva_fisica_intelectual_visual.pdf](https://www.saude.gov.br/images/stories/documentos/instrutivo_reabilitacao_auditiva_fisica_intelectual_visual.pdf) (saude.gov.br). Acesso em: 21 set. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo (2012). **Programa Turismo Acessível**. Disponível em: <https://turismoacessivel.gov.br/ta/sobre.mtur;jsessionid=kfOCvgXtSNQVtxW4zcsiz8eB?windowId=c29>. Acesso em: 14 set. 2022.

BRIGNOL, P. **Rede de apoio à criança com deficiência física**. 2015. 94 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal de São Catarina, Florianópolis, 2015.

BRITAIN, I. **The paralympic games explained**. 2ed. New York: Routledge, 2016.

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

BUTLER, J. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’”. In: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica. 1999.

CAMPBELL, F. K. **Contours of Ableism** – The production of disability and abledness. Palgrave Macmillan, UK. 2009.

CAMPBELL, F. K. Exploring internalized ableism using critical race theory. **Disability & society**, v. 23, n. 2, p. 151-162, 2008.

CAMPBELL, F. K. Refusing Able(ness): A Preliminary Conversation about Ableism. **M/C Journal**, v. 11, n. 3, 2008.

CAMPBELL, F. K. “Inciting Legal Fictions: Disability’s Date with Ontology and the Ableist Body of the Law.” **Griffith Law Review**, London, v. 10, n. 1, p. 42-62, 2001.

CANTARELLI, E. M. B. **Barreiras socio-culturais e lazer das pessoas portadoras de deficiência física**: um estudo do grupo Fraternidade Cristã de Doença e Deficiência de Campinas, SP. 1998. 123f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, 1998.

CARDOSO, V. D. A reabilitação de pessoas com deficiência através do desporto adaptado. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 2, p. 529-539, 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32892011000200017>.

CARDOSO, A.; ZANETTI, M.; CORREA, M.; SERMARINI, M.; FREIRE, E.; RODRIGUES, G.; BRANDÃO, M. R. F. Significado do judô paralímpico: um estudo de caso. **Cuadernos de Psicología del Deporte**, v. 19, n. 2, p. 198-208, 2019.

CARLETTO, A.; CAMBIAGHI, S. (2015). **Desenho Universal** - Um conceito para todos. Disponível em: https://www.maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/01/universal_web-1.pdf. Acesso em: 16 set. 2022.

CARVALHEDO, A. Turismo Esportivo. In: DA COSTA, L. P. **Atlas do esporte no Brasil**. Editora Confef/Crefs, Rio de Janeiro, 2005. p.1-924.

CARVALHO, S. M. S. Acessibilidade do Turismo no Parque Nacional Serra da Capivara/PI. **Revista Turismo em Análise**, v. 23, n. 2, p. 437 - 463, 2012.

CARVALHO, Y. M. **Lazer e Saúde**. Brasília: Sesi/DN, 2005.

CASSAPIAN, M. R. **Da cidade planejada ao lazer para todos: as experiências no âmbito do lazer vividas pelos cadeirantes do grupo "A união faz a força"**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

CAVALLARI, V. R.; ZACHARIAS, V. **Trabalhando com recreação**. 2.ed. São Paulo: Ícone, 2008.

CAVALCANTI, K. B. **Para abraçar a humanescência na pedagogia vivencial**. Trabalho apresentado no XII Endiipe. Recife, 2006.

CIDADE, R. E. A.; FREITAS, P. S. **Introdução à educação física e ao desporto para pessoas com deficiência**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.

COELHO, M.; GUIMARÃES, M. (2012). Turismo Inclusivo e Lazer em Espaços Públicos. In: **Atas do IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 30 de agosto e 01 de setembro de 2012, p.1-12.

COHEN, R. **Cidade, corpo e deficiência**: percursos e discursos possíveis na experiência urbana. 2006. 228 f. Tese (Doutorado) – Curso de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. **Competições.** Disponível em: <https://www.cpb.org.br/competicoes/7>. Acesso em: 08 abr. 2022.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. **O que você só encontra nos Jogos Paralímpicos? Confira modalidade e particularidades deste evento.** 2021. Disponível em: <https://www.cpb.org.br/noticia/detalhe/3163/o-que-voce-so-encontra-nos-jogos-paralimpicos-confira-modalidades-e-particularidades-deste-evento>. Acesso em: 21 ago. 2021.

CONSTANTINO, C. *et al.* (org.). **Mulheres com Deficiência:** Garantia de Direitos para Exercício da Cidadania. Coletivo Feminista Helen Keller, 138, 2020.

COSTA, A. M.; WINCKLER, C. A Educação Física e o Esporte Paralímpico. In: MELLO, M. T.; WINCKLER, C. (orgs.). **Esporte Paralímpico.** São Paulo, Atheneu, 2012.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CRENSHAW, K. W. “A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero”. In: VV.AA. **Cruzamento:** raça e gênero. Brasília: Unifem, 2002. p. 7-16. Disponível em: <https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>. Acesso em: 17 out. 2022.

D'ANGELO, S. M. **As contribuições do terceiro setor na ampliação de oportunidades para pessoas com deficiência.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DEGENER, T. A human rights model of disability. **Disability social rights**, p. 1-30, 2014.

DEPAUW K. P.; GRAVON, S. J. **Disability and sport.** 2nd Edition. Champaign: Human Kinetics, 2005.

DIAS, A. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal à narrativa capacitista social. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA, 1., 2013, São Paulo. **Anais [...].** São Paulo: SEDPcD/Diversitas/USP Legal, 2013. p. 1-14.

DIAS, C. A. G. Teorias do lazer e modernidade: problemas e definições. **Licere**, Belo Horizonte, v.12, n.2, jun./2009.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas:** princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

DINIZ, D. **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2012.

DINIZ, D. **O que é deficiência** (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense. 2007.

DINIZ, D. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. **SérieAnis**, Brasília, v. 28, p. 1-10, 2003.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. Deficiência, direitos humanos e justiça. In:

DINIZ, D.; SANTOS, W. (org.). **Deficiência e Discriminação**. Brasília: Letras Livres: Ed. UNB, 2010, p. 97-115.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. Deficiência, direitos humanos e justiça. Sur. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 6, n. 11, p. 64 - 77, 2009.

DINIZ, D.; SANTOS W. Deficiência e Direitos Humanos: desafios e respostas à discriminação. In: DINIZ, D.; SANTOS, W. (Org.). **Deficiência e Discriminação**. Brasília: LetrasLivres, EdUnB; 2010. p. 9-10.

DUARTE, D. C. **Metodologia para desenvolvimento de portais de relacionamento de suporte a comunidades de prática**: uma aplicação para a área de turismo e para pessoas com necessidades especiais. 2005. Tese de Doutorado, Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Difel, Lisboa, 1992.

ELIZALDE, R.; GOMES, C.L. Lazer, Sustentabilidade e América Latina: Reflexões Sobre os Desafios Ambientais do Presente. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO MERCOSUL – UCS, 7., 2012, Caxias do Sul. **Anais....** Caxias do Sul, 2012.

EPIPHANIO, E. H.; SILVA, E. M.; BATISTA, R. P. R.; AQUINO, S. M. C. O sentido do esporte para atletas com e sem deficiência: uma compreensão fenomenológica. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, Brasília/DF, v. 7, n. 1, p. 76-91, 2017.

EUGÊNIO, J.; SILVA, A. S. “Os professores não sabiam o que fazer comigo!”: reflexões interseccionais de uma mulher negra com deficiência. **Educação em Revista**, Marília, v.23, n. 01, p.27-42, 2022.

FARIA, M. D.; CARVALHO, J. L. F. Uma análise semiótica do potencial mercadológico da imagem de atletas paraolímpicos. **Revista Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 4, n. 9, p. 657-688, 2010.

FERNANDES, I. Dialética dos Grupos na Perspectiva da Diversidade Humana e da Sociedade de Classes. Porto Alegre, **Textos & Contextos**, v. 16, n. 1, p. 142-159, jan./jul. 2017.

FIALHO, M. Rotas sem Barreiras. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, s/v. n. 11, p. 109-112, 2009.

FIETZ, H. M.; MELLO, A. G. de. “A Multiplicidade do Cuidado na Experiência da Deficiência”. **Revista AntHropológicas**, v. 2, n. 29, p. 114 - 141, 2018.

FITZGERALD, H.; KIRK, D. Identity work: young disabled people, family and sport. **Leisure Studies**, London, v. 28, n. 4, p. 469-488, 2009. <http://dx.doi.org/10.1080/02614360903078659>.

FREIRE, G. L. M. *et al.* Percepção da qualidade de vida em atletas de atletismo e natação paralímpica. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 27, n. 2, p. 384-389, 2019.

FREIRE, M. F. (2010). **A inclusão através do esporte adaptado: o caso português do basquetebol em cadeira de rodas.** (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade de Coimbra, Portugal.

FREITAS, P.; SANTOS, S. S. Fundamentos básicos da classificação esportiva. In: MELLO, M. T.; OLIVEIRA FILHO, C. W. (Editores). **Esporte Paralímpico.** São Paulo: Atheneu, 2012.

GALE, T.; TRANTER, D. A justiça social na educação superior australiana política: uma conta histórica e conceitual da participação dos alunos. **Estudos Críticos em Educação**, n. 1, v. 52, p. 29-46, mar. 2011.

GARCÍA-CARO, S. N.; WALL, A.; BUHALIS, D. Special Needs Customer Care Training for Tourism. **Best Practice in Accessible Tourism: inclusion, disability, ageing population and tourism.** 2012. ChannelViewPublications.

GARLAND-THOMSON, R. “A habitable world: Harriet McBryde Johnson’s ‘case for my life’”. **Hypatia**, v. 30, n. 1, p. 300-306, 2015.

GARLAND-THOMSON, R. Feminist Disability Studies. **Signs**, v. 30, n. 2, p. 1557-1587, 2005.

GARLAND-THOMSON, R. Integrating disability, transforming feminist theory. **NWSA Journal, Baltimore**, v. 14, n. 3, p. 1-32, 2002.

GAVÉRIO, M. A. Nada sobre nós, sem nossos corpos! O local do corpo nos Disability Studies. **Revista Argumentos**, Montes Claros, v.14, n.1, p. 95-117, 2017.

GESSER, M. Psicologia e Deficiência: desafios à atuação profissional no campo das políticas públicas. In: GESSER, M.; *et al.* (org.). **Psicologia e Pessoas com deficiência.** Florianópolis: Tribo da Ilha. 2019. p. 43-56.

GESSER, M.; BLOCK, P.; MELLO, A. G. Estudos da Deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In: GESSER, M.; BLOCK, P.; MELLO, A. G. **Estudos da Deficiência: anticapacitismo e emancipação social.** Curitiba: CRV, 2020. p. 17 - 35.

GESSER, M.; BLOCK, P.; NUERNBERG, A. H. Participation, agency and disability in Brazil: transforming psychological practices into public policy from a human rights perspective. **Disability and the Global South**, v. 6, n. 2, p. 1772- 1791, 2019.

GESSER, M.; FIETZ, H. Ética do cuidado e a experiência da deficiência: uma entrevista com Eva Fedder Kittay. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 2, e64987, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n264987>. Acesso em: 28 out. 2022.

GESSER, M.; NUERNBERG, A. H.; TONELI, M. J. F. Constituinto-se Sujeito na Intersecção Gênero e Deficiência: relato de pesquisa. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 18, n. 3, p. 419-429, 2013.

GESSER, M.; NUERNBERG, A. H.; TONELI, M. J. F. “A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social”. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 557- 566, 2012.

GIBSON, S. Narrative accounts of university education: socio-cultural perspectives of students with disabilities. **Disability & Society**, n. 27, v. 3, p. 353-369, abr. 2012.

GIDDENS, A. **The constitution of society**. Polity Press, 1984.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4º Ed. Rio de Janeiro, 2008.

GOLDENBERG, M. **NU E VESTIDO**: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca. Rio de Janeiro. Ed Record, 2002.

GOMES, C. L. (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

GOMES, C. L. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

GOMES, C. L. Lazer e descanso. Seminário Lazer em debate, 9, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008. p. 1 -15.

GOMES, C. L. **Lazer urbano, contemporaneidade e educação das sensibilidades**. Itinerarium, Rio de Janeiro, v.1, 2008.

GOMES, C. L. Estudos do Lazer e geopolítica do conhecimento. **Revista Licere**. Belo Horizonte, v.14, n.3, p.1-25, set./2011.

GOMES, C. L. Lazer: Necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 3-10, jan./abr. 2014.

GOMES, C. L.; ELIZALDE, R. Produção de conhecimentos sobre o lazer na América Latina: desafios e perspectivas. In: ISAYAMA, H. F.; OLIVEIRA, M. A. T. **Produção de conhecimentos em Estudos do Lazer**: paradoxos, limites e possibilidades. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2014. p. 113 - 137.

GOMES, C. L.; ISAYAMA, H. F. Lazer e as Fases da Vida. In: MARCELLINO, N.C. (Org.) **Lazer e Cultura**. Campinas: Alínea, 2008.

GOMES, P. C. C. **O lugar do olhar**: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GOMES, R. B.; LOPES, P. H.; GESSER, M.; TONELLI, M. J. F. “Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 1, e48155, 2019.

GONÇALVES, G. C.; ALBINO, B. S.; VAZ, A. F. O herói esportivo deficiente: aspectos do discurso em mídia impressa sobre o Parapanamericano/2007. In: PIRES, G. de L. (Org.). **“Observando” o Pan Rio/2007 na mídia**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2009. p. 149-167.

GOODWIN, D.; JOHNSTON, K.; GUSTAFSON, P.; ELLIOTT, M.; THURMEIER, R.; KUTTAL, H. It’s okay to be a quad: wheelchair rugby players’ sense of Community. **Adapted Physical Activity Quarterly**, n. 26, p. 102-117, 2009.

GORGATTI, M. G.; GORGATTI, T. O esporte para pessoas com deficiência. In: GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. (Orgs). **Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**, 2ed. rev. e ampl. Barueri/SP: Manole, 2008.

GREGUOL, M. **Atividades físicas e esportivas e pessoas com deficiência**. Brasília: PNUD, 2017.

GREGUOL, M.; MALAGODI, B. O esporte para pessoas com deficiência. In: GREGUOL, M.; COSTA, R. F. (org.). **Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. 4. ed. Barueri: Manole, 2019. p. 359-374.

GUTIERREZ, G. L. **Lazer e prazer: questões metodológicas e alternativas políticas**. 1. ed., Campinas: Autores Associados, 2001b.

GUTTMANN, A. **From ritual to record**. New York: Columbia University Press, 2004.

HARDIN, M. M.; HARDIN, B. The ‘Supercrip’ in Sport Media: Wheelchair Athletes Discuss Hegemony’s Disabled Hero. **Sociology of Sport Online**, v. 7, n. 1, 2004, p. 1-14.

HASSAN, D.; MCCONKEY, R.; DOWLING, S. Understanding sport and intellectual disability: An introduction. In: HASSAN, D.; DOWLING, S.; MCCONKEY, R. (eds.), **Sport, coaching and intellectual disability**. London: Routledge, 2014. p. 1-10.

HEIL, E. B. **A percepção de atletas com deficiência visual sobre o esporte adaptado**. 2008. Monografia (Graduação em Psicologia) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí.

HILGEMBERG, Tatiane. Jogos Paralímpicos: história, mídia e estudos críticos da deficiência. **Record**, v. 12, n. 1, p. 1-19, 2019.

HOLANDA, C. M. D. A. *et al.* Support networks and people with physical disabilities: social inclusion and access to health services. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 175-184, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014201.19012013>.

HOWE, P. David. From inside the newsroom: Paralympic media and the production of elite disability. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 43, n. 2, p. 135-150, 2008.

HOWE, P. D. **The Cultural Politics of the Paralympic Movement**. Through an Anthropological Lens. New York, Routledge, 2008.

HOWE, P. D. **Sport, professionalism and pain: ethnographies of injury and risk**: New York: Routledge, 2004.

HOWE, P. David; SILVA, Carla Filomena. The fiddle of using the Paralympic Games as a vehicle for expanding [dis] ability sport participation. **Sport in Society**, v. 21, n. 1, p. 125-136, 2018.

HUNGER, D.; SQUARCINI, C. F. R.; PEREIRA, J. M. A pessoa portadora de deficiência física e o lazer. **Revista Brasileira de Ciências Esporte**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 85-100, 2004.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saúde**. 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101748.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2022.

IPC. INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. **International Standard for Eligible Impairments**. September 2016. Disponível em: https://www.paralympic.org/sites/default/files/document/161007092455456_Sec+ii+chapter+1_3_2_subchapter+1_International+Standard+for+Eligible+Impairments.pdf. Acesso em: 08 abr. 2022.

IPC. INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. **Paralympics – History of the Movement**. Disponível em: <https://www.paralympic.org/ipc/history>. Acesso em: 08 abr. 2022.

IPC. INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. **Explanatory guide to paralympic classification paralympic summer sports**. June 2020. Disponível em: https://www.paralympic.org/sites/default/files/2020-10/2020_06%20Explanatory%20Guide%20to%20Classification_Summer%20Sports.pdf. Acesso em: 08 abr. 2022.

ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. (orgs.). **Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 136-163.

IVANOVICH, A. C. F.; GESSER, M. Deficiência e capacitismo: correção dos corpos e produção de sujeitos (a)políticos. **Quaderns de Psicologia**, v. 22, n. 3, e1618, 2020.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. Tradução Carlos S. Mendes Rosa; Revisão da tradução Maria Estela Heider Cavalheiro; revisão técnica Cheila Aparecida Gomes Bailão-3ª Ed.- São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W. GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Tradução: Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

KASTENHOLZ, E.; GALÁN LADERO, M. M. O turismo acessível como exemplo de responsabilidade social em empresas e destinos turísticos. O caso da Lousã (Portugal). **ROTUR. Revista de Lazer e Turismo**, v. 2, n. 1, p. 175-194, 2009.

KIM, K. T.; LEE, S.; OH, Eung-Soo. Athletes with disabilities in the Paralympic games: a framing analysis of television news. **Managing sport and leisure**, v. 22, n. 4, p. 255- 275, 2017.

KISHIGAMI, F. D. **Políticas públicas: lazer e turismo como instrumento de inserção social de travestis e transexuais em vulnerabilidade social**. Orientador: Edmur Antonio Stoppa. 2020. 229f. Dissertação (Mestrado). Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

KITTAY, E. F. **Love's Labor: essays on women, equality and dependency**. New York: Routledge. 1999.

KITTAY, E. F.; JENNINGS, B.; WASUNNA, A. A. Dependency, Difference and the Global Ethic of Longterm Care*. **Journal of Political Philosophy**, [s. l.], v. 13, n. 4, p. 443-469, 2005.

KNIGHT, A. “Democratizing disability: Achieving inclusion (without assimilation) through ‘participatory parity’”. **Hypatia**, v. 30, n. 1, p. 97-114, 2015.

KWAN, Mei-Po. Mobile communication, Social Networks, and Urban Travel: Hypertext as a New Metaphor for Conceptualizing Spatial Interaction. **The Professional Geographer**, v. 59, n. 4, Washington, p. 434-446, 2007.

LABRONICI, R. H. D. D. *et al.* Esporte como fator de integração do deficiente físico na sociedade. **Arquivos de Neuro-Psiquiatria**, v. 58, n. 4, p. 1092-1099, 2000.

LAMÔNICA, D. A. C; ARAÚJO-FILHO, P.; SIMOMELLI, S. B. J.; CAETANO, V. L. S. B.; REGINA, M. R. R.; REGIANI, D. M. Acessibilidade em ambiente universitário: identificação de barreiras arquitetônicas no campus da USP de Bauru. **Rev. bras. educ. espec.** v. 14, n. 2, p. 177-188, 2008.

LANNA JÚNIOR, M. C. M. (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LÁZARO, Y., DOISTUA, J.; ROMERO, S. El ocio a lo largo de la vida: un elemento de cohesión social. In: ORTUZAR, A.; ELIZONDO, A. (Ed.). **Ocio y participación social en entornos comunitários**. Logroño: Universidad de la Rioja, 2018. p. 61 - 75.

LE BRETON, D. **Antropologia do corpo e modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 407 p.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEGG, David; STEADWARD, Robert. The Paralympic Games and 60 years of change (1948–2008): Unification and restructuring from a disability and medical model to sportbased competition. **Sport in Society**, v. 14, n. 9, p. 1099-1115, 2011.

LEITE, G. S. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seus reflexos na Ordem Jurídica Interna do Brasil. In FERRAZ; et al: (Org,) **Manual dos Direitos das Pessoas com Deficiência**. São Paulo: Saraiva, 2012, p.65-67.

LEITE, F. P. A.; LUVIZOTTO, C. K. Participação, Acessibilidade Digital e a Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Conpedi Law Review**, Braga - Portugal, v. 3, n. 2, p. 240 - 261, JUL/DEZ. 2017.

LOPES DA SILVA, C.; RIGONI, A. C. C.; SILVA, L. F. O lazer como fenômeno cultural e suas relações com alguns marcadores sociais. **Corpoconsciência**, v. 25, n. 1, p. 90 - 104, 2021.

LOPES, P. H.; SOLVALAGEM, A. L.; BUSSE, F. G. M. S. Em vistas da coligação: a interseccionalidade como ferramenta da luta anticapacitista, antirracista e antissexista. In: GESSER, M.; BÖCK, G. L. K.; LOPES, P. H. **Estudos da Deficiência**: anticapacitismo e emancipação social. Curitiba, CRV: 2020, p. 129 - 144.

LUIZ, K. G. Deficiência pela perspectiva dos direitos humanos. In: CONSTANTINO, C. et al (org.). **Guia - Mulheres com Deficiência**: Garantia de Direitos para Exercício da Cidadania. Brasil: Coletivo Feminista Helen Keller. 2020.

LUIZ, K. G.; SILVEIRA, T. B. H. Pessoas com deficiência e (inter)dependência: uma perspectiva da ética do cuidado para a promoção de justiça social. In: GESSER, M.; BLOCK, P.; MELLO, A. G. **Estudos da Deficiência**: anticapacitismo e emancipação social. Curitiba: CRV, 2020. p. 113 - 127.

MACIEL, M. R. C. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 51-56, 2000.

MAGNANI, J. G. Lazer, um campo interdisciplinar de pesquisa. In: BRUHNS, H. T. **Temas sobre o lazer**. Campinas: Autores Associados, 2000.

MAIOR, I. M. M. L. Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. **Inc. Soc**, v. 10, n. 2, p. 28-36, 2017.

MARAFON, G.; PILUSO, R. P. Deficiência, mulheres e cuidado: intersecções em relações jurídico-sociais aplicadas. **Contemporânea**, v. 5, n. 1, p. 110 - 134, 2020.

MARCELLINO, N. C. **Lazer**: formação e atuação profissional. Campinas, SP: Papirus, 1995.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e humanização**. Campinas: Papirus, 2000.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. 10. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003b.

MARCELLINO, N. C. Lazer e sociedade: algumas aproximações. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer e sociedade**: múltiplas relações. Campinas: Alínea, 2008. p. 11-26.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e sociedade**: múltiplas relações. Campinas: Alínea, 2008.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer**: uma introdução. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARANI, V. H.; BERNABÉ, A. P.; HIRATA, E.; STAREPRAVO, F. A. Aproximações entre políticas públicas de lazer e megaeventos esportivos: um olhar a partir de pesquisadores brasileiros do lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v.21, n.3, p. 345-366, set/2018.

MARQUES, R. F. R.; DUARTE, E; GUTIERREZ, G. L.; ALMEIDA, J. J. G.; MIRANDA, T. J. Esporte olímpico e paraolímpico: coincidências, divergências e especificidades em uma perspectiva contemporânea. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. São Paulo, v. 23, n. 4, p. 365-77, out./dez. 2009.

MARQUES, R. F. R.; GUTIERREZ, G. L.; MONTAGNER, P. C. Novas Configurações Socioeconômicas do Esporte Contemporâneo. **Revista da Educação Física/UEM**, v. 20, n. 4, p. 637-48, 2009.

MARQUES, R. F. R.; GUTIERREZ, L. G. **O Esporte Paralímpico no Brasil**: Profissionalismo, Administração e Classificação de Atletas. São Paulo, Phorte, 2014.

MARQUES, R. F. R.; GUTIERREZ, G. L.; ALMEIDA, M. A. B. Investigação sobre as configurações sociais do subcampo do esporte paralímpico no Brasil: os processos de classificação de atletas. **Revista da educação física/UEM**, v. 23, n. 4, p. 515-527, 2013.

MARQUES, R. F. R. A contribuição dos Jogos Paralímpicos para a promoção da inclusão social: o discurso midiático como um obstáculo. **Revista USP**, n. 107, p. 87-96, 2015.

MARQUES, R. F. R. O Conceito de Esporte como Fenômeno Globalizado: Pluralidade e Controvérsias. **Revista Observatorio del Deporte**, v. 1, n. 1, p. 147-85, 2015.

MARTÍN, M. T. “Capacitismo”. In: PLATERO, R. L.; ROSÓN, M; ORTEGA, E. (eds.): **Barbarismos queer y otras esdrújulas**. Barcelona. Bellaterra. 2017. p. 73- 81.

MASCARENHAS, F. **Lazer como Práticas da Liberdade**. ed. UFG, Goiânia 2003.

MASCARENHAS, F. **O lazer como prática da liberdade**. 2. ed. Goiânia: Editora da UFG, 2004.

MAUERBERG-deCASTRO, E. **Atividade física adaptada**. Ribeirão Preto/SP: Tecmedd, 2005.

MAUERBERG-deCASTRO, E.; CAMPBELL, D. F; TAVARES, C. P. The global reality of the Paralympic Movement: Challenges and opportunities in disability sports. **Revista Motriz**, Rio Claro, v.22 n.3, p. 111-123, jul/set. 2016.

MAZZOTTA, M. J. S. Acessibilidade e a indignação por sua falta. In: 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Acessibilidade você também tem compromisso. Brasília, **Caderno de textos**, p 30-32, 2006.

MAZZOTTA, M. J. S.; D'ANTINO, M. E. F. Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: Cultura, Educação e Lazer. **Saúde Soc.** v. 20, n.2, p. 377-389, 2011.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1, 2018.

MCRUER, R. Compulsory Able-Bodiedness and Queer/Disabled Existence. In: SNYDER, S. L.; BRUEGGEMANN, B. J.; GARLAND-THOMSON, R. (Org.). **Disability studies**: enabling the humanities. New York: Modern Language Association of America, 2002. p. 88-89.

MEDEIROS, M. M.; SANTANA, S. P.; SILVA, L. A. R. Reflexões sobre o turismo inclusivo. **Revista Hospitalidade**, v. 16, n. 01, p. 93 - 108, 2019.

MELLO, A. G. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016.

MELLO, A. G. **Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo**: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência. 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MELLO, A. G.; MOZZI, G. A favor da deficiência nos estudos interseccionais de matriz feminista. In: NARDI, H. C.; ROSA, M. V. F.; MACHADO, P. S.; SILVEIRA, R. S. **Políticas públicas, relações de gênero, diversidade sexual e raça na perspectiva interseccional**. Porto Alegre: Secco Editora, 2018. p. 17 - 30.

MELLO, A. G.; NUERNBERG, A. H. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, p. 635-655, 2012.

MELLO, M. T.; WINCKLER, C. **Esporte Paralímpico**. São Paulo: Atheneu, 2012.

MELO, R. I. O.; BARROS, N. C.; SILVA, E. P. F. J.; PONTES, N. K.; CORDEIRO, A. P. M. LIBRAS na educação sexual da pessoa surda. **Res., Soc. Dev.**, v. 9, n. 1, e145911836, 2020.

MELO, V. A. ESPORTE. In: GOMES, C. L. (Org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MELO, V. A.; ALVES JÚNIOR, E. D. **Introdução ao lazer**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003.

MENEGHETTI, A. P.; FARIA G. M. N.; PRAZERES, M. M. V.; SAMPAIO, T. M. V. O processo de inclusão por meio do lazer. **Revista Sobama**, Marília, v. 14, n. 2, p. 9-14, 2013.

MENICUCCI, T. Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, H.F.; LINHALES, M. A. (Orgs.). **Sobre lazer e política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 136-163.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTE-MÓR, R. L. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, C. C.; CROCCO, M. **Economia Regional e Urbana**: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 61 - 85.

MORAES, M. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, M.; KASTRUP, V. (org.). **Exercícios de ver e não ver**: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual. Rio de Janeiro: Nau. 2010. p. 26-51.

MORATO, M. *et al.* A mediação cultural no futebol para cegos. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 04, p. 45-63, 2011.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2006.

MORRIS, Jenny. **Pride against prejudice**: a personal politics of disability. London: The Women's Press, 1991.

MOURA, D P. G. **Políticas Públicas de Turismo Voltadas para Inclusão de Pessoas com Deficiência**. 2013. 79f. Monografia (Bacharelado em Administração) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MUNSTER, M. A. V. *et al.* Goalball: Uma Proposta Inclusiva. In: ALMEIDA, J. J. G. *et al.* (orgs.). **Goalball**: Invertendo o Jogo da Inclusão. Campinas, Autores Associados, 2008, p. 9-15.

NICÁCIO, J. M. **Técnicas de acessibilidade**: criando uma web para todos. Maceió, AL: Ed. Edufal, 2010.

NOGUEIRA, C. M. P. **O fisioterapeuta e a acessibilidade das pessoas com deficiência física**. 2007. 69 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.

NUSSBAUM, M. C. **Las fronteras de la justicia**: consideraciones sobre la exclusión. Barcelona: Paidós; 2007.

OLIVEIRA, C. H. S. *et al.* O goalball como possibilidade de inclusão social de pessoas com deficiência visual. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 1-319, 2013.

OLIVEIRA, F. M. **Espaço, lugar, identidade e urbanização**: Conceitos geográficos na abordagem do turismo. 124 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

OLIVER, M. The social model of disability: Thirty years on. **Disability & society**, v. 28, n. 7, p. 1024-1026, 2013.

OLIVIERI, L. **A importância histórico-social das redes**. [S.l.: s.n.], 2003. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/11fjwD41ik3cN6tKc5H3p--40WtwZo5HVtwy07HwcjJ4/edit>. Acesso em: 06 abr. 2022.

OMS – Organização Mundial da Saúde. 2011. **Relatório Mundial sobre a Deficiência**. Governo do Estado de São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. 334p.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, 2006**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 13 abr. 2022.

ORTNER S. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, M. P.; ECKERT, C.; FRY, P. H. (Org.). **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Blumenau: Nova Letra, Associação Brasileira de Antropologia; 2007. p. 45-80.

PACHECO, K. M. B; ALVES, V. L. R. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. **Acta Fisiatra**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 242-248, 2007.

PACIOREK, M. J. Esportes adaptados. In: WINNICK, J.P. **Educação Física e esportes adaptados**. Barueri: Manole, 2004. p.37-52.

PADILHA, V. O lazer contemporâneo: ensaio de filosofia social. **Revista Movimento**. Porto Alegre, v. 10, n. 2, p.147-166, maio/ago. 2004.

PAIVA, J. C. M.; SILVEIRA, T. B. H.; LUZ, J. O. Dinâmicas da participação política e Estudos da Deficiência: representatividade e políticas públicas. In: GESSER, M.; BLOCK, P.; MELLO, A. G. **Estudos da Deficiência: anticapacitismo e emancipação social**. Curitiba: CRV, 2020. p. 95 - 111.

PANISSON, G.; GESSER, M.; GOMES, M. A. Contribuições dos Estudos sobre Deficiência para atuação de psicólogas(os) na Política de Assistência Social Brasileira. **Quaderns de Psicologia**, v. 20 n. 3, p. 221-234, 2018.

PARKS VICTORIA. 2015. **A guide to the healthy Parks Healthy People approach and current practices: proceedings from the improving health and well-being**: Healthy Parks Healthy People Stream. Em: IUCN World Parks Congress 2014, Sydney.

PARSONS, A.; WINCKLER, C. Esporte e a pessoa com deficiência – contexto histórico. In: MELLO, M. T.; WINCKLER, C. (Editores). **Esporte paralímpico**. São Paulo: Editora Atheneu, 2012, p. 03-14.

PAULA, A. R.; MAIOR, I. M. M. L. Um mundo de todos para todos: universalização de direitos e direito à diferença. **Revista Direitos Humanos**, n.1, dez., 2008.

PEDRINELLI, V. J., NABEIRO, M. Prática do esporte pela pessoa com deficiência na perspectiva inclusiva. In: MELLO, M. T., WINCKELER, C. **Esporte Paralímpico**. São Paulo: Atheneu, 2012.

PEREIRA, A. L.; SILVA, M. O.; PEREIRA, O. O Valor do Atleta com Deficiência. Estudo Centrado na Análise de um Periódico Português. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v. 6, n. 1, 2006, p. 65-77.

PEREIRA DA SILVA, Júnior Vagner. **Políticas públicas de esporte/lazer e in(ex)clusão de pessoas com deficiência**. Campo Grande, MS: UFMS, 2015.

PEREIRA, A. S. M.; GOMES, D. P. Epistemologia sul-corpórea: por uma pedagogia decolonial em educação física. **Revista COCAR**, Belém, Edição Especial, n.4 p. 93 – 117, jul./dez. 2017.

PEREIRA, L. S. S.; BRITO, C. M. D. O lazer da pessoa com deficiência em Belo Horizonte: um estudo preliminar. **Licere**, Belo Horizonte, v. 22, n. 4, dez/2019.

PEREIRA, L. S. S. **O desempenho ocupacional e as relações com o lazer na vida pessoa com deficiência física**. 2016. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Estudos do Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

PIOVESAN, F. **Direito Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 14. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PIZZOLITO, B. A.; STOPPA, E. A. Cronobiologia e suas influências nas vivências de lazer. **Revista Turismo em Análise**, v. 23, n. 1, p. 78-103, 2012.

PNDU. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional** - Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas. Brasília: PNDU, 2017. 392 p. Disponível em: http://www.each.usp.br/gepaf/wp-content/uploads/2017/10/PNUD_RNDH_completo.pdf. Acesso em: 06 abr. 2022.

PORTO, E. T. R. Educação de qualidade para vidas especiais: um caminho a conquistar. In: MOREIRA, W. W. (Org.), **Qualidade de vida: complexidade e educação**. Campinas: Papyrus. 2001. p. 123-135.

PORTUGUEZ, A. P. A política nacional de regionalização do turismo e o ordenamento territorial do setor no Estado de Minas Gerais. In: PORTUGUEZ, A. P.; MOURA, G. G.; COSTA, R. A. **Geografia do Brasil Central: enfoques teóricos e peculiaridades regionais**. Uberlândia: Assis, 2011, p. 235- 264.

QUEIRÓS, A. Turismo, na mudança de paradigmas. In: LOUSADA, M.A.; AMBRÓSIO, V. (Eds.), **Literatura, viagens e turismo cultural no Brasil, em França e em Portugal**. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, 2017.

RECHINELI, A.; PORTO, E.; MOREIRA, W. Corpos deficientes, eficientes e diferentes: Uma visão a partir da educação física. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.14, n.2, p.293- 310, 2008.

REIS, R. E. **Políticas Públicas para o esporte paralímpico brasileiro**. 2014. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2014.

REIS, R. E.; MEZZADRI, F. M.; MORAES E SILVA, M. As políticas públicas para o esporte paralímpico no brasil: apontamentos gerais. **Corpoconsciência**, v. 21, n. 1, p. 58-69, 2017.

REZENDE, C. **Sem revelar custos, Ministério do Esporte assume arenas olímpicas no Rio**. Estadão, 2016. Disponível em: <https://esportes.estadao.com.br/noticias/jogosolimpicos,sem-revelar-custos-ministerio-do-esporte-assume-arenas-olimpicas-norio,10000096245>. Acesso em: 08 abr. 2022.

RIBEIRO, K. S. Q. S. A relevância das redes de apoio social no processo de reabilitação. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, Paraíba, v. 13, n. 2, p. 69-78, 2010.

RIBEIRO, N. M. S. **Elaboração e validação de um instrumento de avaliação de acessibilidade para pessoas com deficiência física em locais de lazer**. 2008. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

RODRIGUES, A. M.; VILARINHO NETO, C. S. Geografia e Turismo: contradições X novas possibilidades de lazer para as pessoas com deficiências físicas – PCDF's. **ParaOnde!?**, Porto Alegre, v.12, n.1, p.155-163, 2019.

RODRÍGUEZ MARTIN, L. M. **Las personas con discapacidad y su integración en el deporte**. Espanha: Universidad de La Laguna, 2015.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em Educação. **Revista Diálogo Educacional**, v. 6, n. 19, septiembre-diciembre, 2006, p. 37-50, Pontifícia Universidade Católica do Paraná Paraná, Brasil.

ROMANOWSKI, J. P. **As licenciaturas no Brasil: um balanço das teses e dissertações dos anos 90**. 2002. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.

ROSS, S. D. **Developing Sports Tourism**. An eGuide for Destinations MARKeters and Sports Events Planners. University of Illinois: National Laboratory for Tourism and eCommerce. 2001.

SAETA, B. P. Gestão Educacional e alunos com necessidades especiais: novos desafios. In: _____ **Inclusão e exclusão Múltiplos contornos da educação brasileira**. 2 a ed., São Paulo: Expressão e arte, 2006, p. 59-71.

SAMPAIO, T. M. V. Conhecimento Científico: capacidade humana de intervir reinventando e revertendo a sina severina. In: MOREIRA, W. W.; SIMÕES, R. (Org.). **Educação física: intervenção e conhecimento científico**. Piracicaba: UNIMEP, 2004. p. 176-194.

SANTIN, S. **Diversidade cultural no lazer: exclusões e marginalidades**. Coletânea. 9º Enarel, Belo Horizonte: UFMG, 1997.

SANTOS, A. **Representação social de esportes sob a ótica de pessoas cegas**. Orientador: Miguel Angel Bordas. 2004. 304 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, UFBA, 2004.

SANTOS, H. T.; GARMS, G. M. Z. **Método autobiográfico e metodologia de narrativas: contribuições; especificidades e possibilidades para a pesquisa e a formação pessoal/profissional de professores**. In: II Congresso Nacional de Formação de Professores XII Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores, 2014, Águas de Lindóia.

SANTOS, J. *et al.* Desporto Adaptado em Portugal: do conceito à prática. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 18, n. 5, p. 623-635, 2013.

SANTOS, S. C.; KABENGEL, D. C.; MONTEIRO, L. M. Necropolítica e crítica interseccional ao capacitismo: um estudo comparativo da convenção dos direitos das pessoas com deficiência e do estatuto das pessoas com deficiência. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 81, p. 158-170, abr. 2022.

SANTOS, W. Deficiência como restrição de participação social: desafios para avaliação a partir da Lei Brasileira de Inclusão. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 10, p. 3007-3015, 2016.

SASSAKI, R. Capacitismo, incapacitismo e deficientismo na contramão da inclusão. **Revista Reação**, v. 12, n. 96, p.10-12, 2014.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SASSAKI, R. K. **Inclusão no lazer e no turismo: em busca da qualidade de vida**. São Paulo: Áurea, 2003.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos**. 4ª ed. Rio de Janeiro, WVA, 2002.

SASSAKI, R. K. A inclusão nos esportes, turismo, lazer e recreação. In: SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999. p. 91-103.

SAVIANI, D. Democracia, educação e emancipação humana: desafios do atual momento brasileiro. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 3, p. 1-11, 2017.

SAWAIA, B. B. Participação Social e Subjetividade. In: SORRENTINO, M. (org.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo, SP: EDUC/ FAPESP. 2001.

SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. (org.). **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2004.

SCHÜTZE, F. Pesquisa biográfica e entrevista narrativa. IN: WELLER, W.; PFAFF, N. (Orgs). **Metodologias da Pesquisa Qualitativa em Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 210-222.

SECCHI, L.; COELHO, F. de S.; PIRES, V. **Políticas Públicas: conceitos, casos práticos, questões de concurso**. 3. ed. São Paulo, SP: Cengage. 2019.

SERON, B. B.; SOUTO, E. C.; MALAGODI, B. M.; GREGUOL, M. O esporte para pessoas com deficiência e a luta anticapacitista: dos estereótipos sobre a deficiência à valorização da diversidade. **Movimento** (Porto Alegre), v.27, p.e27048, jan./dez. 2021.

SERRA, I. O.; JOCA, T. T.; OLIVEIRA, A. R. M. N.; MUNGUBA, M. C. A pessoa com deficiência e os entrelaces com as questões de gênero e de sexualidade. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, 2020.

SERRA, M. V. G. B.; FAVA, M. C.; TONELLO, M. G. M. Realidade virtual para pessoas com deficiência: o uso do vídeo game como prática de lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 21, n. 4, dez/2018.

SHAKESPEARE, T. **Disability: the basics**. New York: Routledge. 2018.

SILVA, C. S.; WINCKLER, C. Desporto Paralímpico: do desporto adaptado ao alto rendimento. In: SILVA, C. S.; WINCKLER, C. (Org.). **O desporto paralímpico brasileiro, a educação física e a profissão**. São Paulo: CREF4/SP, 2019, p. 17-28.

SILVA, C. L.; SILVA, T. P. **Lazer e educação física: Textos didáticos para a formação de profissionais do lazer**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

SILVA, J. V. P.; SAMPAIO, T. M. V. O lazer e suas diversas faces. In: SAMPAIO, T. M. V.; SILVA, J. V. P. (Org.). **Lazer e cidadania: horizontes de uma construção coletiva**. Brasília: Universa, 2011. p. 45 - 66.

SILVA, J. V. P.; SILVA, D. S.; SAMPAIO, T. M. V. Parques esportivos como espaço ou lugar de inclusão ou exclusão de pessoas com deficiência física e visual. **Licere**, Belo Horizonte, v.21, n.1, mar/2018.

SILVER, A. "Becoming Mrs. Mayberry: Dependency and the right to be free". **Hypatia**, v. 30, n. 1, p. 292-299, 2015.

SIMPLICAN, S. C. "Care, disability, and violence: Theorizing complex dependency in Eva Kittay and Judith Butler". **Hypatia**, v. 30, n. 1, p. 217-233, 2015.

SIQUEIRA, D.; DORNELLES, T. G.; ASSUNÇÃO, S. M. Experienciando capacitismo: a vivência de três pessoas com deficiência. In: GESSER, M.; BLOCK, P.; MELLO, A. G.

Estudos da Deficiência: anticapacitismo e emancipação social. Curitiba: CRV, 2020. p. 145 - 161.

SMITH, B.; BUNDON, A. Disability models: Explaining and understanding disability sport in different ways. In: **The Palgrave handbook of paralympic studies**. London: Palgrave Macmillan, 2018. p. 15-34.

SOARES, M. B. **Alfabetização no Brasil:** o estado do conhecimento. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1991. 155 p.

SOLERA, B; FLORES, P. P.; ANVERSA, A. L. B.; SOUSA, Y. M. S. C.; SOUZA, V. F. M.; HEROLD JUNIOR, C. Percepções de atletas paralímpicos sobre a inclusão social por meio do esporte. **Retos**, n. 42, p. 655-661, 2021.

SOUZA, D. S.; VASCONCELOS, S. M. F.; SOARES, J. R. R.; MAIA, J. V. Lazer noturno e turismo como direito das pessoas com deficiência. **ROTUR, Revista de Ocio y Turismo**, v. 15, n. 2, p. 168-181, 2021.

SOUZA, J. Participação Sociocultural, Ócio, Acessibilidade e Envelhecimento Ativo no contexto de Idosos Institucionalizados. **Revista Subjetividades**, v. 19, n. 2, p. 1-14, 2019.

SOUZA, J.; MANGAS, C. Acessibilidade no turismo e hotelaria: desafios contemporâneos. **Polytechnic University of Valencia Congress, INNODOCT**, p. 849-857, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.4995/INN2020.2020.11835>.

SOUZA, E. C. Modos de narração e discursos da memória: biografização, experiências e formação. In: PASSEGGI, M. C.; SOUZA, E. C. **(Auto) biografia:** formação, territórios e saberes. Natal, RN: EDUFERN; São Paulo: PAULUS, 2008. P. 85 – 101.

SOUZA, D. L.; BRITAIN, I. The Rio 2016 Paralympic Games: The visibility of people with disabilities in Brazil as a possible legacy. **Communication & Sport**, 2020.

SOUZA, P. A. Introdução. In: **SESI-DN**. Ministério do Esporte e Turismo. Lazer, atividade física e esportiva para portadores de deficiência. Brasília: SESI-DN, 2001.

SOUZA, R. G. R.; RIBEIRO, K. T. O Paraíso é para Todos? Diagnóstico sobre Acessibilidade para Pessoas com Deficiência em Unidades de Conservação Federais. **Biodiversidade Brasileira**, v. 11, n. 3, p. 1-22, 2021.

SPECHT, J. *et al.* The importance of leisure in the lives of persons with congenital physical disabilities. **American Journal of Occupational Therapy**, v. 56, n. 4, p. 436-445, 2002.

STAREPRAVO, F. A. **Esporte, Política e Ciência:** a produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. Curitiba: CRV, 2013.

TAYLOR, S. **Beasts of Burden:** Animal and Disability Liberation. New York: The New Press. 2017.

TORRES, E.F.; MAZZONI, A.A.; ALVES, J.B.M. Acessibilidade à informação no espaço digital. **Rev. Ciência da Informação**, v. 31, n. 3, p. 83-91, 2002.

TORRI, D.; VAZ, A. F. Esporte paralímpico: difícil inclusão, incorporação tecnológica, corpos competitivos. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 536-550, 2017.

TOWNSEND, R.; SMITH, B.; CUSHION, C. Disability sports coaching: towards a critical understanding. **Sports coaching review**, v. 4, n. 2, p. 80-98, 2015.

TURISMO DE PORTUGAL (2013). **Turismo Acessível para Todos** - Recomendações da OMT. Disponível em: <http://business.turismodeportugal.pt/pt/listas-conteudos-tema/paginas/turismo-acessivel.aspx/>. Acesso em: 16 set. 2022.

TWEEDY, S.; VANDLANDEWIJCK, Y. International Paralympic Committee position statement: background and scientific principles of classification in paralympic sport. **British Journal of Sports Medicine**, Londres, v. 45, p. 259-69, 2011.

UBERABA. Prefeitura Municipal. Secretaria de Desenvolvimento Social. Instituições. Uberaba: **1º Congresso Regional da Pessoa com Deficiência**, 2017. Disponível em: <http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,40469>. Acesso em: 26 fev. 2021.

UNGHERI, B. O.; ISAYAMA, H. F. Esporte, lazer e descentralização: reflexões no campo das políticas públicas. **Licere**, Belo Horizonte, v.22, n.3, set /2019.

UNWTO – World Tourism Organization. 2013. **Recommendations on Accessible Tourism**. Madrid: CEDRO, Centro Español de Derechos Reprográficos. 17p.

UVINHA, R. R. Os megaeventos esportivos e seus impactos: o caso das Olimpíadas da China. **Motrivivência**, v. 21, n. 32-33, 105-124, 2009.

VELASCO, A.; DOS SANTOS, S. M.; DE SOUZA, D. L. Os significados da prática do Goalball sob a ótica de atletas da modalidade. **The Journal of the Latin American Socio-cultural Studies of Sport** (ALESDE), v. 8, n. 1, p. 43-58, 2018.

VENDRAMIN, C. Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo. **Simpósio Internacional Repensando Mitos Contemporâneos**, v. 2019, p. 16-25, 2019. Disponível em: <https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/simpac/article/view/4389>. Acesso em: 14 out. 2022.

VIEIRA, I. B.; CAMPEÃO, M. Bocha. In: MELLO, M. T.; WINCKLER. C. **Esporte Paralímpico**. São Paulo: Atheneu, 2012. p. 83 - 91.

WACHELESKI, M. P. **Cidadania e reconhecimento da pessoa com deficiência a partir dos Direitos Humanos**. 2018. Tese (Doutorado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

WERNECK, C. L. G.; ISAYAMA, H. F.; BORGES, K. E. L. Lazer e qualidade de vida. **Revista Mineira de Educação Física**, Viçosa, Universidade Estadual de Viçosa, v. 7, n. 2, 1999.

WINCKLER, C. Atletismo. In: MELLO, M. T.; WINCKLER. C. **Esporte Paralímpico**. São Paulo: Atheneu, 2012. p. 65 - 74.

WINNICK, J. P. **Educação Física e esportes adaptados**. Barueri/SP: Editora Manole, 2004. WHO. World Health Organization. **International classification of functioning, disability and health**. Geneva: World Health Organization, 2001.

WLRA. **Carta Internacional de Educação para o Lazer**. 1993. Disponível em: http://www.saudeemmovimento.com.br/conteudos/conteudo_frame.asp?cod_noticia=195. Acesso em: 7 agosto de 2021.

WORLD TOURISM ORGANIZATION (2018). **Global Report on Inclusive Tourism Destinations – Model and Success Stories**. Madrid: UNWTO. DOI: <https://doi.org/10.18111/9789284420094>.

YURGEL, M. **Urbanismo e lazer**. São Paulo: Nobel, 1984.

ZOBOLI, F.; BARRETO, S. J. A Corporeidade como fator de inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação física. In: RODRIGUES, D. **Atividade motora adaptada: a alegria do corpo**. São Paulo: Artes Médicas, 2006.

ZUCHETTO, A. T; CASTRO, R. L. V. G. As Contribuições das Atividades Físicas para a Qualidade de Vida dos Deficientes Físicos. **Revista Kinesis**, n. 26, p. 52-166, 2002.

APÊNDICES

A. Carta de Autorização de Pesquisa

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

Através do presente instrumento, solicitamos do Presidente da [nome da Associação], autorização para realização da pesquisa integrante da Dissertação de Mestrado Acadêmico do mestrando Renan Jorge Ramos Martins, Registro/Matrícula 2020723691, orientado pela Prof^ª. Dra. Tânia Mara Vieira Sampaio, tendo como título preliminar “O esporte como porta de entrada para as vivências do lazer de pessoas com deficiência física praticantes de modalidades esportivas paralímpicas”.

A coleta de dados será feita por meio de entrevista (auto)biográfica de acordo com a Metodologia de Pesquisa Narrativa. A presente pesquisa é requisito para a conclusão do mestrado Interdisciplinar em Estudos do Lazer, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, da Universidade Federal de Minas Gerais.

Declaramos e nos comprometemos a manter a confidencialidade sobre os dados coletados, como preconizam as Resolução 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Os dados obtidos na pesquisa somente serão utilizados para este projeto. Todo e qualquer outro uso que venha a ser planejado, será objeto de novo projeto de pesquisa, que será submetido à apreciação do CEP UFMG.

Belo Horizonte, _____ de _____ de _____.

Renan Jorge Ramos Martins

Mestrando

Dra. Tânia Mara Vieira Sampaio

Prof^ª. Orientadora

Autorização da Instituição

Declaramos para os devidos fins, que autorizamos os pesquisadores apresentados neste termo, a realização da pesquisa. Esta autorização está condicionada ao cumprimento dos pesquisadores aos requisitos da Resolução 466/12 e 510/16, comprometendo-se os mesmos a utilizar os dados dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos,

mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades. Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Cidade, ____ de _____ de 2021.

Assinatura

Nome legível: _____

Carimbo do responsável pela anuência da Instituição

B. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos você a participar da pesquisa: “O esporte como porta de entrada para as vivências do lazer de pessoas com deficiência física praticantes de modalidades esportivas paralímpicas”. O objetivo desta pesquisa é verificar como a experiência do esporte paralímpico pode influenciar na vivência do Lazer das pessoas com deficiência física. Sua participação é importante, pois esse estudo se justifica pela importância de possibilitar que as narrativas das pessoas com deficiência quanto às experiências de lazer possam ser disseminadas, no que tange a apropriação dos espaços de lazer, bem como investigar a efetividade de políticas públicas e a atuação das organizações e instituições na criação de oportunidades de lazer.

Caso você aceite participar desta pesquisa será necessário conceder uma entrevista narrando sua trajetória no esporte e como você vivencia o lazer no seu dia a dia e nos períodos de competições, no local previamente acordado no caso da entrevista ser presencial ou na plataforma de vídeo chamada Google Meet se a entrevista for online; com tempo estimado de 01 (uma) hora, na data e horário previamente agendados. Buscaremos realizar essa entrevista constituindo um vínculo empático do pesquisador com você. Abordaremos algumas questões como: suas atividades de lazer, as barreiras e facilidades para praticar o lazer no seu dia a dia, percepções suas e de sua família em relação a sua prática de esporte e lazer entre outras.

Caso sua entrevista seja presencial, respeitaremos todas as recomendações exigidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) devido à pandemia do novo coronavírus (COVID-19), dessa maneira, nós pesquisadores utilizaremos máscara o tempo todo, álcool gel 70% e manteremos o distanciamento seguro recomendado pela OMS. Estamos disponibilizando para você máscaras e álcool 70%.

Os riscos desta pesquisa consistem na exposição de suas experiências de lazer, ao fazer a narrativa, você poderá se sentir desconfortável com algumas questões que podem lhe trazer lembranças ruins. Para minimizar os riscos serão tomadas as seguintes providências: você poderá pausar a entrevista, mudar o assunto ou desistir da participação, sem qualquer penalidade.

O sigilo dos seus dados será garantido, seja a gravação de áudio ou a imagens de vídeo

chamada, pois os dados serão armazenados em pen drive sob guarda exclusiva dos pesquisadores, por no máximo 05 (cinco) anos; e não haverá identificação dos/as participantes, portanto, de forma alguma serão divulgados os nomes dos/as entrevistados/as.

Os resultados serão apresentados de forma conjunta, sem a identificação das participantes, ou seja, o seu nome não aparecerá na publicação dos resultados. Espera-se que de sua participação na pesquisa você possa se beneficiar de possíveis políticas públicas que possam vir a ser desenvolvidas a partir desse estudo, de forma a incluir e viabilizar a participação de todos em vivências de lazer.

Você poderá obter quaisquer informações relacionadas à sua participação nesta pesquisa, a qualquer momento que desejar, por meio dos pesquisadores do estudo. Sua participação é voluntária, e em decorrência dela você não receberá qualquer valor em dinheiro. Você não terá nenhum gasto por participar nesse estudo, pois qualquer gasto que você tenha por causa dessa pesquisa lhe será ressarcido. Você poderá não participar do estudo, ou se retirar a qualquer momento, sem que haja qualquer constrangimento junto aos pesquisadores ou prejuízo, bastando você dizer ao pesquisador que lhe entregou este documento. Você não será identificado neste estudo, pois a sua identidade será de conhecimento apenas dos pesquisadores da pesquisa, sendo garantido o seu sigilo e privacidade. Você tem direito a requerer indenização diante de eventuais danos que você sofra em decorrência dessa pesquisa.

Contato dos pesquisadores:

Pesquisadora-responsável: Professora Dra. Tânia Mara Vieira Sampaio

Endereço: Rua Claro Carneiro de Mendonça, Q. 14, L. 9, Ap. 501, Alto das Caraíbas, Luziânia - GO, CEP – 72.813-250.

Telefone: (61) 9.9989-5761

E-mail: taniamara_sampaio@hotmail.com

Pesquisador-assistente: Renan Jorge Ramos Martins

Endereço: Rua Flôr-de-Índio, 100 - 403N, Bairro Liberdade, Belo Horizonte (MG) - CEP 31.270-215.

Telefone: (31) 97545-6189

E-mail: rjrmedfisica@gmail.com

Em caso de dúvida em relação a esse documento, favor entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais, pelo telefone

(31) 3409-4592, E-mail: coep@prpq.ufmg.br ou no endereço Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II, - 2º andar - Sala 2005 - Campus Pampulha, Belo Horizonte, MG. CEP 31270-901. Os Comitês de Ética em Pesquisa são colegiados criados para defender os interesses dos participantes de pesquisas, quanto a sua integridade e dignidade, e contribuir no desenvolvimento das pesquisas dentro dos padrões éticos.

Consentimento livre e esclarecido

Eu, _____, li e/ou ouvi o esclarecimento acima e compreendi para que serve o estudo e a quais procedimentos serei submetido. A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro para participar do estudo. Concordo em participar do estudo, “O esporte como porta de entrada para as vivências do lazer de pessoas com deficiência física praticantes de modalidades esportivas paralímpicas”, e receberei uma via assinada deste documento.

(Cidade),/...../.....

Participante da pesquisa:

Nome:	Assinatura:
-------	-------------

Renan Jorge Ramos Martins
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar
em Estudos do Lazer/UFMG
Mestrando/Pesquisador-assistente
Número de Registro/Matrícula 2020723691

Dra. Tânia Mara Vieira Sampaio
Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Estudos do
Lazer/UFMG
Pesquisadora-responsável

Rubrica do participante	Data	Rubrica do pesquisador	Data
-------------------------	------	------------------------	------

Este documento deverá ser emitido em duas vias, uma para o participante e outra para o pesquisador.